

INSTITUTO
HISTÓRICO
DA ILHA TERCEIRA

BOLETIM



INSTITUTO HISTÓRICO DA ILHA TERCEIRA

Patrocinado e subsidiado pela Secretaria Regional
da Educação e Cultura

S É D E

Museu de Angra do Heroísmo

DIRECÇÃO (1976-1977)

Presidente — **Dr. Manuel Coelho Baptista de Lima**
Tesoureiro — **Dr. António Manuel Bettencourt Machado Pires**
Secretário — **Dr. José Guilherme Reis Leite**

TODA A CORRESPONDÊNCIA DEVE SER DIRIGIDA
A DIRECÇÃO DO INSTITUTO

A publicação de qualquer trabalho não significa concordância do Instituto com as doutrinas, ideias ou conclusões nele contidas, que são sempre da responsabilidade exclusiva do autor.

(Art. 17.º do Regulamento do Instituto)

Oficinas Gráficas da Tipografia Angrense
Angra do Heroísmo

1979

BOLETIM
DO
INSTITUTO HISTÓRICO
DA
ILHA TERCEIRA

INSTITUTO HISTÓRICO DA ILHA TERCEIRA

(31 de Dezembro de 1977)

SÓCIOS EFECTIVOS :

Dr. Alvaro Pereira da Silva Leal Monjardino
Dr. António Manuel Bettencourt Machado Pires, **Tesoureiro**
Dr. António Maria Ourique Mendes
Dr. Cândido Pamplona Forjaz
Prof. Emanuel Félix Borges da Silva
Arq. Fernando de Sousa
Francisco Coelho Maduro Dias
Governador do Castelo de São João Baptista
Dr. Hélder Parreira Fernando de Sousa Lima
Mons. Inocêncio Enes
João Dias Afonso
Dr. Jorge Abreu Forjaz
Dr. José Guilherme Reis Leite, **Secretário**
Dr. José Leal Armas
Dr. Manuel Coelho Baptista de Lima, **Presidente**
D. Maria Francisca Bettencourt
Dr.ª D. Maria Olímpia Gil
Dr. Rafael Valadão dos Santos
Dr. Teotónio Machado Pires

SÓCIOS HONORARIOS :

Sua Ex.ª Revma. o Sr. D. José Pedro da Silva, Bispo de Viseu
Presidente Honorário da Casa dos Açores do Rio de Janeiro, Exmo. Sr.
João Soares de Medeiros
Dr. Oswaldo Rorigues Cabral, Escritor e Etnógrafo
Prof. Dr. Vitorino Nemésio, Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Wilhelm Giese, Catedrático da Universidade de Hamburgo
Prof. Dr. Aurélio Quintanilha
Prof. Artur Alvaro dos Santos Correia de Sousa, Professor do Conservatório de Lisboa
Dr. Walter F. M. Piazza, Presidente da Sub-Comissão Catarinense de Folclore
Prof. Dr. Dante de Laytano, Director do Museu do Estado do Rio Grande do Sul
Dr. João Bernardo de Oliveira Rodrigues, Prof. do Liceu de Ponta Delgada
Mons. José Machado Lourenço, Escritor e Presidente do Instituto Açoriano de Cultura
Prof. Dr. Fritz Krüger, Director do Instituto de Linguística da Faculdade de Filosofia e Letras de Cuyo, Argentina
Prof. Dr. Marcello José das Neves Alves Caetano
Dr. Carlos Renato Gonçalves Frederico Pereira, Juiz Conselheiro
Tenente Coronel Frederico Lopes da Silva
Dr. Joaquim Moniz de Sá Corte-Real e Amaral
Dr. José Enes Pereira Cardoso, Reitor do Instituto Universitário dos Açores
Dr.ª D. Elsa Brunilde Lemos de Mendonça

INSTITUTO HISTÓRICO DA ILHA TERCEIRA

BOLETIM



Vol. XXXV

1977

ANGRA DO HEROISMO

Officinas gráficas da «Tipografia Angrense»

MANUEL ARTUR NORTON E JORGE P. FORJAZ

**CARTA DE BRAZÃO
DE ARMAS**

XXI

ANGRA DO HEROISMO

1977

NOTA

A seriação (XXI) indicada na capa, refere-se a outros trabalhos publicados sob o mesmo título, nesta ou outras revistas portuguesas, pelo primeiro dos autores, de colaboração com outros estudiosos da matéria.

I

**NOTÍCIA E TRANSCRIÇÃO DA C. B. A. (1) DE
JOÃO JOSÉ DE TEIVE E VASCONCELOS DA GAMA
(J. P. F.)**

A C. B. A. que ora se dá à estampa na sua transcrição paleográfica e fotográfica integral, pertence ao arquivo angrése do Dr. Joaquim Moniz de Sá Côrte-Real e Amaral, distinto professor aposentado do Liceu Nacional de Angra do Heroísmo e meu querido Amigo e Mestre de História, a quem devo a gentileza de me facultar o seu estudo.

Caderno de pergaminho, sem capa, com 4 folhas, com as seguintes medidas : 185mmX280mm, e em bom estado de conservação.

Do armigerado ao actual proprietário, a C. B. A. seguiu a seguinte trajectória :

(1) C. B. A. — *Carta de Braço de Armas.*

João José de Teive e Vasconcelos da Gama

sua filha



D. Luisa Mariana do Canto e Castro

c. c. Dr. João Cabral de Melo

sua filha



D. Maria Luisa do Canto e Castro Teive Cabral

c. c. Mateus de Menezes Lemos e Carvalho (2)

sua filha (H.)



D. Maria Quitéria de Sá Menezes

c. c. António Moniz de Sá Côrte-Real

sua filha



D. Maria Luiza de Sá Menezes Moniz

c. c. Carlos Ney Ferreira, ten.-cor. de Infantaria

sua filha (H.)



D. Georgina Moniz Ney Ferreira

Fal. solteira em 1945 (3)

seu primo



Dr. Joaquim Moniz de Sá Côrte-Real e Amaral

Actual proprietário da C. B. A.

* * *

-
- (2) *Mateus de Menezes usava um lindo sinete em prata, com escudo de Lemos e Carvalhos, que se encontra hoje também na posse do Dr. Joaquim Côrte-Real e Amaral.*
- (3) *Por morte desta senhora quebrou-se a linha descendente do armigerado, pois o actual proprietário não é dele descendente, mas sim primo direito de D. Maria Luiza de Sá Menezes Moniz, por Monizes.*

Transcrição paleográfica do manuscrito :
(Fol. 1)

«DOM IOÃO /
Por graça de Deos Rey de /
Portugal e dos Algarves da- /
quem, e dalem mar e Af- /
frica Senhor de Guiné e /
da Conquista navegação /
do comercio da Ethiopia /
Arabia, Percia, e da Jndia & Fasso saber /
aos que esta minha Carta virem que /
João Joze de Teyve, e Vasconcellos da Ga- /
ma, natural da Cidade de Angra Ilha /
Terceira me fez Petição dizendome que /
elle vinha por legitima descendencia /
da nobre geração, e linhagem dos Tey- /
ves, e Vasconcellos os quais neste Reyno /
são Fidalgos de linhagem e Cotta de Ar- /
mas e me pedia por mercê que para a /
memoria de seus antecessores se não /
perder, e elle uzar, e gozar da honra /
das Armas que pelos merecimentos de /
seus servissos ganharão, e lhe forão da- /
das assim dos privilegios, honras, gra- /
ças e mercês que por direito, e por bem /
delas lhe pertencem lhe mandace dar /
minha Carta das ditas Armas que /
estavão registadas em os livros dos re- /
gistros das Armas dos Nobres, e Fidal- /
gos de meus Reynos, que tem Portu- //

(fol. 1-v.º)

Portugal meu Principal Rey Darmas. Para o /
que me apresentou hua sentença de justifi- /
cassão de sua ascendencia, e nobreza profe- /
rida pelo Doutor Estevão Galego Vidigal /
meu Dezembargador, e Corregedor do Civel /
em esta minha Corte, que ao presente serve /
por impedimento do Dezembargador Simão /
da Fonseca e Siqueyra, e por digo escrita por /
Antonio Soares Guerreyro Escrivão do dito /
Juizo, em a qual depois de tirar inquirição /
de testemunhas julgou o dicto meu Correge- /

dor ser o supplicante pessoa munto nobre /
 Christão Velho ser raça de infecta nassão, /
 e legitimo descendente das ditas familias /
 de Teyves, e Vasconcellos. Por provar ser fi- /
 lho legitimo do Doutor Francisco Xavier /
 da Gama e de sua molher Donna Luzia An- /
 tonia de Teyve, e Vasconcellos. Netto por esta /
 parte do Cappitão João Mendes de Vascon- /
 cellos Fidalgo de minha caza, e de sua m. er /
 D. Jzabel Francisca, e pella Paterna ser Netto /
 do Alferes Pedro de Lemos Machado, e de /
 sua molher Serafina da Gama, e que os di- /
 tos seus Pays, e Avos forão pessoas munto /
 Nobres, e legitimos descendentes das ditas /
 familias de Teyves, e Vasconcellos de çjas /
 Armas uzarão, e como tais se tratarão a ley /
 da Nobreza com Cavallos, e Criados, sendo Ci- /
 dadões da nobreza e governança da Cidade /
 de Angra sem que nas ditas gerações ouvece //

(Fol. 2)

— Desenho iluminado do brazão —

(Fol. 2.º)

houvece raça alguma de Judeo, Mouro, ou Mu- /
 lato nem de outra infecta nassão, e assim lhe /
 pertencem ao supplicante de direito as suas /
 Armas. As quais lhe mando dar em esta /
 minha carta dom seu Brazão, Elmo, e Tim- /
 bre como aqui são devizadas, e assim como /
 fiel, e verdadeiramente se acharão illuminadas /
 e registadas em os livros do dito Portugal meu /
 Rey Darmas. A saber. Hum escudo partido /
 em palla, na primeyra as Armas dos Teyves /
 que são em campo de prata nove torteos /
 vermelhos em tres pallas. Na segunda as Ar- /
 mas dos Vasconcellos, que são em campo /
 preto tres faxas veyradas de prata, e sangui- /
 nho. Elmo de prata aberto guarnecido de /
 ouro. Paquife dos metais, e cores das Armas /
 Timbre o dos Teyves que he hum leão de /
 prata armado de purpura com hum torteo /
 das Armas na espada, e por differença /
 hua brica azul com hum farpão de ouro. /

O qual escudo, e Armas poderá trazar, e traga /
o dito João Joze de Teyve, e Vasconcellos assim /
como as troucerão, e dellas uzarão os ditos /
Nobres, e antigos Fidalgos seus antepassados /
em tempo dos muy esclarecidos Reys me- /
us antecessores, e com ellas possa entrar /
em batalhas, Campos, Retos, Escaramuças, /
e exercitar com ellas todos os outros actos /
licitos da guerra e da pas, e assim as pode- //
(Fol. 3)

podera trazer em seus firmais, aneis, senetes /
e devizas, polas, em cuas cazas, e idefficios /
e deixallas sobre sua propria sepultura, e fi- /
nalmente se poderá servir, honrar, gozar, e /
aproveitar delas em todo, e por todo como /
a sua nobreza convem. Com o que quero, e /
me pras que haja ele todas as honras, previl- /
legios, liberdades, grassas, mercês, izenssoens /
e franquezas, que hão, e devem haver os Fi- /
dalgos Nobres, e de antiga linhagem, e como /
sempre de todo uzarão, e gozarão os ditos /
seus antepassados : pelo que. Mando a todos /
meus Dezembargadores, Corregedores, Juizes /
Justiças, Alcaydes, e em especial aos meus /
Reys Darmas, Arautos, e Passavantes, e a qua /
is quer outros officiaes, e pessoas a quem /
esta minha carta for mostrada, e o conheci- /
mento dela pertencer que em tudo lha cu- /
prão, e guardem, e fassão cumprir, e guardar /
como nela lhe contheudo, sem duvida nem /
embargo algum, que em ella lhe seja posto /
porque assim he minha mercê. El Rey Nos- /
so Senhor o mandou por Manoel Pereyra da /
Silva seu Rey Darmas Portugal. Frey Mano- /
el de Sancto António da ordem de S. Paulo, e /
reformador do Cartorio da Nobreza por espe- /
cial Prvizão (sic) do dito senhor a fez em Lisboa /
aos quinze dias do mes de Setembro do An- /
no do Nascimento de N. S. J. C. de mil sete //
(fol. 3-v.º)
sete centos quarenta e nove. (4) E eu Hylario /

(4) *A partir daqui, o texto apresenta-se em letra diferente e cursiva.*

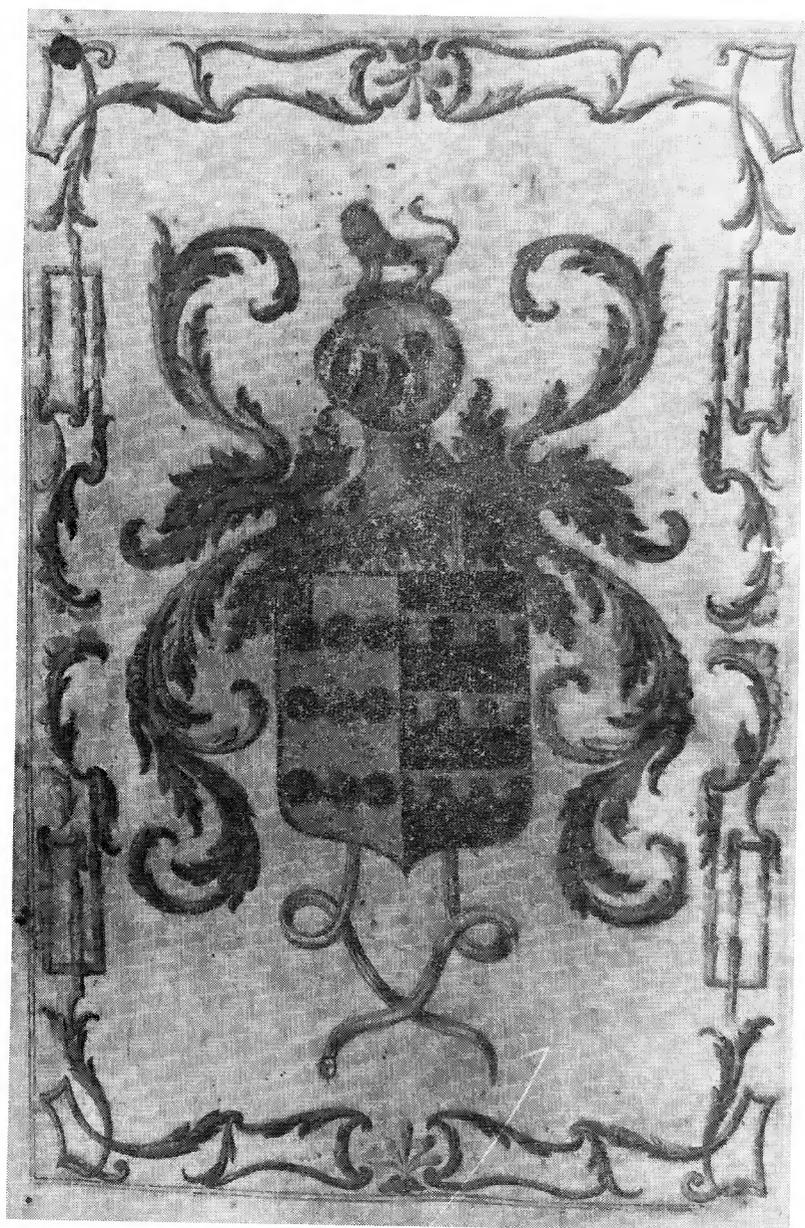
da costa Barreyros Telles, Cavalleyro da Ca- /
za de Sua Mag. de E proprietario do /
off.º de Escriuão da Nobreza, Nestes /
Reynos, e Senhorios de Portugal e suas /
Conquistas, a sobscrevy. /

p. Rey darmas, P. al /

Fica registado este Brazão /
no L.º duodecimo do registo dos /
Brazões a f. 153 Lx.ª em 16 de se- /
tembro de mil sete centos /
quarenta e nove. /

Hylario da costa Barreyros Telles //»

Portugal meu Principal Rey D. Amas. Paro
que me apresentou sua sentença de nulli-
tatis de sua ascendencia e nobreza prole-
nda pelo Doutor Elzevao Galego Vidua-
meu De rembarador e Conregedor do Civil
em ella minha Corte, que adpresente serve
por impedimento do De rembarador D. Amas
da Fonseca e Diqueyra e para dize e scrita por
Antonio Soares Cueneyro Elzevao do dito
Juris em aquil depois de sua inquiricao
de testemunhas nãgã dize meu Conreg-
dor seu e suplicante pessoa inguito nobre
Christiao Vello seu meo de mudo e dize
e legitimo descendente das ditas familias
de Teyves e Vasconcellos por prova ser li-
lho legitimo do Doutor D. Henrique Xavier
da Gama e de sua molher D. Anna Luiza Al-
fonsa de Teyve e Vasconcellos seu por essa
parte do Cappitã deão Martim de Vascon-
cellos Pedateo de mudo e de sua m.
D. Isabel Trancosa e pella fãtina ser Neto
do Altes Redo de Lemis Machado e de
sua molher Serafina da Gama e que os di-
tos Pais e Avos foram pessoas muito
Nobres e legitimas descendentes das ditas
familias de Teyves e Vasconcellos de cujas
Virtus usaram e como tais se tratam aley-
da Nobreza com Cavallos e Criados sendo Ci-
dadões da nobreza e governança da Cidade
de Angra sempre nas ditas terras e mudece



houvee raa algua de Juho Moura ou Ma
lito nem de outra insecta nassao, e assim lhe
pertencem ao supplicante de direito as suas
Armas. As quais lhe mando dar em esta
minha carta com seu Braço. E lino e lim
bre como aqui são devizadas, e assim como
fiel e verdadeiramente se acharão illuminadas
e gravadas em os livros do dito Rey, al meu
Rey D. Alphonso. Hum escudo partido
em pallas, na primeyra as Armas dos Teves
que são em campo de prata nove aneis
vermelhos em tres pallas. Na segunda as Ar
mas dos Videoncellos que são em campo
prata tres toras vermelhas de prata e sangui
nho. E lino de prata abeno, e dancendo de
ouro. E a guisa dos metes, e das Armas
simbre dos Teves que he hum toro de
prata amado de purpura, e hum toro de
ouro. As Armas na effigie, e por differença
hua hui azul com hum toro de ouro.
O qual escudo, e Armas, e coroa, e toros, e
o dho. D. Jozé de leyre, e Videoncellos, e lino
como as treuceris, e dellas, e lino, e dho.
Nobres, e antigos Hidalgos, seus antepassados
em tempo dos muy esclarecidos Reis me
us antecessores, e com ellas, e lino, e dho.
em batallas, Campos, Heios, e lino, e dho.
e exercitar com ellas todos os outros actos
lentos da guerra, e da paz, e assim as por

podera fazer em seus firmas, aneis, letras
e devizas, polas em suas cazas e edificações
e dexallas sobre sua propria sepultura e fi-
nalmente se podera levar a honra, gozar e
aproveitar de seus em todo e por todo como
a dita nobreza convem. Com o que quero e
me praz que haja de todas as honras, privi-
legios, liberdades, graças, mercês, isenções
e franquizas, que hão e devem haver os li-
dadegos Nobres e de antiga linhagem, e como
sempre de todo usaram, gozaram e des-
seus antepassados: pelo que Mando a todos
meus Desembargadores, Conregedores, Juizes,
Justicias Alcaides, e em especial aos meus
Reys Dairas Arautos e Alcaides e a qua-
rta quer outros officiaes e pessoas a quem
esta minha carta for mollada, e o conheci-
mento dela pertencer que em tudo haerem
prazo, e guardem e cumpriam o cumprimento
como nela he contheudo sem duvida nem
embargo algum que em ella he feita por
porque a dita he minha mercê. El Rey No-
sso Senhor o mandou por Manoel Reyva da
Silveira Rey Dairas Botucal Frey Manoel
de Sancto Antonio da ordem de S. Paulo e
Reformador do Couto da Nobreza por espe-
cial livração do dito senhor a dez em Lisboa
aos quinze dias do mes de Setembro do An-
no do Nascimento de N. S. J. C. de mil setecientos

Por estes quatro e nove. Com a
raça de Governador, Casado, e
da de ... e ... e ...
... da ... e ...
... e ... e ...

P. Ruy Larmas, P. L.

... de ... e ...
... de ... e ...
... e ... e ...

... de ... e ...
... e ... e ...

II

INTERPRETAÇÃO DIPLOMÁTICA DA C. B. A.

(M. A. N.)

Pela interpretação paleográfica que se acaba de ler, verifica-se que é a transcrição de um documento do século XVIII proveniente do Cartório da Nobreza, cujo copiador foi destruído pelo incêndio, que se seguiu ao Terramoto de 1755.

Este documento já era conhecido (1), mas nunca foi estudado na íntegra, nem publicado todo o seu texto.

É uma Carta Régia de Brasão de Armas de Nobreza e Fidalguia, seguindo a estrutura geral dos diplomas congêneres.

Quanto aos funcionários intervenientes na elaboração da C. B. A., e citados são :

(1) *Soares, Eduardo de Campos C. A.* — Nobiliário da Ilha Terceira, 2.ª ed. Porto, Livraria Fernando Machado, 1944, 2., Vol. tit. Vasconcelos.

Rei de Armas Portugal — Manuel Pereira da Silva Reformador do Cartório da Nobreza (por especial Provisão) — Frei Manuel de Santo António, da Ordem de S. Paulo Escrivão da Nobreza (Proprietário do dito Ofício) — Hilário da Costa Barreiros Teles, Cav. da Casa Real.

Sobre Manuel Pereira da Silva, Cavaleiro da Ordem de Cristo e Familiar do Santo Ofício (2), sabe-se que estava naquelas funções desde os fins de 1730 (3).

De Hilário da Costa Barreiros Teles, Cavaleiro da Casa Real, já há hoje documentação publicada em que mostra este funcionário como proprietário em funções, desde 10 de Abril de 1744 (6), assunto desconhecido quando foi elaborada a última listagem destes funcionários (7). Mas o que é interessante é esta C. B. A. indicar que Hilário da Costa Barreiros Teles era Cavaleiro da Casa Real.

Sobre Frei Manuel de Santo António e Silva sabe-se que pela Provisão de 29 de Março de 1745, exercia aquelas funções em sucessão a Frei José da Cruz (8), frades estes, que deveriam ter tido como principal missão, melhorar o nível científico da Corporação dos Reis de Armas e evitar, tanto quanto possível, tornarem-se públicos certos erros basilares na armaria e na heráldica portuguesa.

Sobre o brasão de armas há que pôr em destaque uma peculiaridade notável: a descrição das armas de Vasconcelos está correcta (9).

Pode-se considerar uma forma bem original, este facto,

-
- (2) — SÃO PAIO — *Cartas de Brasão de Armas (um ensaio de diplomática)*. «Armas e troféus». Lisboa, Instituto Português de Heraldica, 2.ª Série 1(3). Maio-Ago. 1960 p. 243.
- (3) — A.N.T.T. — *Chancelaria D. João V, L.80*, fol. 3, reg. 10, Alvará de Lix OU., 20-VI-1730; Despacho de Lix Doc., 8-VIII-1730; Enearte de Lix. Ou.; 26-VIII-1730; Registo de Lix Ou., 16-IX-1730.
- (6) — NORTON, Manuel Artur — *Carta de Brasão de Armas XIX*, «Armas e Troféus», 3.ª série. Lisboa, Instituto Português de Heraldica. 6. (2). Maio-Ago. 1974.
- (7) — SÃO PAIO — *Idem*, p. 247.
- (8) — *Ibidem*, p. 248.
- (9) — CONSELHO DE NOBREZA — *Boletim Oficial*. Porto, Livraria Fernando Machado, 1972, p. 277, 238, 348 e 358.

pois as descrições das armas, mesmo no século XVIII, eram feitas duma maneira, que demonstra bem o baixo nível dos conhecimentos duma linguagem tão perfeita como é a da armaria. Mas já o mesmo se não poderá dizer da descrição das armas dos Teives, cuja descrição é dum galicismo muito pronunciado :

«...de prata nove torteas vermelhos em três pallas... Timbre... hum leão de prata armado de púrpura com um torteau das Armas na espadua...»

O vocabulo *tourteaux* em português é traduzido por *arruelas*. Se bem que já Brancaamp Freire tivesse apontado a C. B. A., passada a João de Teive, em 1530, em que vêm escritas as palavras «torteas arruelas» (10) devido à época, ainda se poderia pensar na imaturidade do lexico português concernente à armaria. Mas no século XVIII em que já os Reis de Armas usavam o vocabulo *arruela*, não tem qualquer desculpa, quanto as formas arbitrárias e pouco científicas da utilização de palavras estrangeiras, pelos funcionários portugueses daquela corporação.

A descrição correcta das armas dos Teives seria :

De prata, nove arruelas de vermelho. T. leopardo de púrpura, armado de vermelho e carregado de uma arruela do mesmo sobre a espadua (11).

A notar ainda a diferença de timbres. Nesta C. B. A., o timbre é um leão de prata armado de púrpura.

Segundo o armorial português, o timbre do brasão de armas dos Teives é um leopardo de púrpura, armado de vermelho.

Não é a primeira vez que as armas dos Teives recebem como timbre um leão, com uma colaboração diferente da normalizada. Na C. B. A. de João de Teive, atrás referida, o timbre é um leão pardo de prata. Deveria e, devida ainda hoje ser

(10) — FREIRE, Anselmo Brancaamp — *Armaria Portuguesa*, sl. sd. p. 498.

(11) — Idem, *ibidem*.

muito difícil compreender, como será possível um leão vir re-presentado de pardo de prata!!!

Mas partindo da hipótese que o leão nesta C. B. A. estaria relacionado com uma dedução genealógica, em que este João José de Teive e Vasconcelos da Cama era descendente, daquele outro F. C. A., já mencionado, João de Teive, morador na Ilha Terceira, filho de Diogo de Teive e neto de Lopo Afonso de Teive, cuja C. B. A., teve como timbre um leão pardo de prata, já estaria explicada a razão meramente genealógica da incorrecção em armaria, do timbre não ser o leopardo. Tanto mais, que o João de Teive deveria ser o chefe da família Teive, pois não traz qualquer diferença a sua C. B. A.

A este facto, Braancamp Freire se refere (12), assim como Sanches de Baena que secreve, «...fidalgos e do tronco desta geração.» (13).

E, São Paio diz mesmo: «só aos chefes das gerações era permitido usar as armas tal como se encontravam registadas nos armoriais, chamadas então limpas e direitas (14).

E, portanto no campo da genealogia, (vid. o Cap. III), que a resposta definitiva é dada à questão sobre o timbre ser um leão, na presente C. B. A.

-
- (12) — Idem, *ibidem*.
 (13) — SANCHES DE BAENA, Visconde de — *Archivo Heraldico-Genalogico*. Lisboa, Typographia Universal de Thomaz Quintino Antunes. 1872, p. 327, n.º 1287.
 (14) — SÃO PAIO, Marquês de — *Do Direito Heraldico Portuguez*. Archivo do Conselho Nobiliarchico de Portugal. Conselho Nobiliarchico de Portugal.

III

A FAMÍLIA DE JOÃO JOSÉ DE TEIVE E VASCONCELOS DA GAMA (J. P. F.)

A análise da C. B. A. permite estabelecer uma pequena dedução genealógica da família em questão. Assim, temos que

Pedro de Lemos Machado,
alferes c. c. Serafina da
Gama



Dr. Francisco Xavier da
Gama

João Mendes de Vasconce-
los, capitão, fidalgo da Ca-
sa Real c. c. D. Isabel Fran-
cisca



D. Luisa Antónia de Teive
e Vasconcelos

João José de Teive e Vasconcelos da Gama
natural de Angra, ilha Terceira

O «Nobiliário da Ilha Terceira» (1) não nos esclarece sobre a pessoa do Dr. Francisco Xavier da Gama, acerca de quem nem indica a filiação. Poutro lado, mostra-se também bastante omisso quanto a dados biográficos do ramo Mendes de Vasconcelos, embora alinhe a ascendência toda até ao primeiro que, do apelido, passou aos Açôres. Por isso, me parece útil, estabelecer aqui, a partir de elementos inéditos, uma genealogia da varonia do armigerado, através da qual se pode verificar que na sua ascendência até se encontram pessoas armigeradas. Este, aliás, levar-nos-ia a estranhar que João José de Teive não invocasse essa sua ascendência mais directa, a varonil, para lhe concederem armas a ela referente. E só não o estranhamos porque temos bem presente que é vulgar uma família decair tanto até chegar ao ponto de desconhecer as suas origens, cabendo mais tarde ao genealogista o desenterrar de linhas que já nada diziam aos próprios descendentes. Por isso, João José de Teive e Vasconcelos, teria invocado a ascendência materna, ascendência essa aonde irá buscar os apelidos que transmite aos seus filhos, em detrimento total dos nomes paternos.

* * *

1 **MARTIM ALVERNAZ DE MENDONÇA** — Viveu no Faial, nos finais do século XV. C. c. D. Brazía da Camara (2).

Filhos :

2 **Fernão Alvernaz de Mendonça**, que segue.

2 **FERNÃO ALVERNAZ DE MENDONÇA** — C. c. Paulina Furtado de Mendonça, filha de Fernão Furtado de Mendonça, que passou do Reino à ilha da Madeira, e desta à Graciosa e de D. Guiomar de Freitas (3).

Filhos :

3 **André Furtado de Mendonça** que segue.

(1) — Soares (Carcavelos), Eduardo de Campos de Castro de Azevedo — *Nobiliário da Ilha Terceira*, 2.^a ed. Vol. 2, Porto. Fernando Machado, 1944, p. 437.

(2) — Idem, *ibidem*, p. 57.

(3) — Carcavelos, estabelece uma confusão, no seu título de *Furtados de Mendonça (outros)*, quando diz ser tronco desta família (op. cit, p. 57) este Fernão Alvernaz (a quem chama Albernoz) de Mendonça), quando é a sua mulher — de quem ele desconhece a filiação — que é filha de um Furtado de Mendonça. como se deixa dito no texto.

- 3 Beatriz Furtado, c. s. g.
- 3 Fernão Furtado de Mendonça, residiu no Faial, c. c. Maria de Lemos de Faria. Teve C. B. A., um escudo pleno de Furtados de Mendonça, diferença, uma merleta preta (4).
- 3 Guiomar de Alvernaz de Mendonça, c. c. Álvaro da Silva. C. g.
- 3 Catarina Duarte de Mendonça, c. c. João da Terra, capitão.
- 3 Gaspar Alvernaz de Mendonça, c. c. Maria da Veiga. C. g.
- Maria Furtado, c. c. Cristovão Pereira Sarmento.
- 3 Belchior Furtado de Mendonça, c. c. Beatriz da Veiga, irmã de Maria da Veiga, acima referida.
- 3 Helena Furtado de Mendonça.
- | | |
|--------------------------|--|
| 3 Paulina da Purificação | } freiras no Convento
de S. João do Faial |
| 3 Águeda de Santa Clara | |
| 3 Clara da Conceição | |

3 **ANDRÉ FURTADO DE MENDONÇA** — O «Nobiliário da Ilha Terceira» limita-se a dizer que foi casado e com geração (5).

C. no Faial com Catarina de Lemos de Faria, filha de

Filhos :

4 **Manuel de Lemos de Faria**, que segue.

4 **MANUEL DE LEMOS DE FARIA** — C. no Faial (ou Pico ?) com Bárbara Goulart Homem.

Filhos :

5 **António de Lemos Faria**, que se segue.

5 **ANTÓNIO DE LEMOS DE FARIA** — Capitão. Passou à ilha

(4) — Carcavelos, *op. cit.*, p. 61. Este Fernão Furtado de Mendonça é pai de Fernão Furtado de Faria, em quem Carcavelos dá começo ao § 3.º, do citado título *op. cit.*, p. 59).

(5) — Idem, *ibidem*, p. 57.

Terceira, onde c. em S. Sebastião com Catarina Machado Leonardo.

Filhos :

6 **Pedro Gonçalves de Lemos**, que segue.

6 Sebastião de Lemos, c. c. Ana Vaz de Borba, filha de Baltazar de Borba, neta de Bartolomeu Vaz de Borba. S. g.

6 Maria de Lemos, fal. em Janeiro de 1711. C. 1.^a vez com Francisco Ferreira Drummond, filho de Manuel Afonso Ferreira Drummond e de D. Filipa Mendes de Vasconcelos (6) C. g. até à actualidade.

C. 2.^a vez com Bento Godinho da Costa e Drummond, capitão nas Quatro Ribeiras, filho de Diogo Raimundo Drummond e de Maria Rodrigues (7). C. g. até à actualidade.

6 Inês de Lemos, c. 1.^a vez com Francisco Álvares Sizuado, escrivão do Castelo de S. João Baptista de Angra. S. g.

C. 2.^a vez com Francisco Coelho Ramalho, natural de Lisboa (freguesia da Santíssima Trindade, hoje Sacramento), escrivão da Provedoria dos Resíduos da ilha Terceira (8). C. g. até à actualidade.

6 Bárbara Goulart, c. c. Amaro Furtado de Mendonça, seu primo, filho de António Furtado de Mendonça e de Cecília Homem da Costa (9). C. g.

6 Madalena de Freitas, c. c. António Cardoso. S. g.

6 Catarina Machado de Faria, c. 1.^a vez com Sebastião de Azedias, alferes de Ordenanças, filho de Pedro Jacques de Oliveira e de Isabel Gomes de Campos (10). C. g. até à actualidade.

(6) — Forjaz, Jorge, Mendes, António — *Genealogias da Ilha Terceira*, manuscrito, tit. de *Drummonds*, § 4.º, n.º 7.

(7) — Idem, *ibidem*, cit. tit, § 2.º, n.º 9.

(8) — A.N.T.T., Chancelaria de D. João IV, L. 14, fol. 30.

(9) — Forjaz, Jorge, Mendes, António — *op. cit.*, tit. de *Furtados de Mendonça*, § 3.º, n.º 5.

(10) — Idem, *ibidem*, tit de *Oliveiras*, § 2.º, n.º 3.

C. 2.^a vez com Pedro Lourenço Fagundes.

6 Ana de Faria, fal. solteira.

- 6 **PEDRO GONÇALVES DE LEMOS** — C. em Santa Bárbara a 27-2-1631 com Maria Machado (ou Fernandes), filha de Antão Martins Fagundes e de Bárbara Dias Vieira (casados em Santa Bárbara a 5-VI-1560).

Filhos :

7 **Pedro de Lemos Machado**, que segue.

7 Manuel de Lemos Machado (ou de Faria), capitão. C. c. Isabel Coelho Machado, filha de Manuel Machado de Toledo. C. g. nas Doze Ribeiras e Vila Nova.

- 7 **PEDRO DE LEMOS MACHADO** — Alferes. C. c. Serafina da Gama, filha de Domingos de Figueiredo da Gama, o qual passou à ilha Terceira, com fama de ser filho natural de D. Cristovão da Gama.

Filhos :

8 **Francisco Xavier da Gama Fagundes**, que segue.

8 Inácio, bat. na Conceição a 26-X-1687.

8 Cristovão de Lemos, bat. na Conceição a 19-V-1689. Frade capucho.

8 Manuel Machado da Gama, c. c. D. Joana Josefa de Vasconcelos, fal. na Sé a 11-X-1724, filha de João Mendes de Vasconcelos e de D. Isabel Francisca (11). C. g. extinta.

8 D. Rosa, bat. na Conceição a 20-III-1692, freira no Convento de S. Gonçalo, de Angra.

8 D. Micaela, n. na Conceição a 19-VII-1696, freira no mesmo convento.

8 D. Antónia, n. na Conceição a 5-X-1698, freira no mesmo Convento.

- 8 **FRANCISCO XAVIER DA GAMA FAGUNDES** — Bat. na Conceição a 12-III-1685. Bacharel em Medicina, pela Universidade de Coimbra.

C. na Ermida de N.^a Sr.^a da Boa Nova (registos da Concei-

(11) — Idem, *ibidem*, tit de *Vasconcelos*, § 6.^o, n.^o 7.

ção) a 14-X-1714, com D. Luisa Antónia de Teive e Vasconcelos, filha dos acima citados João Mendes de Vasconcelos e de D. Isabel Francisca.

Filhos :

9 **João José de Teive e Vasconcelos**, que segue.

9 Pedro Manuel de Teive e Vasconcelos

9 D. Antónia Inácia de Teive e Vasconcelos

9 D. Ana Brizida de Teive e Vasconcelos

9 D. Maria de Teive e Vasconcelos

9 D. Bernarda de Teive e Vasconcelos

- 9 **JOÃO JOSÉ DE TEIVE E VASCONCELOS** — N. em Angra e c. na Ermida de N.^a Sr.^a da Natividade (registos da Sé) a 2-VII-1755 com D. Brites Jacinta de Castro, filha de Francisco Machado Pamplona Côrte-Real e de D. Maria Isabel do Canto e Castro (12).

Teve C. B. A. que se estuda no presente trabalho. C. g., entre a qual se encontra citada no capítulo I, e que deteve, até ao penúltimo proprietário o pergaminho original. O Apelido extinguiu-se, pois não teve descendência masculina continuada.

* * *

No capítulo II deste opúsculo, o co-autor e meu Amigo Dr. Manuel Artur Norton, sugere uma explicação genealógica para o facto de o timbre dos Teives estar mal representado na C. B. A. que estamos apreciando. Segundo o armorial português, o timbre dos Teives é um leopardo e não um leão. Ora, nesta C. B. A. o timbre apontado é efectivamente um leão, tal como aconteceu com a C. B. A. concedida a João de Teive em 1530. Então, estaria o facto explicado se, João José de Teive e Vasconcelos fosse descendente daquele João de Teive, estando o erro explicado por uma errada tradição que foi respeitada.

Ora, João José de Teive, é efectivamente descendente de João de Teive, tal como se segue :

(12) — Idem, *ibidem*, tit de *Pamplonas*, § 2.^o, n.^o 9.

JOÃO DE TEIVE

Fidalgo da Casa Real, cav. da Ordem de Cristo. Teve C. B. A. a 5-X-1530.

C. c. Leonor Mendes de Vasconcelos (13)

JOÃO DE TEIVE, O MOÇO

C. c. Francisca de Barcelos Machado, filha de Pedro Pinheiro de Barcelos e de Inês Gonçalves Machado (14)

INÊS DE TEIVE E GUSMÃO

C. c. Francisco Lagarto Lobo, tabelião na Praia, filho de Pedro Vaz Lobo e de Margarida Vieira (15)

JOÃO DE TEIVE LOBO

C. na Sé de Angra a 20-I-1597 com D. Inês Pacheco, filha de Álvaro Pires Ramires, o Velho e de Genebra Pacheco (16)

D. MARIA DE TEIVE LOBO

C. na Praia a 8-II-1621 com João Mendes de Vasconcelos, bat. na Praia a 5-VI-1597, fid. cav. da Casa Real, filho de Martim Mendes de Vasconcelos e de Ana Vaz Fagundes (17)

ANTÓNIO MENDES DE VASCONCELOS

Fal. na Sé de Angra a 4-I-1660. Fid. Cav. da Casa Real (18). C. na Sé a 29-X-1657 com D. Joana Pereira, filha de Nicolau Alemão Baptista e de Helena Pereira (19)

(13) — Carcavelos, *op. cit.*, tit de *Teives*, § 1.º, n.º 2.

(14) — *Idem, ibidem*, tit de *Pinheiros de Barcelos*, § 1.º, n.º 2.

(15) — Forjaz, Jorge; Mendes, Antónia — *op. cit.*, tit de *Lobos*, § 1.º, n.º 2.

(16) — *Idem, ibidem*, tit de *Ramires*, § 1.º, n.º 4.

(17) — *Idem, ibidem*, tit de *Vasconcelos*, § 4.º, n.º 3; Carcavelos, *op. cit.*, § 2.º, n.º 4.

(18) — A.N.T.T., *Matricula da Casa Real*, L. 13, fol. 73. Alvará de 9-V-1645.

(19) — Forjaz, Jorge; Mendes, António — *op. cit.*, tit de *Vasconcelos*, § 6.º, n.º 5.

JOÃO MENDES DE VASCONCELOS

Bat. na Sé a 15-XII-1658. Fid. Cav. da Casa Real. Capitão de Ordenanças. C. no Oratório do Paço Episcopal (reg. Sé) a 2-II-1695 com D. Isabel Francisca, filho de Braz Vieira e de Maria de Ávila.

D. LUISA ANTÓNIA DE TEIVE E VASCONCELOS

C. na Ermida de N.^a Sr.^a da Boa-Nova (reg. Conceição) a 14-X-1714 com o Dr. Francisco Xavier da Gama Fagundes, citado na parte genealógica deste capítulo, sob o n.^o 8.

JOÃO JOSÉ DE TEIVE E VASCONCELOS

A quem foi concedida a presente C. B. A.

JOÃO AFONSO

O TRAJO NOS AÇORES

SUBSIDIO PARA ESTUDOS DE VESTIARIA ANTIGA

UM VOCABULÁRIO

JOÃO AFONSO

O TRAJO NOS AÇORES

Vêm descalços. Na cabeça
Um lenço grande, enramado,
A saca e as botas ao ombro
E o xale posto a um lado.

Cortes-Rodrigues, 1924-transcrita por Couto Viana em «Co-ração Arquivista», 1977).

Vê-los-ei, disse, à francesa,
Depois disso à castelhana;
Hoje andam à bolonhesa,
Amanhã à sevilhana
E já nunca à Portuguesa.

Simão Machado, in «Come-dia de Alpheia, séc. XVI).

Minha tia Marianinha,
Cabelo apartado ao meio,
Cheia de botões de vidro
Nas carreirinhas do seio.

(Nemésio—Festa Redonda, 1950)

ESQUEMA

— Perambulando

- 1. INTRODUÇÃO
- 2. OS DADOS, SUA SELECÇÃO,
EXPLICAÇÕES E ORDENAMENTOS
- 3. VESTEAS E ADORNOS
EM VELHOS PAPEIS
- 4. MICROANALISE DE FONTES,
EM 18 QUADROS DAS NOVE ILHAS,
DAS PEÇAS DE VESTUÁRIO E DE ADORNO
FEMININAS E MASCULINAS
- 5. PARA A GENEALOGIA
DOS TRAJOS DA REGIÃO
- 6. NA GÉNESE DESTE SUBSÍDIO :
DOIS ARTIGOS DE JORNAL
E SUA TRANSCRIÇÃO
- 7. UM VOCABULÁRIO DA VES-
TIMENTA ANTIGA E SEUS TECIDOS
- 8. GUIA PARA O RECONHECIMENTO ICONOGRÁ-
FICO DAS PRINCIPAIS PEÇAS MENCIONADAS
- 9. BIBLIOGRAFIA

Fazendo menção de que cem anos antes eram ainda usuais o manto e o capote, um jornal angrense de 1895 publicava, em artigo de J. S. :

«Já que a moda invadiu estas terras, ao menos que a história os registre (aos costumes populares nos Açores) para tempos que houver mister. («A União», n.º 388)

PERAMBULANDO

A identificação sob critérios etnológico e histórico do traje praticado pelas gentes açorianas nas suas ilhas constitui o propósito porventura desmedido deste trabalho cuja ambição não vai além de proporcionar algum préstimo, comum mas seguro.

Ao longo de meio milénio de confinamento a ilhas, onde a vida em comunidade seguiu por ciclos de abertura ao mundo e de isolamento que ora as impeliam para uma evolução, mais ou menos precipitada, ora as preservavam em situações conservadoras de usos e costumes de arreigada tradicionalidade, o vestuário tomou nos Açores modos de estabilidade própria, ganhando uma imagem de fixação que não foi facilmente atingida por soluções de continuidade.

Os factos atinentes ao conhecimento do traje são aqui abordado sob vários ângulos de análise, todavia não além de limites que mal ultrapassam o da intenção de um ordenamento de materiais. Escolhidos de entre descritivos, aliás nem sempre rigorosos e raramente completos, nos quais — como se há-de notar com facilidade — se sacrificava a correcção ao pitoresco, a presente selecção não foi fácil e pode até ser polémica. No entanto, fica-se a dispor, porventura, de um instrumento de consulta útil, respondendo-se assim, embora com quinze

anos de atraso sobre a **Defesa do Património Tradicional** (*), e num sector específico, tão só à necessidade urgente de melhor conhecer o arquipélago neste particular.

Pela força dos exemplos resultantes de buscas aturadas e de aplicados estudos de um Luís Ribeiro, **alma e consciência da nossa ilha** (a Terceira) **e dos Açores** — que assim o referiu Nemésio — gerou-se, com as propostas globais contidas na defesa desse património comum, o gosto de tirar a limpo diversos valores açorianos susceptíveis de interesse antropológico-cultural.

Os temas dos Açores têm suscitado estudos cuja importância, pela sua qualidade e extensão, virá a ser plenamente avaliada pela bibliografia deste século em continuação e ampliação das relações constantes da **Biblioteca Açoriana** de Ernesto do Canto.

Nestes domínios da Etnografia e Etnologia e da Antropologia Cultural e depois de um José Leite de Vasconcelos que, com Arruda Furtado e Armando da Silva, Ricardo Severo e Rocha Peixoto, excitou a intenção perscrutadora de Luís Ribeiro, sucederam-se exemplos que importam — bem que a níveis vários — aos Açores; Portas-adentro, com Luís Ribeiro, colocam-se Corte-Rodrigues e Carreiro da Costa; e, entre os demais que, de fóra, se ocuparam dos factos açorianos, acham-se Veiga de Oliveira, Benjamim Enes Pereira e, mais recentemente (anos 70), Joanna Purcell (no quadro da recolha e interpretação da literatura oral) e Mari Lyn Catherin Salvador, antropóloga doutorada pela Universidade da Califórnia e discípula de Ann Gayton, que, no arquipélago (e especialmente na Terceira), estudou os múltiplos e grandiosos ciclos etno-religiosos do «Espírito Santo» cuja amplitude fôra vislumbrada já na oportunidade da **defesa do património tradicional** atrás anotada.

Urgindo, também nos Açores, a consciencialização da força entranhada dos fenómenos etnosociais, formulam-se já as imposições (ou pelo menos algumas) da correlação **responsabilidade cultural/tempo de actuação**, no sentido valorizador das riquezas de expressão afectas ao povo nas suas comuni-

(*) «*Defesa do Património Tradicional dos Açores — As Festas do Espírito Santo e Excelência da sua Tradicionalidade*» (Conferência integrada na IV Semana de Estudos dos Açores que proferimos no Teatro Micaelense e cujo texto foi publicado na «Atlântida», Vol. XIII).

dades e contra o processo de degenerescência cultural que abastarda o carácter individual e colectivo.

Com efeito, os traços de identificação das Ilhas — Madeira e Porto Santo e Açores, identificação física e moral, têm sido esquadrihados nos últimos tempos, enquanto se impunha, por si, ao carácter ilheu a resposta política da Autonomia de conteúdo completo ou seja de autogovernação.

Na inteligência íntima de uma situação lusíada e atlântica (mais que situação, pois trata-se de **condição**), vão-se operando nos Açores **modificações** para as quais o corpo social dispõe de forja e dos moldes ; e se algo nos Açores se reivindica, é apenas o que se refere a meios compensatórios ; e se algo aqui se requer, é apenas o reconhecimento da identidade insular própria independentemente de serem grandes ou não as diferenças idiossincráticas (que até não são).

Verdadeiramente, baila nos Açorianos uma natural e exclusiva **sapateia**, a «sapateia açoriana» que Nemésio **puxou** com a emoção de quem já sentiu, por exemplo, o real «império» do Encantado, Rio de Janeiro, e que os demais sabem também, e a seu modo, **puxar** na vibração de sentimentos, comuns a todos.

Desde Teófilo Braga e Teixeira Soares, que o forneceu de cabedais folclóricos, até ao cantador popular e a quantos hauriram a experiência de mar, vulcões, solidão e isolamentos, de saudades acumuladas na «terra firme» dos continentes longínquos, distantes da «ilha», havia de ficar o rasgo profundo onde se enraizou o luso-atlantismo que se pretende com consciência determinativa.

Mexe com esta gente a tal **sapateia** de piso firme, a brotar e a extravasar bem do fundo da alma e que, pelo tempo, se amalgamou com o sangue, em temperamento diversificador.

O mundo vem progressiva e imparavelmente a provocar a degradação de «ilhas culturais», precipitando o voragem das «pequenas culturas». Em contrapartida, o «continente» massificado corresponde mal (ou nem sequer responde) à necessidade da reabilitação geral do carácter distintivo de cada povo. É a poluição da cultura que enxameia os ambientes de pureza perdida.

E isso é tanto mais grave quanto os padrões tecnológicos

apenas se ocupam de modelos únicos absolutamente distraídos das variantes de sensibilidade e personalidade, da idiossincrasia que lugar e tempo modelaram.

Os estudos antropológicos, árduos e custosos de perspectiva científica e histórica, tendem entretanto a apertar as malhas de uma tessitura que exige tempo de elaboração responsável. É que se busca, com rigor, o povo real; e, este, podendo embora ser encontrado nas montras mumificadas de um museu ou nas paradas mortas de uma exibição folclórico-turística, esse só existe se viver; e, para que viva autenticamente, não pode ele estar sujeito aos agressivos abusos do futuro que esquece e posterga o passado.

É, então, que a poesia surge, oferecendo-se na medida que Natália Correia fixou, com notação por sinal científica:

«O capital do futuro é a memória do passado».

Com Jorge Dias se sabe que «a herança cultural de um povo é fatalmente afectada por influências do exterior (**aculturação**) e por transformações de estruturas determinadas pela sua própria evolução». Mas isso resulta da vida e não é quanto importa. Do mesmo modo que não importa, nem seria perfeitamente possível catar as origens («toda a questão de origens é perigosa, uma vez que a origem está sempre ou muito no cimo ou muito no fundo», conforme o filósofo da cultura Ortega y Gasset, exactamente evocado por Hoyos Sainz em «Manual de Folklore», p. 242). O ponto está em entrar de posse da consciência dotada das razões e dos porquês das coisas que são boas na sua estabilidade funcional.

Ora a vestimenta de outros tempos foi útil e conveniente, e só razões conjunturais a pertubaram. Algo aflorará com a demonstração de que «a feroz resistência popular à uniformidade descolorida, falha de beleza e de pitoresco no traje» envolve uma lição, várias lições, que se desprenderão da matéria a ordenar nas páginas seguintes.

Agradecemos às Secretarias Regionais da Educação e Cultura e dos Transportes e Turismo pelos respectivos titulares, ao Director Regional dos Assuntos Culturais, ao Prof. Francis Rogers, da Universidade de Harvard, ao director do Whaling Museum, de Nova Bedford, Richard Kugler, aos coleccionadores srs. Thiers de Lemos, D. Maria Goulart e Ermelindo Machado

Ávila (Faial e Pico), e Joel Ávila («Nelson Rare Bookseller» — N. Bedford), assim também aos técnicos de fotografia srs. João Soares Ávila e Paulo Lobão e à Comissão Regional de Turismo da Horta e à Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Angra do Heroísmo as facilidades, em elementos de consulta, para satisfação do encargo do trabalho que aí fica e cujo desenvolvimento, a partir de dois artigos (**), que publicámos em «Letras e Artes» do Diário Insular, foi estimulado pelo consócio no Instituto Histórico da Ilha Terceira senhor dr. José Guilherme Reis Leite, Secretário Regional da Educação e Cultura.

JOÃO AFONSO

(**) «Um Vocabulário relativo ao Trajo Açoriano e seu Enriquecimento por Buscas no Vocabulário de Bluteau» (n.º 8985, de 30.IV.76) e «Etnografia Açoriana — Escassa a Iconografia da Antiga Vestiária Popular» (n.º 9221, de 18.II.77).

O TRAJO NOS AÇORES

SUBSIDIO PARA ESTUDOS DA VESTIARIA ANTIGA

1. INTRODUÇÃO

Se, como notou Lina Mondini Lugaresti, «le costume est l'homme», se, como acentuou Ch.-Wagner, «l'habit n'est pas une simple couverture» (1) e se o trajo e o trajar são influenciados por factores de vária ordem — do meio físico, do desenvolvimento económico-social, do estado psicológico e até de razões morais e religiosas — ; se a moda, invariavelmente insinuante e perturbadora, fixa determinados sinais caracterizadores apesar da volubilidade e dos caprichos que a marcam ; pois, se assim é, ter-se-á de considerar de interesse etno-cultural o conhecimento, época a época e com vista à História, da vestiária com seus acessórios, adornos, atavios e embelezamentos extra, pois que, por esse conhecimento, se topam e se podem aferir valores da situação da sociedade, quer a nível de comunidade quer de indivíduo a indivíduo, de pessoa a pessoa.

Logo à partida para a prospecção e estabelecimento de uma série de observações que o tema suscita e para um ordenamento de dados diversos esparsos cuja análise se impõe com minúcias, — convém ter presente que, há quarenta anos já, aí por 1939, quando o etnógrafo dr. Luís Ribeiro se debruçou sobre o traje popular terceirense (2), teve o autor de fazer ver, com prevenção, que sofreria inevitavelmente de lacunas o trabalho que pretendesse ser de verdadeira reconstituição histórica nestes domínios, mesmo que se quisesse recuar tão somente ao princípio do século. Isso será tanto mais de relevar quanto é sabido que, em 1872, Felix José da Costa Sotto - Mayor, ao ocupar-se do tão característico **manto de mulheres** da ilha Terceira, avançava : «Todavia pode-se afirmar que ao **manto** já chegou a sua decrepitude e deveria entrar na reserva ou reformar-se, para que só passados anos pudesse figurar, em tempo carnavalesco, nalguma mascarada faceta como epitáfio **histórico** de si mesmo (3). Isto é : o **manto** estava condenado a **passar** efectivamente **à história**, à classe das velharias, ao hirto manequim-expositor de museu. Luís Ribeiro, em 1947, quando de uma série de artigos seus sob o título geral de «Angra há 50 anos», cuja publicação em «Diário Insular» sugerimos, apontava que os mantos «raríssimos e desbotados» estavam «a pedir museu» embora no fim do século ainda se vissem na cidade «nuvens de mulheres de manto»... Como nestes cem anos tudo se foi diluindo na voragem da **modificação** e, sob a influência dos factores fenomenais das alterações culturais, se perderam ou abastardaram os padrões estáveis capazes de garantir testemunho autêntico do passado, tem pois o observador e pesquisador actual (e já era o caso de Luís Ribeiro) de recorrer a materiais não definidos na época própria, para só depois poder, em tentativa provavelmente vã ou de estreita amplitude, preencher as apontadas lacunas a fim de estabelecer a verdade das coisas.

Para os Açores, estão longe de ser ricos, em número e nas expressões de que se revestem, os dados que permitissem uma segura reconstituição da vestiária antiga. A iconografia não abunda, as fontes escritas directas de especialistas não atingem medida que vá além da escassez, sendo, por outro lado, inalcançáveis certos elementos que eventualmente poderiam responder a questões em aberto, cuja abordagem, entretanto, não se pode recusar sob pena de nada se avançar. Ainda que apenas por tentativas de busca, e seja como fôr, os recursos a explorar situam-se em :

a) Obras descritas de um ou outro viajante e de memorialistas ;

b) referências de visitantes ocasionais em, por exemplo, diários e outros papeis de bordo de navios, designadamente barcas baleeiras (4) que demandavam os portos insulares ;

c) posturas municipais e fontes similares, impressas ou não, como são, nestas últimas fontes, as constituições sinodais ;

d) papeis tabelionares e treslados, em livros de confrarias e conventuais, de actos com menções, tal como nas fontes anteriores, a peças de vestuário ;

e) elementos iconográficos — quadros pintados, gravuras, etc. ; e, como é obvio, fotografias (e algumas verdadeiramente preciosas, acabámos por localizar nos Açores e na Nova Inglaterra) ;

f) uma que outra peça seleccionada em colecções, museológicas ou não, que mereçam confiança, assim se dizendo porque há, realmente, necessidade de destrinça, assaz apertada de exigência, nas várias fontes, tornando-se indispensável uma crítica cingida a todas estas.

Desde cedo no século XIX, autores nacionais e estrangeiros ocuparam-se da descrição em linhas gerais dos traços de cada ilha, registando também por vezes preciosas observações. De maneira geral, trata-se no entanto de descritivos limitados a registo simples sem intenção interpretativa, histórica ou de outra ordem. Certo é, também, que nem sempre esses autores se preocuparam com o exame directo dos materiais mencionados, verificando-se o recurso à cópia do que fôra escrito em tempos menos cuidadosos os de rigor.

É já no século XX que se aborda ou estuda monograficamente o traço de uma ou outra ilha, de uma que outra espécie característica.

José Leite de Vasconcelos, com o seu saber etnográfico, ordenou as observações do seu «mês de sonho» nos Açores numa conferência que veio a ser publicada com anotações.

Luís Ribeiro, colocando-se numa ilha apenas — a Terceira — é quem primeiro firma um estudo completo em vários ângulos, vindo a caber ao etnólogo Wilhelm Giese um segundo estudo, comparativo este, e de âmbito universal, só possível aliás a partir de fontes tão seguras como as de Leite de Vasconcelos e Luís Ribeiro.

Depressa se impuseram ambos eles como clássicos imprescindíveis a outras acções prospectivas mais amplas no sentido de um espectro geral que abrangesse todos os Açores e contemplasse as diversas espécies de vestimenta. São sempre seguras as informações dos três autores. Pelo que eles comprovam invariavelmente, facilitam a compreensão dos factos etnográficos.

Fontes não propriamente etnográficas mas literárias baseadas algumas em fina observação, bem servida por enorme curiosidade, ajudam — quanto ao século passado — a explorações que provavelmente enriquecem o conhecimento geral do assunto, conduzindo a campos mais largos a apreensão do fenómeno etno-cultural insular açoriano nestes domínios.

Aliás, a exploração cronológica de dados permite porventura o esboço da evolução de cada peça de vestuário dentro da parcela ilha e na região, sendo que a partir do acerto destes dados se facilitará o estudo comparativo com os factos paralelos doutras áreas nas mesmas épocas.

Algumas dissertações de licenciatura em Letras — uma anterior ao mear do século e outras mais recentes — facultam elementos que, por via de busca em fontes impressas ou talvez por trabalho de campo, são também de ter em conta e de aproveitar na medida em que resultaram de acção metódica de busca sob orientação bem determinada no possível rigor universitário, policiado pelos mestres.

O surgimento da era industrial trouxe uma revolução ao quadro da vestimenta pela utilização de materiais diversos dos antigos e por uma acomodação a condicionalismos de dispersão e de massificação. A era da moda extensiva a vastíssimas camadas de povo estava também encetada, facilitando toda uma estandardização os variados e penetrantes meios de comunicação. O traço regional com suas características ia sofrer frontalmente, perdendo-se não apenas o pitoresco das diferenças e das peculiaridades mas também certos segredos de adaptação ao meio que os séculos haviam normalizado, cada geração a aprender com a geração anterior, tudo se acamando na estabilidade.

As situações conservadoras de uma época, pelo seu carácter de normalidade, não despertam o interesse da descrição objectiva e só indirectamente surgem testemunhas.

Quando no século XIX se começa a atentar nas peculiaridades do traço nos Açores são os memorialistas estranhos às ilhas quem primeiro as aponta, faltando aos naturais documentos elucidativos das épocas anteriores à de cada um para que falem das antigas peças.

O recurso a fontes indirectas só insufficientemente responde às necessidades de investigação. É assim que as lacunas nos séculos XVIII e anteriores são impreenchíveis em larga medida, de onde a dificuldade de articulação de factos etnográficos a partir das menções, aliás não intencionais, dos vestuários quinhentistas referidos por Gaspar Frutuoso nas suas «Saudades da Terra» e das especificações de verbas nos actos tabelionares que se revelarão adiante.

Sendo assim, quer por Frutuoso quer por outras fontes, se encontram dados susceptíveis de fornecer um panorama elucidativo de componentes dos trajes eclesiástico e militar como do traje civil. Assim se anota :

batinas de gala pespontadas,
 batinas de castor ou de baeta sobrecosidas,
 vestidos de lemiste e capas romanas,
 xamarras compridas, de castor ou de baeta com sobremangas,
 roupões de baeta ou de chita,
 vestidos inteiros de veludo, pano fino ou ordinário,
 compostos de casaca, veste e calção,
 sobrecasacas,
 capotes,
 jozesinhos,
 fardas,
 calções de veludo, cetim, seda, camurça e pano,
 vestidos de mulher, com casaco, veste e saiote,
 librés,
 hábitos ou opas de confraria,
 barretes de cantos, e outros do povo e carapuças do pano de que se vestiam,
 carapuças de linho,
 coifas (usadas por homens),

pelotes de chamalote,
gibões de veludo,
vestidos de seda de muitas cores,
capas frisadas, etc.

tudo conforme rebuscos de fontes indirectas, como testamentos, posturas municipais, as Constituições Sinodaeas quinhentistas da diocese e textos de história geral.

Quanto às Constituições do Bispado de Angra, de lá se retiram especificações que (algumas delas) estão correlacionadas com o trajo popular mantido nos séculos seguintes. Assim :

carapuças de lã,
carapuças de linho,
carapuças de luto,
barretes,
lenços lavrados (isto é bordados),
pelotes curtos,
aljubetas,
lobas,
calças,
tabardos, golpeados ou não,
chapeus,
sombreiros, e
cintas lavradas de ouro e prata,

Claro é que os termos acima constam das linguagens de toda a literatura portuguesa antiga, v. g. dos cronistas, sendo que, naturalmente, as respectivas significações eram comuns ao reinol e ao açoriano, ramos do tronco comum. E se aqui se alinham, destacadamente, todos os termos das séries acima, tem isso em vista preparar o alargamento do texto de um vocabulário de que o presente trabalho é sequência imediata constante do artigo «Um vocabulário relativo ao trajo açoriano e seu enriquecimento por buscas no Vocabulário de Bluteau» (vid. cap. 6), que foi elaborado a partir de um vocabulário de J. Leite de Vasconcelos.

*

Ao longo de todo o século XIX — em contraste com o século anterior — surgem autores abeirados dos Açores e suas especificações, todos reservando curiosidade notória, diga-se desde já, aos trajos populares, usos e costumes.

Entre os estrangeiros contam-se :

Thomas Ashe (5), Webster (6), Bullar (7), Boid (8), W. Frederic Walker (9), Jacob Hazen (10), Thomas Wentworth Higginson (11), S. G. W. Benjamin (12) e os Dabney (13), que se ocuparam inclusivamente quer quanto ao vestuário do povo quer quanto à indumentária já sob modelo influenciado por moda, exactamente quando o trajo «nacional» dos Açores, como diz Augusto Wahlen na sua obra «Moeurs, Usages et Costumes de tous les Peuples du Mond, d'après des documents authentiques» (14), vira para o teor inglês da vestimenta e, ao mesmo tempo, denota a influência penetrante da França, relativamente ao vestuário feminino.

Por altura do aparecimento da obra dos irmãos Bullar (15), ou seja antes do mear do século XIX, o terceirense dr. António Moniz Barreto Corte-Real, autor de «Belezas de Coimbra», publicava em folhetim, no jornal angrense «Anunciador da Terceira» (16), «Uma Festa do Espírito Santo» que, embora não dedicado expressamente senão àquelas tradicionais celebrações de devoção religiosa popular tão expressiva nos Açores, refere, dentro do descritivo geral e como nota colorida, as vestimentas da ocasião, tanto as que eram próprias da função religiosa como as da parte profana do ciclo festivo. Fá-lo numa perspectiva própria de estudioso, atento e perscrutador que sabe relatar os factos com amplitude noticiosa de feliz observação. De resto, o dr. António Moniz foi o primeiro açoriano a proceder a registos em termos flagrantemente do que era uso trajar (17). Seguir-se-lhe-ia logo Felix José da Costa Sotto Mayor Sucedem-se até ao fim do século F. Arruda Furtado (19), Silveira Avelar (20), António Borges do Canto Moniz (21), A. Silveira Macedo (22), J. V. Paula Nogueira (23), J. Duarte de Sousa (24) e outros, a partir dos quais os autores já do princípio, logo na primeira década, do século XX, se remetem, sem darem nota de maior preocupação quanto à real existência, isto é extensa sobrevivência dos trajos que ainda eram correntes anos atrás.

○ «Album Açoriano» (25), editado em Lisboa e coincidindo

a edição com as lembranças da Visita Régia às três ilhas principais, terá porventura sido o primeiro repositório gráfico conjunto dos trajes de várias partes do arquipélago e por isso contribui para a consciencialização alargada da identidade das raízes portuguesas da indumentária tradicional. Aliás é em um almanaque de trinta anos antes que saem, nos Açores, as primeiras reproduções de gravuras de trajes regionais dos Açores (de S. Miguel, Terceira e Santa Maria). Data de 1898 a série de artigos «Galeria dos Trajes Nacionais», que Alberto Pimentel inseriu na revista «Branco e Negro» (26), nos quais, quanto aos Açores, se refere como evidente a filiação do manto terceirense e do capote e capelo nos biocos do sul do país, aliás essa filiação vem a ser tida, mais tarde, por outros autores e sob análises exigentes, como cruzando-se nas capas de mulheres alentejanas e da Beira Baixa.

Próximos já da actualidade, isto é no séc. XX, os autores que se ocuparam dos trajes açorianos foram: Faustino da Fonseca (27), Câmara Reis (28), Marcelino Lima (29), Manuel Dionísio (30), A. Cortes-Rodrigues (31), A. A. Mendes Correia (32), F. Carreiro da Costa (33), a todos sobrelevando Luís Ribeiro e Wilhelm Giese, e ainda — bastante recentemente — as professoras dras. Lígia de Almeida Matos (34), Elsa Mendonça (35) e Maria Alice Borba (36). Como etnógrafos ou como curiosos da indumentária destas ilhas, por eles se abriram caminhos a futuras monografias alargadas do tema e até a possíveis reconstituições, mais ou menos felizes, de trajes.

A moda, cujas fronteiras convém determinar para se delimitar o campo verdadeiro do traje popular genuíno, é referida pela primeira vez com insistência em Webster (37), no ano de 1819.

Vinte anos volvidos e com atinada compreensão das pressões da moda, Bullar na sua clássica e sempre apreciada obra «A Winter in the Azores and a Summer at the Baths of the Furnas», de 1841 (38), não só não deixa de mencionar a moda dos tricórnios («cavalheiros cumprimentavam as senhoras nas ruas, usando chapéu de três bicos e espada»...), como também denuncia o processo evolutivo provocado pelo «figurino» importado, ao carregar um tanto de ironia a referência a «os tricórnios e as espadas» que «foram substituídos por chapéus redondos, de castor, e por bengalas» (próprios) do vestuário «do... **homem civilizado**». E logo mete ao ridículo, ao **descobrir** que «duas capotas inglesas, rígidas e amolgadas estragavam

um pouco a cena» e isso porque «a França e a Inglaterra ofereceram aos insulanos... as **últimas modas** femininas de Paris e os mais **recentes disparates** do traço masculino de Londres (39). As crianças, até essas, segundo o mesmo Bullar na famosa obra, não escapavam, porque «algumas» delas traziam «casacos de côr amarela e calças azuis claras, como nas capas novas da Revista de Edimburgo» (40) enquanto as outras, «de calções, usavam fatos de linho (local) de várias cores» (41).

Felix José da Costa, em Memória Estatística e Histórica da Ilha Graciosa (Angra do Heroísmo, 1845), remete, como adiante se reporta (Cap. 3) para um «antigamente» que bem pode ter por fronteira os meados de setecentos.

Uns tantos anos passados, Joaquim Cândido Abranches (42) escreveria : «Os figurinos de Paris são aqui (P. Delgada) admitidos e executados com elegância». E não deixa de apontar (o que, para aqui, muito importa acentuar), que isso sucedia «não só pela alta sociedade como pelas pessoas de medianos haveres, sendo hoje (isto é, há mais de um século) bem notado o luxo desta ilha (de S. Miguel), especialmente na cidade. (A propósito de luxo em Ponta Delgada, Sousa Monteiro, a p. 426 do seu dicionário geográfico, e conforme Abranches, noticiava : «É espantoso o luxo que reina nesta cidade por causa dos muitos e ricos morgados que nela vivem e que fazem não fique somenos às mais luxuosas cidades da Europa). Aliás, o acima citado Felix José da Costa (mesma obra) aponta, em relação àquelas notas do passado, que no tempo em que escreve, já não se dá o mesmo. «Oluxo e o modernismo têm entrado nesta ilha e estão usando ali do vestuário feito das mesmas fazendas, que têm voga na corte, para um tal destino». (Será curioso apontar que 25 anos antes, em uma ilha pouco maior que a Graciosa, o Faial, e cuja população seria de vinte mil habitantes nada mais, havia em funcionamento 824 teatros e que o número de lojas de fazendas era de 30, isto conforme a «Memória Geográfica, Estatística, Política e Histórica sobre as ilhas do Faial e Pico», de Manuel José de Arriaga Brum da Silveira — Lisboa, 1821).

Outro autor, Acúrcio Garcia Ramos (43) recorda que a moda domina o arquipélago como «rainha absoluta» e se impõe «com bastante rigor», fazendo sobressair ainda que «à promulgação das suas leis no **Monde Illustré** ou em outro qualquer jornal, segue-se imediatamente a execução sem que a menor falta de pontualidade venha lançar atormentadores escrú-

pulos nas delicadas consciências das damas açorianas tão finamente educadas».

A penetração da moda era um efeito geral, sendo curioso notar que se pode, mesmo agora, saber que figurinos e colleções de amostras de fazendas vinham do estrangeiro até Angra para satisfação das encomendas da então ainda opulenta casa dos Condes da Praia da Vitória. Também se sabe, pelas «Notas Açorianas» (44), de Ernesto Rebelo, e pelos «Annals of the Dabney Family» (45) o que, nestes domínios, se passava, pois fornecem elas, ainda que dispersamente, bons elementos demonstrativos da sumptuária local, quantas vezes obtida pelo pagamento em espécie da venda de uns milheiros da fruta de espinho exportada de S. Miguel, Terceira, Faial e S. Jorge.

Certamente, a observação de estranhos à terra torna-se aguda a factos que, aos naturais, passavam despercebidos por falta de termos de comparação, dando-se isto na medida em que o viajante, acabado de chegar e ávido de relatar, ficava desperto para as diferenças e especificações que convidam o poder de comparação, e fornecia nota acentuada de particularismos e exclusividade sem qualquer preconceito quanto ao objecto à vista. É o caso de James Cook, o célebre explorador inglês, referido por Marcelino Lima (46) pela seguinte forma: (Nos princípios do século XIX) «já se usava também o capote, mas, ao que parece, pelo menos em 1775 quando Jacques Cook (Marcelino deverá ter lido uma versão francesa para o nomear por Jacques) visitou o Faial, não era bem o que ele é hoje (1931) com sua cafua entretelada». Realmente escrevera Cook: «Usam uma capa que lhes cobre a cabeça e atada na cintura, apenas com uma abertura para olharem».

Que a moda se apossara na segunda metade do século XIX da Europa e que os seus trilhos seguiam pelos rumos dos cânones ingleses ou franceses, afirmam-no autores estrangeiros. Aliás, os jovens que, com J. Soares de Albergaria de Sousa, redigiram em 1821 a Corografia Açórica (47), da Sociedade Patriótica «Phylantropy», já apontavam na polémica e controversa obra para ensino dos ignorantes «pais da Pátria» nascidos com 1820, que os açorianos preferiam as «ordinárias e ridículas» manufacturas estrangeiras «às boas de sua casa». E notavam que «segundo o trilho dos Portugueses, vestem ao uso Anglo - hispano - galo» e que «as modas do vestuário são tantas quantas os diversos gostos dos estrangeiros que aqui aportam» («ao tal esquisito gosto vestidos» como acentuava).

Não se dispõe, nem mesmo existe em abundância e variedade, de suficiente iconografia da indumentária antiga dos Açores que ajudasse a resolver questões de pormenor (e os pormenores no vestuário são como o tempero na culinária). Está-se muito longe do que sucede com a Madeira, cuja vestimenta feminina e masculina ficou em imagens expressivas, de autoria quase exclusivamente inglesa, designadamente as que são citadas com competência crítica em «O Trajo Regional da Madeira», estudo de Carlos M. Santos (48). E ainda mais longe se está, se colocados em relação à iconografia continental na matéria.

Assim não é de facilidade um trabalho destes nos Açores. Já Gustavo Matos Sequeira em «História do Trajo em Portugal» (49) referia uma «proeza iconográfica» para significar — como aqui se deve significar relativamente aos Açores — a relevância da imagem documental para o efeito de estudos neste campo. («Enumerando estas dificuldades de pesquisa — prevenia Matos Sequeira —, a falta de elementos comparativos, a pobreza iconográfica, a confusa e espaçada documentação indirecta que não acompanha as frequentes curvas da evolução na forma do trajar, proporciona de certo ao leitor compreensão justa de quanto qualquer obra sobre sumptuária portuguesa deve resultar indecisa e incompleta»).

Efectivamente, a iconografia do trajo destas ilhas é parca. E se alguém pretendia uma colectânea que se assemelhasse à da obra «O Trajo Popular em Portugal», de Alberto Sousa, depressa veria desvanecido em desilusão o hipotético propósito.

À parte a possibilidade da localização do album de desenhos de Henry Bullar, que porventura se encontrasse algures na Inglaterra e que comporta certamente inéditos de qualidade semelhante à dos dois volumes da obra escrita pelo irmão, é pouco provável poder contar-se com outros elementos do género abonatórios da realidade que o tempo deliu.

De origem local — referentes ao último quartel do século passado — existem, em reduzido número, alguns desenhos litografados do Barão das Laranjeiras, que, aliás, pouco adiantam. Têm, porém, a nosso ver, um certo interesse as xilografuras, umas tantas da autoria possivelmente de António Brasil, que saíram pouco tempo antes no Almanaque Popular dos Açores, de que se reproduzem, neste texto, algumas.

Valorizando o que escreveu em «The Azores : Or Western Islands. A political, commercial and geographical account (...)», Walter Frederic Walker (50) preparou, para publicação, das melhores gravuras — poucas embora — que existem sobre o traje dos Açores. Parece, de resto, que fez gosto nestas gravuras por intuição de que prestaria um serviço de acentuado valor no futuro, quando se procurasse pôr em estudo os factos etnosociológicos do traje.

O mesmo pudémos agora notar em relação às séries fotográficas, na sua quase totalidade inéditas, que se agrupam com estes subsídios. Referimo-nos em especial às fotografias a que há uns cem anos procederam Roxana e S. C. Dabney em algumas ilhas e às que, em relação ao Faial e ao Pico, fez o fotógrafo faialense Goulart, este no princípio do século.

Constam dos albuns atrás mencionados e que, guardados com manifesto empenho e cuidado, se tornam agora auxiliares de seguro préstimo, complementando em pormenores — e com o rigor que a «objectiva» garante — os desenhos de Bullar e de outros autores.

Quanto ao desenho etnográfico não é demais insistir junto dos interessados no sentido de consulta do estudo, para a Terceira, do traje, a que procedeu o dr. Luis Ribeiro («O Trajo Popular Terceirense», in «Açoriana»), todos eles da autoria de Maduro Dias, em xilogravuras de outro artista — o gravador José Vieira da Costa.

Estudos elaborados propriamente com método etnográfico-histórico e desenvolvidos sob o influxo de critérios críticos selectivos, existem os de : Luis Ribeiro (51) e de Wilhelm Giese (52). Todavia, em diversas descrições e em uma ou outra alusão, de carácter noticioso e literário todas elas, avultam, aqui e além, elementos valiosos de que os dois autores acima e ainda outros, como Armando Cortes-Rodrigues e F. Carreiro da Costa se serviram com manifesto proveito.

O conhecimento histórico da vestiária antiga e a determinação do processo evolutivo do traje gerado no isolamento insular são temas erçados de dificuldades. Reconhece-se a marca do espontâneo, natural, estável e contínuo do traje popular açoriano, tal como se reconhecem as marcas de instável, descontínuo, artificial e estudado nos trajes qualificados de «eruditos» em «O Trajar do Povo», de Luis Chaves (53).

Autores, como Walker, tentaram internar-se em explicações da génese e das razões do carácter de alguns dos trajos que foram correntes nestas ilhas, mas o terreno pisado por eles não era nem podia ser, realmente, seguro. Citaríamos aqui, de novo o que Hoyos Sainz (54), a partir do filósofo espanhol Ortega y Gasset, teve de lembrar a propósito de evolução em folclore: «Toda a questão de origens é perigosa, pois a origem está sempre ou muito no alto ou muito no fundo».

*

Os ordenamentos dos diversos materiais disponíveis a partir de selecção, tanto quanto possível aturada, de fontes por vezes comuns na inspiração dos competentes autores preferem tão somente constituir subsídio destinado a facilitar futuros estudos de antropologia cultural, tão raros como incompletos no país.

Ao longo de documentação, manuscrita e impressa, há na verdade copiosas informações, limitadas porém muitas delas a repetições até e cópias servis que pouco ou nada adiantam no sentido do esclarecimento dos factos etnográficos. Não se tem podido chegar ao estabelecimento de interligações correntes e à perspectivacão de explicações advindas de quadros comparativos que aliás se deve agora elaborar para que se evidenciem satisfatoriamente particularidades e particularismos cuja importância, neste âmbito de exploração cientificamente perseguida, não é demais fazer ressaltar. Não raramente se topa com abordagens de assuntos de género com produtos de imaginação e de atrevimentos dedutivos que fazem compreender perfeitamente a utilidade da aludida prevençãõ de Ortega Y Gasset aplicável no caso.

Razões de sensibilidade individual fazem do trajo e do trajar um feudo pessoal, tanto assim sendo que, apesar de massificação actual mesmo no campo do vestuário, se mantém a expressiva verificacão que, dita em latim, se resume a três palavras de curtíssima frase «*Vestis virum facit*» equivalente, pelo menos em parte, a «O hábito faz o monge» (e às vezes nem o faz inteiramente). De resto, a ideia dessas frases completa a de Ch. Wagner com que se abriu: «*L habit n' est pas une simple couverture*» e a Lugaresti: «*Le Costume est l'homme*».

2. OS DADOS, SUA SELECÇÃO, EXPLICAÇÕES E ORDENAMENTO

Ao longo de dezoito quadros, dois por cada uma das nove ilhas, se estenderão séries mais ou menos alentadas de dados provenientes de fontes seleccionadas, umas impressas (a maior parte) e as outras constantes de documentos manuscritos, ou de informação oral.

A disposição esquemática dos elementos em sequências alfabéticas — nem sempre, por motivos facilmente compreensíveis, de indexação rigorosa — tem em vista facilitar a rápida apreensão global dos factos etnográficos. Alinham-se em primeiro lugar os da vestidaria feminina, seguindo-se-lhes imediatamente, e pela mesma ordem geográfica das ilhas, os da vestimenta masculina.

Os diversos elementos surgem desprovidos, quase sempre, de qualificativos circunstanciais ou de pura ênfase literária não objectivante. De onde não se proceder a integrais transcrições mas tão somente ao que importa à identificação suficiente de cada peça ou de conjunto de peças com as respectivas caracterizações por particularismos de real interesse. Será esta prática a maneira de facilitar a destreza imediata da utilização normal atribuída às diversas peças.

Facilmente se notará que elas se referem a : roupa de trabalho ou para actos cerimoniais, vestes «de domingo» ou para os «dias de semana», trajos de arruar ou «de ver a Deus», fatos para festas e solenidades ou os que indicam uma situação de luto privado ou público, enfim o vestuário para funções típicas especiais, umas, e para o dia a dia, as demais. As séries podem, aparentemente, sofrer de acumulações por repetição, que se diria desnecessária, de vários termos. A razão disso relaciona-se com o objectivo de proporcionar a possibilidade de um controlo, tanto quanto possível procedente, das fontes, no sentido de remeter os interessados para qualquer pormenor que possa assumir relevância no esclarecimento de uma especificação. Aliás com as datas referenciadas das fontes torna-se possível balizar as épocas em que se operavam mutações possivelmente relacionadas com crises sociais, económicas ou tão só do gosto pessoal e colectivo.

Da conjugação de todos os elementos — e quanto em maior número estes fossem, tanto melhor seria — e da aproximação dos dados de uma ilha ou grupos de ilhas dos que lhes são correspondentes em outra ou outras ilhas resultará, porventura, em estudo comparativo capaz de assegurar conclusões suficientemente claras quanto às raízes dos factos etnográficos açorianos. Concluir-se-á que é de profundas raízes portuguesas, mergulhadas no tempo, o arcaísmo ou situação arcaica que prevaleceu e ainda se prolonga estavelmente na actualidade, mesmo quando não se dá conta da manutenção em vitalidade dos fenómenos da persistência cultural.

Certamente razões de ordem económica local e a penetração, designadamente pelos portos principais, no século XIX, precipitavam a evolução dos modelos de vestuário nos Açores.

Sobretudo o Faial, com o famoso porto da Horta que o era então ; S. Miguel, aonde se acolheram várias famílias inglesas ; as Flores com o trato amudado dos tripulantes das barcas baleeiras que ali aportavam, como primeiro porto de escala, procedentes da América e dos «Western Grounds» para refrescos tantas vezes pagos em espécies de fazendas ; a Terceira desde sempre mais influenciada, com a Angra capital — mais senhorial que burguesa e pouco dada a negócios de «ship chandler» — foram, efectivamente, penetradas da moda. Também isso é suscetível de esplanção.

Um dos caracteres bem nítidos que marca nas camadas

populares de todo o arquipélago é a sobriedade do vestuário, fruto de estabilidade numa situação de modéstia que prevaleceu longamente durante o século XIX e foi resistindo às modelações liberalizantes e românticas.

As pistas que se abrem a partir dos quadros não contemplam concludentemente as articulações, que se adivinham mas não se demonstram, entre os trajes do século XIX e os dos séculos anteriores. Efectivamente, ficam em vazio largos espaços. São as lacunas apontadas por Luis Ribeiro ao aludir às dificuldades de reconstituição histórica dos trajes na sua monografia «O Trajo Popular Terceirense». Todavia não deixa de ser útil e até interessante uma viagem às fontes do passado, indirectas todas elas muito embora.

O primeiro cronista açoriano, Doutor Gaspar Frutuoso, oferece percursos bem dotados para elucidação dos primeiros tempos da vida insular nestes domínios do que usava no vestuário.

Uma das notas mais impressionantes das dificuldades duramente experimentadas logo no início do povoamento vem registada no capítulo oitavo do Livro VI das «Saudades da Terra»: Lá se nota que tendo estado a Terceira oito ou dez anos sem receber navio do reino, o capitão do donatário Alvaro Martins Homem e a mulher chegaram a ter de revestir-se de panos de armar por capas e a usar os cabeçais por camisas, usando para calçar sapatos de couro crú e de peles de porco (55).

Passado um século — último quartel de quinhentos — a menção da saída de Angra para Espanha da virtuosa Dona Violante do Canto «vestida de **baeta negra** e com um grande **capelo** e as suas aias **de roxo**» (56) dá nota da dignidade da vestimenta de circunstância de uma dama fidalga ao ser embarcada, por motivo especial, nota essa que mais se realça com o que se sabe do modo como se apresentou já na Espanha (em dia de Pascoela de 1585): «E ela com uma **cota de rabo de tela de ouro** e todas as suas aias vestidas ricamente e todos os seus pagens vestidos de uma libré» (57).

De «lãs e pano feito da terra, branco e preto e de mescla» (ilha das Flores); de «muita lã e pano apisoado, muito linho em rama e outro em pano» (Corvo); de «alagar seus linhos» (no paúl da Praia, ilha Terceira); de «cordovões e linho em rama» que de São Miguel lhe saíam a levar (a Angra) caravelas carregadas», de «ovelhas muitas (nas Flores), pelo que os

naturais não vestem outra coisa senão pano da terra **muito bom**, que fazem das suas próprias»; de «couros das cabras muito bons» (Flores); de «pano da terra que ali (Corvo) fazem muitos de que se vestem todos e vai parte para as Flores e dali para a Terceira, que são de muita dura, brancos, miscalros e pretos ainda que não são finos»; e até de «sêda» (na Terceira, pois havia nas Lajes 150 amoreiras «muito grandes e antigas») — «muita e tão fina seda, que a de Granada lhe não faz vantagem» —; pois de tudo isso deixou Frutuoso a sugestão suficientemente nítida para que não seja necessário explicitar mais esses factos.

Do elenco terminológico das «Saudades» (e só pelo que se encontra no Livro VI) faz parte um «manto» não nos Açores mas em Cadiz («até as mulheres punham os **mantos**» ao passar por ali Dona Violante do Canto). Que **manto** e quais as respectivas características não o diz Frutuoso. Mas a explicitação permite pensar em que quisesse marcar o autor uma peça de vestuário bem conhecida e particularmente estimada nestas Ilhas.

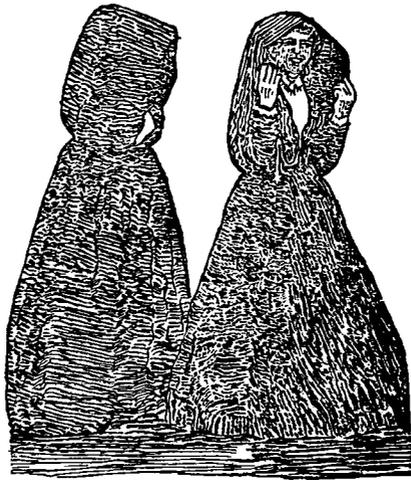
Dos artífices da indumentária em geral e dos ofícios correlativos nas mesmas ilhas ficaram, por igual, informações dignas de apreço, inclusivé as que se referem a estrangeiros com os quais teria vindo — como hoje se diria — uma técnica... avançada: os alfaiates, sapateiros e tecelões da Flandres, idos para o Faial por terem acorrido aos pregões da Guilherme da Silveira (já assim chamado em português pelo cronista). E como eles os pasteleiros (homens que sabiam fazer pastel, ganhá-lo e beneficiá-lo, bem melhor que os que ali trabalhavam.

Na Agualva (ilha Terceira), já nessa época, contavam-se por oito os alfaiates, por quarenta os tecelões, enquanto o número de tendas de sapateiro ia a seis. Esta informação frutuosianna enriquece o conhecimento de uma das «vilas» terceirenses, e maior é o esclarecimento, ao apontar-se que «os sapateiros idos todos os anos (da Terceira) às Flores» vão lavar «o couro que há nela muito». Se isto vale para o século XVI, do mesmo modo valerá saber-se, pela «Memória Geográfica, Estatística, Política e Histórica sobre as ilhas dos Faial e Pico» (de Manuel José de Arriaga Brum da Silveira — Lisboa, 1821) que, no primeiro quartel do século XIX, há no Faial 824 teares de panos de linho e lã, que são 30 as lojas de fazendas, 20 os alfaiates e obreiros e 147 os sapateiros e obreiros.

De modo algum se subestimar^á o que, no fim da primeira metade do século XIX, vem referido por Felix José da Costa no seu opúsculo «Memória Estatística e Histórica da Ilha Graciosa» (Angra, 1845) para traduzir o que, ouvida possivelmente a gente idosa, constituía o panorama de meados do século XVIII, época de que tão pouco se apura nos domínios da vestimenta. Assim, são de Felix José da Costa os seguintes apontamentos :

«**Antigamente** os homens, ainda os de primeira nobreza, trajavam pano de lã fabricado na ilha (Graciosa) : raros eram os que usavam do tripe (**esp. de veludo**) ou de qualquer outra fazenda ; e houve tempo em que só se conheciam três casas de pano fino. Esses mesmos homens faziam gala em usar de casacas de baeta preta, cuja duração ainda vinha alcançar a vida de seus filhos. O traço dos camponeses e gente ordinária era o pano de lã e de estopa fabricado por suas mulheres. As damas de primeira ordem usavam ordinariamente de camelões, durantes, e outras fazendas de longa duração e se tinham saia de veludo, ou seu manteu de seda, só nos grandes dias disso se serviam.

«Hoje não é assim. O luxo e o modernismo tem entrado nesta ilha e estão usando ali do vestuário feito das mesmas fazendas, que tem voga na corte, para um tal destino».



3. VESTEAS E ADORNOS EM VELHOS PAPEIS

O «depouillement» das fontes documentais manuscritas que, em abundantes acervos, estão em arquivo nos Açores (no Arquivo Distrital de Angra do Heroísmo a existência de espécies atinge mais de dois milhões de documentos) pode proporcionar séries extremamente valiosas de elementos indispensáveis à história açoriana nos mais diversos campos, designadamente no quadro etnohistórico.

A recolha, ainda que ocasional em livros de conventos e confrarias e de tabeliães de Angra e da Praia (Ilha Terceira), de elementos relacionados com a vestíaria, fornece exemplos que bem se enquadram nestes subsídios.

Os cimélios entre as fontes impressas antigas — no âmbito também da vestíaria — enriquecem-se à luz dos dados dos elementos manuscritos. Assim, recorrendo aos papeis velhos :

A) EM MANUSCRITOS (Séc. XVI a XIX)

Século XVI

1531 — No testamento de João Miz Merens, escudeiro,

aprovado em Angra (Livro do Tombo do Convento de S. Francisco de Angra, fls. 315 e segs) :

- Uma capa nova e um gabão — pelote — saião forrado ;
- Uma touca (valor indicado : 1 200 rs., sendo que dois moios de cevada custavam 800 rs) ;
- Duas varas e meia de veludo de Castela (1500 rs) ;
- Cadeia de oiro (25 cruzados) ;
- Uma joia de 9 cruzados e três quartos de oiro ;
- Dois aneis (1200 rs) ;
- Um hábito de chamalote (4000 rs) ;
- Um hábito de mejoim (3 000 rs) ;
- Um manto de mejoim (2 000 rs) ;
- Um manto de fina marefa (4 000 rs) ;
- Uma fraldilha de escarlata de Florença, com 4 côvados e meio, cada côvado a 950 rs. ;
- Fraldilha de londres azul, 1 600 rs. ;
- Fraldilha de verde gaza ;
- Um côvado e meio de veludo para um cós, que custou 1 500 rs. ;
- Um sainho de gram ;
- Cinta de escarlata ;
- Um mongim de solia com os bocais forrados de veludo ;
- Dois côvados de londres branco ;
- Três camisas — Um esparavel ;
- Meia duzia de manilhas de oiro e um anel que pesou dez cruzados ;
- Oito côvados de arbim (oito cruzados) ;
- Um vestido novo (aqui é mencionado um escravo e seu custo indicado em 7 000 rs.) ;
- Uma cadeia de oiro (20 cruzados) e um relicário que tinha doze grãos de aljofar (3 cruzados) ;
- Um sainho de veludo com um côvado de damasco ;
- Um mongim, uma fraldilha alaranjada e outra amarela de ruão (1 400 e 2 200 rs. respectivamente) ;

— Uma fraldilha branca da terra (400 rs.).

1534 — No testamento de Dona Isabel Corte - Real (Livro de Tombo do mesmo convento, fls. 62 v) ;

— Um hábito — um manto — uma cinta preta ;

— Uma fraldilha azul — Joias — Um vestido ;

— Uma loba de pano preto fino ; e

— Armentim.

1550 — No testamento de Maria Nicolas (Livro de Tombo do mesmo convento) ;

— Três aneis, dois tecidos e uns corais de bazar ;

— Uma fraldilha de p.^o (pano) Pinhão fina ;

— Um manto frizado ;

— Um manto tosado preto — Um sainho frizado e uma fraldilha branca.

— **1556** — No testamento de Francisca Merens (idem) :

— Uma saia roxa — Um sainho preto — Uns cós de solia ;

— Encargo de vestir doze pobres sem mantos e sem capas ;

— Um vestido de londres (sainho e manto) ; e

— Uma cota de setim e um cós de veludo preto — Um saio alto de tafetá e uma gargantilha de entretelas.

Em outros testamentos da mesma centúria (idem) :

— De Guiomar Mourata, a sua filha Ana, uma saia verde fina ; a Isabel Dias, uma cadeia de oiro pequena e uma joia grande de oiro ; a Helena Mourata, uma cadeia de oiro maior e uma pera de ambar ; a Francisca, uma cruz de oiro com duas pérolas.

Menciona-se uma saia e um sainho de pano da terra (O testamento é de 1554).

— De Sebastião Gonçalves, lavrador : Uma capa de «so-mana» (Test. de 1576).

— De Braz Pires Merens (de 1555), com o encargo de vestir cinco pobres, de pano da terra, de saio e calças, se homem, de saia e sainho, se mulher.

Ainda no séc. XVI (1581), no de Fernão do Couto, há indicação de um empréstimo sobre uma joia de ouro e um anel de ouro com uma pérola branca na cabeça (fl. 244) e de uma arreada de ouro (id).

Uma Beatriz Merens, cujo testamento data de 1599 evidencia largos cabedais : quinhentos cruzados em movel, ouro, dinheiro, veludos, damascos, etc.. Rebuscando no livro indicado (do Tombo de S. Francisco), encontram-se, entre outras referências — fls. 40 a 48 — o seguinte :

— Um frontal de tafeté ; e

— Um manto, com a indicação de ter o respectivo feito custado 1 200 rs., uma camisa e um sainho azul.

No testamento de um clérigo (o Arcediago Manuel Gonçalves Pacheco) que viveu grande parte do munus em Angra durante o século XVI e vem a falecer em 1630 não há nota de vestuário legado. Mas é mencionada a sua livraria e escrevaninha (escritório) existente na sala e que, com outra peça de mobília (um bufete), certamente de particular valor, ficam ao sobrinho Manuel Cardoso Gularte.

De Izeu Pacheca de Lima, mulher de Cristovam Borges da Costa (Test. de 1591), sobressai, para além das notas de um manto e de um hábito, a referência «moralista» a uma vasquinha de pano «honesto», peças que o testamenteiro dará, a seu bom parecer, a uma moça.

O QUE DEIXOU GRIMANEZA DE NOVAIS — 1593

Um dos documentos de interesse quinhentista que melhor ilustra o quadro dos usos no vestuário local — revelando, inclusivé, a existência de mantos vermelhos (que ainda havia no segundo quartel de oitocentos) — está inserto nos papeis do Convento de Jesus, Vila da Praia (da Vitória) e ocupa várias folhas (Livro n.º 1).

Trata-se de um treslado da folha de partilhas de Grimaneza de Nobais (Novais), mulher que fôra de André Gato. O instrumento de posse é datado de 15 de Março de 1593, devendo notar-se que a família Gato residia em zona rural (entre Porto Judeu e o termo de S. Sebastião).

Todos os valores constantes das partilhas estão, como nor-

malmente, acompanhados de uma avaliação que, no caso, parece de particular interesse por ser bastante diversificada a lista dos «itens». Assim :

- Uma vasquinha, 1 500 rs. ;
- Chapins de valença, 300 rs. ;
- Guarnição de saia de londres, 2 100 rs. ;
- Guarnição de manto, 600 rs. ;
- Duas toalhas de cabeça, de lã e olanda, 1 000 rs. ;
- Vasquinha verde, a dois debruns de veludo, 1 200 rs. ;
- Hábito de sarja, 1 000 rs. ;
- Um gibão e corpinho de olanda, 800 rs. ;
- Hábito de baeta, 800 rs. ; e
- Um manto vermelho, 1 000 rs. ;
- Um sombreiro coberto de mulher, 800 rs. ;
- Roupão de serguilha, 1 500 rs. ;
- Botas e chinelas, 800 rs. ;
- Sombreiro forrado, 300 rs. ;
- Capas, calções, sombreiro e botas, 1 700 rs. ;
- Roupeta feita de torres, 800 rs. ;
- Roupeta usada, 800 rs. ; e
- Um farregoula preto (sem ind. de valor).

Século XVII

1600 — No testamento de João Alvares do Canto constante também do Livro de Tombo de S. Francisco (fl. 161 v) :

- Um hábito de pano da terra ;
- Uma jorneazinha ; e
- Uns calções do dito pano.

1616 — Um António Gomes de Tapia, que andava pela Nova Espanha, casando no México, não nos «lega» notícia de quaisquer vestimentas, mas «compensa-nos» — ainda por leitura no Livro de Tombo de S. Francisco — com a entrada no mundo estável de oiros e pedras valiosas, como (fls. 224) :

- uma pedra «bazar» (bezoar) de Indias, maior que um ovo de pomba ;
- uma pedra «bazar», grande como uma pela de chumbo ;
- dois cachos de oiro das orelhas com seus aljofres ;
- uma volta de colar de ouro com um «esgravatador» de oiro, e outra de «fuzis» grossos ;
- dez botões de oiro a modo de cachos com suas pérolas ; e
- três copos de prata (além de mais quatro pedras «bazares»).

— Este Tapia, talvez um espanhol de Sevilha, seria, certamente, homem de notados cabedais e comerciante de muita mercadoria. Menciona um Jerónimo Fernandes Coelho a quem devia 1 490 rs. de tafetá para a libré que fez e refere azeite, gesso, louças e outras mercadorias de Sevilha que tem «em umas logeas do dito Manuel de Oliveira (na Rua Direita). E se nos indica ainda a existência de dois «castisais» de prata pequenos e um «tezoira de espevitar de prata» (fl. 225) logo se refere «a dinheiro cintado em três sacos, tudo em patacas, para comprar a terra e casas que são três quarteiros de terra livre».

1617 — No testamento de Isabel Gomes, feito «aos 6 de Agosto, sendo junto ao portam de Santa Catarina do sainte da dita cidade (de Angra) nas casas da quinta em que de presente reside André Fernandes (?) da Fonseca, fidalgo cidadão juiz ordinário» (a fls. 101 v. e seg. do Livro n.º 1 do Tombo da confraria de Jesus da Sé) :

- 15 varas de pano de linho — uma saia roxa e um saio de baeta — o (seu) manto e uma saia — uma camisa e umas botinas — diversas peças de ouro e prata (não discriminadas).

Século XVIII

1787 e 1788 — Em inventários do último quartel de setecentos há cópia de elementos suficientes para caracterização da época quanto ao vestuário. Buscamos-os referentes a vários pontos da Terceira, dentre outros, nos seguintes :

- De António Coelho Ornelas, morador no caminho dos Folhadais, termo da vila de S. Sebastião (Maço 673 do Arquivo Distrital de A. H.) :

- um manto de sarge e saya de baeta preta, avaliados

em 3\$000 ; uma saia de setim 3\$000 — Capote de baeta comprido 1\$500 ; Capa de baetam berne 1\$500 — Outro manto de sarge e saya de baeta 5\$00 — Capote de baeta rosada \$800 — Capa de baeta verde \$600 — Capa de drugete (sic) castor berne \$300 — casacão de pano da terra 3\$000 — Casaca de pano azul 4\$000 — Calçam de pano azul 1\$400 — 9 varas de pano de linho delgado 2\$520 — 10 varas de pano de linho grosseiro 2\$200 — 8 varas de pano da Terra 4\$000 — um par de botões de granitos 1\$600 — dois parinhos de botões de oiro 2\$000.

— De Manuel Tavares, dado pelo testamenteiro Domingos Moniz (data : 1787 — lugar : Angra) :

— uma bengala de 2 canudos 1\$200 — Uma casaca e vestea de lemiste e um calção de velutre (sic) 8\$000 — uma dita e vestia também de lemiste, velha, 1\$200 — um manto e saia de galla 3\$000 — um par de meias de seda branca e usado \$800 — um chapéu usado 1\$600 — 2 pares de botões de oiro — uma saia de setim acolxado (sic) e verde 6\$100.

— Do Beneficiado Venâncio José de Barcelos (data : 1788 — lugar : Angra) :

— um chapéu \$600 — um barrete \$200 — um vestido de baeta e seu veu-cabeção 2\$000 — uma martimenga de castor 1\$600 — um capote de camara, de mangas forradas de baeta 1\$600 — um sobretudo de baetão 2\$000 — outro de velutre 1\$200 — um par de meias de laya preta \$800 — 30 côvados de lila 15\$000.

— Do marxante (sic) José Pacheco (ano : 1787 — lugar : Angra) :

— uma saia de brilhante de lã \$800 — uma saia de chita \$300 — uma saia em corte 1\$800 — uma saia \$600 — um capote de baeta tozada \$600 — um lacinho do peito — um parinho de cadeados esmaltados com caixos (sic) de aljofares que pesam meia oitava \$700 — lasquinhas de diamante e uma amanlista (sic) 18\$980 — uma saia bordada de damasco (não avaliada) — uma saia de milanese 4\$800 — uma saia de baeta rosada 2\$000 — um capote de baetão 5\$500 — um capote de baeta rosada 6\$400 — um capote de baeta azul 3\$800 — um lenço de pescoço de cassa 1\$300 — um par de botões de granitos com umas rosinhas de fina gran que pesa duas oitavas e meia 3\$500 — um anelzinho com três pedrinhas \$700 — um brinco de peito e um par de orelhas 5\$540.

— De uma ribeirinhense, Agada Maria (data, 1787) :

— um vestido de pano fino 2\$000 — uma vestea de baeta azul e um colete de setim carmezim de lã 1\$500 — uma saia de camelão azul \$500 — um vestido preto de sarge (sic) e baeta 1\$000 — uma saia de baeta azul 1\$800.

Século XIX

1801 — Ao inventário dos bens que ficaram por morte do morgado António Manuel Sieuve Borges — falecido na Casa de S. Sebastião das Pedreiras, a S. Lazaro (Angra) — pode ir buscar-se um rol de opulências no vestuário próprio do traço «culto», inserto sem dúvida na moda da Côrte. É o que para aqui se traz também.

Da «Casa» a S. Lazaro, grande edifício, setecentista de construção e da família, muito haverá a dizer e pelo que se refere ao inventário (orfanológico) as partes relativas a móveis (mobiliário, carros, etc.) constituem já por si matéria de marcante interesse. Quanto à vestimenta, é como abaixo se indica (Sieuve Borges faleceu a 12.VII. de 1801 — O inventário está arquivado no maço n.º 676).

«Vestidos do herdeiro Gaspar Sieuve :

— Vestido, casaca e calção de pano azul e colete de setim — 3\$000 — Um corte de casaca de pano fino 10\$000 — Um calção de velbotina (sic) preta 1\$500 — quatro coletes de festão branco 3\$200 — 3 calções, um de fustão e dois de ganga 1\$000 — um chapéu de galão de prata e um penacho (sem verba) — 7 pares de meia, 2 de seda e o mais de linho 5\$500 — 2 pares de botas e 2 de sapatos (não avaliados) — 8 lenços brancos do pescoço e seis de algibeira 4\$200 — dois chapéus bem armados 1\$000 — dois capotes, um de baetão e outro de pano azul velho 6\$400 — 2 pentes.

«Vestidos de uso da herdeira D. Francisca Sieuve :

— dois vestidos, um de nobreza vestido e capelo, outro de lila e seu capelo 20\$000 — Dois ditos um de setim azul ferrete franjado de prata e outro de nobreza azul claro com franja de ouro 14\$000 — um dito e sua saia de cassa bordado de ouro 8\$000 — 4 vestidos de cassa riscada fixados (sic), dois bordados de côr e dois bordados de branco 18\$000 — 1 vestido de xita (sic) todo, avaliado em \$800 — três saias de cassa, duas bordadas de branco e uma de côr 6\$500 — quatro saias de côr, duas de setim azul e outra de nobreza branca 13\$600

— 4 roupinhas de seda usadas umas de nobreza azul, duas roxas e outras pretas e assim mais outra ditas de nobreza branca 5\$00 — Um capote de baetão 3\$000 — umas roupinhas de cassa bordadas \$400 — 10 lenços brancos cinco de pescoço bordados e 5 de algibeira 4\$500 — dois lotes de cassa 2\$00 — dois leque de madepérola (sic) com bastante uso 8\$000 — Um penteado com três plumas 3\$000 — Seis varas de fita todas usadas \$600 — três coletes, dois de fustão e um de linho e dois pares de algibeiras \$600 — 2 pentes de travessa de tartaruga \$800.

«Vestidos de uso de D. Mariana, designadamente :

— um xal (sic) de cassa bordado, de cores e 8 lenços quatro de pescoço e quatro de algibeira 5\$200 — um capote de pano azul usado 3\$200.

«Vestidos de João Sieuve (coronel de milicias da V. da Praia), em que se inclui uma farda de pano fino 14\$000.

«Vestidos de A. M. Sieuve Borges (o defunto) :

— Um vestido de veluto (sic) preto e sua vestia sem calção 5\$000 — Outro de lemiste sem calção 8\$000 — Uma capa de meia nobreza do serviço da Câmara (fôra um dos edis e guarda mor de Saúde 2\$400 — Um vestido de pano fino com abotoadura de mão de perula (madrepérola e pedras e um vestido de setim bordado a oiro, etc. 15\$000.

1802 — No inventário por morte de António dos Santos, morador que fôra nas Bicas (arredor rural de Angra) — Maço 676 do Arq. Distrital de Angra) :

— Uma saia de cassa feita na terra \$800 — Outra da mesma qualidade com o seu uso \$600 — Outra de durante berne \$500 — Outra de durante berne \$800 — Outra de melanea () de lã azul 2\$000 — Outra de chita muito usada \$240 — Outra de chita com seu uso \$800 — Um vestido preto de durante e manto de gala usado 1\$200 — Um manto 3\$400 — Um calção

1803 — Do inventário por falecimento de Manuel Soares de Azevedo, dado por sua mulher Filipa de Jesus do lugar do Porto Judeu :

— um manto de sarge e saia de castor 2\$500 — uma saia de damasco 2\$500 — um capote de bacta azul com fuido ve-

lho \$300 — Um manto de gala e saia de castor 6\$000 — Uma saia de setim 2\$500.

— Do inventário de José Pacheco Ferreira :

— Uma farda de soldado 1\$000 — Um calção de velgute (sic) preto 2\$500 — Vestia de pano fino azul 2\$000 — Um hábito de lã de terceiro 3\$500.

B) NAS IMPRESSAS CONSTITUIÇÕES

SINODAES DO BISPADO DE ANGRA (1560)

No capítulo 1 ficou em rol uma série de designações de peças de vestuário antigo, especialmente de uma obra quinhenista impressa, as Constituições Sinodais do Bispado de Angra (data : 1560). Luis Ribeiro, no estudo «O Trajo Popular Terceirense», menciona-as. Todavia, o título XVI do documento eclesiástico que D. Fr. Jorge de Santiago fez publicar constitui um texto tão curioso que vale, realmente, fazer a sua transcrição aqui para facilitar um estudo em comparação com outros textos da época de igual interesse para a história do vestuário. Como se segue :

Tit. XVI. DA VIDA E HONESTIDADE

TIT. XVI. Da vida & honestidade dos Clerigos

Da tonsura & habito clerical, & dos vestidos & cores que hão de vestir os Clerigos. Constituição primeyra.

HE IVSTO, conforme a rezão & per direyto instituydo, que os clerigos, como ministros de Deos, & deputados pera seu seruiço trouxesse coroa em suas cabeças, & habito decente & distincto, porque por ello fossem conhecidos ser da sorte do Senor, & assi pollo de fora mostrassem as virtudes & honestidades de detro, pellas quaes cousas os Pontifices & Emperadores os honrraram com grandes priuilegios, & exempções em suas pessoas & bees, nos quaes sam vistas fazerense indignos & negar sua profissão, quando as taes coroas nam fazem, & leyxam de trazer seu habito conueniente. Por tanto constituimos & mandamos aos Dignidades, Conegos, & Beneficiados da nossa See, & a todos os outros clerigos de ordens sacras, ou beneficiados, posto que as nam tenham, que traguão coroa aberta .s. os Sacerdotes, do tamanho do circulo mayor que aquy esta posto, &

os que forem de Euangelho & de Epistola, do circulo menor.

E a façã ao menos de vinte em vinte dias, & o cabelo curto, de maneira que aja differença antre a rasura dos sacerdotes & dos outros clerigos dordes sacras, ainda que tragão doo por seu pay ou mãy. E nã ho comprindo assi, condenamos cada hu em trinta res pera o nosso meirinho, por cada vez que no contray-ro for comprehendido. E encomendamos a hus & outros que nã andem trosquiados, por ser cousa de leigos & de soldados, sob pena de lhes ser estranho por nós & nossos visitadores como ho caso merecer. E assi mesmo lhes mandamos que conforme ao costume geral & Constituições antigas, tragão suas lobas çarradas & compridas ao menos atee o peyto do pee, as quaes nã serão de pano vermelho, amarelo, verde, nem roxo, saluo se for roxo muyto apertado. E fora de casa nã andarão em pelote curto, & poderão andar em aljubeta çarrada, a qual poderam trazer em casa sem loba, & na rua onde vuerem, & yr com ella aa sua vinha, erdade, ou orta se a tiuerem. E levando sobre ella sobrepeliz poderão yr sem loba aa ygreja, nem andarão em calças & em gibam, ainda que tragam loba vestida. Nem traram tabardos nem barretes de cores, saluo pretos & sem golpes, nem carapuças posto que sejam de doo por pay & mãy, nem carapuças de linho fora de sua pousada, se nam for debayxo dos barretes por sua necessidade ou limpeza. Nem tragam em algu vestido golpe, nem barra, nem debru, nem barra, nem debru que seja doutro pano, nem pestana. E assi lhes defendemos que nam tragam joya de ouro nem de prata ao pescoço, nem em lugar q se possa ver, nem cintos laurados cõ ouro ou prata. E assi lhes defendemos que nã tragão seda nem cendal, ne caireis de seda nem pasamanes em vestido algu ou forro delle, nem aneys douro ou de prata. E porem se for constituydo em dignidade, ou conego na nossa See, ou vi-gayros das ygrejas collegiadas que tem beneficiados, ou se for graduado em Theologia, ou em direyto Canonico, ou Ciuil, ou em Artes, ou Medicina, poderão trazer seda preta em forro de colares de lobas, & de capelos, & de gibões, ou de murças, as quaes murças elles so os poderão trazer. E todavia por nos ser pedido (allem dos sobreditos) permitimos que os beneficiados, pasto que Conegos nam sejam, possam trazer os colares das lobas forrados de tafeta preto. E assi nos capelos da banda de dentro poderão trazer forro de dous ou tres dedos do dito tafeta, com tanto que nos ditos colares & nos ditos capelos a seda nã saya fora do pano cõ pestana. E assi ordenamos q o calça-do de todos os sobreditos ecclesiasticos seja preto, assi borze-

guis como pantufos & chapins, porem poderam trazer çapatos ou botas brancas do enués, nem tragão atacas em mãgas ou em colar de gibão ou manteo, salvo pretas.

E poderão trazer sombreiros na cidade & villa & fora della, mas não na ygreja ne nas procissões, salvo chovedo, os quaes nã sejã guarneçidos de seda, se não cõ sua fita ou cordão preto como se costuma, ne trarão luvas perfumadas ne lenços laurados, salvo de cadanetas ou tranças derrador, ne trarão nas bestas em q andare freos nem esporas, ne peytoraes, ne estribeyras, ne outras guarnições, de seda, ouro, ou prata, ou de cores deshonestas, ne andarão em cavallo aa gineta pella cidade, salvo indo caminho.

Nem trarão na nossa See, ne em outra ygreja, ne em procissão sobre a sobrepeliz vestido ne cobertura algua, somente as dignidades & pessoas agraduadas (de q acima fizemos menção) poderão sobre ellas trazer capelos & murças. E os conegos & vigayros das ygrejas q tem beneficiados (acima ditas) capelos somente. Ne trará algu a faldra alevantada na ygreja ou procissões, nem lugar onde tiuer sobrepeliz.

E pore por quãto desejamos q as pessoas ecclesiasticas em nhu lugar vsem de sayos curtos, & em todos tragão aljubetas ou mongins çarrados & cõpridos atee o peyto do pee & cegidos, por ser habito a seu estado cõueniete, Permitimos q os sacerdotes assi beneficiados como nã beneficiados q tiuere lobs cerradas, como dito he, possam trazer sobre as ditas aljubetas cerradas, lobs abertas pera yre fora da ygreja aministrar sacrameto, & assi a suas necessidades & recreação, cõ tãto q tragã as ditas lobs abertas, cerradas nos colares cõ corchetes, & se na rebuce cõ ellas. E aos q nã sam sacerdotes q tem ordens sacras permitimos q sobre as ditas aljubetas cerradas possam trazer manteos, cõ tãto q sejão cõpridos atee o peyto do pee ou cayse pello menos, com tal cõdição q se não rebuce cõ elles. E permitimos aos sobreditos ecclesiasticos q nos barretes da parte de detro possam trazer forro de tafeta preto de obra de dous ou tres dedos, por amor do suor.

E porq muytos de todos os sobreditos ecclesiasticos tinham roupões. Permitimos q sendo elles de cor honesta os possam trazer em sua casa & aa porta : & quando realmente caminharem, & doutra maneyra não. E por esta auemos por reuogadas quaesquer licenças que em contrayro sejão passadas.

E todo aquelle que doutra maneyra andar & lhe for prouado q

não guardou qualqr coisa das sobreditas, perca polla primeyra vez todo o q assi trouxer defeso, & pela segunda, alem de o perder, pagará hum cruzado pera o Meirinho. E pella terceira perdera a mesma peça ou peças & pagará mil res pera o dito meirinho. Ao qual mandamos que seja muyto solícito em demandar os que nisto forem desobedientes. E sendo negligente ou disimulando com elles, o promotor, ou qualqr outro official de nossa justiça os poderá demandar, & a pena será pera elle, & o meirinho por sua negligencia pagará duos mil res pera as despesas da justiça.

C) FONTES INDIRECTAS IMPRESSAS (PRAGMATICAS, etc.) SOBRE O VESTUÁRIO ANTIGO

A publicação do texto quinhentista das Constituições Sinodae do Bispado de Angra — o cap. XVI que fica transcrito, aliás sem os desdobramentos de vogais nasaladas e outros — mostra, especialmente quanto a proibições que atingiam os clérigos, muito do que era vulgar usar-se no quadro do traço civil. Com a fonte complementar das «Saudades da Terra», cujos extractos oferecem preciosos elementos como se viu, preenche-se o conhecimento dos primeiros 150 anos de usança nos Açores do traço nacional. Fontes indirectas impressas muito importantes são as pragmáticas e outras leis do Reino sobre o luxo, uso e abuso de **fazendas caras, de bordados, forros, debruns, barras, alamares, laçarias, guarnições, de serrilha, so-guilbas, trocelados, pestanas, passamanes, entretalhos, pospon-tos, etc.**

Foram numerosas as leis nestes domínios mas parece que a respectiva aplicação no país não terá surtido os resultados que se esperava nas diversas épocas. O efeito das mesmas nos Açores é desconhecido e pouco sabemos (sei) da real extensão de qualquer pragmática às Ilhas ou até se eram necessárias medidas altamente repressivas de excessos que, por certo, não se registavam.

O catálogo da exposição «O Traço Civil em Portugal», Lisboa, 1974, dá notícias (pp. 61-63) de abundantes textos legislativos correlacionados com a indumentária, a saber :

Alvarás — dois do séc. XVI, quatro do séc. XVII, e vários do século seguinte. A saber :

Cartas Régias — duas do séc. XVII ;

Decretos — dos séc. XVII e XVIII ;

Alvarás de diversas fábricas de lanifícios e chapéus, etc. no séc. XVIII ;

Leis sobre o luxo — cinco do séc. XVI, sendo algumas designadas de pragmáticas ;

Pragmáticas — 26, a primeira das quais de 1340 seguindo-se as dos séculos XV a XVIII ; e

Provisões — diversas (omitindo, porém, a de 29 de Outubro de 1609, impressa em 1610).

Pouco juntámos da vestimenta nos Açores no século XVII.

Assim, a título supletivo, não deixa de constituir auxílio o recurso às pragmáticas seiscentistas.

Na de 29 de Outubro de 1609, Filipe II determina :

«Primeiramente, ordeno e mando que nenhuma pessoa de qualquer qualidade que seja possa usar em sua casa nem fora dela, nem vista, nem traga, coisa alguma de brocado, tela de ouro, ou prata, ou lavrado de aljubar em seda, ou em pano, passamanes de ouro, e quaisquer outros tecidos com ouro ou com prata, ainda que as ditas cousas tecidas, ou bordadas, viessem da India, e toda a mais obra de fio de ouro, ou prata, verdadeira, ou falsa, nem de qualquer dourado, ou prateado : nem assim poderão usar de esmalte algum, mais que nas peças, que forem de ouro, e que tiveram pedraria, e sendo de ouro somente não poderão ter esmalte ; e somente nos sentilhos, habitos e aneis, se poderá usar de esmalte, ainda que não tenham pedraria».

E não eram as proibições relativas apenas a sedas impressas e cinzeladas, uma vez que abrangiam lãs e linhas. Todavia, os fidalgos, desde que houvesse registo nos «livros de El-Rei», do mesmo modo os desembargadores estavam autorizados à sêda em **barretes, gorras, pantufos, sapatos, calças de golpes direitos forrados de outra seda com um pesponto pela borda, ou passamane ou espiguiha ou uma pestana de outra seda e calções de qualquer seda, com um passamane somente pelas ilhargas, roupeta de seda, forrada de tafeta chão, guarnecida com um passamane somente ou pesponto direito, e da mesma maneira um gibão de seda, e roupão de seda com um passamane somente, e alamares, guarnecido por dentro de outra seda, até largura de três dedos, e os roupões de pano poderão**

ter a mesma guarnição, e nos vestidos de caminho se poderão trazer alamares».

E também ordenava o Rei :

«Nenhuma pessoa de qualquer qualidade que seja, poderá trazer **capa** nem **capote** de seda alguma, nem as que forem de pano ou de qualquer outra cousa, poderão ser forradas de seda, e as capas **ou capotes** de pano, ou de outra cousa, poderão ter até duas **bandas** de seda por dentro, de largura de três dedos cada uma».

As determinações menos rígidas embora mas significativas também quanto a mulheres e suas filhas referem as seguintes peças : **vestidos, saios, faixas, barras, vasquinhas, toucados, gorjais, jubão, corpinho, sombreiro, saias e mantos de burato.**

Peças para uso masculino seriados na mesma lei são, entre outras : **chapeu forrado** por dentro até à borda, **farrangoulo, pelote, roupeta, botões de seda, capas, couras, coletes, manteo, punhos de guarnição, rendas e outros desfiados, ligas, bandas ou sendaes, etc.**

São curiosas as disposições relativas ao luto : «Nenhuma pessoa de qualquer qualidade que seja, poderá trazer capuz ; porém quando falecer pai, mãe, mulher, filho, sogro ou sogra, genro ou nora, irmão ou cunhado poderá trazer **capuz** por tempo de um mês somente, não sendo de mais comprimento que até o artelho, e passado o dito mês, trará **capa aberta** que não passe de meia perna». A medida abrangia tios, sobrinhos e «primos com irmão (capa aberta e roupeta que não passe de meia perna, sendo proibidas mangas largas)».

O recurso às disposições legais — designadamente neste particular da história do vestuário — constitui base relativamente segura para demarcar sucessivas situações globais e especiais. Os exemplos das pragmáticas e outras leis, como as que foram aludidas, são suficientes para ilustração do que fica dito.

O artigo de interesse açoriano «Indumentária dos Clérigos», do Conego José Augusto Pereira, publicado in «Insulana» (V, 243/51), P. Delgada, 1949, indica com sensível precisão a evolução do vestuário dos clérigos no arquipélago até ao princípio deste século, e, tal como nas disposições das Constituições Sinodales, os conhecimentos mais importantes retiram-se, também, por via negativa.

O autor parte das Constituições e vai balizando a evolução dos fatos dos clérigos até 1904, em que surgem — vindos de Roma — os **casacos à romana**, pelas pastorais dos prelados D. Manuel Alvares da Costa (1726), D. Fr. Valério (1741), D. Fr. José da Avé Maria (1792) e D. José Pegado (1804).

D. Fr. Valério proíbe absolutamente os **chapeus redondos** e é fruto também de proibição do Governador do Bispado Dr. José Maria de Bettencourt quanto refere **chapeus armados** que são substituídos pelos **chapeus triangulares**. D. José Pegado impõe a substituição dos **chapeus de dois ventos** por outros, os **tricórnios**.

Por diversas vias se chega, pois, ao alargamento — cada vez mais ampliado — das diversas designações que vão assumindo as peças de indumentária.

4. MICROANALISE DE FONTES EM 18 QUADROS DAS NOVE ILHAS COM AS PEÇAS DO VESTUÁRIO FEMININO E MASCULINO

Para avaliação panorâmica da variedade, características, distribuição geográfica, extensão, persistência e pormenorização do traje que foi de uso comum entre as populações feminina e masculina em cada uma das nove ilhas, seguem-se 18 quadros, já referidos anteriormente e que foram elaborados em resultado de larga microanálise de fontes.

Elementos, assaz abundantes, e todos submetidos a crítico exame e selecção, são alinhados em ordenação alfabética de indexação quase sempre rigorosa. Atribui-se particular interesse aos dados de observação de memorialistas estranhos à terra, uma vez que estes revelaram especial cuidado no reconhecimento de peculiaridades e diferenças nos trajes, que passam despercebidos aos residentes.

Um cômputo quantitativo na etnografia permite avaliação relevante como o indicam Hoyos Sainz e Hoyos Sancho no seu volumoso «Manual de Folklore» (em «Comparación y análisis — El método estadístico» do Cap. V — Construcción y Elaboración Folklórica).

Cômputos deste género — que exigiriam, p. e., a existência de inventários quantitativos de colecções — terão de constituir uma das bases indispensáveis, dentro de um esquema científico de concepção antropocultural, do autêntico **museu do povo açoriano** que, um dia, será feito.

Os quadros, o mais compactos possível, são :

A) INDUMENTÁRIA FEMININA

SANTA MARIA

Peças	Diversas anotações	Século	Data da Fonte	Fonte
Avental	Chita, cor alegre	XIX	1871	Almanaque Popular dos Açores para 1872, p. 95
Bioco	Mulheres embiocadas	XX	1938	Ilhas do Infante
Capote	Mesma fazenda do C. de S. Miguel	XIX	1871	Almanaque acima, p. 95
Capote e capelo	Antigo (um) e moderno (outro)	XIX	1926	Mês de Sonho, p. 46 e gravura n.º 20
Capote e capucho	«Velhos blocos monásticos»	XX	1954	«Ilha de Gonçalo Velho», p. 136
Carapuça	«Elegante», sobre o cache-nez de ramagens	XX	1954	Idem, id.
Carapucinha	De pano azul	XIX	1871	Almanaque, acima, p. 95
Catanas	Botins de cano curto	—	—	Luis Ribeiro em notas de ficheiro (1)
Colete	Estamemha azul	XIX	1871	Almanaque, acima p. 95
Colete	Paninho	XX	1954	«Ilha de Gonçalo Velho», p. 136
Galochas		XX	1938	Ilhas do Infante
Patrona	à cintura	XX	»	Idem, id.
Saia	Estamemha azul	XIX	1871	Almanaque, acima, p. 95
Salote	rodado	XX	1954	«Ilha de Gonçalo Velho», p. 136

(1) Encontra-se na Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Angra do Heroísmo desde 1961, adquirido com a livraria do etnógrafo.

S. MIGUEL

Peças	Diversas anotações	Século	Data da Fonte	Fonte
Bioco		XX	1939	Ensaio de Geografia
Bolsa	Branca, de linho (espécie de saco de caça)	XIX	1841	Inverno nos Açores, p. 156
Cabelos	Lustrosos e bem tratados	XIX	»	Idem, 297
Calçado	vistoso	XIX	»	Idem, p. 53
Calçado	de couro branco semelhante a pele de cabrito	XIX	»	Idem, id.
Calçado	de setim branco (aparência)	XIX	»	Idem, id.
Camponesa	de branco (pano), simples e sem adornos	XIX	»	Idem, id.
Capas	pano azul escuro	XIX	»	Idem, p. 109
Capelo	branco (na classe média)	XIX	1884	Materiais p. 20
Capelo	espécie de abóbada em que se mete a cabeça, prende-se com colchetes, por dentro, à gola do capote. Ficando independente, pode até ser facilmente tirado e trazido na mão. Bastante usado nas classes populares e dantes era traje de luxo, a incluir no enxoval das noivas	XIX	1926	Mês de Sonho, p. 46
Capotes	azuis escuros	XIX	1841	Um Inverno, p. 110
Capotes	azuis	XIX	»	Idem, p. 82 e 312
Capotes	(às multidões) azuis	XIX	1882	Among the Azores, in Insulana, XV, p. 57
Capotes	(um jardim) de capotes azuis, lenços brancos e xailes claros	XIX	1882	Among the Azores, in Insulana, XV, p. 51

Peças	Diversas anotações	Século	Data da Fonte	Fonte
Capote e capelo	azuis escuros, escondendo por completo o rosto	XIX	1884	Idem, 35
Capote e capelo		XX	1939	Ensaio de Geografia
Capote e lenço (para as festas)	de pano	XIX	1884	Materiais para o Estudo p. 20
Casaco (para trabalho)	curto, de chita	XIX	1884	Idem, id.
Casacos	curtos, de linho	XIX	1841	Um Inverno, p. 312
Chapéu	de palha redondo com guarnição de seda verde	XIX	»	Idem, p. 155
Chapéu (em trabalhos rurais)	de palha	XIX	1884	Materiais para o Estudo, p. 20
Cobertura (manto)	preta, parecendo um vestido de bombazina, guarnecido de renda preta (pelo Natal)	XIX	1841	Um Inverno, p. 52
Colete (de trabalho)	de pano branco, de algodão	XIX	1884	Materiais para o estudo, p. 20
Galochas	muitas importadas da Terceira, ainda em uso nalgumas p. da ilha em dias de trabalho	XX	1955	Insulana, XI, 118
Lenço	branco, marcado de corações e cantigas, ou de cores vivas, especialmente amarelo	XIX	1884	Materiais para o estudo, p. 20
Lenço	escarlate ou amarelo	XIX	1841	Um Inverno, p. 110
Lenço	branco, com xalle pela cabeça	XIX	1871	Almanaque citado, p. 45
Lenço	de musselina	XIX	»	Idem, 52
Lenço	garrido	XIX	»	Idem, p. 109
Manto	de seda	XVIII	1792	Postura da C.M. de P. Delgada Arquivo, XIV, p. 368

Peças	Diversas anotações	Século	Data da Fonte	Fonte
Manto (no campo)	encarnado, em contraste com fatos brancos domingueiros	XIX	1841	Um Inverno, p. 298
Manto (Vila Franca do Campo)	só entre a «nata» da sociedade	XIX	1841	Idem, p. 110
Meias	de fio de linho branco, feitas de 5 ou 7 agulhas, bordadas com pontos decorativos	XX	1968	Arte Popular, vol. IV, p. 139
Mulheres (nas Furnas)	de branco, com simplicidade	XIX	1841	Um Inverno, p. 297
Patrona	com ornatos	XX	1955	Insulana, XI, 118
Saia (na Ribeira Grande)	de algodão, estampado	XIX	1841	Um inverno, p. 155/56
Saia (de trabalho)	forte, de estamena ou de «manta»	XIX	1884	Materiais, p. 20
Sapatos	pretos, altos, com borlas côr de laranja	XIX	1841	Um Inverno, p. 53
Trajo	escuro	XIX	»	Idem, p. 52
Vestido (em dia de festa)	de chita, sem enfeite algum	XIX	1884	Materiais, p. 20
Xaile	branco, de musselina sobre a cabeça e os ombros	XIX	1841	Um Inverno, p. 110
Xaile	de cores vivas, de preferência o amarelo escuro ou o vermelho	XIX	»	Idem, p. 52
Xaile	branco, pela cabeça e ombros	XIX	»	Idem, p. 318
Xaile	barato	XIX	1884	Materiais, p. 20
Xaile pela cabeça nas Furnas		XX	1926	Mês de Sonho, p. 47

TERCEIRA

Peças	Diversas anotações	Século	Data da Fonte	Fonte
Avental	de barras de cores vivas	XX	1924	«Os Açores», n.º 10 — p. 9
Bioco	«saco» de fazenda preta	XIX	1897	Correio da Manhã, LX, 26.XI.1897
Bioco	na forma de manto	XX	1939	Ensaio de Geografia
Botinas		XVII	1617	Test. de Isabel Gomes (Livro Conf. Jesus Angra)
Camisa		XVI	1531	Idem, de João M. Merens (L.º do C. de S. Francisco de Angra)
Camisa		XVII	1633	Idem, de Leonor Esteves — Idem
Capas	de luto	XX	1939	Açoriana, II, 2, 106
Capelo	da mesma fazenda que o manto	XX	1968	Arte Popular, IV, 124
Capota	peça para a cabeça	XX	1950	Festa Redonda, 55
Capote	de pano escuro, com sua gola e enorme cabeção, tendo a mais um capuz pendido em geral para o rosto e descendo, muito franzido, atrás, sobre a nuca	XIX	1894	As Ilhas de S. Miguel e Terceira, p. 159
Capote	de longo cabeção e pesado capelo, terminando atrás em forma de travesseiro	XIX	1903	Histórias das Ilhas, p. 12
Capote e capelo	de pano grosso de lã, cor de pinhão, ou, às vezes, azul escuro ou preto	XX	1939	Açoriana, II, 2, p. 100
Capote e capelo	escuro ou preto, espalhado por toda a ilha	XX	1939	Idem, id

Peças	Diversas anotações	Século	Data da Fonte	Fonte
Capotes e capelos	contavam-se às dúzias, na missa	XX	1924	«Os Açores», n.º 10, p. 9
Capotes e lenço	em toda a ilha, o lenço geralmente branco, conjunto no entanto raro	XX	1939	Açoriana, II - 2, p. 100
Casabeque	de chita, enramado, com marcas de vidro preto, muito luzidias	XX	1924	«Os Açores», n.º 10, p. 9
Casaco	de algodão ou lã fina, branco ou na côr clara, com mangas justas ao braço, enfeitadas com folhos ou alargando para o ombro (mangas de presunto), fechado no pescoço	XX	1939	Açoriana, II — 2, p. 100
Chapins	de «valença»	XVI	1593	Testamento de Grimaneza de Novais, L.º da Conf. de Jesus da Praia)
Chinelas		XVI	>	Idem
Chinelas	de soleira de pau	XX	1939	Ensaio de Geografia
Chinelas		XX	1939	Açoriana, II, 2, 100
Cinta	de escarlate	XVI	1531	Test. de João Mz Merens (Lo. de S. Fr. de Angra)
Cinta	preta	XVI	1534	Test. de Isabel Corta-Real (L.º Conv. de S. Fr. de Angra)
Coifa	de tafetá azul cor do mar, franzida na ponta, com sua roseta vermelha, caindo pelas costas à semelhança dum travesseiro vazio	XIX	1842	Anunciador da Terceira, numa série dos primeiros números

Peças	Diversas anotações	Século	Data da Fonte	Fonte
Colete	de setim carmezim	XVIII	1788	Test. de Agueda Maria em Inv. orfanológico
Corpete (Ribeirinha)	liso, de chita, afogado e cingido ao tronco com mangas estreitas, solto por fóra da saia, avental pequeno de tecido regional, de cor clara com barras de cores vivas (mandil)	XX	1939	Açoriana, II, 2, p. 101
Corpinho	de «olanda»	XVI	1593	Test. de Grima-neza de Novais (L.º do Conv. de Jesus da Praia)
Cós	de solia	XVI	1556	Idem, de Fco. Merens (C.º do Conv. de J. Fr. de Angra)
Cós	de veludo preto	XVI	1556	Idem, idem
Cota	de setim	XVI	1556	Idem
Cotão	numa cantiga	XX	1950	Festa redon-da,, 113
Cotão	de setim carmezim matizado	XIX	1842	Anunciador da Terceira
Esparavel		XVI	1531	Test. de João Mz Merens (L.º do Conv. de S. Fr. de Angra)
Fraldilha	alaranjada — amarela de ruão — branca da terra — de escarlate de florença — de londres azul — de verde gaza	XVI	1531	Idem, id.
Fraldilha	azul	XVI	1534	Test.º de Isabel Corte-Real (L.º do Conv. de S. Fr. de Angra)
Fraldilha	de pano pinhão	XVI	1550	Idem, de Maria Nicolas, id.
Galochas		XX	1939	Açoriana, II, 2, 9

Peças	Diversas anotações	Século	Data da Fonte	Fonte
Galochas	de sola de pau, pregadas à volta de tachinhas amarelas (numa tourada à corda)	XIX	1903	Histórias das Ilhas, 14
Galochas	de soleira de pau	XX	1939	Ensaio de Geografia
Gargantilha	de entretelas	XVI	1556	Test.º de F. Merens (L.º do Conv. de S. F. de Angra)
Gibão		XVI	1593	Test.º de Grima-neza de Novais (Lo. do Conv. de Jesus da Praia)
Guarnição	de saia de londres	XVI	1593	Idem
Guarnição	de manto	XVI	1593	Idem
Josezinhos		XX	1939	Açoriana, II, 2, 9
Josezinhos	ou casaco sem mangas	XX	1947	Angra há 50 anos, in D. Insular, 388
Lenço	de pescoço	XIX	1801	Inv. orf. de A. Sieuve Borges
Lenço	de alcobaça vermelha, azul, amarela ou preta e branca, enramada, conforme a idade	XX	1924	Os Açores, n.º p. 9
Lenço	branco	XX	1939	Açoriana, II, 2, p. 100
Lenço nas mulheres	emblocadas nos lenços de soqueixo atado	XX	1956	Corsário das Ilhas, 132
Lenço (nas solteiras)	atado com um só nó, deixando ver as madeixas	XX	1968	Arte Popular, IV, p. 124
Lenço (nas casadas)	atado duas vezes no pescoço, escondendo todo o cabelo	XX	1968	Idem, id.
Lenço	de lã ou seda	XX	1939	Açoriana, II, 2, p. 100
Lenço com xalle		XX	1939	Ensaio de Geografia
Lenço (na Ribeirinha)	de algodão	XX	1939	Açoriana, II, 2, p. 101

Peças	Diversas anotações	Século	Data da Fonte	Fonte
Lôba	de pano preto fino	XVI	1534	Test. de D. Isabel Corte-Real (L.º do Conv. S. Fr. de Angra)
Mandés	riscados, de fazenda de tear	XIX	1947	Angra há 50 anos, in D. Insular, 388
Mantão	capote curto	XIX	1909	Os Serões, VIII, 448
Mantilha		XVII	1622	Test. de Catarina Ruiz (Lo Conv. de S. Fr. de Angra)
Manto	vermelho	XVI	1593	Test. de Grima-neza Novais (L.º do Conv. de Jesus, Praia)
Manto	seu feittio custou 1.200 rs.	XVII	1662	Idem, de Beatriz Merens (Conv. de S. Fr. de Angra)
Manto		XVI	1599	Idem, de D. Simoa da Silva, id.
Manto		XVI	1534	Idem, de D. Isabel Corte-Real, id.
Manto		XVII	1622	Idem, de Catarina Ruiz, id.
Manto	frizado	XVI	1550	Idem, de Maria Nicolas, id.
Manto	de mejoim	XVI	1531	Idem, de João Miz Merens, id.
Manto	de gala	XIX	1802	Inv. de António dos Santos
Manto	de marefa (?) fina	XVI	1531	Test. de João Miz Merens (Lo. de S. Fr. de Angra)
Manto	de sarja	XVIII	1787	Inv. orf. de Ant. Coelho Ornelas
Manto	de gala	XIX	1803	Idem de Man. Soares Azevedo
Manto	(outro)	XIX	1803	Idem, id.

Peças	Diversas anotações	Século	Data da Fonte	Fonte
Manto	tosado preto	XVI	1550	Test. de Maria Nicolas (Lo. Conv. de S. Fr. de Angra)
Manto	de forma bastante semelhante com os flamengos	XX	1926	Mês de Sonho
Manto	semelhante aos trajos belgas-flamengos	XX	1939	Açoriana, II — 2, p. 89
Manto	semelhante ao das mulheres de diferentes pontos do país designadamente no sul	XX	1938	Claudio Basto
Manto	amplo, com «imenso» capelo	XIX	1866	Voyages aux Açores — Ile Terceira — Revue de Deux Mondes, p. 52
Manto	de merino preto ou angouline	XIX	1872	Almanaque Popular dos Açores, p. 31
Manto	fusco e lóbreço	XIX	»	Idem, p. 30
Manto	preto, de lustrina ou angouline	XIX	1869	Noticia do Arquipélago dos Açores
Manto	de merino preto ou lila	XX	1939	Açoriana, II — 2, p. 100
Manto	negro, de merino preto	XX	1968	Arte Popular, IV, p. 124
Manto	(visto numa tourada)	XIX	1903	Histórias das Ilhas, p. 12
Manto	envolucro de alpaca preta, igual à sala, franzida, em volta da cintura, cobrindo o tronco, braços e cabeça. Um tecto de telha, duro, graças ao forro de papelão	XIX	1903	Idem, p. 12/13
Manto	descaído para trás, devido ao calor	XIX	1903	Idem, p. 13
Manto	vermelho, em desenho colorido o original	XIX	c. 1830	No Museu de Angra do Heroísmo

Peças	Diversas anotações	Século	Data da Fonte	Fonte
Manto	variando de ilha para ilha (...) entre o berneo de há 50 anos e azul escuro, o castanho e o negro de hoje (1907)	XIX	1909	Serões, VIII, 448
Manto	o velho costume português, castelhano e árabe	XIX	1907	Idem, id.
Manto	nuvens de mulheres de (...)	XIX	1947	Angra há 50 anos, in D. Insular, 388
Manto	hoje (1947) raríssimo	XIX	1947	Idem
Manto	«Na Terceira usa-se um traje de aspecto semelhante (ao capote e capelo), que tem o nome geral de manto, mas difere bastante porque a parte superior ou manto propriamente dito, que corresponde ao capelo (...), cobre a cabeça e tronco, atando-se na cintura com uma corda...»	XX	1926	Mês de Sonho, p. 46
Meias (Ribeirinha)	de algodão branco, arrendadas, de fabrico caseiro	XX	1924 e 1939	Os Açores, 10, p. 9 e Açoriana, II, 2, 101
Meias	brancas, usando chinelas	XIX	1947	Angra há 50 anos, in D. Insular, 388
Meias	de seda branca	XVIII	1787	Inv. orf. de Manuel Tavares
Monjim	de solia, com os bocais forrados de veludo	XVI	1531	Test.º de João Miz Merens (Lo. Conv. S Fco. de Angra)
Roupão	de serguilha	XVI	1593	Test. de Grima-neza Novais (L. do Conv. de Jesus, Praia)

Peças	Diversas anotações	Século	Data da Fonte	Fonte
Roupeta	feita de torres	XVI	1593	Idem, id.
Roupinhas	de cassa bordada	XIX	1801	Inv. de A. Sieuve Borges
Saia	de baeta azul	XVIII	1788	Inv. orf. Agueda Maria
Saia	de baeta preta	XVIII	1787	Inv. orf. de Ant. Coelho Ornelas
Saia	de baeta rosada	XVIII	1787	Idem, de José Pacheco
Saia	bordada, de damasco	XVIII	1787	Idem, idem
Saia	de camelão azul	XVIII	1788	Idem, de Agueda Maria
Saia	de cassa, feita na terra	XIX	1802	Idem, de Ant. Santos
Saia	de chita	XIX	1802	Idem, de Ant. Santos
Saia	de castor	XIX	1803	Idem, de Man. Soares Azevedo
Saia	de damasco	XIX	1803	Idem, id.
Saia	de durante berne	XIX	1802	Idem, de Ant. Santos
Saia	de milanese	XIX	1787	Idem, de José Pacheco
Saia	de milanese de lã azul	XIX	1802	Idem, de Ant. Santos
Saia	de nobreza	XIX	1801	Idem, de A. Sieuve Borges
Saia	roxa	XVI	1556	Test. de Francisca Merens (Lo. do Conv. de S. Fr. de Angra)
Saia	roxa	XVII	1617	Idem, de Isabel Gomes (Lo. Conf. de Jesus da Sé)
Saia	de setim	XVIII	1787	Inv. orf. de Ant. Coelho Ornelas
Saia	de setim acolchoado e verde	XVIII	1787	Idem, de Manuel Tavares
Saia	de setim	XIX	1803	Idem, de Manuel Soares Azevedo

Peças	Diversas anotações	Século	Data da Fonte	Fonte
Saia	de setim azul	XIX	1801	Idem, de A. Sieuve Borges
Saia	de brilhante de lã	XVII	1787	Inv. de José Pacheco
Saia	de chita	XVII	1787	Idem, id.
Saia (na Ribeirinha e muitas outras freguesias)	muito rodada, de pano grosso, tecido na freguesia com lã e linho, sobre duas saias de algodão ou linho, ou de baetinha, com sua barra de côr viva, apertada na cintura por um côs delgado e não descendo abaixo do tornezelo	XX	1939	Açoriana, II-2, p. 101
Saia (na Ribeirinha)	muito rodada, até ao artelho, de fazenda grossa como estopa, pesadíssima, quase sempre azul, com barra grossa escarlate	XX	1924	Os Açores, n.º 10 p. 9
Saia	vermelha	XIX	1842	O Anunciador da Terceira
Saia	comprida, de lã escura, bastante rodada	XX	1939	Açoriana, II—2, p. 100
Saia	pelos ombros	XIX	1907	Os serões, vol. IV, n.º 21
Saia	de barra	XX	1950	Festa Redonda, p. 113
Saia de ombros	«... às costas, a formosa (...) semelhante à do vestido, justa, à guiza de xalle»	XX	1924	Os Açores, n.º 10, p. 9
Saia de ombros (Ribeirinha)	«em vez de xalle, uma saia igual ao do vestido, mas muito mais rodada			Açoriana, II-2, p. 101
Saia de ombros		XIX	1947	«Angra há 50 anos» Diário Insular, n.º 388
Saias de baixo	uma, de algodão, outras de baetilha, muitas engomadas	XX	1924	Os Açores, n.º 10, p. 9

Peças	Diversas anotações	Século	Data da Fonte	Fonte
Saias	rodadas, muitas	XIX	1947	Angra há 50 anos, in Diário Insular. n.º 388
Sainho	azul, no testamento de Leonor Esteves, mulher do cardador fulano	XVII	1633	Arquivo Distrital de Angra
Sainho	de grã	XVI	1531	Test. de João Miz Merens (Lo. Conv. de S. Fr. de Angra)
Sainho	de pano da terra	XVI	1534	Idem de Guiomar Mourata, Id.
Sainho	preto	XVI	1556	Idem, de Franc. Merens (L.º Conv. de S. Fr. de Angra)
Sainho	de veludo, com um còvado de damasco	XVI	1531	Test. de João Mz. Merens (Lo. do Conv. de S. Franc. de Angra)
Saio	alto de tafetá preto	XVI	1556	Idem, de Fr. Merens, (Lo. Conv. de S. Fr. de Angra)
Saio	de baeta	XVII	1617	Idem, de Isabel Gomes (Lo. Confr. de Jesus, da Sé)
Sapatos	de cordovão	XVI	1556	Postura da Vila de S. Sebastião
Sapatos	de damasco, cor da coifa (azul do mar), com um bordado de lantejolas e canutilhos de ouro no peito do pé, bico agudo e salto muito alto	XIX	1842	Anunciador da Terceira
Socos (vidé galochas)	sola de cedro	XIX	1907	Os serões, vol. IV, n.º 21
Sombreiro	coberto	XVI	1593	Test. de Grima-neza Novais (Lo. Conv. de S. Fr. de Angra)
Sombreiro	forrado	XVI	1593	Idem, id.

Peças	Diversas anotações	Século	Data da Fonte	Fonte
Toalhas	de cabeça, de lã, e «olanda»	XVI	1593	Idem, id.
Vasquinha	de pano «honesto» deixada a uma moça	XVI	1581	Test. de Izeu Pacheco de Lima (Lo. do Conv. de S. Fr.)
Vasquinha	duas, sendo uma verde, a dois debruns, de veludo	XVI	1593	Test.º de Grima-neza de Novais (Lo. do Conv. de Jesus, da Praia)
Vasquinha	de um testamento de Apolónia Evangelho	XVI	1956	Corsário das Ilhas
Veludos e damasco	no testamento de Brites Merens	XVI		Arquivo Distrital
Véstea	de baeta azul	XVIII	1788	Inv. de Agueda Maria
Vestido	e capelo (vestuário de nobreza)	XIX	1801	Id. de Ant. Sieuve Borges
Vestido	de lila e seu capelo	XIX	1801	Idem, id.
Vestidos	de cassa riscado, fechados, 2 bordados e um de cor	XIX	1801	Idem, id.
Vestidos	de londres (sainho e manto)	XVI	1556	Test. de Francisca Merens (Lo. do Conv. de S. Fr.)
Vestidos	de sarja e baeta	XVIII	1788	Inv. de Agueda Maria
Vestidos	de setim	XIX	1801	Idem de Ant. Sieuve Borges
Vestir	pobres, de pano da terra (saia e sainho)	XVI	1555	Test. de Braz Pires Merens
Xaile	de cassa bordado de cores	XIX	XVJ	Inv. de Ant. Sieuve Borges
Vestidas...	...garridamente, de cores vistosas, em que domina o rosado e o vermelho (numa tourada)	XIX	1894	As Ilhas de S. Miguel e Terceira, p. 165
Xaile	fino, de lã estampado e uma franja, pela cabeça	XX	1939	Açoriana, II-2, p. 100

Peças	Diversas anotações	Século	Data da Fonte	Fonte
Xaile e lenço		XX	1939	Ensaio de Geografia
Xaile	pela cabeça enrolando as pontas no pescoço	XX	1933	Gente do Monte, p. 70
Xailes	grossos, cinzentos	XIX	1947	Angra há 50 anos, in Diário Insular, n.º 388

S. JORGE

Brincos	de ouro, modestos	XX	1961/62	Boletim do Inst. Histórico, Vol. XIX/XX p. 43
Capa (de senhoras)	de pano fino, azul ou preto, com cabeção, gola de veludo e gabuz. Na Vila das Velas	XIX	1902	A Ilha de S. Jorge, de S. Avelar, p. 110
Capas de luto (freguesias rurais)		XX	1939	Açoriana, II-2, p. 106
Capa (meia capa)	de lã com lenço na cabeça Usada no Norte Grande	XIX	1902	A Ilha de S. Jorge, de S. A. p. 110
Capote	de baetão, cor castanha ou preta, com cabeção, gola de veludo e gabuz	XIX	»	Idem, id.
Carapuça (na Beira e nos Rosais)	de pano de lã de ovelha, orlada de baeta vermelha, tendo ao lado ovelhas da mesma côr	XX	1968	Arte Popular, IV, p. 122
Carapuça de rabuço	usada pelos pastores vendedores de leite (nas Velas)	XIX	1902	A Ilha de S. Jorge de S. A., p. 110
Cordões	de oiro, modestos	XX	1961/62	Boletim do I. H. I. T., vol. XIX/XX p. 43

Peças	Diversas anotações	Século	Data da Fonte	Fonte
Gabuz	cobrindo a cabeça e caindo sobre as costas um pouco, aberto à frente	XIX	1902	A Ilha de S. Jorge, de S. A., p. 110
Galochas		XX	1961/62	Boletim do I. H. I. T., vol. XIX/XX, p. 42
Galochas		XX	1926	Mês de Sonho, p. 47
Lenço		XX	»	Idem, id.
Mandrião	roupão, cobrindo meio corpo	XIX	1902	A Ilha de S. Jorge, S. A., p. 110
Manto (Velas, Beira, Santo Amaro)	de lila, angouline ou seda (desaparecido em 1866)	XIX	»	Idem, id.
Manto	próprio da Quaresma	XIX	»	Idem, p. 109
Meias	de algodão e de seda	XX	1961/62	Boletim do I. H. I. T. 19/20, p. 43
Saia (nos Rosais)	de lã azul, barrada de vermelho	XIX	1902	A Ilha de S. Jorge, de S. A., p. 110
Saia (nos Rosais)	pela cabeça, igual à anterior	XIX	»	Idem, id.
Saia	idêntica às anteriores	XX	1968	Arte Popular, IV, p. 124
Saia e blusa		XX	1591	Boletim do I. H. I. T., 19/20, p. 42
Saias (Urzelina)	azuis, debruadas de vermelho, de estame-nha e a tinta mais viva que nas outras ilhas	XIX	1841	Um Inverno, p. 287
Sandálias		XX	1961/62	Boletim do I. H. I. T. XIX/XX, p. 42
Toalha (nos Rosais)	de pano de linho, de altas rendas, pendente da cabeça, sobre a qual a carapuça de orelhas	XIX	1902	A Ilha de S. Jorge, de S. A., p. 110
Trelicas	meias	XX	1961/62	Boletim, I. H. I. T., XIX/XX, p. 42
Trajo típico	não há (desde 1960)	XX	»	Idem, p. 42

Peças	Diversas anotações	Século	Data da Fonte	Fonte
Vestuário	dos muitos panos de linho e lã, que sabem tingir com lírio, ruiva, urzela, açafroa e anil	XIX	1925	Revista dos Açores, p. 113
Xaile	de merino	XX	1945	Mau tempo, p. 390

GRACIOSA

Capote e capelo	iguais aos da Terceira, mas de pano muito fino preto	XIX	1883	A Ilha Graciosa, p. 73
Chapeus	de palha rachada são usados pelas mulheres e raparigas durante as vindimas	XIX	1873	Almanaque Popular dos Açores de 1874
Manto	generalizado da Terceira	XX	1968	Arte Popular, IV, p. 124
Manto	desaparecido já em 1883	XIX	1883	A Ilha Graciosa, p. 73
Manteu	de seda (antigamente) só nos grandes dias	XIX	1845	Memória estatística, p. 58
Saia	de veludo (só para os grandes dias)		»	Idem, id.
Vestuário	nas damas (antigamente) de camelões,		»	Idem, id.
Xaile e lenço	durantes, e outras fazendas de duração	XIX	1883	A Ilha Graciosa, p. 73

PICO

Blusa	de linho, artisticamente bordada, para uso domingueiro	XIX	1957	Boletim do Nucleo, I, 2
Blusa	de fazenda de lã pesada, chegando ao fundo da cintura, muitas costuras nas costas, debruada de vermelho	XX	1968	Arte Popular, IV, 124

Peças	Diversas anotações	Século	Data da Fonte	Fonte
Capa de agasalho	idêntica à dos homens	XIX	1957	Boletim do Nucleo, I, 1
Capelos	fundos e alongados das suas capas	XIX	1841	Um Inverno, 190
Capotes	pretos	XIX	1841	Idem, 189
Casaco	azul como o dos homens, mangas apertadas	XIX	1860	Fayal and the Portuguese, in Atl. Essays, 247
Casaquinho	de lã	XX	1957	Boletim do Nucleo, I, 1
Chapeus	de palha, redondos na copa, com fita vermelha ou branca, agora (1860) largamente importados do Faial	XIX	1841	Fayal and the Portuguese, in Atl. Essays, 247
Chapeus	redondos e abertos	XIX	1841	Um Inverno, 189
Corpete	azul, vermelho ou branco, mangas cingidas	XIX	1860	Fayal and Portuguese, in Atl. Essays, 247
Cotão	blusão ou chambre de algodão	XX	1944	Mau tempo no canal, 236
Embiocamento	muito em voga como não é visto noutras ilhas. Cobertura desfi-gurante	XIX	1841	Um Inverno, 189
Lenço	branco ou vermelho, com bonitos chapeus redondos de palha	XIX	1882	Among the Azores, in Insulana, XIX, 113
Lenço	vermelho, de algodão para a cabeça, usado com chapéu de palha de homem, enfeitado na orla com fita vermelha de algodão	XX	1968	Arte Popular, IV, p. 124
Lenço	branco, de musselina, preso à volta do queixo	XIX	1841	Um Inverno, p. 190
Lenço	garrido, cruzado sobre o peito	XIX	1860	Fayal and the Portuguese (...) p. 247
Lenço	amarrado debaixo do queixo ou posto livremente	XIX	»	Idem, id.

Peças	Diversas anotações	Século	Data da Fonte	Fonte
Saia	de baeta, mais rica ao Domingo	XIX	1957	Boletim do Núcleo, I-2.º
Saia	azul escuro, de fazenda pesada de lã, guardada de vermelho	XX	1968	A Arte Popular, IV, 124
Saia de fora	levantada da parte de trás, posta sobre a cabeça	XIX	1957	Boletim do Nucleo, I, 1
Tranças	adornadas de flores, pela festa do Espírito Santo (no Cabeço do Junçalinho)	XIX	1889	Fastos Açorianos, 45
Vestido	comprido branco	XIX	1860	Fayal and the Portuguese, in Atl. Essays, 247
Vestidos	brancos, nas «coroações» do Espírito Santo	XIX	1889	Fastos Açorianos, 41

FAIAL

Bioco	capote e capelo	XX	1939	Ensaio de Geografia
Capa (mardrião)	de fazenda escura, em regra preta ou azul, com mangas, canhões e gola larga de veludo	XIX	1943	Anais do Município, p. 475
Capa	de pano azul com fecho de prata (de um testamento antigo)	XVII	»	Idem, id.
Capa	e o bioco, traje antigo	XX	s. d.	Milagres de Portugal
Capas	azuis	XIX	1841	Um Inverno, p. 293
Capas	curtas (usadas pelo Espírito Santo)	XIX	»	Idem, 235
Capelo	cosido ao capote	XX	1926	Mês de Sonho. 46
Capelos	vulgares, levando na mão um lenço para tapar a face	XIX	1860	Fayal and the Portuguese, (...) p. 253

Peças	Diversas anotações	Século	Data da Fonte	Fonte
Capote	muito ampliado e atirado com elegância sobre a cabeça	XX	s. d.	Os Pescadores
Capote (Horta)	ocultando por completo o rosto das mais bem vestidas	XIX	1841	Um Inverno, p. 190
Capote (Horta)	é um manto com capuz	XX	1961	Boletim do Nucleo, II, 379
Capote (Horta)	o mais estranho (vestuário) que se vê na Horta. Bate no verão e na estação chuvosa. Pesado, de tecido azul escuro, caindo em amplas pregas, com «monstruosos» capelo «esticado» com «osso» (sic) de baleia, e tela engomada.	XIX	1860	Fayal and the Portuguese p. 41
Capote de capuz	«esse disforme costume» (Horta)	XIX	1882	Notas Açorianas, p. 180
Capote e capelo	de pano azul escuro	XIX	1841	Um Inverno, p. 182
Capote e capelo		XX	1939	Ensaio de Geografia
Capotes	azuis, felos, com capelos monstruosos	XIX	1882	Among the Azores, in Insulana, XIX, 113
Capotes e capelos	quando estão muitas mulheres juntas, dão aspecto fúnebre a tudo. Encafuadas em vestuário tão monótono, como hão-de as mulheres dos Açores andar alegres ?	XX	1926	Mês de Sonho, 46
Chapeus	de palha em canudo	XX	1903/09	Album Açoriano, p. 456
Chapeus	de palha, que eram feitos no Pico, passaram à indústria faialense	XIX	1882	Notas Açorianas, I, 68/69
Chapeus	de palha, exportados em 1879 : uns 250 000	XIX	1882	Among the Azores, in Insulana, XV, 69

Peças	Diversas anotações	Século	Data da Fonte	Fonte
Chapeus	nas rapariguinhas : altos, de palha	XIX	1841	Um Inverno, 235
Chapeus	de palha, de copa muito pequena e aba muito larga, afitado de preto	XX	1926	As Ilhas Desconhecidas
Galochas	de madeira (o matraquear das...), Horta	XIX	1882	Among the Azores, in Insulana, XIX, 112
Jóias	aneis em profusão num casamento, usados com o capote e capelo	XIX	1860	Fayal and the Portuguese, p. 253
Lenços	vistosos, de grande variedade, de cores, muito vivos e garridos	XIX	1841	Um Inverno, p. 181/82
Lenços	cores de bom gosto	XIX	«	Idem, id.
Lenços	erguidos num pente alto atravessado no cabelo	XIX	«	Idem, id.
Meias	de algodão, bordadas, exportadas entre 1845 e 1846 a 720/840 rs.	XX	1889	Notas Açorianas I, p. 68/69
Saia	de lã, de barras roxas, verdes ou vermelhas	XX	1926	Ilhas Desconhecidas
Xaile e lenço		XX	1939	Ensaio de Geografia

FLORES

Lenços	brancos	XIX	1882	Among the Azores, in Insulana, XIV, 97
Serralho	vestido (termo popular registado no «Vocabulário Florense»)	XIX	1851	Revista dos Açores
Serralho	Pedro da Silveira informa que o termo não se usa na actualidade e diz não crer que se trate de vestido	XX	1963	Anotações ao mais antigo glosário de Açorianíssimos, p. 10
Tecidos	feitos na ilha	XIX	1841	Um Inverno, p. 269
Toalha	branca sobre a cabeça	XIX	1878	Atlantic Islands, p. 35

Peças	Diversas anotações	Século	Data da Fonte	Fonte
Vestidas	de branco (na coroação)	XX	1960	Whalemen from New Bedford, p. 45
Xaile		XIX	»	Idem, id.
Xaile	de cores claras	XIX	1882	Among the Azores, in Insulana, XIV, p. 97

CORVO

Blusa	de pano preto grosseiro, curta, justa ao corpo	XIX	1841	Um Inverno, p. 257
Casaco	largo de pano de inferior qualidade, acinzentado	XIX	»	Idem, id.
Lenços	brancos ou de cores variadas	XIX	»	Idem, id.
Saia	azul escura de chamlote grosseiro, com debum decorativo de 4 polegadas de altura, feito de tiras estreitas, brancas, azuis, vermelhas e amarelas	XIX	»	Idem, id
Trajo	de pano grosseiro	XIX	»	Idem, p. 247

B) INDUMENTARIA MASCULINA**SANTA MARIA**

Bordão	de ponteira	XX	1954	Ilha de Gonçalo Velho, p. 136
Botins	de cano curto	XIX	1851	Revista dos Açores, I, p. 221
Carapuça	«espécie de chapéu henriquino»	XX	1954	Ilha de Gonçalo Velho, p. 136
Catanas	botins de cano curto	XIX	1851	Revista dos Açores, I, p. 221
Chapeus	de palha de copa terminada em ponta, enfeitados com fitas pretas usadas no alto da cabeça	XX	1924	No mar Tenebroso

Peças	Diversas anotações	Século	Data da Fonte	Fonte
Galdrapas		XIX	»	Idem, id.
Jaleca	de estamenha	XIX	1954	Ilha de Gonçalo Velho, p. 136

S. MIGUEL

Barrete	de lã grossa (espesso barrete conico)	XIX	1884	Materiais, p. 20
Barretes (ou carapuças)	de vermelho e azul (Vila Franca)	XIX	1841	Um Inverno, p. 109
Barretes	vermelhos	XIX	»	Idem, id.
Barretes	de malha de lã, de várias cores, feitos na terra	XIX	»	Idem, id.
Barretes	de lã (nos romeiros)	XIX	1882	Among the Azores, in Insulana, XVI, p. 58
Batina	(de padres), estreita	XIX	1841	Um Inverno, p. 35
Bordão	«apoiado ao longo bordão»	XIX	»	Idem, p. 109
Botas	vastas, de couro cru (na Ribeira Grande)	XIX	»	Idem, 158
Botas	brancas, nas criancinhas, de bezerro, taccão alto, em precisões	XIX	1882	Among the Azores, in Insulana, XV, p. 51
Botas	grosseiras, de cano curto (usadas apenas ao Domingo e dias santos)	XIX	1884	Materiais, p. 20
Botas	um par levado ao cinto (os romeiros)	XIX	1882	Among the Azores, XV, p. 58
Botões	de rodela de couro, usados nos calções do principio do século XIX	XIX	1884	Materiais, p. 20
Calças	de estamenha ou panno de linho	XIX	1869	Album micaelense, p. 50

Peças	Diversas anotações	Século	Data da Fonte	Fonte
Calças	de linho	XIX	1841	Um Inverno, p. 82
Calças	brancas	XIX	»	Idem, p. 297
Calças	de azul claro	XIX	»	Idem, p. 109
Calças	brancas, de linho	XIX	»	Idem, p. 13
Calças (Vi-la Franca)	alvadias	XIX	»	Idem, p. 297
Calças	de linho	XIX	1813	History, p. 206
Calças e camisola	de linho (para o trabalho)	XIX	1884	Materiais, p. 20
Calças e colete	de estamanha azul, preta ou mesclada	XIX	»	Idem, p. 20
Calças e colete	(de um oleiro), de linho	XIX	1841	Um Inverno, p. 82
Calção	amarrado ao joelho com ceroula perdida	XIX	1884	Materiais, p. 20
Calções	(de criança)	XIX	1841	Um Inverno, p. 1
Camisa	de algodão, já raramente de linho (1884)	XIX	1884	Materiais, p.
Camisa	de linho	XIX	1813	History, p. 206
Camisa	de linho nem sempre fino	XIX	1870	Almanaque Popular dos Açores, p. 37
Camisola	(um campónio), azul	XIX	1841	Um Inverno, p. 1 p. 318
Camisola	vermelha, de lã	XIX	»	Idem, p. 13
Camisola	de linho crú	XIX	1949	Boletim C.R.C.A. A., X, 96
Camponês	de estamanha e outros panos	XIX	1870	Almanaque Popular, p. 36
Carapuças	azuis escuras	XIX	1841	Um Inverno, p. 109
Carapuças	azuis	XIX	»	Idem, id. p. 297
Carapuças (V. Franca)	de grandes pontas e guarnições vermelhas	XIX	»	Idem, id.
Carapuças (S. Miguel)	com uma pala em meia lua e o rabuço (pano que descia pela nuca até aos ombros, abotoando sob o queixo)	XX	1968	Arte Popular, IV, p. 122

Peças	Diversas anotações	Século	Data da Fonte	Fonte
Carapuças Barrete ilheu (S. Miguel)	de pano azul-anil, guarnecido de sarja da mesma côr, com variantes de côr, forro e dimensões conforme o gosto ou a localidade	XIX	1841	Um Inverno, p. 23/24
Carapuças	amplas e pesadas, do mais leves, de grosseiro escuro, acolchetada com fivela de prata	XIX	»	Idem, id. p. 25
Carapuças	mais leves de grosseiro pano azul claro	XIX	»	Idem, id.
Carapuças	de pano «de fóra»	XIX	»	Idem, id.
Carapuças	(em barqueiros, em camponeses)	XIX	»	Idem, id. 35
Carapuças	o luxo do camponês	XIX	1870	Almanaque Popular, p. 37
Carapuças	o luxo do camponês micaelense	XIX	1863	Cosmorama, n.º 3
Carapuças	«o bicórnio chapéu»	XIX	1845	Vale das Furnas, p. 15
Carapuças (das Furnas)	de pala larga e outras de pala estreita, boleada e sem bicos laterais. De pano azul. Poucas de estamenha	XIX	»	Idem, id.
Carapuças	«de uma imensa aba, com grandes pontas enroscadas»	XIX	1822	Corografia Açorica, p. 26
Carapuças	singular, unica, de extravagante «design»	XIX	1886	The Azores, p. 284
Carapuças	notáveis as dos habitantes do campo, pela imensa aba com grandes pontas enroscadas. Muito de pitoresco	XIX	1850	Dicionário Geográfico, S. Monteiro, p. 79
Casaca (waiscoat)	de fazenda fina, com camisa de aplicações de bordado muito trabalhadas	XIX	1886	The Azores, p. 28
Casaco (V. Franca)	de veludo, preto ou azul	XIX	1841	Um Inverno, p. 109
Casaco	castanho	XIX	»	Idem, id.

Peças	Diversas anotações	Século	Data da Fonte	Fonte
Casacos (V. Franca)	fechados, de veludo	XIX	1841	Idem, id.
Ceroula	«perdida»	XIX	1884	Materiais, p. 20
Ceroulas	usadas nas «viradas»	XX	1949	Boletim da C.R. C.A.A., X, p. 96
Cevadeira	grande saco feito de mantas de retalho em que os h. transportavam a comida para o campo	XIX	1955	Insulana, XI, p. 118
Chapeu	castanho	XIX	1841	Um Inverno, p. 109
Chapeu (de marítimo)	de lona, coberto de verniz preto (modelo estrangeiro de palha)	XIX	»	Idem, p. 13
Chapeu	de palha	XIX	»	Idem, id.
Chapeu	tricornes	XIX	»	Idem, p. 35
Chapeu	de palha ou feltro	XIX	1884	Materiais p. 20
Colete	de seda, desbotado, abotoado, justo por cima	XIX	1841	Um Inverno, p. 13
Fato	de criança, de linho, de várias cores	XIX	1841	Um Inverno, p. 109
Fato	de sair, do camponês : conjunto de pano da terra, calça na maioria branca ou mesclada, jaqueta curta «Eton», azul ou preta, com botões em profusão por vezes	XIX	1886	The Azores, p. 283
Foliões	com suas mitras de talho papal e largas opas de chita, de mangas e cabeções	XIX	1851	«Espírito Santo» in Revista dos Açores, I, p. 89
Guarda-chuva	verde	XIX	1841	Um Inverno,
Homem	de branco — de azul — de amarelo	XIX	»	Idem, id., p. 109
Jaqueta	grosseira	XIX	»	Idem, p. 13
Jaqueta	de azul claro (nas Furnas)	XIX	»	Idem, id., p. 297
Jaqueta	de linho	XIX	1813	History, p. 206

Peças	Diversas anotações	Século	Data da Fonte	Fonte
Jaqueta	longa, de estamena, algumas de pano fino e outras fazendas	XIX	1869	Album Micaelense, p. 50
Lenço	grosso, ao pescoço, nos romeiros	XIX	1882	Among the Azores in Insulana, XV, p. 58
Luto	...amarrando um lenço de côr na cabeça, mesmo quando usam chapéu. Com um só nó nas pontas (o lenço)	XIX	1955	Trajos Regionais, p. 47
Manta	de lã, ao pescoço, nos romeiros	XIX	1882	Among the Azores, in Insulana, XV, p. 58
Roupas	as melhores feitas de linho	XIX	1813	History, p. 286
Trajo	(domingueiro), branco de linho	XIX	1841	Um Inverno, p. 109
Varas	(em Vila Franca), compridas, usadas pelos moços	XIX	»	Idem, id.
Xaile	de mulher (nos Romeiros) e ao pescoço um lenço, também de mulher, que (...) poriam na cabeça (...). Descalços	XX	1977	Coração Arquivista, p. 69

TERCEIRA

Abeiro	de palha	XX	1956	Corsario, 154-B
Andaina	de camponês	XX	1956	Idem, 194
Arrelique		XX	1950	Festa Redonda, p. 168
Balandraus	de chita, uniformes (opas dos foliões)	XIX	1842	Anunciador da Terceira, n.º 5 e segs.
Barrete		XVIII	1788	Inv. do Pe. Venâncio Barcelos

Peças	Diversas anotações	Século	Data da Fonte	Fonte
Barrete	peculiar (da ilha), de meia de lã, cingido à cabeça como um grande solideu e terminando no alto com uma pequena borla segura por um cordão. É a barreta dos pastores	XX	1968	Arte Fopular, IV, p. 124
Barrete	(designado como «açoriano» p/ José Leite de Vasconcelos)	XX	1938	Boletim de Etnografia, n.º 5, p. 96
Barrete	«açoriano», de algodão, de cores variadas, muito em uso na gente do povo, geralmente por rapazes	XX	1924	Idem, n.º 4, p. 55
Barrete	preto, com enfeites laterais de pano vermelho em forma de meia lua revirada para cima, de linho caseiro	XX	1903/09	Uma Caçada Ducal, Album Açoriano, p. 344
Barrete	redondo, com borla de lã, pendente até à orelha	XX	1928	Touradas e romarias, p. 124
Barrete de pastor	de belota, de lã, redondo com a sua borla pendente	XX	1966	Pastoricia, Bol. do IHIT, XXIX/XXXIII, p. 265
Barretinha	de malha	XIX	1896	As Ilhas de S. Miguel e Terceira, p. 164
Barretinho	de côr variada	XIX	»	Idem, id., p. 154
Barretinho	de malha, côr de rosa	XX	1928	Touradas e romarias, p. 35
Bengala	tosca	XX	»	Idem, id.
Bengala	de 2 canudos	XVIII	1787	Inv. de Manuel Tavares
Bordão	de leiteiro, longo, na mão esquerda, e levando o homem um pau ao ombro	XIX	1904	Memoria sobre a Ilha Terceira, p. 353
Bordão	de pastor, encontrado	XIX	1939	Trajo Popular Terceirense

Peças	Diversas anotações	Século	Data da Fonte	Fonte
Bordão		XX	1926	Mês de Sonho, p. 46
Bordão	grosso, recurvo, usado pelos leiteiros, com as cabaças	XIX	1947	Angra há 50 anos in «Diário Insular, n.º 388
Bordão de carreto	com ponteira rendilhada (dos leiteiros)	XX	1909	Os Serões, vol. VIII, p. 449
Borzeguins	de couro	XVI	1555	Posturas da Câmara de S. Sebastião
Botas	de couro	XVI	»	Idem
Botões	de ouro, na gola	XX	1909	Serões, VIII
Botões	(dois), de ouro lavrado na botoeira superior da camisa, do tamanho de ameixas, ocos, presos por uma pequena cadeia de ouro	XIX	1894	As Ilhas de S. Miguel e Terceira, p. 164
Botões	de ouro, lavrados em relevo imitante a filigrana e encadeados no pé, unindo os colarinhos	XIX	1899	Histórias das Ilhas, p. 13/14
Botões	de filigrana de ouro, de forma cónica e grandes como campainhas	XX	1903/09	Uma caçada ducal em Album Açoriano, p. 344
Botões	de ouro, enormes, na camisa (leiteiro)	XIX	1947	Angra há 50 anos, in Diário Insular, n.º 388
Botõezinhos	de ouro, na gola	XX	1909	Serões, VIII
Botõezinhos	de madrepérola	XIX	1842	O Anunciador da Terceira
Botõezinhos	de ouro na camisa (de pulso)	XX	1928	Trajo Popular Terceirense, Revista Açores
Borzeguins	de ouro, no pescoço	XIX	1939	Idem, Açorianana, II, 2 p.
Cacete				Serões
Calça	branca	XIX	1842	O Anunciador da Terceira
Calça	de angrim	XX	1956	Corsário das Ilhas, 194

Peças	Diversas anotações	Século	Data da Fonte	Fonte
Calça	de pano, tecido em casa	XIX	1894	As Ilhas de S. Miguel e Terceira, p. 164
Calças	de brinche azul	XX	1903/09	Uma caçada ducal, Album Açoriano, p. 344
Calças	bastante largas	XIX	1894	As Ilhas de S. Miguel e Terceira, p. 159
Calças	largas (no leiteiro), com um pequeno folho na parte inferior	XX	1904	Memoria sobre Ilha Terceira, p. 353
Calção	de velbotina (sic), aliás velutina preta, mais dois de fustão e outros dois de ganga	XIX	1801	Inv. de Ant. Sieuve Borges
Calção	de veludo	XVIII	1787	Inv. de Manuel Tavares
Calção	de veludo azul e outro de v. preto	XIX	1802	Inv. de Ant. Santos
Calções	de pano da terra	XVII	1600	Test. de João Alvares do Couto (Lo. do Conv. de S. Fr.)
Camisa	alva	XIX	1871	Histórias das Ilhas, p. 13/14
Camisa	com botõezinhos de oiro nos pulsos e outros no pescoço, colar redondo atacado de cordões vermelhos com agulhetas de prata nas pontas	XIX	1842	O Anunciador da Terceira
Camisa	estampada	XX	1956	Corsário das Ilhas, 194
Camisa	de linho caseiro	XX	1903/09	Uma caçada ducal, in Album Açoriano
Camisão	numa cantiga (por camisola de pastor)	XX	1950	Festa Redonda, p. 92
Camisola	branca, de estopa, até meia coxa	XX	1968	Arte Popular, IV, p. 124
Camisola	dos pastores, toiradas à corda	XX	1909	Serões, VIII

Peças	Diversas anotações	Século	Data da Fonte	Fonte
Camisola	do camponês, de linho	XX	1904	Memória sobre a Ilha Terceira, 352
Camisola	do leiteiro, aberta no peito	XX	»»	Idem, 353
Camisola	do leiteiro, de linho aloíssimo, aberta no peito	XIX	1894	As Ilhas de S. Miguel e Terceira, 159
Camisola	branca (dos pastores), ras touradas à corda	XX	1956	Corsario das Ilhas
Camisola (de pastor)	de linho, com a gola aberta, e umas calças de côr escura, castanha ou preta, que outrora eram de pano da terra, tecido confeccionado com a lã dos carneiros nos teaseiros	XX	1966	Pastoricea, Boletim do I.H.I.T., XXIX/XXXIII, p. 265
Camisola	de pastor	XX	1928	Touradas e romarias, 34
Camisola	de leiteiro, de estopa, fechada com enormes botões de ouro	XIX	1947	Angra há 50 anos in Diário Insular, n.º 388
Camisola	alva, do vendedor de leite	XIX	1947	Idem, id.
Camponês	descalço	XX	1909	Serões, VIII
Capa		XVI	1531	Test. de João Miz. Merens
Capa	de bacta verda, outra de bactão berne e uma de druguete castor berne	XVIII	1787	Inv. de Ant. Coelho Ornelas
Capa	de meia nobreza, usada na Câmara	XIX	1801	Id. de Ant. Sieuve Borges
Capa	de «somana», de lavrador	XVI	1576	Test. de Sebastião Gonçalves (Lo. do Conv. de S. Fr.)
Capote	de baeta azul	XVIII	1787	Inv. de José Pacheco

Peças	Diversas anotações	Século	Data da Fonte	Fonte
Capote	idem	XIX	1802	Id. de Ant. Santos
Capote	de baeta, comprido	XVIII	1787	Id. de Ant. Coelho Ornelas
Capote	de baeta, rosado	XVIII	1787	Idem, id.
Capote	de baeta, tozada	XVIII	1787	Id. de José Pacheco
Capote	de baetão	XIX	1801	Inv. de Ant. Sieuve Borges
Capote	de camara, de mangas forradas de baeta	XVIII	1788	Id. do Pe. Venâncio Barcelos
Capote	de pano azul	XIX	1801	Id. de Ant. Sieuve Borges
Carapuça	de orelhas vermelhas	XIX	1947	Angra há 50 anos, in Diário XV, p. 58
Carapuça	preta, pequena como sobideu, com duas orelhas vermelhas	XX	1909	Serões, VIII
Carapucinha	preta, com orelhas vermelhas, pequena como a palma da mão posta à banda rum elegante equilibrio	XX	1909	Idem, id., p. 449
Casaca	azul, com botões brancos	XIX	1842	Anunciador da Terceira, n.º 5 e segs.
Casaca	dos cocheiros, de botões prateados	XIX	1947	Angra há 50 anos, in D. Insular, n.º 388
Casaca	de lemiste (e vestea também da mesma fazenda)	XVIII	1787	Inv. de Manuel Tavares
Casaca	de pano azul	XVIII	1787	Id. de Ant. Coelho Ornelas
Casacão	de pano da terra	XVIII	1787	Idem, id.
Chapeu		XVIII	1788	Id. do Pe. Venâncio Barcelos
Chapeu	de galão de prata e penacho	XIX	1801	Id. de Sieuve Borges
Chapeu	tem armado (vários)	XIX	1801	Id.

Peças	Diversas anotações	Século	Data da Fonte	Fonte
Chapeu	(dos folhões), de castor alvadio, semelhantes aos dos franciscanos capuchos, com um ramo de flores do mosteiro na larga abacbrada, atado (o chapéu) com fitas ao pescoço	XIX	1842	Anunciador da Terceira, n.º 5 e segs.
Chapeu	(nas touradas) de feltro	XIX	1899	Histórias das Ilhas, p. 13/14
Chapeu	de palha foi tomando o lugar da carapuça	XX	1904	Memoria sobre a Ilha Terceira, p. 352
Chapins	de cordovão	XVI	1556	Postura da C. M. de S. Sebastião
Chapins	de vaca	XVI	»	Idem
Colete	de leiteiro, de cotim	XX	1904	Memoria sobre a Ilha Terceira, p. 353
Colete	de uso vulgar no no camponês	XX	»	Idem, p. 252
Colete	vermelho, lavrado de preto	XIX	»	Idem, id.
Colete		XIX	1894	As Ilhas de S. Miguel e Terceira, p. 164
Coletes	de fustão	XIX	1801	Inv. de Ant. Sieuve Borges
Coletes	de ganga	XIX	1802	Id. de Ant. Santos
Farregoula	preto	XVI	1593	Test. de Grima-neza Novais (Lo. Conv. de S. Fr.)
Gabão		XVI	1531	Test. de João Miz. Merens (Lo. Conv. de S. Fr.)
Galochas	atamancadas (o taroicadas...)	XX	1956	Corsário das Ilhas, 234
Guarda-sol	enorme, de pano azul	XX	1909	Serões, Vol. VIII
Hábito	de chamalote	XVI	1531	Test. de João Miz. Merens (Lo. do Conv. de S. Fr.)

Peças	Diversas anotações	Século	Data da Fonte	Fonte
Hábito	de mejom	XVI	1531	Test. de João Miz. Merens (Lo. do Conv. de I. Fr.)
Hábito	de pano da terra	XVII	1600	Id. de João Alvares do Canto (Lo. do Conv. de S. Fr.)
Jaqueta	de pano fino azul guarnecida de nastros pretos, de seda, e de renques muito bastos de botõezinhos de madreperola	XIX	1842	O Anunciador da Terceira n.º 5 e segs.
Jaqueta		XIX	1894	As Ilhas de S. Miguel e Terceira
Jorneazinha		XVII	1600	Test. de João Alv. Canto (Lo. do Conv. de S. Fr.)
Lacinho	de peito	XVIII	1787	Inv. de José Pacheco
Lavradores	bem vestidos e descalços	XX	1909	Serões, Vol. VIII
Lencinho	«maroto» na gola da jaqueta	XX	1928	Toiradas e Romarias, 34
Lenços	brancos, de pescoço e de algebeira	XIX	1801	Inv. de Ant. Sieuve Borges
Libré	de tafetá	XVII	1606	Test. de Ant. Gomes Tapia (Lo. Conv. de S. Fr.)
Martimenga		XVIII	1788	Inv. do Pe. Venâncio Barcelos
Meias	de laia preta	XIX	»	Idem, id.
Meias	de seda e de linho	XIX	1801	Id. de Ant. Sieuve Borges
Opas (balandras)	de chita, uniformes	XIX	1842	O Anunciador da Terceira, n.º 5 e segs.
Opas	dos foliões, de chita enramada	XX	1904	Memória sobre a Ilha Terceira, p. 358

Peças	Diversas anotações	Século	Data da Fonte	Fonte
Pelote		XVI	1531	Test. de João Miz. Merens
Saião	forrado	XVI	1531	Idem, id.
Sapatas	(ou albarcas), de sola de coiro grosso, amarradas no peito do pé com tiras também de coiro mas bastante mais delgado	XX	1966	Pastoricea, Boletim do I.H.I.T., XXIX/XXXIII, p. 265
Sapatos	de cordovão	XVI	1556	Postura da C.M. de S. Sebastião
Servilhas	de carneiro	XVI	»	Idem
Sobretudo	de baetão	XIX	1788	Inv. do Pe. Venâncio Barcelos
Sobretudo	de veludo	XVII	1788	Idem, id.
Suera	de lã	XX	1950	Festa Redonda, 65
Touca		XVI	1531	Test. de João M. Merens (Lo. Conv. S. Fr.)
Varapau	ferrado	XIX	1894	Ilhas de S. Miguel e Terceira, 164
Varapaus	ao ombro	XX	1933	Gente do Monte, 52
Varas	de madeira, pintadas de vermelho e com uma pomba também pintada	XX	1904	Memória sobre a Ilha Terceira, p. 358
Varas	de pinho, pintadas	XX	»	Idem, id.
Veludo	de Castela	XVI	1531	Test. de João Miz. Merens (Lo. Conv. de S. Fr.)
Verdasca	(verdasquinha)	XX	1956	Corsario das Ilhas
Vestir...	...pobres de pano da terra (saio e calça)	XIX	1555	Test. de Braz Pires Merens (Lo. do Conv. de S. Fr.)
Vestido	de lemiste sobre calção	XIX	1801	Inv. de Ant. Sieuve Borges
Vestido	de pano fino, com abotoadura de madre-pérola	XIX	1801	Idem, id.

Peças	Diversas anotações	Século	Data da Fonte	Fonte
Vestido	de veludo e sua vetea sem calção	XIX	1801	Idem, id.
Xalles	regros, enrolados à volta do pescoço	XIX	1956	Corsário das Ilhas

S. JORGE

Alamar	vermelho a atar a alheta	XIX	1902	A Ilha de S. Jorge, p. 110
Albarcas	como as do Pico	XX	1960/61	Boletim do I.H. I.T., 19/20, p. 42
Barrete	(nas Velas), diferentes que se usam noutras partes, feito de pano azul escuro, com estreito debrum vermelho. Muito pitoresco	XIX	1841	Um Inverno, p. 288
Borzeguins	nos Rosais	XX	1961/62	Boletim do I.H. I.T., 19/20, p. 42
Blusa (camisa)	de riscado	XIX	1841	Um Inverno, p. 287
Botas	altas (do pároco da Urzelina)	XX	>	Idem
Calça e casaco	de baeta	XX	>	Boletim do I.H. I.T., 19/20, p. 42
Calças	de cotim	XIX	>	Idem, id.
Calção	arcaico, conhecido apenas num velhote dos Rosais (o «Calções») e usado ainda em 1867	XIX	1902	A Ilha de S. Jorge, p. 109
Carapuça	no Topo, igual à da Terceira, mais pequena da que indica a seguir, de pano azul com orlas e orelhas vermelhas	XIX	>	Idem, id.
Carapuça	de pano de lã de ovelha, orlada de baeta vermelha, com orelhas da mesma cor	XIX	>	Idem, id.

Peças	Diversas anotações	Século	Data da Fonte	Fonte
Carapuça de rabuço	de lã da terra, cujas abas desciam desde a copa até à cintura, ficando apenas o rosto a descoberto, muito própria para os pastores e servindo para o luto pesado	XIX	1968	Arte Popular, IV, p. 124
Carapuça de rabuço	erguendo sobre a testa uma pala em ângulo rectilíneo	XIX	1902	A Ilha de S. Jorge, de J. p. 109 Duarte Sousa,
Carapuça de rabuço	ninguém prescinde dela	XX	1902	A Ilha de S. Jorge, p. 109
Carapuça de rabuço	de lã da terra (em desuso)	XX	1961/62	Boletim do I.H., I.T., 19/20, p. 42 Idem, id.
Carapuça de rabuço	para luto e para agasalho	XIX	»	Idem, id.
Casaco	no Norte Grande, de grandes algibeiras por fóra, de lã, largo	XIX	1902	A Ilha de S. Jorge, p. 109
Colete	tendo, nas costas, âncoras e galeões e cantigas amorosas (uma quadra em cada alheita e homem e mulher a bailhar, tudo a ponto de marca com linha vermelha, azul e amarela	XX	1902	A Ilha de S. Jorge, p. 110
Colete	de baeta	XX	1961/62	Boletim do I.H. I.T., 19/20, p. 42
Colete	feito na farpa	XX	»	Idem, id.
Froca	designação ainda hoje usada, generalizando-se a tudo quanto sirva de agasalho com forma de casaco	XX		Informação particular actual
Tamancos	com solas de pau	XX	1926	Mês de Sonho, p. 45

Peças	Diversas anotações	Século	Data da Fonte	Fonte
GRACIOSA				
Barrete		XIX		A Ilha Graciosa, p. 73
Carapuça	rão usada	XIX	1926	Idem, id.
Carapuça	rão usada jamais	XX	1968	Arte Popular, IV, p. 174
Chapeu	de palha ou feltro	XIX	1883	A Ilha Graciosa, p. 73
Jaqueta	de pano azul ou preto	XIX	»	Idem, id.
Paletó	de cotim ou pano preto	XIX	»	Idem, id.
Casacas	só eram conhecidas (antigamente) três de pano fino. Fazia-se gala de usá-la de baeta preta	XIX	1845	Memoria estatística, p. 58
Trajo	do camponês, de pano de lã e de estopa fabricado pelas mulheres. (Antigamente)	XIX	1845	Memoria estatística, p. 58
Vestuário	das mesmas fazendas que as da Corte	XIX	»	Idem, id.

PICO

Abeiro	chapeu	XX	1925	Gente das Ilhas, p. 68
Albarcas	de couro mal curtido, de pelo virado para dentro (espécie de velhas sandálias) — V. Alparca e Bitola	XX	1939	Ensaio de Geografia
Albarcas	usadas por picarotos em Angra	XX	1959	«José Leite de Vasconcelos nas Ilhas de Baixo», p. 51
Aldeões	que se vestem inteiramente de vermelho	XIX	1841	Um Inverno, p. 177

Peças	Diversas anotações	Século	Data da Fonte	Fonte
Alparcas	de sola de couro de boi (curtido ou ainda com cabelo) e de correias, que fazem levantar um pouco a sola e se atam na canela	XX	1926	Mês de Sonho, 46
Alparcas	e meias brancas	XX	1926	Gentes das Ilhas 153
Arrelique	pregado ao cós da camisa	XX	1944	Mau tempo no Canal, 320
Barrete	cónico, de fio de lã, je várias cores	XIX	1841	Um Inverno, p. 189
Barrete de lã	em «saco de café», de cores vivas, como os dos campinos do Ribatejo (usado só de inverno)	XX	1939	Ensaio de Geografia
Bengala na Candelária	«imensa», adornada com fitas (mestre de cerimónias num casamento)	XIX	1882	Notas Açorianas, I, p. 176
Bitola	Albarca antiga, imitação grosseira de sapato	XX	1957	Boletim do Núcleo, I, 3, 80
Calças	atadas logo abaixo do joelho	XIX	1957	Idem, I, 1
Calças	brancas e azuis	XIX	1860	Fayal and Portuguese, in Atl. Essays, 247
Calceta	meia curta, peuga	XX	1957	Boletim do Núcleo, I, 3, 87
Camisa	por vezes de linho, entre os mais afortunados, muito brancas	XIX	1957	Idem, I, 1
Camisola	por fora das calças	XIX	1957	Idem, id.
Capa grande	com uma capinha sobreposta, de lã, e que chegava até aos cotovelos	XIX	1957	Idem, id.
Carapuça	(de camponês) de lã azulada, altas e piramidais	XIX	1871	Notícia do Arquipélago

Peças	Diversas anotações	Século	Data da Fonte	Fonte
Carapuça	de lã, mais ou menos cónica na forma	XIX	1957	Bol. do Nucleo, I, 1
Carapuça	«de figura piramital sem ao menos uma pequena aba»	XIX	1822	Corografia Açorica, p. 26
Carapuça	notáveis nos habitantes do campo, por sua forma piramidal, sem aba alguma. Tem muito de pitoresco	XIX	1850	Dicionario Geográfico, S. Monteiro, p. 79
Casaco (jaqueta)	de fazenda tecida em casa	XIX	1860	Fayal and Portuguese, p. 247
Chapeu	enorme, de pelo, usado na Candelária, por um noivo no seu casamento	XX	1885	Notas Açoriaas, I, 175
Chapeu	largo de palha, no verão	XX	1939	Ensaio de Geografia
Chapeus	de palha usados por picarotos em Angra	XX	1959	José Leite de Vasconcelos nas Ilhas, p. 51
Colete	com um arrelique vermelho	XX	1925	Gente das Ilhas, p. 153
Escopação	vestuário, vestimenta	XX	1944	Mau Tempo no Canal, p. 345
Fato	de baeta de fabrico caseiro, por vezes usado por mais de uma pessoa de família	XX	1957	Boletim do Núcleo, I, 1
Froca	de angrin (ganga azul)	XX	1933	Por causa de um ramallete, p. 76
Froca	do baleeiro	XIX	1944	Mau Tempo no Canal, 382
Gorro	de lã, comprido, vermelho e azul	XX	1860	Fayal and Portuguese, in Atlantic, 247
Guarda-chuva	de barba de baleia	XX	1925	Gente das Ilhas, 135
Homem do Pico	com vantagem no trajar sobre o faialense	XIX	1860	Fayal and Portuguese, 247
Jaqueta, colete e calças	(na Candelária), de lã ordinária, usados por um noivo	XX	1882	Notas Açorianas I, p. 175

Peças	Diversas anotações	Século	Data da Fonte	Fonte
Polainas	abotoadas sobre os pés (descalços ou cobertos de sandálias)	XIX	1841	Um Inverno, p. 177
Sueste	«sweeter»	XX	1925	Gente das Ilhas, 68
Trajos	(de algumas partes da ilha) «chamam tanto a atenção» (do Faial, quando nesta parecem)	XIX	1860	Fayal and Portuguese, 247
Trajar...	... à grave	XX	1944	Mau Tempo no Canal, 320
Vestuário	de trabalho, todo de lã	XIX	1957	Boletim do Núcleo, I, 1

FAIAL

Arreliquias	Na lapela da jaqueta de pano de lã. Trata-se de uma fita (azul, verde ou vermelha), de meio palmo	XIX	1885	Notas Açorianas, I, p. 180
Bengalas	de palha	XX	1926	Mês de Sonho, 46
Bragas	com folhos brancos	XX	1943	Anais do Município da Horta, 475
Casaco	«à moda da aldeia» («Village custom»)	XIX	1899	Annals of the Dabney Family, 1012
Casacos	azuis, com botões de latão (nos fatos dos funcionários navais)	XIX	1841	Um inverno, p. 181/182
Casacos	longos (jaquetões) até mais de meio da coxa, presos à cintura com uma corda ou cinto	XIX	»	Idem, id.
Chapeu	de aba larga	XX	1926	Ilhas Desconhecidas
Chapeus	de palha, em canudo	XIX	1903/09	Album, p. 4...
Fatos	claros em rapazes	XIX	1841	Um Inverno, 235
Homens	todos eles descalços	XIX	»	Idem, 181/182

Peças	Diversas anotações	Século	Data da Fonte	Fonte
Jaquetões	(da marinhagem), até mais de meia coxa, presos à cintura com uma corda ao cinto	XIX	1841	Um Inverno, p. 181/182
Leiteiro	(idêntico ao da Terceira, conforme fotografia do fim do século. Em vez de cabas, vasilhame de cedro	XIX	1898	Revista «Branco e Negro», p. 0
Varapau		XX	1926	Ilhas Desconhecidas

FLORES

Barrete	cónico, de várias cores, de malha de algodão ou de lã (usado pelos descalços,	XIX	1841	Um Inverno, p. 269
Bengala		XX	1959	José Leite de Vasconcelos e as Ilhas de Baixo, 60
Bengalas	de pau, onduladas	XX	1926	Mês de Sonho, 4
Bordão	de uma vara direita, de incenso, faia, folhado, laranjeira, tamujo, etc., mais grosso do lado da mão, descascado ou não e sem quaisquer ornamentações incisivas a navalha	XX	1959	José Leite de Vasconcelos e as Ilhas de Baixo, 60
Bordão grande	grande, de ir ao mato, não sendo encontreiro como na Terceira. Designa-se este «bordão grande» por diferença com o vulgar, acima	XX	»	Idem, id.
«Calçados» (os)	Uma das duas classes dos homens. Usam trajos de cores berrantes	XIX	1841	Um Inverno, 269

Peças	Diversas anotações	Século	Data da Fonte	Fonte
Calças	brancas, de linho ou lã, côr de chocolate (usadas pelos «descalços»)	XIX	1841	Idem, id.
Camisolas	de lã, escuras (usadas pelos «descalços»)	XIX	»	Idem, id.
Carapuças de cam-panha	de cores variegadas, em calote esférica, cingidas ao crâneo em abas arqueadas	XX	1939	«Açoriana», II, p. 104
Carapuças	escuras, como as camisolas, com pequenos bicos triangulares voltados para cima (usados «pelos descalços»)	XIX	1841	Um Inverno, 269
Chambão	botas, em sentido depreciativo	XX	1963	O mais antigo glossario de açorianos, 5
Chapeu	abeiro, usada pelo médico	XIX	1882	Among the Azores, in Insulana, XIX, 105
Coturnos	botas de sola de pau, geralmente de cedro	XIX	1963	O mais antigo glossario, 10
Froca	indicado como de uso nesta ilha também	XX		Grande Enciclopédia
Gabão	usado pelo médico da ilha	XIX	1882	Among the Azores, in Insulana, XIX, 104
Godilhões	sapatos	XX	1963	Anotações ao mais antigo glossario, 8
Tecidos	feitos na ilha	XIX	1841	Um Inverno, 269
Tira-viras	tiras de pano de lã ou algodão com as quais se enfeixavam os pés antes de calçar os coturnos (caturnos)	XIX	1963	Anotações ao mais antigo glossario, 10
Trajos	de cores berrantes (usados também pelos «calçados»)	XX	1939	Trajo popular, Açoriana, II, 2, 104
Trajos	(não há cores berrantes nos «descalços»)		»	Idem, id.

Peças	Diversas anotações	Século	Data da Fonte	Fonte
Trincha	coleira da camisa, à qual se liga o colarinho ou, neste, a parte que cinge directamente o pescoço	XX	1963	Anotações ao mais antigo glossario, 10
Vestuários	os habitantes preferem o seu vestuário ao estrangeiro, no que excedeu a alguns dos demais povos açorianos	XX	1968	Anais do Município das Lajes, p. 61

CORVO

Barrete	de pano castanho, com duas abas triangulares de azul presas à faixa circular da carapuça	XIX	1841	Um Inverno, 257
Barrete	às riscas (dos baleiros)	XX	1926	Ilhas Desconhecidas
Botões	feitos de chifre	XIX	»	Idem, p. 247
Calças	de pano azul	XIX	»	Idem, p. 239
Calções	mostrando as extremidades das ceroulas de linho	XIX	»	Idem, id.
Carapuças	de lã azul	XX	1959	«José Leite de Vasconcelos nas Ilhas «extra texto», p. 48
Casaco	castanho, de fechar no peito, sem racha atrás, de grandes botões de chifre	XIX	1926	Ilhas Desconhecidas
Casaco	largo, de pano de inferior qualidade, acinzentado	XIX	»	Idem, p. 257
Trajo	de pano grosseiro	XIX	»	Idem, p. 247
Trajos	de cor monotonamente cinzenta; tecidos grosseiros	XIX	»	Idem, p. 239

C) PEÇAS DE VESTUÁRIO E ANALOGIAS TERMINOLÓGICAS — ADORNOS E ACESSÓRIOS — CALÇAR E PÔR

Empilhem-se, à vontade, os termos correspondentes a variadas designações da indumentária e ter-se-á, com as aproximações de palavras da mesma raiz, noção curiosa da riqueza de especificações. Veste, véstea, vestido, vestimenta, vestidura, vestiária, vestuário ; roupa, roupão, roupeta, roupinho, roupinha, roupas ; corpo, corpinho, corpete ; peúcos, peugas, peúcas ; etc., etc. são termos entre os de tantas séries como as que constam dos quadros deste capítulo.

A variedade revela a extensão dos factos relacionados com a necessidade e a utilidade de cobrir, composta e elegantemente, de forma mais ou menos ampla e estética, o corpo. Isto, sem mesmo aludir a superfluidades que se afectam à necessidade e à utilidade referidas cujo valor aparente ou não nem sempre se pode etiquetar para o quadro da sumptuária e justificar as leis pragmáticas que desde séculos foram sendo impostas ao país, todavia, quase sempre sem sequência.

Convém para esta nota preambular relacionada com peças de adorno e acessórios do vestuário, entrar no esquema primário da compreensão simples do porquê de tantos termos atrás alinhados e de outros que seria possível acrescentar-se-lhes.

A distinção morfológica do corpo humano em três partes (cabeça, tronco e membros) corresponde à separação tripartida do vestuário (para o tronco), acessórios (para a cabeça, pernas e braços) e adornos (estes para avivar, sublinhar, enriquecer tudo quanto, no conjunto, se designa por traje).

Indumentária e traje definem realidades próximas entre si, mas distintas ; e a partir do encontro definidor dessas realidades pode-se partir ao encontro de muitas graduações que dizem respeito a campos correlacionados com os factos do vestir, do calçar e do adjuvar a compostura corporal, quer se trate da necessidade da defesa e do resguardo, quer diga respeito à autosatisfação psicológica que, no caso, concerne à moda ou ao costume prolongado, contempla o sentimento estético (domínio da beleza), abrange a concepção que confere à funcionalidade das peças a sua supremacia, e se contenta, enfim, com muito ou com pouco, ao passar por zonas que vão da simplicidade à extravagância.

As polainas fazem lembrar **calçado**. Tanto assim que é verbo próprio para sapatos ou envolvedores da perna ou do peito do pé é o que se toma por seu termo calçar, **calçar** sapatos, **calçar** polainas e, também, **calçar** peugas, peúcos, meias (membros inferiores), além de que (para os membros superiores) se diz por igual **calçar** luvas, **calçar** mitenes, **calçar** dedeiras...

É a área dos acessórios.

Já com os adornos o verbo apropriado mais comum será o do termo **pôr** : pôr uma joia, umas arrecadas, uns botões de punho, um lenço.

O acessório traz com ele uma utilidade, uma função rigorosamente reclamada.

O adorno, ainda que marcando utilidade e função prática, não se torna imprescindível.

*

Nos quadros A) e B) inseriram-se, a par das peças de vestuário, os acessórios. Quanto aos adornos, seguem-se eles adiante, em relação resultante, em grande parte, de recolhas em documentos inéditos. Surgem em variedade e em extensão que só aos desprevenidos da história insular causarão admiração. Basta lembrar os Açores — especialmente Angra nos primeiros tempos — como portos de escala das frotas antigas, para aquilatar de oiros, pratas, pedrarias (leia-se Linschotten) que vinham no bojo das naus de Índias e das quais algumas gemas em bruto ou engastadas não deixariam de «desembarcar» e ser transaccionadas, mal chegados os de bordo à ponta do cais ou, então internados os marinheiros (pelas ruas angrenses das Frigideiras ou Direita, p, e.) para além das portas dos cais e pátio da Alfândega...)

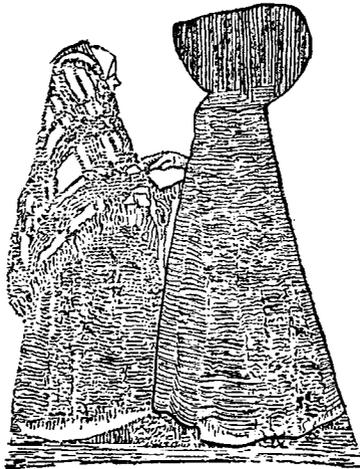
Na lista, as datas indicam o ano do documento manuscrito (doc.) ou da edição da obra impressa (ed.) podendo o leitor informar-se da fonte no cap. III quanto aos documentos inéditos.

Assim :

— Abotoadura de madre pérola e de pedras (doc. 1801) — Ametista (Uma) (doc. 1787) — Anel de oiro com pérola branca (doc. 1581) — Aneis (doc. 1531) — Aneis (doc. 1550) — Aneis (ed. 1939) — Anelzinho com três pedrinhas (doc. 1787) — Botões a modos de cachos com suas pérolas (doc. 1616) — Botões

de granitos (doc. 1787) — Botões (par) de granitos com umas rosinhas (doc. 1787) — Botões de oiro (doc. 1788) — Botões (ed. sec. XIX) — Botões (dois) (idem, id.) — Botões de filigrana (ed. sec. XX) — Botõezinhos de madreperola (ed. sec. XIX) — Botõezinhos de oiro na camisa (ed. sec. XX) — Botõezinhos de oiro na gola (ed. sec. XX) — Botõezinhos de oiro no pescoço (ed. sec. XX) — Brinco de peito (doc. 1787) — Brincos de oiro com pendants (ed. 1842) — Brincos de oiro, modestos (ed. sec. XX) — Cabelos lustrosos e bem tratados (ed. sec. XIX) — Cadeados (Um parinho) esmaltados com cachos de aljofares (doc. 1787) — Cachos (dois) de oiro das orelhas com seus aljofares (doc. 1616) — Cadeias de oiro, pequena e grande (doc. 1554) — Contas de coral, em fiadas (ed. 1939) — Cordões de oiro (ed. 1939) — Corais (doc. 1550) — Cordões de oiro, modestos (ed. sec. XX) — Cruz com duas pérolas (doc. 1554) — Esgravatador de oiro (doc. 1616) — Joia de oiro (doc. 1581) — Joia de oiro, grande (doc. 1554) — Joias (doc. 1534) — Lasquinhas de diamantes (doc. 1787) — Manilhas (12) de oiro (doc. 1531) — Oiros (doc. 1599) — Orelhas (Um par) (doc. 1787) — Pedra de bazar grande como uma pela de chumbo (doc. 1616) — Penteado (Um) com 3 plumas (doc. 1701) — Pentas de Travessa (2) de tartaruga (doc. 1801) — Relicário (Um) com doze grãos de aljobar (doc. 1531) — Volta (Uma) de colar de oiro (doc. 1616) — Volta (Uma) de fuis grosso (doc. 1616).

Todos os itens de doc. referem-se à ilha Terceira (Arquivo Distrital).



5. PARA A GENEALOGIA DOS TRAJOS DA REGIÃO

Têm permanecido erçadas de dificuldades as tentativas de traçar a **genealogia** das diversas espécies dos trajos regionais. É assunto em que se assinala a existência de questões intrincadas e jamais resolvidas satisfatoriamente. **Deslindar** — eis o problema.

Leite de Vasconcelos, Luís Ribeiro e Wilhelm Giese foram direitos à questão de uma alegada influência flamenga, designadamente quanto às capas de mulheres este último. Serem ou não os mantos da Terceira e os capotes com extravagante capelo, de Santa Maria, Faial ou S. Miguel, **descendentes directos** dos biocos das provincias sulinas ou da beira-serra ou, então, de certo trajo flamengo, é, por exemplo, questão... **genealógica** que estimula a curiosidade e desafia o aprofundamento das interpretações etnográficas. Giese foi quem se aproximou mais da problemática no sentido de arrumar a questão. Ao escrever no artigo-síntese «O Capote» (Boletim do Núcleo Cultural da Horta, Vol. 2, p 381 — Horta, 1961) apontou o seguinte: «Não é de excluir uma influência do trajo das flamengas nestas ilhas, mas se teve lugar, deve tratar-se duma influência secundária que se juntou a uma tradição já existente nas ilhas». Importa ainda sublinhar que Mendes Correia em «Raças do Império», p. 294 — depois de larga troca de correspondência com Luís Ribeiro — acentuou o «escasso valor de certos mo-

tivos de arte popular e de certos trajos como demonstrativos de influência bretã ou flamenga considerável».

O tema assume particular interesse na medida em que o seu exame conduzi-se, pelo estudo de pormenores e de peculiaridades, ao reconhecimento — isso sim — do traço distintivo das soluções mais ou menos hábeis obtidas pelas populações locais confinadas aos limites de uma ilha para tipos apropriados de vestimenta.

De resto, qualquer vestido ou fato corresponde a situações de âmbito universal, sendo um ou outro comum, nos seus traços gerais, a populações de muitas e variadas zonas. De onde os aspectos com especial interesse advirem do reconhecimento de fronteiras como as seguintes :

- mesológica ;
- da resolução técnica de problemas postos pela qualidade dos materiais de confecção utilizados e da própria habilidade pessoal de cada alfaiate ou costureira ;
- do gosto individual e colectivo ;
- de motivos de ordem moral e religiosa ;
- de causas económico-sociais ;
- da funcionalidade em relação à ocupação nas actividades próprias do meio :

Também neste âmbito genealógico, a iconografia tem uma palavra a dizer na medida em que ela fornece modelos e, a partir de determinada época, sistematicamente, os figurinos.

Mas se os **figurinos** — por toda a centúria — representam a **moda**, as gravuras, que, tantas vezes, não passavam de motivos decorativos, nem sempre fornecem o documento rigoroso que só o desenho etnográfico, as pinturas por modelo e as fotografias podem facilitar.

O certo é que a iconografia do trajo nos Açores está longe, pelo que se refere ao século XIX, de satisfazer em quantidade. Já no século XX, o desenho etnográfico (de Maduro Dias — Ilha Terceira) e os trabalhos do pintor Domingos Rebelo — que incidem quase exclusivamente, quanto aos Açores, sobre S. Miguel e Terceira — são contributos de importância reconhecida, podendo mencionar-se também para emparceirar com eles Victor Câmara, Luís Bernardo Leite de Ataíde e pouco mais.

Estudo «genealógico» único pela respectiva concepção e estruturada é o Wilhelm Giese acerca de capas de mulheres dos Açores e do capote (58), em dois artigos de preciosa análise.

Não é de agora o interesse em demonstrar a descendência directa dos trajos açorianos (e também madeirenses) em relação à indumentária portuguesa.

Por outro lado, e muito principalmente desde Jules Mees (59), a ideia das influências flamengas perturbam os estudiosos, tendo Leite de Vasconcelos acudido ao assunto, como se tem notado, não só pelo texto original, depois enriquecido em publicação, da conferência «Mês de Sonho» como também pelo Vocabulário do Trajo Açoriano, aliás também por outros trabalhos do género Vária.

Já o Padre António Cordeiro (a «História Insulana» saíu em 1717) marcava, de resto, uma nota impressiva que se refere a florenses e corvinos : eram **«todos os moradores puramente portugueses e sempre fieis à Coroa Lusitana e nenhuma lingua usaram jamais nem outros trajos senão os dos antigos portugueses que conservam ainda, assim homens como mulheres»** (60).

Ocupando-se embora das duas ilhas mais ocidentais do grupo, não será de excluir no entanto — em todo o caso — a possibilidade de legitimar uma generalização do que o autor verificou (registando-o, de resto, com manifesta ênfase) às demais ilhas. Assim se crê, porque Cordeiro não se furtando, de modo algum, a marcar a presença histórica prolongada de estrangeiros, teria, por certo, assinalado qualquer influência, se ela existira, no particular do vestuário também.

Pelo contexto das afirmações de Cordeiro se pode crer que ele pretendeu assinalar iniludivelmente a interligação do português dos Açores com português do Reino.

Escrevendo em fins do século XVI e contemplando o período primevo do povoamento até fins de quinhentos — século e meio portanto — deixou o Doutor Gaspar Frutuoso nas «Saudades da Terra» categóricas informações susceptíveis de fazer luz sobre a total verificação do paralelismo dos trajos do Continente e das Ilhas.

Os exemplos que se retiram, designadamente, do Livro IV são bastantes para o reconhecimento da seiva nacional que cor-

ria nos ramos da frondosa «árvore genealógica» da vestimenta dos açorianos. É como se vê em :

— Os honrados traziam **barretes de cantos** e outros do povo **carapuças dos panos que vestiam** quando iam os dias de guarda à igreja, porque de semana traziam **carapuças de linho** (Cap. II, p. 49).

— traziam (os homens) o cabelo em **coifas** (idem, id.), (mencionando ele, de seguida, o género **coifas de linho**).

E mais, bastante mais...

Por ocasião de um jogo de canas, realizado pela Páscoa de 1523 para distração dos espíritos ainda retensos pelos efeitos da catástrofe de Vila Franca do Campo (a subversão sísmica de 22 de Outubro do ano anterior), as figuras dos participantes apresentavam-se, conforme Frutuoso (Livro IV, Cap. LXXIV), destarte :

— André Gonçalves de Sampaio, «vestido de cores, de seda» (p. 158) ;

— Pero Botelho, «vestido de seda vermelha, com muitos golpes e botões de ouro» (id.) ;

— Diogo Nunes Botelho, «vestido de seda branca» (id.) ;

— Rui Martins Furtado, que «levava vestida **uma marlota de veludo verde com debruns brancos e botões de ouro**» (idem, p. 158) ;

— «Todos com seus moços **de esporas e de ricas librés**» (idem, p. 159) ;

— (o meirinho do corregedor) «**vestido de roxo e azul**» (idem, id.) ;

— (outros) «**todos bem ornados e lustrosos**» (idem, id.) ;

— «**librés de seda**» (idem, id.) ;

— «com **vestidos honestos de preto e roxo**, porque traziam ainda muitos deles dó por seus parentes e amigos que morreram pouco havia» (idem, id.) ;

— Lopes Anes Araujo, «**vestido de pano preto tosado, muito fino**» (idem, id.) ;

— o filho deste, «**com um pelote de chamalote roxo sem águas e gibão de veludo preto**» (idem, id.) ;

— João de Arruda e filho, vestidos «**de seda preta**» (idem, id.) ;

— Pero da Costa, «**com botões de ouro**» (idem, id.) ;

— Outros dois, «**vestidos de azul anilado, com gibões de veludo**» (idem, id.) ;

— «**Todos muito galantes e bem vestidos de panos finos e de seda e de peças de ouro**» (idem id.) ;

— (outros) «**muito adornados de vestidos**» (idem id.) ;

— «**Os Tavares (em jogos anteriores) iam todos vestidos ricamente de sedas de muitas cores** (idem, id.).

Frutuoso, com minúcia de observações preciosas de pormenores, oferece a possibilidade de estudo pelas referências a contrastes e excepções e até ao uso extenso de alguns tipos de vestimenta.

Menciona ainda a roupa própria para ocasiões, como a de actos de penitência (duas mulheres piedosas «vestidas de burel e descalças», p. 170). Pormenoriza, ao anotar como invulgar uma côr menos usada (o menino que «andava vestido de verde» era filho e neto de grandes senhores, respectivamente Manuel e Rui Gonçalves da Camara, p. 177). Regista um modo invulgar de aparecer em casa a quem entra de visita («Cristovão Soares desceu como estava **em calças e em gibão, com espada** na mão e a **capa** no braço», p. 179). Marca a evolução no sentido da generalização de uma peça de vestuário que é registado em relação à época anterior («levando 14 ou 15 homens de **capa frizada**, que naquele tempo tinha por coisa grande», p. 180).

Para os aliás poucos autores que se ocuparam expressamente da vestiária insular, a filiação portuguesa do traço praticado nos Açores e Madeira não chega a admitir questão de fundo. Porém, aquilo a que se designaria — e já o tem sido — como «tese flamenga» não deve deixar de ser mencionada, não por ter sido aceite — uma vez explicada — mas porque os elementos de que se serviram Leite de Vasconcelos e, na peugada deste, Luís Ribeiro e Wilhelm Giese devem ser tomados em linha de conta de informação cultural. Ao mesmo tempo, a «tese árabe» que sugestionou outros autores, designadamente Faustino da Fonseca («Serões», Vol. VIII, ano de 1909) não to-

mou lugar concludente. Trinta anos depois deste, Luís Chaves em «O Trajo do Povo», estudo panorâmico constante do album «Portugal» (61) apontou quanto ao **manto terceirense** :

«Os modelos da Metrópole passaram-se à Madeira, onde formaram o **capote e capelo**, e aos Açores, com o **manto**, articulado de **bioco** algarvio e alentejano — Portalegre.» Mas o **capote e capelo**, com forma normal na Terceira, respeitam — com variantes bem conhecidas — igualmente é também a Santa Maria, S. Miguel e Faial).

Já na «Galeria dos Trajos Nacionais», inserta na revista «Branco e Negro», (62), incluíra Alberto Pimentel, com fotografia, um **manto terceirense** como um **bioco**, aliás o seu artigo abrange os **biocos** em geral. Diz, designadamente : «Nos Açores, o costume (do bioco ou rebuço) chegou até nossos dias» (escreve no fim do século XIX). E logo esclarece, mencionando o Algarve, que o completo (e forçado) desaparecimento dos **biocos** resultara de um edital fareense (de 1892) pelo qual se extinguiu, por proibição expressa, com a intenção de moralidade cívica e urbana, o uso do rebuço ou bioco, nas ruas ou igrejas de todas as povoações. Por sinal ao falar do assunto, procura justificar a proibição socorrendo-se do que dizia, séculos antes, na «Aulegrafia», Jorge Ferreira de Vasconcelos («Dado que com o uso de rebuço a uso de galantes mornetados, não sei se me conheceis, agora que vos falo de face a face»).

A propósito ainda do **manto** — e bem fundamentadamente — Luís Chaves aponta :

«O **manto ou mantilha, côca ou rebuço**, pastos como o bioco sobre a cabeça, e lançados para a frente dos olhos, **estenderam-se a todos os recantos da província** (o nosso sublinhado tem especial razão de ser), uns inteiros e outros compostos de duas partes — a capa envolvente e o rebuço ou bioco substituto do capuz. Também de muitos séculos vem o modelo, espalhado pelas imagens da Virgem e das cenas bíblicas dos quadros dos templos e das iluminuras, adoptado pelas ordens religiosas, desde o século XII». É o que o autor designa por «cagoule, gouelle, mélote, espécie de túnica ou capote sem mangas, sem aberturas laterais, e capucho redondo».

E insiste :

«... a influência exercida nas capas femininas com **bioco**, armado em tala de papelão ou tarlatana, sobre a cabeça, **vem de longe**. Não lhe é estranho o **mantelete com capuz**, usado

pelos homens e mulheres na Idade Média, religiosos ou leigos» (63).

Luís Ribeiro, que reduz habilmente a questão — com vários pontos, ainda e sempre, por solucionar — aos termos simples, segundo os quais a origem do **manto** é problema curioso que já foi ventilado sem, todavia, se ter podido chegar a uma conclusão (64), não deixa de registrar — é, com efeito, de acentuar — que o **manto** é semelhante aos trajos belgas-flamengos especialmente de Bruges. Ao mesmo tempo, de resto, aponta este autor estar certo do que anota José Leite de Vasconcelos: serem bastante parecidas as formas do **manto açoriano (terceirense)** e das capas flamengas. Sucede, em todo o caso, que Cláudio Basto recorda que o **manto** é «um dos muitos modos por que as mulheres de diferentes pontos do país, designadamente no sul, se embiocam ou rebuçam».

Será, face a isso, de forçar conclusões que se tenham por legítimas, segundo certos autores ?

No fundo, pelo menos neste particular de **capas** e de formas específicas de **biocos**, tudo vai dar a um tronco comum universal, com modelo capaz de permitir uma utilização normalizada dos panos e uma funcionalidade patente, as quais (utilização dos panos e funcionalidade da peça) só em parte excluem a possibilidade de fantasia ou de barroquismo de forma. É por isso que Luís Chaves evidencia que «as capas das mulheres, as capas e os capotes dos homens, com capuzes ligados ou independentes, nasceram da necessidade de resguardo e, num e noutro caso, da simplicidade da peça». Tentando-se ao campo genealógico destas peças, pôde escrever: «... se lhe quizessemos procurar avoengos, encontra-los-íamos no **birrus** ou **birrum** dos romanos, manto com capuz que teria dado possível ligação, degenerada, até às formas actuais». Do **birrus** veio o **manto com capuz**; as **capas encapuzadas** provieram deste. O **cuculos** teria sido adaptado do **sagum** negro dos lusitanos e este da lacerna dos gauleses.

Não passou a Luís Chaves despercebida a notícia da «provável influência» ou «procedência» de traje estrangeiro no traje português insular. Não avançando, porém, apenas notou: «Estudariámos como complemento e extensão geográfico-folclórica, embora com variante de outra procedência provável, os arquipélagos adjacentes» (65).

Nos «Anais do Município da Horta» (66) a p. 475, Marcelino Lima não teve dúvida em afirmar que o panorama faia-

lense em começos do século XIX quanto ao vestuário era «pouco mais ou menos o do continente». Fazendo fé, ter-se-ia que aceitar o seguinte :

«Campónio : **calções** abrindo abaixo do joelho e saindo deles os folhos brancos dos bragas, jaleco e colete, chapéu de aba larga, incluindo a banda.

«Camponesa : saia muito rodada, casaquinho curto, abotoado à frente, lenço na cabeça, atado debaixo do queixo. Algumas trajavam uma capa de fazenda escura, em regra preta ou azul, com mangas, canhões e gola larga de veludo, a qual se não vestia, mas se levava aos ombros. Tinha o nome de **mandrião**. Esta peça de vestuário era de origem muito antiga : num testamento do século XVII encontro-a a constituir por si só um legado e descrita deste modo : a minha **capa** de pano azul com fecho de prata.»

Serve-se ainda Marcelino Lima de uma referência de James Cook ao género de bioco setecentista no Faial e com ela parece querer formular uma hipótese de semelhança entre o capote de então, usado naquela ilha, e que evoluiria, e o manto terceirense que teria mantido as suas características. Dando a palavra ao autor dos «Anais» recolhe-se que :

«Já se usava também o **capote** (princípios do século XIX), mas ao que parece (pelo menos em 1795 quando Jaques Cook visitou o Faial) não bem o que ele é hoje com a sua cafuva entretelada. Diz Cook : **Usam uma capa que lhe cobre a cabeça e atada na cintura, apenas com uma abertura para olharem**. Esta descrição faz lembrar os mantos usados na ilha Terceira, réplica perfeita à côca alentejana, só faltando que esta fosse também atada na cintura para ser tudo uma e a mesma coisa.»

A posição assumida por Marcelino Lima teria algo a ver com a sua hipótese — forçada hipótese, segundo nos parece — de a forma do bioco faialense, alteada como é, se filiar no uso — resultante da moda superveniente — das altas cabeleiras armadas, hipótese que, a aceitar-se, levaria, quanto aos capelos de Santa Maria — nas variantes, ambas disformes, do capelo altíssimo e de outro modesto no tamanho — à hipótese (!) de uso, generalizado das extravagantes cabeleiras em meio tão rústico como o mariense...

A designação **manto** era comum não apenas na Terceira. Com uma informação, a que faltam aliás a descrição da forma e a menção suficiente de elementos capazes de uma identifica-

ção razoavelmente esclarecedora, Bullar (67) refere a existência de **mantos** em S. Miguel (Vila Franca), usados tal como na ilha de S. Jorge (68), em solenidades religiosas. Assim — diz ele — por ocasião de uma procissão de Terceiros, algumas mulheres trajavam **mantos**, mas pertenciam estas à nata da sociedade da vila (69). Aliás, bem podia Bullar estar a aludir a essa peça na mesma perspectiva da menção a outra idêntica (70), e essa sim descreveu-a ele, embora não muito em pormenor. Destarte: «Uma donzela trazia cobertura preta, que parecia um vestido de bombazina voltado da cintura para a cabeça e guardado de renda preta» ou seja exactamente um **manto** («Isto se chama um manto» — como aponta) «semelhante ao que, havia pouco, eu vi numa imagem da Virgem Maria». As destrinças — há que concordar — não parecem fáceis de fazer e em matéria tão difusa como é esta de história comparativa as sugestões tornam-se extremamente perigosas por aliantes.

A propósito da utilização pelo fino observador inglês da expressão «nata da sociedade» convém aproximar este modo de dizer de outro, também dele, pois assim se abre caminho a diverso campo de ideias. Efectivamente, Bullar gradua a usança em termos e modo de relativa pequena expansão do manto na Vila Franca com a usança pela «nata da nata» das «capotas ou pequenos chapéus ingleses» mencionados a p. 110 da sua famosa obra.

Os mantos, como os capotes, eram peças caras (tenha-se em conta a qualidade da fazenda, sem dúvida alguma importada a maior parte das vezes, e o preço da confecção), sendo que o custo respectivo só não rarefazia em extremo a existência deles porque socioeconomicamente prevalecia a concepção de que o manto era para durar passando a uma geração seguinte de utilizadoras.

Eric Linklater, na sua recente obra «The Voyage of the Challenger», oferece a p. 36 (71), com a reprodução das sínteses da expedição científica inglesa à volta do mundo a bordo do «Challenger» (1872-1876), algumas notas sobre as escalas dos cientistas nos Açores, designadamente uma em que o naturalista Dr. Moseley foca o pitoresco do **capote e capelo** faialense e revela o que custava, então, essa vestimenta.

Eric Linklater não deixou aliás de publicar no seu livro, retirada de um dos 50 volumes da expedição, a imagem, em gravura, dessa mesma vestimenta, inicialmente vinda a lume no vo-

lume «Notes by a Naturalist on board of H. M. S. Challenger by H. N. Moseley».

A gravura é acompanhada da legenda «O dr. Moseley fotografou uma rapariga metida no seu maciço (massive) capote ao desembarcar na Horta. Da gravura é difícil ficar-se com a certeza de lhe ter ela dado ou não as boas-vindas». Quanto ao texto, lê-se : «Voltaram, então, a cruzar o Atlântico a caminho dos Açores (...). Moseley foi dos poucos que desembarcaram na Horta, aproveitando para tanto um lugar num barco de fruta. E teve tempo para notar que embora na encantadora cidadezinha, repassada de aparência portuguesa, as mulheres ofereciam melhor aspecto que as (vistas) em Lisboa, trajando muitas delas um capote azul escuro de enorme capelo, com o aspecto de balde de carvão, de onde só de longe se lhes poder ver, como se fôra para dentro de um túnel, a linda face. Moseley era um naturalista católico e apurou que o custo de um capote daqueles era de cerca de seis libras, tendo uma rapariga de trabalhar durante dois anos e meio para poder habilitar-se a comprar um» (72).

Quer se trate do **manto**, tal como o da Terceira, S. Jorge ou Graciosa — e eventualmente o de Vila Franca do Campo — quer se trate do **capote e capelo**, do Faial, S. Miguel e em suas duas variedades em Santa Maria, quer ainda se trate de modelo mal definido do século XVIII mencionado por James Cook referido por Marcelino Lima, todas estas se aproximam umas das outras na classe a que Wilhelm Giese colocou sob a designação de **capas de mulheres dos Açores** nos seus tão cuidados trabalhos publicados no boletim da Sociedade de Estudos Açorianos «Afonso Chaves» (73) e no boletim do Núcleo Cultural da Horta (74).

A par do tema das variantes e do assunto de expansão geográfica destas diversas capas femininas pelas ilhas (algumas apenas e não todas), haverá que atentar na densidade do uso delas nas diversas localidades. Ainda que só indirectamente se possa estimar a quantidade destes biocos nas suas duas formas estabilizadamente nítidas (o manto e o capote e capelo), deve realçar-se o seguinte em

— Bullar : «A missa da manhã estava cheia de pessoas (...) escondidas dentro dos escuros capotes e capelos (...), imóveis, excepto quando, uma ou outra vez, aparecia uma mão a compor o capote ou a endireitar o capelo, (tudo num) **negrume**»; — «as mulheres de capotes azuis escuros, de capelos que lhes

escondem por completo o rosto» (75) eram «manteaux qui marchent, voilà tout» ; — e isso em contraste com a inovação de «uma senhora de xaile, chapéu e sombrinha» ;

— Roxana Dabney («Annals of the Dabney Family in Fayal», p. 1241) colige no que se refere ao afluxo de «curiosas» encapotadas quando do casamento, numa das maiores igrejas da Horta, do Príncipe russo Mestcherskey com Carolina Curry : «Era tal a curiosidade que muitas senhoras foram com os seus **capotes**, para ver tudo», «a igreja (de S. Francisco) pejada de tal modo por mulheres de **capote** que só escasso espaço deixavam para a realização do consórcio», etc.

— Felix José da Costa («Costumes dos Açores — O manto») indica o **manto** como «o traje popular, amado e querido do sexo formoso da formosa ilha Terceira» (75) ; «é o mais predilecto e arreigado costume da maior parte das mulheres terceirenses» ; o manto vai «à missa e à procissão do «Corpus Christi», ao bailo, ao «lado do altar do Espírito Santo», «dá foros de nobreza local» e é «como uma emancipação prévia».

— Walker, em «The Azores : or Western Islands (77) reconhece também que «estes capotes, sendo de côr negra, dão às ruas da cidade uma sombria e fusca aparência, mesmo quando há grande ajuntamento de gente da classe baixa em trajos do dia-a-dia. Um muito mais agradável efeito é produzido pela mista aglomeração de gente pobre, mulheres do campo, que, vindas de classe pobre, usam cores coloridas, muito embora a grande ambição seja possuir um capote e capelo».

— O dr. F. Carreiro da Costa ao abordar o tema do **capote a capelo** (texto em folha mimeografada para informação turística) sugere acerca da generalização do mesmo : «O uso do capote-e-capelo nestas três ilhas — Santa Maria, S. Miguel e Faial — generalizou-se noutros tempos a tal ponto que até as fidalgas se não envergonham de o vestir». Prescindindo da última parte da informação pois logo o autor refere que (elas) «tinham-no na conta de traje de luxo e muito cómodo, pois se o traziam com os melhores lenços e sapatos igualmente o vestiam por cima de qualquer fato, além de que muito contribuía para conservar o incógnito».

— Pelo que se refere ao **manto** terceirense, existe uma nota marcante da importância social e económica desta peça. Não era vestimenta que se alcançasse com facilidade devido ao custo, e, por outro lado, quem o tivesse a uso e com êle se apresentasse atingia posição de elevado conceito. É o que se infere

do descritivo de Felix José da Costa Sotto-Mayor no Almanaque Popular dos Açores para 1872 (p. 29/30) : «Nas freguesias do campo — escreve — é o distintivo mais certo de quem tem casa abastada ou um **irmão brasileiro**. Lá a rapariga que tem o seu **manto** com que vai à missa e à procissão do Corpus Christi (solenidade de particular relevo litúrgico em Angra), é notada pelo seu porte circumspecto ; no baile onde se apresenta tem aspecto de tia ; não se ri para todos ; é das que se assenta ao lado do altar do Espírito Santo : considera-se mulher de remate. O manto dá-lhe foros de nobreza local ; é como uma emancipação prévia.»

É sem dúvida significativo que o autor — dos mais criteriosos em afirmações acerca do traje — tenha notado que o **manto** é «o mais popular, amado e querido» da ilha e haja logo acentuado que é «predilecto e arreigado costume da maior parte (rpt : **da maior parte**) das mulheres terceirenses».

Quais seriam para Félix José da Costa os antecessores do **manto** terceirense? Falando das «origens», admite ele tratar-se de «invenção» mas não tenta repelir a dificuldade de resolução do problema que existia e que carecia de ser «deslindado». Põe o caso de uma «evolução» (camada de reformas e modificações) e não se fecha, antes pelo contrário, abre-se ainda mais à ideia de ser recomendável um trabalho de investigação que seria de proveito. Assim é ler :

«Deslindar a invenção e origem do **manto** dentre as camadas de reformas e modificações que os séculos têm trazido a todos os costumes é tarefa aziaga e lida improveitosa.» (...). «De Portugal, se tomaria este costume e outros, que nos Açores subsistem.» (...). «Todavia pode-se afirmar que ao **manto** já chegou (ou passou já) a sua decrepitude e deveria entrar na reserva ou reformar-se, para que só passados anos pudesse figurar em tempo carnavalesco, nalguma mascarada faceta como epitáfio histórico de si mesmo.»

A sobrevivência do **manto** (tenha-se presente que Felix José da Costa escreveu há mais de cem anos, 1871) — terá arrostado com preserverança de um conservandorismo manifestamente utilitário e em função do uso, realmente prático, em sociedade «parada». A verdade é que mais de meio século volvido sobre a data das notas do autor, ainda o **manto** se avistava pelas ruas de Angra, ia à missa, saía à noite como protector de conveniências e defendia até a movimentação incógnita da caridade (que se exemplifica com o caso de uma dama, funda-

dora da Cozinha Económica Angrense, que, embiocada, distribuía benesses de porta em porta, e daquele modo e composição para que o seu nome não fosse divulgado).

Seja como fôr, o desfavor geral pelo aspecto do **manto** atingiu, tanto como a outros autores, Felix José da Costa, chegando este a escrever : «Anichado naquele fusco e lobrego capelo, vê-se então as mais das vezes um corpo bem ornado, com belos atavios ; e, cobertos com a saia do **manto**, é sempre certo encontrar vestidos das melhores fazendas e à moda, conforme as circunstâncias das pessoas.»

A quarenta anos de distância da actualidade, o manto estava dado como desaparecido. Luís Ribeiro fixou o modelo final, assim : «Era composto de uma saia de merino ou de lila, comprida até aos pés, muito rodada, e de capelo da mesma fazenda, amarrado na cintura, cobrindo a cabeça e o tronco. A parte pousada na cabeça era endurecida por um papelão que abria o capelo, o qual, por isso, se tornava necessário aconchegar com as mãos, forçando-o a emoldurar o rosto escondido dentro dele (78).

Do que se recolheu e tendo presente — com Cláudio Basto — que o **manto** é «um dos muitos modos por que as mulheres de diferentes pontos do país, designadamente no sul, se embiocam ou rebuçam», pois aceite-se quanto às sugestões advindas, pela similitude, do modelo dos mantos flamengos (79) com todos os demais que se trata de soluções idênticas estabelecidas sem parentesco. Um género enfim que se multiplicou em paralelo mas sem dependências demonstráveis em plena segurança de opinião.

Passando ao **capote e capelo**, o dr. Carreiro da Costa enlaçou vários dos elementos ao seu dispor, e dá, no caso com policiamento crítico, o apontamento de que «em 1839, quando os irmãos Bullar andaram por S. Miguel e Faial (aliás visitaram — deve ser aqui lembrado — outras ilhas e mencionam e descrevem até alguns costumes e trajos dessas outras ilhas também), observaram-no detidamente, desenharam-no e comentaram-no por forma depreciativa a ponto de os jornais de Ponta Delgada, em 1842, atacarem com veemência o seu emprego e pedirem a sua abolição».

A descrição dos Bullars, por antiga e precisa, induziu a este descritivo :

«De uma maneira geral, o **capote e capelo** é feito de pano

preto ou azul ferrete, sendo constituído por saia ampla e por um capelo — nome dado ao enorme capuz por um arco de aço ou de barba de baleia — espécie de concha bivalve e que, cobrindo a cabeça, esconde o rosto mais ou menos conforme o aperto que se deixa dar à abertura de frente. Enquanto na Ilha de S. Miguel o **capote** é solto do capelo e acusa dimensões moderadas, na Ilha do Faial o capelo é cosido ao capote e apresenta-se muito maior. O **capelo** de Santa Maria é desmesuradamente grande e solto do **capote**, segurando-se por meio de um colchete como no caso micalense. O **capote-e-capelo** da Ilha Terceira é completamente diferente dos três anteriores».

O mesmo autor, ainda na sequência dos seus apontamentos — e depois de inserir a descrição do **manto** pelo dr. Luis Ribeiro, não esboça dúvida sequer em perfilar a opinião de Marcelino Lima de que «o capote e capelo seria todo igual nos Açores até ao século XVIII, época em que, certamente, as complicadas e altíssimas cabeleiras teriam determinado o aumento dos capelos», conjectura que não vai além de hipótese.

Passando a uma peça de uso masculino — as carapuças — e fazendo paragem em Walker (80), eis o que o americano, a propósito da carapuça do camponês micalense, escreve : «A sua cobertura da cabeça é a singular **carapuça** (em português no original inglês), única na sua conformação, desenho, extravagante ainda que não desprovido de utilidade, pela sua aba imensa à frente, de meio pé de medida, terminando em ponta com a forma de crescente e que lhe dá sombra à face, protegendo-a do sol; da copa adequadamente preparada do chapéu (desprovido do lado de trás da pála) cai uma cobertura em forma de capa de fazenda fina que efectivamente protege o pescoço e as espáduas de quem o usa da humidade, vantagens que devem possivelmente compensá-lo do grande peso».

Quanto à origem da carapuça, o autor assinalando que ela está envolta, desde sempre, em mistério, adianta que certa vez acudiu-lhe à ideia, em vista da singular designação (de carapuça), a memória de lições meio esquecidas de geologia que lhe vieram de um glossário no qual existia a palavra «carapaça» (em inglês : carapace), concha protectora de caranguejo, lagosta e muitos outros crustáceos. Mas o certo — e seja como for — remata que se trata de uma singularidade esta carapuça quer pelo tamanho quer pela forma que o povo de várias aldeias de S. Miguel, particularmente as aldeias remotas, preserva como uma espécie de **distinção etnográfica** que se

estende a todo o arquipélago, abrangendo homens e mulheres, exceptuando-se apenas a ilha Graciosa.



Saltaram para este **arrumo de informações** — elaborado com o propósito de servir para elucidário açoriano — muitos e variados elementos que provieram de :

— estudos etnográficos resultantes : de observação directa e de ocasional pesquisa de campo (José Leite de Vasconcelos) ; de laboração crítica de fontes impressas e de recolha de informações orais (Luís Ribeiro) ; e de comparação de dados (Wilhelm Giese) ;

— monografias regionais (incluindo teses de licenciatura universitária) ;

— de informes dispersos, muitos dos quais insertos em trechos de marcada acento literário em que só por acaso surgem notas sobre usos e costumes ;

— de memórias de viagens e de visitas em que todo o género de pitoresco e de distintivo é anotado ;

— de críticas a (supostas) reconstituições de peças para exhibição pública (mesmo museológica) que não oferecem garantias de autenticidade (pelo menos, algumas) ;

— da leitura tanto quanto possível hábil de elementos iconográficos ;

— de consultas lexicográficas ;

— de buscas em fontes manuscritas antigas e de velhos textos de impressão recente ;

— de um alargamento de recolhas em bibliografia pouco aproveitada ou até não utilizada ainda.

É possível que, por motivos cujo valor, sobrelevado atrás, ficou insinuado, haja sido prestada particular atenção aos memorialistas, designadamente os estrangeiros. Não será de mais realçar que os memorialistas estranhos ao meio, sobretudo os de visão mais aguda e os de poder descritivo mais atilado, se collocaram em posição de excelentes observadores em face da capacidade para surpreender diferenças e para marcar as fronteiras das diversas especificações.

Todo o material para aqui carreado — e submetido a disposições e a ordenamentos subordinados a critérios fixos capazes de facilitar o conhecimento coerente de materias articu-

láveis umas às outras — representa tão somente um propósito de facultar um subsídio para toda uma série de estudos de vestiária antiga com que o açoriano se cobriu, se revestiu e se enroupou sob a força da tradicionalidade ou ao impulso da moda que havia, um dia, de penetrar o gosto e o sentido das utilidades do povo.

Que as vésteas da nossa gente não foram «mera cobertura» isto é que elas representavam o resultado de um sentido apropriado de vida: disso dão abundante prova a reedição dos valores já por outros trabalhados e as achegas respeitantes à maioria das ilhas acerca das quais os materiais sobre os trajos bem mal conhecidos eram e bem pouco explorados haviam sido.

Qual o termo cronologicamente aceitável da **era etnográfica** dos trajos nos Açores ?

Ficou acertado que, sempre, nas Ilhas se vestiu em paralelo com o reinol e que a moda (ou o modo e os modos) da Côte tiveram lugar por exemplo nas cidades, designadamente Angra. Todavia, quanto a este último ponto convirá devassar os arquivos públicos e particulares, assim fôra possível proceder a acções de sistemático «depouillement», ainda hoje inviáveis. Bem claro ficou também que houve trajos característicos, os trajos regionais, acerca dos quais nem tudo o que se escreveu é correcto ou, quanto à pormenorização, exacto.

Em meados do século XIX a moda inglesa e francesa instalou-se nos Açores como em toda a parte. Depois é a penetração do aligeiramento americano do vestuário que uniformiza — de ponta a ponta — cada ilha e todas as ilhas.

Mas, então, quanto a uma data limite no que se refere a memorialistas, não confundíveis com escritores sugestionados por exhibições folclórico-turísticas ?

O último grande livro de autor competente e prevenido contra... «folclores» é «Le Périphe des Iles» (71), de A. t'Serstevens, poeta, romancista, novelista, ensaísta, tradutor e fotógrafo de arte, além de cronista de viagens. Pois aí, a nota quanto a trajos característicos é declaradamente negativa.

Está-se no ano de 1966 e repete-se o que o Prof. Armando Narciso havia dito trinta anos antes.

Contudo, uma artista que acompanhou t'Serstevens pelos Açores — Amandine, sua mulher — desenha no Pico a figura

do picaroto enchapelado e fixa os pés de um deles com as suas alparcas. Tratar-se-á da última página do traço popular vivo ? Haverá uma ou outra peça com «força» de sobrevivência para além daqueles chapéus, da alparcas e das barretinhas e camisolas de pastores da Terceira ?

Seja como fôr é de registar o que escreveu t'Serstevens : «**capotes** — ces manteaux de bure à capuchon que nous n'avous vu porter nulle part». Jamais se repetirá o que se viu na igreja onde se casou o príncipe russo com Carolina Curry pois era aí uma onda negra de capotes e capelos. A verdade porém é que sobre esse facto social se tinha passado tanto como cem anos, muito embora Raul Brandão (72) há meio século ainda haja sido despertado para o negrume deles e Luís Ribeiro, em 1947, no Diário Insular e no seu artigo XVII de série «Angra há 50 anos» nos falasse que as mulheres de manto eram, meio século antes, uma «nuvem» deles (73).

O marquês de Lozoya, em prefácio ao album de gravuras reproduzidas «El Traje Espanol en la época de Goya, (Barcelona, 1962) escreve : «Los trajes populares son algo muerto, que pude e deve conservar-se, pero que carece de la vitalidade necesaria para evolucionar». Pois bem : Nos Açores há peças de indumentaria antiga que, pela utilidade, persistem e se mantêm integradas no uso de peças modernas. Possuem vitalidade tal que, nelas pouco mudou. É o caso das barretinhas da Terceira e dos chapéus de palha. O resto, o tempo o levou... Estava morto já.

6. DOIS ARTIGOS DE JORNAL

Como ficou referido, em Abril de 1976 e em Fevereiro de 1977 publicámos em «Diário Insular», de Angra do Heroísmo, (onde temos acompanhado por trinta anos a vida cultural açoriana), dois artigos que suscitaram a elaboração, aliás sugerida pelo mencionado sócio efectivo do Instituto Histórico.

Intitulados «Um Vocabulário relativo ao Trajo Açoriano e seu enriquecimento por Buscas no Vocabulário de Bluteau» e «Etnografia Açoriana — Escassa a Iconografia da Antiga Vestiária Açoriana», cabem eles, aqui, pela sua índole.

São do seguinte teor :

UM VOCABULÁRIO RELATIVO AO TRAJO AÇORIANO E SEU ENRIQUECIMENTO POR BUSCAS DO VOCABULÁRIO DE BLUTEAU (*)

São particularmente apreciadas entre os estudiosos da indumentária antiga dos Açores duas monografias, uma da autoria do Dr. Luís Ribeiro («O traje popular terceirense» com desenhos de Maduro Dias) e a outra do dr. Wilhelm Giese («Sobre as capas de mulheres nos Açores»). Encontram-se ambas na revista «Açoriana», respectivamente nos volumes II (fasc. 2.º) e IV (fasc. 4.º), preenchendo qualquer delas nove páginas da publicação.

Em matéria tão interessante como é a da vestimenta dos nossos avós e quando se procura, com boa vontade é certo, «vestir» grupos folclóricos, não será de todo inútil proporcionar aos interessados em acertar as coisas a possibilidade de beberem nas fontes puras a verdade sobre tão difícil assunto.

A abordagem do tema foi-nos suscitada pelo aparecimento de mais um volume (o sexto) da «Etnografia Portuguesa», de José Leite de Vasconcelos, na edição supervisionada por Orlando Ribeiro e organizada como os anteriores por M. Viegas Guerreiro com a colaboração de Alda da Silva Soromenho e Paulo Caratão Soromenho (Lisboa, 1975 — Imprensa Nacional-Casa da Moeda). Neste volume se inclui o **Vocabulário relativo ao traje açoriano**, correspondente a parte fulcral sobre a matéria, a qual abrange o estudo de Judite Galles (datado de 1916) sobre o vestuário da Terceira e um respigo do artigo de Joaquim Cândido Abranches intitulado «Costumes Populares Micaelenses».

Assim, não deixará de parecer oportuno divulgar, em jornal, o vocabulário de J. Leite de Vasconcelos, cujo folheto «Mês de Sonho» é ainda e sempre de imediato valimento para a interpretação dos fenómenos etnográficos açorianos. Sucedendo que se encontra agora ao nosso alcance o famoso «Bluteau», tentámos juntar ao que escreveu o sábio etnógrafo umas notas compiladas do Vocabulário Português & Latino».

O que a seguir publicamos não envolve qualquer pretensão para além do que ficou dito. Trata-se apenas de divulgar o que certamente muita gente conhece mal ou até desconhece e de chamar a atenção para a possível ajuda que obras como as de Bluteau conferem ao apuramento de valores sitos na «Etnografia Portuguesa».

O exemplar de Bluteau que temos aqui pertenceu a José de Andrade, o protector do Padre Jerónimo Emiliano de Andrade e cuja biografia este escreveu com traços indeléveis.

Antes da transcrição do texto de J. L. de Vasconcelos e das notas que o acompanham, aí vai a leitura do rosto do «Bluteau» (por pura curiosidade) :

«Vocabulario / Portuguez/&/Latino, / Aulico, Anatomico, Architectonico/Bellico, Botanico, Comico,/Critico, Chimico, Dogmatico, Dialectico, Dencholo-/gico, Ecclesiastico, Etymologico, Economico, Florifero, Forense, Fructifero Geographico (...), AuthORIZADO com Exemplos/Dos melhores Escritores Portugueses, &

Latinos,/& offerecido/A ElRey de Portugal Dom Joan V./Pelo Padre D. Raphael Bluteau/Clerigo Regular, Doutor na Sagrada Theologia,/Prégador da Rainha de Inglaterra, Henriqueta Maria de França/& Qualificador/no sagrado Tribunal da Inquisição de Lisboa./Lisboa,/Na Officina de Pascoal da Sylva,/Impressor de Sua Magestade./MDCCXX./Com todas as licenças necessarias.»

Segue-se o VOCABULARIO :

ALBARCA — Sola dobrada adiante para os dedos, e uma correia que se enfia em buracos, usada por crianças e mulheres (Pico) — Nota : É ainda hoje usada por homens.

ALGIBEIRA — No avental ; algumas velhas usam ainda patrona, que é algibeira solta, atada à cinta com cadarço (de lã, de algodão, etc.) à mostra, mas já não é geral (Furnas. — Nota : Bluteau escreve : ALGIBEIRA. Espécie de saquinho de pano, ou pelle cozida com calção, saya ou outra vestidura.

AVENTAL — De algibeira (Furnas). Nota : Em Bluteau regista-se avental ou avantal, na acepção de pano de estopa, que poem as molheres, pasteleyros, cozinheiros e outros officiaes mecanicos : serve de cobrir e conservar os vestidos por diante, da cinta por baixo, etc.

BARRETE — De lã, de tons vivos ; espécime de trabalho feminino : barrete de algodão, de cores varias, muito em uso no arquipélago, na gente do povo, geralmente para os rapazes Nota : Bluteau, indica havê-los também de seda e de pele.

BENGALA — Usa-se muito (Lajes, Flores) ; de palha (Faial). Nota — Era usada nas Flores a bengala de osso mandibular de cachalote e ainda há anos muitas vezes se faziam não apenas nas Flores mas também no Faial e Pico, como artefacto que é conhecido internacionalmente por «srimshaw» quando trabalhado o «marfim de baleia». Nota — O uso deve provir desde quando era insignia militar. Bluteau refere-se à insignia, entre o Mestre de campo de bengala curta e grossa com engaste, o Sargento-mor de bengala delgada e curta, o Alferes, tão altas, que lhe chegam à testa com uma lanceta pequena (comparar com as varas dos alferes das «coroações do Espírito Santo) e a estas designa como «Venablo». Os gentishomens usavam-na, conforme o mesmo Bluteau. Quem não conheceu o adereço senhorial de quem usava bengala ?

BLUSA — Curta, de gola ou «brochete», para raparigas de 8 a 16 anos (Pico) ; com a saia faz o que chamam «vestido partido» (Furnas). Bluteau não regista a palavra e quanto a «bro-

chete» é o diminutivo de «broche» (Brinco de peito, composto de três peças de quaquer pedraria, estreitas e encadeadas ao comprido).

BORDÃO — Varapau (Lajes, Flores) ; encontreirado (de conqueira ou contoira : de conto de lança), com ponteira de metal amarelo ou branco : o mesmo que emponteirado. Nota — É assaz completa a explanação por que Bluteau se enleia para fixar as acepções de Bordam («Pau, a que, os que andam a pé, se encostam»). Refere também «conqueira».

CALÇAS — Todas as mulheres usam, curtas, de pano ou paninho, até ao joelho como calções (Furnas).

CAMISA — De mulher (Furnas).

CAPOTE e CAPELO — Vid. Rev. Michael., II, I ; no Faial o capote e o capelo são maiores do que em S. Miguel ; o capelo é independente, mas em S. Miguel prende-se a sua gola com colchetes por dentro à gola do capote, pelo que às vezes o levam na mão : antigamente era o traje de luxo, e nenhuma noiva deixava de o incluir no enxoval, mas hoje usam-no principalmente as classes pobres ; vi alguns em Ponta Delgada, e muitos na Ribeira Grande. Na Horta, na matriz, vi muitas mulheres de capote e capelo, pelo que o templo negrejava com elles, pois o traje tem um aspecto fúnebre. Nas ilhas Santa Maria e de S. Miguel, as senhoras saem sozinhas de capote e capelo, que dizem ser de origem flamenga. No Faial o capote e o capelo são cosidos. Na Terceira em vez do capote e capelo dizem «manto» e compõe-se de uma saia e manto propriamente dito. O capelo de S. Miguel é mais comprido para trás do que o do Faial que, pelo contrário, é mais alto : o do Faial assemelha-se mais ao de Santa Maria ; o cabeção do capote é igual em S. Miguel e no Faial e na Terceira há o cabeção. Nota — A distinção entre manto e o capote e capelo não é descrita acima ; na verdade, à primeira vista e pela leitura, parece que na Terceira se diria, por capote e capelo, «manto», como se não houera diferenças. Em Bluteau regista para manto, a terminologia de «Palla». «Que este manto, ou vestidura, chamada **Palla**, fosse propria das mulheres Romanas, quando sciam, o declarava Varro (...) com estas palavras **Palla** dicta est, quod foris, ac palam gestatur».

CARAPUÇA — De reбуço, usada pelos homens (S. Jorge) ; com imensa aba e grandes pontas enroladas (S. Miguel) e de figura piramidal sem aba (Pico), segundo a Corografia Açori-

ca, pg. 26, Lisboa, 1822 ; a desaparecer, conforme L. d'Athaide, *Etnografia Artística*, p. 95, 97, 99, 100; usada pelas raparigas de Santa Maria : compõe-se de copa, lua (aba ou pala) e rabuço — parte livre que cai sobre os ombros, encobrendo a metade inferior do rosto ; é posta sobre um lenço solto, amarelo ou vermelho (informação de Armando Monteiro, 16 de Dezembro de 1924). Nota — Bluteau define : espécie de capacete de pano com aba muito estreita por diante. Quando a carapuça de rabuço dá a designação latina de **Galerus vultus tagens**.

CASACO — De casimira, no Inverno, até abaixo, usado por pobres e ricos (Furnas). Nota — Bluteau regista : Casaca, casaca pequena e casacão.

CHAPÉU — De copa pequeníssima e aba larga, com fita de cor, posto sobre um lenço (Pico) ; de palha (Faial) ; na ilha de S. Jorge «não há mulheres do campo. São tudo senhoras : tudo usa chapéu... As criadas usam chapéu.» (De uma carta particular, escrita de Velas). Nota — Bluteau refere **chapelete** como chapéu pequeno e destrinça no latim **parvus petasus do galericulus**. Quanto a **chapéu de palha** regista o mesmo **petasus** antecedido adjectivamente de **stramineus** (utilizada em Propércio e Ovídio).

COLETE — Com atacadores, usado pelas mulheres (Furnas) Nota — Bluteau fala dele como «espécie de gibão sem mangas» ; portanto fóra da significação de vestuário que se chama colete. No latim — aponta — era «Thorax sine manicis».

GALOCHAS — Tamancos das mulheres, de sola de pau, e por cima couro, abertas atrás (S. Jorge).

GRAVATA — Pouco vulgar entre os labregos (nome por que são conhecidos os habitantes de Santa Maria de além-serra : freguesias de Santa Bárbara e Santo Espírito), segundo informação de Armando Monteiro, de 18 de Julho de 1924.

JALECA — Pelos homens (S. Jorge).

JAQUETA — Pelos homens (S. Jorge).

LENÇO — Usado pelas mulheres sob o chapéu (Pico) ; atado sobre o queixo e ponta caída nas costas (Horta, Furnas). Nota — Bluteau não regista na acepção de pano para a cabeça.

LIGAS — Para segurar as meias (Furnas). Bluteau refere : «Fita, ou qualquer outra cousa, com que se atam as meias por cima ou por baixo do joelho».

LUVAS — «Aqui não há mulheres do campo. São tudo se-

nhoras : tudo usa chapéu, luvas...» (De uma carta particular, escrita de Velas).

Nota — Bluteau aponta : «Usamos em Portugal de muitas castas de luvas, luvas de cabrito, de carneiro, de couro de veado, luvas de cordovão de flores e de cordovão branco, luvas curtas e luvas compridas de Inglaterra, luvas de polvilhos de Roma, luvas de Génova, de Castela, de Ocanha.»

MANDRIÃO — Roupão usado pelas mulheres (S. Jorge).

MANTO — Na Terceira, compõe-se de saia e manto propriamente dito : este cobre a cabeça e o tronco (ao passo que o capelo cobre só a cabeça) e é atado à cintura com um cordão adiante, onde fica pendente pela saia abaixo.

Nota — Vidé, atrás, «CAPOTE E CAPELO». Em Morais, 10.^a edição, de Lisboa, 1954, vem designadamente o seguinte : «Francisco de Andrade, na Crónica de D. João III — I, cap. 33, 116, escreveu «cobrindo todos o rosto, os homens com as bordas das capas, e as mulheres c'os mantos, se foi cada um para suas casas». Morais (mesma edição) fala do manto como «vestimenta exterior, larga e sem mangas, que cobre a cabeça e vai quase até aos pés, e é cingido pela cintura».

MEIAS — Com ligas (Furnas). — Nota — Bluteau : Meias. Meyas. Vid Meas. Em «Meas, ou Meyas» lê-se, designadamente, o seguinte : «(...) de todas as partes da Europa saíram meias de mil modos, e modas, e materiais diferentes : meias de lã, de seda, de friza, de linhas brancas, de cadarso, de algodão, de fiadilho, e além das meias de lã que nos vem de Lamego, e das meias fredescas de Pinhel, cada dia nos vem meias de Inglaterra, Holanda, Hamburgo, Paris, etc., e com nomes esquisitos, porque há meias finas e entrefinas, meias peugas de meninos, meias finas arrugadas, meias de canhões, etc.»

PÊS-DESCALÇOS — Os homens de S. Miguel andam descalços, mas à noite lavam os pés !

SAIA — Com o capelo fazem o «manto» : o capelo de menino preto é atado à cinta, e está ainda em muito uso pelas mulheres antigas de Angra, e no campo, quando andam arranjadas ; uma ou duas saias de baixo (Furnas). Nota — Bluteau Saia, saial, saio. Assim : Saia — vestidura de mulher da cintura para baixo ; Saial — Perto de Zamora, Cidade do Reino de Leão, há uma terra a que chamam Tierra de Sayago, cujos moradores se vestem de um pano grosso a modo de Burel, a que chamam Sayal ; dali vem, que chamamos Saial à vestidura de

pano muito grosso»; Saio de mulher é um como colete, sem mangas, senão perdidas, que vestindo-se nos braços, não tem quartos dianteiros, e dos quartos trazeiros pende uma cauda de quatro, ou ao menos dois quartos até o chão; os de dois quartos indicavam maior enfeite e os de quatro maior modestia. Usavam de saio as mulheres nobres, e este cobria as costas somente com um bico para trás, e para diante chegava até a cintura, e as mangas eram até à mão abertas no sangradouro, por onde também metiam a mão, não querendo usar de toda a manga, e tinham no cotovelo um bolso grande, onde metiam o que queriam. O saio das mulheres ordinárias era a modo de um casacão, e as mangas do mesmo feitio. Também traziam os homens saio, que devia de ser a modo de casacão, e parece se derivou saio do Latim **Sagum**. Vidé Sago. Querem alguns que Saio fosse gibão com abas. Um Cavalheiro, vestido ao antigo, com um saio vaqueiro, vermelho, e de pregas, guarnecido ao redor com barra branca. Mon. Lusit. tom. 2. folh. 333, col. 2).

SAIOTE — Só usado pelas crianças (Furnas).

SAPATOS — «Aqui não há mulheres de campo. Tudo são senhoras: tudo usa chapéu, luvas e bons sapatos de camurça» (De uma carta particular, escrita de Velas).

TAMANCOS — Botas de sola de pau, para homens (S. Jorge).

VESTIA — Com ornatos, usada pelos homens (S. Jorge).

VESTIDO PARTIDO — Blusa e saia.

XAILE — No Inverno (Furnas).

Em «Nota Bibliográfica», J. Leite de Vasconcelos indica as seguintes fontes: Almanaque de Lembranças, para 1897, pp. 72-74; A. G. Ramos, Notícias do Arquipélago dos Açores, pp. 126 ss., Mês de Sonho, do autor.

Nota — Partindo do texto acima, ampliaremos no capítulo seguinte o Vocabulário.

(*) In «Diário Insular», Angra do Heroísmo, n.º 8985, de 30.IV.1976, na secção «Artes e Letras»

ETNOGRAFIA AÇORIANA
ESCASSA A ICONOGRAFIA
DA ANTIGA VESTIARIA POPULAR ()**

Bem possível é que a arrumação dos diversos conheçimen-

tos referentes ao traje popular dos nossos avós nos Açores possa vir a interessar quem, com programa criativo, se propõe mostrar ou expor em público — no âmbito de comunicação visual sistematizada — a vestiária insular açoriana.

Dispostos devidamente, os muitos e variados factos do passado etno-social despertam decerto curiosidade, não tanto por estarem remetidos e quiça mal arrumados na história antropológico-cultural mas pelo bastante que de positivo representam como **reserva**. Comportam com efeito esses factos, representados por **coisas** que não são apenas pitorescas nem tão só diversas ou até desvairadas, um apelo efectivamente grave no sentido do encontro de técnicas de difuso conhecimento ou talvez totalmente perdidas. Nesses factos repousam excelentíssimos valores capazes de compensar monótonas por massivas séries de padrões industriais por exemplo no quadro volúvel da moda.

A Prof. Doutora Marilyn Veríssimo (UC — Berkeley), que entre nós é, no Instituto de Antropologia Cultural do I. U. A., a chave nestes assuntos — embora ainda não se tenha debruçado sobre os trajes populares já em desuso e em grande parte desaparecidos — poderia, sem dúvida, a todos elucidar na matéria realmente grave da preservação da nossa riqueza etnográfica, quase sem medida no campo do «Espírito Santo» e seus ciclos, por exemplo.

Se é certo que já em alguma extensão se pesquisou, sob método científico, o que há — quanto aos Açores — nos domínios do traje, não é menos verdade que todo um trabalho de levantamento bibliográfico e documental, assim também iconográfico, se torna necessário operar para subsequente selecção crítica salvadora das hipóteses científicas aceitáveis.

Na peugada de José Leite de Vasconcelos e de Luís Ribeiro, pôde Wilhelm Giese ordenar em limite geográfico e histórico uma teoria **sobre as capas de mulheres nos Açores**. Trata-se de um estudo de etnografia comparada que preenche umas oito páginas de prestigiosa revista «Açoriana», boletim de tantos anos da não menos prestigiosa Sociedade de Estudos Afonso Chaves que o foi durante todo o tempo de efectiva publicação.

Acabando por fixar em quatro tipos as mencionadas capas de mulheres açorianas, Giese comparou-as com outros tantos tipos parecidos de várias partes geograficamente distantes a saber: França, Alemanha, Bélgica, Dinamarca, Espanha e Portugal, isto pelo respeito ao **manto** (que abrangia as ilhas Terceira, Graciosa e S. Jorge, nesta, diz Giese, usado propriamen-

te no tempo quaresmal), pois quanto ao **capote e capelo** de S. Miguel, Santa Maria, Faial e Pico (tipo II), que era diferente do também designado **capote e capelo** da Terceira e Graciosa (tipo III), o autor encontra outras extensões geográficas.

Quanto ao tipo II aponta Giese, baseado em fontes bibliográficas, os países orientais do Mediterrâneo (em tempos muito antigos) e (na actualidade, isto é pelo menos até à primeira metade deste século) na Península Balcânica e na Itália, não sendo desconhecido em Portugal. Pelo que se refere ao tipo III (**capote e capelo** da Terceira e Graciosa) há similitudes com o de Lisboa (gravuras de 1816 a 1843) e com o **manto** dos homens de Miranda do Douro, dos arredores de Segóvia (Espanha) e **manto de luto** dos homens vascosos.

Quanto ao tipo IV, as **saias de ombros** da Ribeirinha (Terceira) e Rosais (S. Jorge), foi Giese encontrar nota na Estremadura portuguesa e na Irlanda.

Mesmo por breve digressão preambular, como esta, que tem em vista remeter o curioso para a digna fonte da revista «Açoriana» (vol. IV — fasc. IV — Angra do Heroísmo, 1949, pgs. 302 a 310), vem a descobrir-se que as comparações não excluem a menção de peculiaridades. E, quanto a nós, reside nas peculiaridades a relevância científica, cultural dos factos etnográficos designadamente o mesológico são determinantes de uma caracterização específica sobre a qual têm de incidir as melhores das atenções.

Tarefa espinhosa e contingente é para os museus etnográficos a resolução da problemática técnica e histórico-geográfica respectivamente da reconstituição de modelos e da qualificação e apresentação de peças sobreviventes, nos seus suportes. E quem diz museus, deve também referir, por maioria de razão, desfiles em público e descrições gráficas a literárias dessas sobrevivência. E dizemos porque: O traje popular, contrariamente à vestimenta criada pela moda (sempre sujeita à implacável degenerescência e usura do gosto ou do mau gosto, da funcionalidade ou infuncionalidade) tornou-se por si mesmo uma peça **resolvida** que apenas sofreu paulatina influência da luta e imperceptível evolução. É por exemplo inextrincável, mesmo apelando para a imaginação, o problema do **manto** (o tipo I, acima mencionado) na Terceira, com projecção muito relativa na Graciosa e em S. Jorge, e o quase total inuso em ou-

tras ilhas, o que não acontece com o **capote e capelo**, não sabemos porque.

São bastante limitadas as fontes iconográficas de autenticidade comprovada da vestiária popular açoriana antiga.

Um levantamento a que, de ocasião, se procede, esbarra com magreza de dados. Para trás do último século e meio balizado pelo aparecimento em livro («Um Inverno nos Açores», Londres, 1839) de vários desenhos do album do autor da obra, Joseph Bullar, nada de significativo se topou ou abrirá caminho a pesquisas. Depois de Bullar, só passados 40 anos se consegue retomar o fio de documentação deste tipo em albuns, folhas de revista e almanaques, como é, entre estes, o Almanaque Popular dos Açores (de 1870 a 1874). Isto pelo que diz respeito a fontes com mais de um século.

Ainda que se confiasse na hipótese, aliás fundamentada, da sabrexistência do album ou colecção de Bullar — hipótese levantada por Luís Bernardo Leite Ataíde — (pois em algum lugar da Inglaterra deverá, porventura, estar guardado), não parece, ou melhor não nos parece a nós, que se avance largamente, em termos próprios para consequentes comparações, no caminho de conhecimentos iconográficos alargados.

É patente a relutância dos etnógrafos em internarem-se em zonas específicas do traje popular dos Açores, apenas colocando-se eles nas grandes linhas de interpretação externa do facto etnológico da vestimenta. O conhecimento por sectores como no exemplo flagrante de utilidade do estudo de Luís Ribeiro que tornou já possível a Wilhelm Giese pronunciar-se com nítida segurança — é o que se impõe se bem que uma floresta de enganos se depare a quem procura tactear nesta zona.

Se as formas exactas dos diversos tipos mais caracterizados do traje destas ilhas se podem confirmar pela comparação de peças ainda existentes com a documentação iconográfica, já no plano das cores algumas dificuldades sobrenadam porque as gravuras coloridas não abundam, muito pelo contrário é até bem pequeno o seu número. As mimosas e de certo modo minuciosas ilustrações de Bullar nos dois volumes da sua obra são, à excepção de duas que abrem cada um dos volumes, a preto. Para deslindar este particular, o recurso aos estudos de plantas tintureiras e de tinturaria em geral ocuparia lugar que,

com o aprofundamento de monografias, uma das quais recente, ficará facilitado. Os azuis, vermelhos e castanhos das duas gravuras coloridas de Bullar (a que Leite de Ataíde não alude, talvez porque os exemplares em S. Miguel estão despojados delas) podem, só limitadamente, esclarecer-nos porque as cores das cromo-litografias não são, por natureza, suficientes para a requerida elucidação.

Mas tudo o que aí fica, em ligeiro correr da pena, não pretende senão constituir um prévio aviso ou recomendação a bem intencionados e até desejados programas de desfiles folclóricos e de grupos de danças e cantares que, vestidos fóra das necessárias adequações, são causa de reparos de conhecedores para os quais o problema não é o de exigência pessoal mas sim o da exigência da verdade.

(**) In «Diário Insular», Angra do Heroísmo, n.º 9221, de 18.II.77, na secção «Artes e Letras»



**Foliões das festas do Espírito Santo
na Ilha Terceira**

(fotogravura sobre documento do
segundo quartel deste século)

7. UM VOCABULÁRIO DA VESTIMENTA ANTIGA E DE TECIDOS

Refundido e alargado em relação ao **Vocabulário** de Leite de Vasconcelos e aos acrescentamentos introduzidos na sua reprodução em Artes-Letras do Diário Insular que é aqui transcrito, o vocabulário da vestimenta antiga que se segue resultou da recolha e análise metódicas de abundantes materiais procedentes de variadas fontes manuscritas e impressas, quese todas de origem açoriana. Procurou-se realçar as especificações significantes do traje açoriano, quer o de âmbito popular quer o de feição erudita.

Algumas notas são pessoais e a par destas há a significação dos vocábulos conforme vários dicionários e léxicos, cujos autores vão indicados, sempre que considerado conveniente, no fim das especificações, pelas seguintes siglas :

AC — Ávila Coelho

AS — Alberto Sousa

BI — Bluteau

BU — Bullar

CC — Carreiro da Costa

CR — Cortes Rodrigues

DR — Drummond

ENC — Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira

EM — Elsa Mendonça

ER — Ernesto Rebelo

G — Wilhelm Guise

GF — Gaspar Frutuoso

LC — Luis Chaves	MD — Manuel Dionísio
LM — Lacerda Machado	NEM — Nemésio
LR — Luis Ribeiro	PN — Paula Nogueira
LV — José Leite de Vasconcelos	PS — Pedro da Silveira
M — Morais	VIT — Viterbo
MAR — Marcelino Lima	WAL — Walker

VOCABULÁRIO

ABEIRO — Chapeu de aba larga(M). Ouvido no Pico. Na Beira «chapeu-de-alcains» tem o significado de **abeiro** (M).

ALAMAR — Espécie de firmal com que se apertam e adornam algumas peças de vestuário. É de lã, seda ou fio metaliço (M).

ALADOR OU ALTEADOR — Cordão de lãs variadas, com borlas terminais para as mulheres «alarem» ou «altearem» as saias, cingindo o cordão abaixo da cinta (LC).

ALAME — Tunica usada pelos mouros (M).

ALBARCA — Registado por **alparca** (LV). Sola dobrada adiante de modo a proteger os dedos (v. cap. ant.). Não é só do uso de crianças e mulheres picarotas (LV). Os homens sempre as usaram e mantem-nas em uso. Por vezes a sola é de pele de porco e vi destas no Pico. Já as fazem de **pneu** como aliás quanto às **sapatas** (Vidé) do pastor na Terceira (usadas estas só no tempo quente, actualmente). Vidé referência iconográfica. A designação é perfeitamente conhecida, no Faial e S. Jorge.

A função do «rebordo» é a da protecção do pé (os dedos e lado de fóra) de modo a não ser **esborgado** nas pedras vulcánicas (dos «mistérios»). As correias (LV) são chamadas **atacas**. O rebordo não era característica na sapata terceirense, mas aparece já neste calçado, ainda muito apreciado do «homem do monte».

Antigamente **abarca** (MAR). Calçado rústico exclusivamente te usado por gente do Pico.

Espécie de sandália feita de um rectângulo de sola, cujos

ângulos anteriores dobram cobrindo apenas os dedos dos pés, são sustidas pelos ângulos dianteiros e posteriores por delgadas correias, atacas (Vidé) que se cruzam e atam nos tornozelos (LM).

É grafado também :

ALPARCAS, ALPARCATAS, ALPARGATAS, ALPERCATAS E ALPERGATAS — sandálias, calçado aberto, composto de sola ou rasto, seguro por correias, que cingem o peito do pé e apoiam o calcanhar (LC — «A pele, o osso»).

Usa-se igualmente sob a grafia :

ALPACARTES, Alparcas, alporgata, abarca (Índice Histórico do Elucidario).

ALGIBEIRA — (V. cap. ant.). Quanto a **patrona** v. doc. iconográfica. Uma alg. é imprescindível no avental, sendo vulgar duas. A expressão «guardar na **alzibeirinha**» significa «fazer questão de não revelar».

Quanto a alg. como **saquinho** ref. por Bl., é tradicional na Terceira a «saquinho do pão-por-Deus», destinada à recolha de moedas no 1.º de Nov. Aos magotes, a criança vai, de porta em porta, em todas as localidades da ilha, pedir com gracioso atrevimento o seu «pão-por-Deus». O saquinho não chega a ter um palmo.

Segundo M, alg. procede etimologicamente do arabe al-ji-beira, saquinho e é bolso ou pequeno saco, ordinariamente cosido por dentro e faz parte do fato.

No «Livro de Horas» de D. Manuel (alegorio dos meses) nota-se o uso da bolsa à cinta (**patrona**) por uma mulher.

Golpe era t. da gíria para dizer algibeira.

Rocha Peixoto, em «O Trajo Serrano», considera a alg. quanto à saia de Miranda do Douro um anexo, de «estopa, de burel, de saragoça ou de cotim, simples ou lavores policromados».

ALJUBA — Veste semelhante à jaqueta ou colete, de corpo curto, com meia manga ou sem mangas. Para M, que regista na acepção, é também vestidura talar mourisca com mangas e própria dos judeus no séc. XIV.

Jaqueta e colete constam da terminologia rural em uso. Em AS (p. 10) notam-se uma alj. e uma de romeira.

ALVACOTE — Americanismo (overcoat) — in Ligia Matos, «A Ilha de S. Miguel».

AMANTEZADO — Tecidos de algodão, de fabrico doméstico e usado em Castro Laboreiro (M) — Rocha Peixoto refere-se-lhe em «Portugalia», 2.º vol.

ALVAROZES — Americanismo (over all) — Na Terceira e outras ilhas.

ANAGUA — Vidé Nágua.

ARMEZIM — Espécie de tafetá ligeiro e branco, de Bengala (M).

ARRELIQUE — Na significação açoriana: Pequeno pedaço de fita estreita, de seda, branca ou de côr, benzida, que se dá nas festas às pessoas que levam oferendas (ML). Ou arrellicas, arrelíquias. Outra significação: cambalhadas ou grupos de amuletos pagãos e cristãos (LC).

ATACA E ATACADOR — Tira de couro, mais ou menos larga e resistente, consoante a aplicação, véstia de cabedal (M. Boaventura (Vocab. Minhoto).

AVENTAL — (V. cap. ant.). M. dá-o como pano de seda ou outra fazenda que as mulheres trazem por casa.

Na Terceira, as mulheres e raparigas exibiam-no, ainda há 40 anos, em festas de rua (no bodo de leite, p. e.).

M. menciona-o ainda na acepção retirada das Provas da História Genealógica da casa Real. III, 136, como: Pano de lençaria, pedaço de couro que mulheres e alguns mecânicos atam pela cinta ou pelo pescoço e deixam cair por diante quase até aos pés, para não sujarem ou estragarem o fato.

Como adorno do vestuário de arruar na Terceira, ainda há 40 anos, chegavam a receber aplicações com desenhos de flores ou motivos geométricos. E até os pintavam com motivos variados de fantasia.

Eram, em S. Miguel, quando usados pelas apanhadoras de chá, peça de adorno.

Quando a m. em serviço da casa recebia a presença de

alguém, fóra da hora própria de visita de circunstância, não o tirava. Podia recolhê-lo em parte dobrando-o para cima. Se não fazia menção disso no gesto próprio de quem dispõe de tempo, a presença da vizinha devia ser reduzida para que a interrupção do trabalho não fosse prolongada. Tirá-lo significava deferência social.

As formas **vental** ou **vantal** são correntes, aliás por fenómeno linguístico vulgar. Também se regista a forma significante de **guarda-ventre** (AS, 20).

BAETA — Tecido de lã, grosseiro, felpudo (M). De baeta de cem fios se fala no Livro 3.º de Registo da C. Municipal de Angra, quanto a «vestidos de dó» (DR, I, p. 712).

BAETA DE CASTELETE — A que é de 54 fios (M).

BAETÃO — Pano muito grosso, próprio para capotes e saiais (M).

BAETILHA — B. fina, ligeira, espécie de flanela. Tecido felpudo de algodão (M). As beitilhas tintas de negro se faz referência no Livro IV de Registo da C. M. de Angra (luto por D. João IV).

BAETINHA — O m. que baetilha (M).

«**BEITÃO**» — Assim pronunciado na ilha do Corvo, segundo Pedro da Silveira («A União», n.º 24376, de 22.IV.1977), na passagem de um artigo («... e o beitão que era semelhante ao tweed escocês, acabou-se»).

BAJU — Veste antiga, de mangas curtas que chegava à cintura ou até ao joelho e que na Ásia traziam homens e mulheres (M). «... são de seda rica com **botões de oiro**», segundo Castanheira em História da Índia, IV, cap. 11. Ainda em M., no Minho trata-se de roupinhas de mulheres. Bl. refere camisa de meio corpo, de escumilha ou baetilha, para senhora (na Índia). Rocha Peixoto («O Trajo Serrano», p. 376 de «Portugalia», vol. II, refere-se-lhe.

BALANDRÃO — O m. que balandrau (M).

BALANDRAU — Vestidura antiga, com capuz e mangas largas, usada pelos mouros. Qualquer casaco largo e comprido mas jeitoso (redingote). Sobretudo, sobrecasaca (M). Derivado do italiano **palandrava**, sendo muito antigo no uso conforme Bl. que acrescenta usarem-no os Irmãos da Misericórdia. Em

«Monarquia Lusitana», t. 6, fl. 222 col. 2, lê-se «Nos trajés se lhe permitiam nos mouros aljubas, **balandraus** e capuzes».

Os foliões das festas do Espírito Santo (em várias ilhas dos Açores e todos sob modelo idêntico) usam-no, de fazenda leve, cores garridas sobre o vermelho, enramada na estampanaria, no corte de casaco largo e comprido.

BARRETE — V. cap. ant. ouvimos, em 1934, ao neto de um cantor popular terceirense de alcunha «O Bravo», uma canção aludindo ao **barrete vermelho** do mordomo. Era o então estudante liceal depois prof. universitário norte-americano dr. Alberto Machado da Rosa, terceirense, falecido em 1975.

Ligia Matos, em «A Ilha de S. Miguel», regista espesso barrete cónico de pastor. M. escreve: cobertura feita ordinariamente de fazenda mole e flexível e que se ajusta à cabeça (...) Espécie de touca de malha. Carapuça. **Barrete ilheu** ou carapuça (Bullar).

V. iconografia, especialmente a variedade mostrada nas fotografias do Pico.

BARRETE DE GOMOS — Figurado em A. S. p. 12.

BARRETINHA — De malha, na forma de solideu, feito em agulhas com fio de lã, de uma só côr (vermelha, preta, geralmente castanha) ou de várias cores às fiadas. Com uma belota no extremo de um fio do mesmo material. Comum entre os pastores na Terceira e usado nas touradas pelos mesmos. Na indumentária do antigo leiteiro. Iconografia em L R de Maduro Dias.

BENGALA — V. cap. ant.

Os colecionadores de bengalas consideram indispensável nas suas colecções um exemplar que seja de osso mandibular de baleia (cachalote) ou cujo castão realce o «marfim do mar», esculpado ou não e que representa, p. e., uma bota, o punho de qualquer das mãos, uma perna dobrada, etc.

Apareciam ex. nas Flores, Faial, S. Jorge e principalmente no Pico e na Terceira, ilhas estas onde o «scrimshaw» revivesceu.

Havia também b. de madeira ou cana com recame de palha-trança coloridas artificialmente ou na côr própria.

BERNEO — Pano fino de côr escarlate, oriundo da Irlanda.

Luís Ribeiro não o refere como fazenda do manto, mas Faustino da Fonseca menciona o berneo na sua descrição em «Serões».

Significa também capa longa, grosseira, de pouco custo (M).

BIOCO — Em Bl., II, p. 124 : «o jeito que dão as mulheres ao manto quando cobrem um olho e parte do rosto» v. iconografia, incl. gr. do Album de Palhares (AS, p. 185).

Em uma publicação do Museu do Trajo na descrição de uma boneca com o manto terceirense fala-se em bioca.

BITOLA — Albarca antiga, imitação grosseira de sapato. (AC).

BLUSA — V. cap. ant.

BOLSA — Saquitel, saquinho de lençaria, seda, couro, pano, tecido metálico ou plástico (M).

BOLSA À CINTA — Patrona (Vidé algibeira, Patrona). V. Iconografia.

BONÉS COM PALA VIRADA ATRÁS — Usados pelos burriqueiros em S. Miguel, in «Insulana», XI, p. 119.

BORDÃO — V. cap. ant.

Paula Nogueira (p. 164) refere-o como «varapau ferrado que — diz — é designação não corrente nos Aç. Ligia Matos, p. 71, escreve : «Varapau. Quando tem na ponta inferior metal e na superior uma espécie de castão — anila — chamam-lhe bordão de conto».

BORZEGUIM — Espécie de bolsa em que se encerram o pé e a perna. Bota mourisca ou meia grossa com sola delgada de couro. Havia-os bordados. (Bl.).

BOTAS — Calçado — «botas cerradas» ou de canos compridos, altas ; botas de focinheira, com presilhas ; botas leiteiras, do ganadeiros. (LC).

BOTIFARRAS — Botas grandes e grosseiras (LC).

BOTINOS — Polainas de ouro, afiveladas ao lado e ornamentadas de recortes ou gregas na parte superior do cano e de pespontos que formam desenhos rudimentares (Seb. Pessanha — Terra Portuguesa) (LC).

BRAGAS — Deriva de braca, vocabulo dos galos (Bl.). Espécie de ceroula de que usam (Bl.) os pescadores, tintureiros e outros.

BRAGUEIRO — Manteo (Bl.). Pele a modo de Bragueiro tão larga como duas mãos travessas e que por detrás e por diante se vinha atar na cinta como funda (Bl.), remetendo para Mon. Lusit. Tomo 1, 104.

BRANQUETA — Estofa de lã, usado antigamente, tecido branco para a roupa dos sargaceiros e pescadores poveiros; pano de baeta para agasalhar crianças de colo; vestimenta daquele tecido branco (M).

BRICHE — Tecido ou pano de lã mais grosso que a saraçoça, cor de castanha, grosseiro e felpudo, usado no fabrico de roupas de homem (M).

BRILHANTE — Certo tecido de seda (M).

CABEÇÃO — Parte superior, como gola, de diversas peças de vestuário (camisas, capas, etc.) (M). Colarinho largo usado pelas damas como adorno (M). Parte superior da camisa de mulher, que fica sobre o peito (M).

CACETE — Pau curto e grosso numa extremidade; bengalão; chamorra curta (M).

CADIAO — Franja alta (Ligia Matos, em «A Ilha de S. Miguel», p. 73).

CAJADO — Bordão de pastor, em meia volta no cabo (M).

CAJATA — Cajado curto (M).

CALÇADO — Conjunto de botas, botinos, botins, chinelas, sapatos, tamancos, etc. (LC).

CALÇAS — V. cap. ant. Escreve Bl.: «antigamente eram umas bandas com que se rodeavam o tornozelo e a barriga da perna.

CALCETA — Meia curta, peuga (AC).

CALÇÕES — Figurado em AS, p. 11. **Tirantes** é de gíria para calções (Bl.).

CALCOS — Gir. Sapatos (Bl.).

CAMBRAIA — Tecido fino e transparente, de linho ou al-

godão, primitivamente fabricado em Cambraia (França). Há cambraieta, cambraiinha.

CAMELÃO — Estofa grosseiro e impermeável feito primitivamente com pêlo de camelo, depois substituído por pêlo de cabra, seda e lã (M). Tecido de lã em trama (M).

CAMISA — V. cap. ant.. Na acepção de indumentária litúrgica (Vi) como «vestidura dos Ministros do Altar, a que hoje chamam Alva» (p. 231). A roupa que se usava na cama (Bl.). Roupa que se traz por baixo dos outros vestidos imediatamente sobre a carne (Bl.). **Lima** é t. da gíria para camisa (Bl.). Bordadas à mão, até meados do séc. XIX, para homem. Com perfetos pespontos (Insulana, XI, p. 119).

CAMISETA — Vestimenta curta que as mulheres, outrora, usavam por cima da camisa. Espécie de blusa ou corpinho de tecido leve, com manga ou sem elas e que as mulheres usam (M).

CAMISOTE — Camisa curta de cambraia (Bl.).

CAPA — Vestidura que se traz por cima das outras e fora de casa; no verão serve de adorno e no inverno de amparo (Bl.). Bluteau refere capa agoadeira (de couro, esparto ou junco), capa curta, capa comprida (até aos pés), mencionando em pormenor capa com capelo («era uma capa comprida com um modo de capelo curto que traziam os antigos, quando tiravam o luto de capuz. Os capotes compridos que trazem as mulheres se chamam capas»).

Wilhelm Giese confere generalidade à designação **capa** (capa de mulheres nos Açores).

CAPA DE ENGRES — de pano que se fabricava na Inglaterra (Vit, p. 234).

CAPA-SAIA — Capa fechada e redonda, que imitava as batinas dos eclesiásticos e quaisquer serventuários da Igreja ou comunidades religiosas (Vit, p. 234).

CAPAROTE — Termo usado por AS, p. 129. Capa de água (Bl.).

CAPEIRÃO — Capa grande (Vi). In testamento do Bispo de Lamego (1246).

CAPELADA — Capelada de chapim, os dois couros pegado

no alto do chapim (vid), em que depois de atados entra o pé (Bl.). No Album (p. 301) dá-se como equivalentes capelo e capucho. De baeta ou pano fino.

CAPOTA — Cobertura da cabeça que desce até aos ombros (de lã, seda, etc.), usada pelas senhoras, principalmente de noite e em tempo de frio. Chapeu em forma de touca usada pelas crianças de colo (M).

CAPOTE — Bl. remete para Disfarce — Capa — Veu e Embuço. Aludindo ao sentido figurado do termo utiliza a frase «Há um amores próprios que se embuçam com o capacete de prudências, são comodidades finais» (Fr. António das Chagas, Cartas Espirituais, II, 83).

O capote tem, porém, nos Açores uma acepção bem definida e há noção bastante nítida do que foram os capotes e os capelos.

Era na Terceira (PN) de pano escuro com gola enorme cabeção, tendo a mais um capuz geralmente pendido para o rosto e descendo muito franzido atrás, sobre a nuca. Vidé iconografia (Col. Goulart).

Em S. Miguel (PN), de pano preto ou azul ferrete, tendo preso no pescoço um capelo ou enorme capuz que cobre a cabeça e o rosto, graças a umas barbas de baleia que mantém em posição este desgraçosíssimo capacete.

De capote de baetão se fala em (AS, p. 86).

Genericamente capote é capa comprida e larga com cabeção e vulgarmente com capuz (M). Nos Açores, à ideia capote associa-se para formar o traje característico o capelo, dizendo-se p. e. o capote e capelo do Faial.

Wilhelm Giese acerta, quanto ao capote da Horta, ser «como tipo um manto com capuz» («O Capote», in Boletim do N. Cultural da Horta, 2, p. 379), parecendo a este autor — como refere — que esse tipo é mais arcaico que o de S. Miguel e Santa Maria, congêneres aliás dele.

CAPOTE E CAPELO — Vid. cap. ant.

Relembre-se, entretanto, a data da visita (1924) de L. V. aos Açores e anote-se que, já antes da década de 50, tanto os mantos como os capotes e capelos haviam entrado no desuso. Para que aparecessem na rua tornava-se necessário que funcionasse

a «amostra turística» passeada na rua da Sé ou «largo da Matriz» para que o «kodak» visitante pudesse ser impressionado com o exótico «costume» para admiração no estrangeiro durante alguma sessão exibidora.

Pela leitura de «Etnografia» parece que na Terceira se diria **manto** como se fôra uma espécie de **capote e capelo**, o que não corresponde à ideia geral das diferenças entre as duas peças.

Walker fala do **capote e capelo** e deste diz que é «desgraçiosíssimo», sendo unânimes as opiniões (Bullar, Raul Brandão e autores açorianos do século passado) quanto ao aspecto «lôbrego» deste «costume».

Recentemente, apareceu em Londres a citada obra de Eric Linklater em que, sob o título «The Voyage of the Challenger», se menciona como nota útil o **capote e capelo** faialense de há cem anos.

As fotografias mais antigas do **capote e capelo** faialense datam de 90 anos ou pouco mais.

CAPOTE E XAILE POR DENTRO — Trajo vulgar nas camponesas micalenses (PN, p. 44). Vulgar também no Algarve, ao que refere o autor (PN) de «As Ilhas de S. Miguel e Terceira».

CAPOTEIRA — Capote curto de mulher (prov.) (M).

CAPOTILHA — Abafo que as camponesas usam aos ombros no Minho, Galiza, Astúrias, etc. V. iconografia fotográfica.

CAPOTILHO — Espécie de gabinardo (prov.) (M).

CAPUCHA — Capa que cobre a cabeça e os ombros e é usada pelas mulheres do povo (M).

CAPUCHO — O m. que capuz (M).

CAPUZ — Capa negra, toda fechada até baixo, que se vestia pela cabeça. Era o luto dos antigos portugueses (Bl.). Capelo de capa antiga, usada como luto, antigamente (M). Em documentos da Câmara de Angra dos séc. XVII referentes ao luto por Filipe II e D. João IV indica-se o capuz.

CAPUZ INTEIRIÇO — Em (AS).

CARAPUÇA — V. cap. ant.

Trata-se (M) de cobertura mais ou menos ponteguda, para a cabeça, feita de malha, pano ou couro.

P. Nogueira, pg. 44 nota (em 1894) que a carapuça «é ainda tão frequente» nos camponeses de S. Miguel, quer de verão quer de inverno. A carapuça é (PN) um **bonnet** de pano azul escuro, tendo na frente uma longa pala ou viseira horizontal, e atrás, caindo sobre as costas e os ombros uma larga e comprida aba, tudo do mesmo pano.

Ligia Matos, 40 anos depois, no seu estudo «Ilha de S. Miguel» pg. 21, já afirma que a carapuça não é de uso frequente, embora acentue que «são muito curiosas as c. em S. Miguel» e marcando a evolução da mesma: «A princípio grosseiras, de abas com grandes pontas enroscadas, tem sofrido modificações. Actualmente são uma espécie de boné de pala — lua — comprida e **rabuço** que cai sobre a nuca; raramente a trazem apertada ao queixo».

No **Album** vem um desenho por A. Campos com o carapuço de rebuço em Santa Maria (pg. 249). No mesmo, pg. 301, indica-se: Mulheres e crianças com carapuço de rebuço, lenço e manta, avental, capote e capelo (mariense) e nota-se também a designação capelo ou capucho.

Há, ali, igualmente, uma referência ao capote da Terceira, na reprodução de artigo de Vieira Mendes, transcrição com fotografias.

A uma carapuça de linho crú refere-se Luís Bernardo Leite de Atoíde em Boletim do C. Reguladora dos Cereais do Arquipélago dos Açores (Vol. X, p. 96); era usada nas «viradas» («... com a cabeça defendida ou por chapéu de palha ou **carapuça de linho crú**...»).

Na designação de **barrete ilheu** ou **carapuça**, Bullar (Inverno, pg. 23) escreve: «Um dos objectos mais curiosos aos olhos de um estrangeiro nas ruas de Ponta Delgada é o **barrete ilheu** ou **carapuça**, usado pelos camponeses indígenas».

Bullar que, com o irmão, esteve pelos Açores ao findar dos anos 30 do século XIX acentua, em apreciação que marca quanto pareceu exótica essa cobertura da cabeça, o seguinte: «Provavelmente não tem similar em outra qualquer cobertura de cabeça usada no Mundo». «Usa-se só — indica o autor — na ilha de S. Miguel... em nenhuma parte do Mundo se encontra um **barrete** como este».

Descrevendo-o, diz : É em geral feito de pano azul-anil, guarnecido de sarja da mesma cor. Mas a côr, o forro e as dimensões de cada carapuça variam com o gosto ou a localidade».

Um facto indicativo da força «agressiva» deste tipo de cobertura está nas modificações ou modos que o protótipo admite. Efectivamente, Bullar aponta, muito significativamente : «No mercado de Ponta Delgada se pode ver a carapuça da última moda ao lado do exemplar já obsoleto e desusado». Esta variabilidade mostra capacidade evolutiva e um poder de adaptabilidade que assegura perfeita sobrevivência a uma peça de uso tão generalizado que as condições específicas de local e de ordem pessoal podem determinar um prolongamento de existência. Essa evolução acaba no «pequeno gorro» de que fala Maria Luísa Ataíde da Costa Gomes em «Insulana», XI, 119.

Essas variações podem assumir «valorizações» ou «alijeiamentos» correlacionados com o extracto social dos utentes :

«... ampla e pesada carapuça do mais fino pano azul escuro, acolchetada com fivela de prata brilhante» ;

e «... o outro mais humilde, (...) com uma carapuça mais leve, de grosseiro pano azul claro, tão remendado e tão gasto pelo uso, que a pala amarrotada (...) a custo sustenta a copa (Inverno, pg. 25).

Com efeito, há burriqueiros **encarapuçados** (Inverno, pg. 160) ; há «pescadores (...) de **barretes** ou **carapuças pendentes**, de vermelho e azul, e outros ainda de **barretes** regionais, de cores variegadas, misto de castanho, branco, vermelho e amarelo» (em Vila Franca), (pg. 109 Cap. X de Um Inverno) ; os moços (em atitudes elegantes contra as suas compridas varas) de «carapuças de grandes pontas e guarnições vermelhas» (em Vila Franca) (Um Inverno, pg. 109 Cap. X) ; gaiatos vestidos, como seus pais, de pequenas **carapuças** e de fatos de estampanha azul clara (Um Inverno, pg. 347 Cap. XXXI) ; cavaleiros palradores, de **pesadas carapuças** (Um Inverno, pg. 348), etc.

O **barrete** dos corvinos é mencionado por Bullar de modo a concluir-se que se trata de uma carapuça. Assim : «Divergem (os corvinos) dos restantes ilheus na fisionomia e nos **trajes** (...) barrete de pano castanho, bem enfiado na cabeça, com abas triangulares de azul presas à faixa circular da carapuça (Um Inverno, pg. 247 Cap. XXIII).

Walker, como no capítulo IV deste subsídio se refere, en-

contra uma explicação pouco abonadora para a designação que nada tem a ver com carapaça.

Monteira é t. da giria para carapuça (Bl.).

CARAPUÇA — Espécie de turbante ou carapuça grande usada entre Mouros (M.) F. Mendes Pinto refere-se-lhe.

CARPIM OU CARPINS — Meias para homem, meias curtas, peugas (M.) Vide Carrapinas.

CARAPUÇO — O m. que carapuça (M.).

CARDAÇO — Termo dos Açores. Nastro (M)

CARPAPINAS — Meias bordadas. Reg. em Revista dos Açores, Vol. I, p. 221 — Ponta Delgada, 1852 — Em Santa Maria conforme termo de um «dialeto particular» ref. naquela publicação.

CASABEQUE — Casaquinho curto para senhora (Enc.).

CASACA — Vestidura com mangas e abas grandes. De Cas (origem egípcia) fizeram os flamengos casack e destes os portugueses fizeram casaca (Bl.). Justa é termo de giria para casaca (Bl.).

CASACA — O cidadão (Ligia Matos, em «A Ilha de S. Miguel», p. 73).

CASACA DE RABOS — Vidé Niza.

CASACÃO — Vestidura mais larga que casaca (Bl.).

CASACO — V. Cap. ant.

CASACO OU JAQUETA — De couro maleável (LC).

CASAUQUELHO — Casaco ordinário ; casaco leve (M).

CASAUQUETA — Casaca curta.

CASAUQUINHA — Vestido de senhora para montar a cavalo. Corpo de vestido de mulher com abas curtas. Casaco curto de mulher (M). Diz-se nos Açores «casauquinho» quando pede-se no casaco de mulher até ao quadrilho.

CASQUETE — Cobertura da cabeça de couro ou outra matéria (Bl.). Carapuça, barrete, barretina (M).

CASSA — Tecido muito fino e transparente, de algodão ou linho (M).

CASTOR — Variedade de pano. Chapeu de pelo fino, preto (M).

CASTORINA — Tecido de lã leve, primitivamente com mistura de pelo de castor (Enc.).

CATANAS — Botins de cano curto (LR). Ref. em Revista dos Açores, Vol. I, p. 221 — P. Delgada, 1851.

CATURNOS — Botas de sola de pau, geralmente cedro (Ilha das Flores) (PS).

CEROME — Capote, sobretudo que cobria todas as vestes (Enc.).

CEROULAS — Vestuário interno, que em forma de calças, cobre as coxas e as pernas, usadas pelos homens feito ordinariamente de pano de linho, algodão ou flanela (M). Nos Açores usa-se vulgarmente no pl. (segundo Luís Bernardo Leite Ataíde, as ceroulas eram usadas nas «viradas» em S. Miguel).

CHAMALOTE — Tecido de lã de camelo. Tecido de pelo ou lã, geralmente com seda (M).

CHAMBÃO — Calçado grosseiro (T. açor.) (M).

CHAMBRE — Casaco curto usado por mulher. Casaco para mulher, em geral branco e leve, para uso doméstico ; penteados (M). Roupão caseiro (M).

CHANCAS — Sapatos velhos ou grandes, calçado largo e tosco (LC).

CHAPEIRÃO — Capuz. Grande chapeu de abas largas. Ant. Capa rústica, pequena, com capuz e albornoz. Vidé Mandrião.

CHAPEL — O mesmo que chapeu (M).

CHAPELAÇO — Chapeu grande (M).

CHAPELEIRÃO — Idem (M).

CHAPELETA — Ch. de aba curta. O m. que chapelete.

CHAPELICO — Pequeno chapeu (t. usado em S. Miguel e constante de uma adivinha registada por Ligia Matos, p. 14, do seguinte teor: Chapeu sobre chapelicos/Não adivinhas este ano/Nem para o ano que vier/Se não quando te disser».

CHAPELINA — Ch. das mulheres no Douro.

CHAPELINHA — Ch. baixo, de abas largas, enfeitado de flores ou plumas vistosas, de senh. em dias de festa.

CHAPELORIO — Ch. grande, ordinário, de abas largas.

CHAPEU — V. Cap. ant.

Há chapéus de muitas castas (Bl.). Chapéus de lã, de pelo, de borda e de meia borda, de castor, de meio castor, de vicunha, de palha, etc. Chapéus ditos grossos, ch. dobrados sem goma, ch. de Hamburgo, de Ingl., de Holanda, de Livorno, de lã feitos em Lisboa, forrados e por forrar. Antes significavam barrete, como os que se trazem de noite ou bonete de marinho (Bl.). Gabio é gíria de ch. (Bl.).

CHAPIM — Calçado de quatro ou cinco solas de sobreiro de que usam as mulheres para parecerem maiores (Bl.). Também os socos se fazem de cortiça (Bl.).

CHINELA — Calçado que não tem quartos que cubram o calcanhar (Bl.). Usada na Terceira ainda há anos e exportada para as «ilhas de baixo».

CHINELAS, CHINELINHAS, CHINELOS — Calçado leve e singelo, sem tacão, para uso doméstico ou saída curta e rápida (LC).

CINTA — Faixa ; cós (M).

CINTILHO — Fita de chapéu ; pequeno cinto, com pedrarias (Mo).

CINTO — Faixa, correia ou tira. Bolsa para levar dinheiro em resguardo (M).

CIPRE — Antigo vestido com adorno de mulher (M). Cândido de Figueiredo indica, hipoteticamente, um perfume de Chipre.

COBERTURA — Ou manto, vestido de bombazina (BU).

COCA — Espécie de capuz ; bioco. Parte da capa ou manto que cobre a cabeça e se conchega ao rosto a ponto de quase o cobrir (M). Coca e bioco, quase sinónimos. A coca como «parente» dos farricocos (ENC).

COGULA — Vestidura monacal com mangas que se veste sobre as mais (Bl.). Cogula com capelo.

COIFA — Cobertura da cabeça a modo de rede. Coifa de pano de linho ou seda (Bl.) ; Touca (M).

COLETE — V. Cap. ant. Peça de v. curta e sem mangas, ajustada ao peito e abotoada na frente, usado pelos homens em cima da camisa. Espartilho, nas mulheres (M).

CORDEIRA — Pele de cordeiro (M).

CORDOVÃO — Pele de cabra para calçado (M).

CORPETE — Peça de v. das mulheres, que veste a parte do corpo entre a cinta e o pescoço, justa, sem abas nem mangas ou mangas muito curtos (M).

CORPINHO — O m. que corpete. Antigamente, espécie de gibão sem abas (M).

COTA — Corpete de dama (M).

COTÃO — Casaco curto com manga justo. Segundo Nemésio em «Mau Tempo no Canal», p. 326 : blusa ou chambre de algodão ; Açoriana, II, p. 100 ; Anunciador da Terceira. n.º 5 e segs.

COTOVELEIRA — Guarnição de reforço, de cabedal, para proteger os cotovelos do casaco (LC).

COTURNO — Calçado antigo para ambos os sexos e se acomodava a ambos os pés por ser quadrangular (Bl.). Hoje é designação de meias grossas que servem indiferentemente num pé ou outro. Vidé **CATURNO**.

COURA — Gibão de couro (t. militar) (M).

COURATA (ou COURATO) — Coiro de porco (M).

DROGUETE — Estofa ordinário de lã, sêda e algodão ou só de lã (M) (Utilizado na Terceira : «capa de druguete castor berne» — Test. de António Coelho Ornelas, fal. em 1787).

DURANTE — Tecido de lã lustroso como cetim (M).

EBEREO — Tecido de cor vermelha.

«**ESCOPAÇÃO**» — Segundo Nemésio («Mau Tempo no Canal», p. 345) é vestimenta, vestuário.

ESCARLATE, ESCARLATA — Tecido de seda ou lã da côr. Escarlatim é uma espécie menos fina (M).

ESPARAVEL — Franja ou guarnição de chapéu (M).

ESTAMENHA — Tecido ordinário de lã, burel (M).

FAIXA — Cinta, tira de tecido própria para apertar em volta da cintura (M).

FALSO — Gir. lenço.

FARREGOULA — Gabão (M).

FAZENDA — Às canadinhas, à mosca pousada, às malhadinhas, em S. Miguel (Ligia Matos, p. 89 p. significar, riscada e c/ estampado miudo).

FLORENÇA — Espécie de tecido de algodão que imitava seda e se fabricava, outrora, em Florença (M).

FOLIÕES — (Vestes dos — Mitras, opas e fatos de estamemha («A Ilha de S. Miguel», p. 77 — Ligia Matos). S/ foliões na Terceira : Pe Inocêncio Enes, in Boletim do I. H. da I. T., vol. VIII ; dr. António Moniz em «O Anunciador da Terceira», n.º 5 e segs. ; e Bernardino José de Sena Freitas, em «O Catholico Terceirense», n.º 10 — Angra, 1857, em que fala deles, «vestidos de opas vermelhas ou balandrau de chita, com ou sem barrete de feitio particular e de chita».

FRALDELIM — V. guardapé.

FRALDILHA — Avental, bordado ou não, de mulheres (M).

FROCA — Blusa para homem segundo (ML) (De frock, segundo Nemésio, em «Mau Tempo no Canal», p. 331. É — diz este A. — espécie de blusa de homem.

FULUADO — Trabalhado a fulão ; fisoado (M).

GABÃO — Espécie de capote com mangas, capuz e cabeção (M). Capote com mangas de que usam os rústicos (Bl).

GABEU — Chapéu (gir. ant.) (M).

GABINARDA (OU GABINARDO) — Capote comprido, de mangas ; gabão varino ; corpete de mangas compridas (M). O m. que gabrinaldo (M). Capotas de mangas compridas (Bl.)

GALDRAPAS — Meias, em geral — Em Santa Maria. In Revista dos Açores, p. 221 — Ponta Delgada, 1851.

GALGUINAS — Calças (M).

GARNACHO — Gabão (M).

GALOCHAS — V. Cap. ant. Calçado de couro com sola de madeira (aliás sôco) (M).

GASALHO — Abafo.

GIBÃO — Vestimenta ant. de h. que o cobria do pescoço à cintura, usado deb. do pelote ; esp. de casaco curto por cima da camisa ; colete ; de couro usado pelos vaqueiros (no Br.) (M).

GIRÃO — Aba ou roda de vestido (Vi).

GODILHÕES — Sapatos (na Ilha das Flores) (PS).

GOLA — Cabeção de capa ou capote. Colarinho, cós. Qualquer adorno ou abafo para pescoço, ombros ou espáduas e peito (M). De gola de peles e gola encanudada falsa (AS).

GOLILHA — Cabeção com volta engomada (Bl.).

GORRA — Esp. de carapuça, boina ou boné sem pala (M). Antigamente era cobertura de cabeça de figura medonha, sem abas. (Bl.).

GORRO — Barrete preto, em forma de saco comprido, dobrável sobre o ombro, usado com capa e batina pelos est. ; Chapeu redondo de senhora (M). Pequeno gorro (Insulana, XI, 119).

GRÃ — Tecido tinto com grã (cochinilha) (M).

GRAVATA — V. Cap. ant.

GRIZE — Espécie de tecido acinzentado (Enc.). In Livro de Acordãos da C. M. de Ponta Delgada, em vereação de 9.III.1624.

GUALTEIRA — Barrete, carapuça de pastor (M). Carapuça de uma só lua (Bl.).

GUARDALATE — Tecido grosseiro (M).

GUARDA-PÉ — Saia, brial que usavam as mulheres por baixo das roupas abertas (M). A primeira saia que a mulher veste (Bl.). Fraldelim (Bl.).

GUARDA-VENTRE — Avental. Peça de v. que envolve o abdome (M).

HOLANDA (graf. ant. **olanda**) — Tecido muito fino e mui-

to fechado, de fabrico holandês. Holandilha, imitação silesiana (M).

JALECA — V. Cap. ant. Esp. de casaco curto. O m. que jaqueta ou jabona. O m. que colete em Trás-os-Montes.

JALECO — Esp. de jaqueta curta; jabona; jaleca; jaleque, colete (M).

JALEQUE — O m. q. colete e jaleco (M).

JAQUE — Roupa leve (M).

JAQUETA — V. Cap. ant. Casaco curto sem abas, ajustado à cintura (M).

JAQUETÃO — Jaqueta larga (M).

JAQUETE — Casaco curto de soldado (M).

JORNEA — Vestuário antigo que era um manto largo, aberto dos lados e sem mangas (M). O m. que jorne.

JOSEZINHO — Capote de pouca roda, sem mangas e com cabeção (M).

JUSTA — Gíria de casaca (Bl.).

LAIA (ou lã — Tecido de lã semelhante ao fio de Escócia (M) (Aparece num docum. terceirense — vidé martimenga — de 1788).

LATIGANTE — Camisa de dormir (termo usado em S. Miguel) — Lígia Matos, p. 79.

LEMISTE — Tecido preto e fino de lã (M).

LENÇO — V. Cap. ant. — Tecido de algodão, linho, lã ou seda, branco ou de côr, geralmente de forma triangular (...) para ornar ou resguardar o pescoço ou a cabeça (M).

LERA — V. mantela.

LIGAS — V. Cap. ant.

LILA — Espécie de tecido, de lã, fabricado em Lila, fino e lustruoso (M).

LITEIRA — Tecido de estopa e lã, tinto de preto e que se usava no vestuário das camponesas do Alentejo (M).

LOBA — Veste roçagante antiga ; túnica aberta e eclesiástica ; béca ; samarra (M).

LONDRES — Tecido antigo, fabricado em Londres (M).

LUVAS — V. Cap. ant.

MALHA — Teia de lã, antes de ser apisoada. Tecido de lã, fabricada em Castelo Novo, empregado em cobertores e saíotes (LC).

MALHÓS — Correias dos sapatos, atacadores (FA).

MANDIL — Pano grosso ; avental grosseiro dos cozinheiros ; tecido grosseiro para mulher (M).

MANDÉS — Usado pelas mulheres da Ribeirinha, riscados de fazenda de tear, segundo Luís Ribeiro.

MANDRIÃO — Casaco ou roupão curto e ligeiro para uso doméstico de mulheres ou crianças (M).

Não é registado por (Bl.). Cobria meio corpo.

MANGUINHA, MANGUITO E MANGUEIRA — De cabedal ou pano, para resguardo dos pulsos e braços das mulheres nas ceifas, espécie de manga pequena (LC).

MANIPULOS — «Dedeiras», para as ceifas (LC).

MANTÃO — Manto grande ; capote ; capotão ; capa (M).

MANTELA — Esp. de manta para a cabeça (minhoto) ; capucha ; lenço grande para cobrir a cabeça (M).

MANTELETA — Lenço grande, de mulheres, em Castro Laboreiro (M).

MANTELETE — Capa curta, de pano, seda ou veludo, de feito vário, usado por cima do vestido em vez de xaile (M). Manta (Bl.).

MANTEU — Capa com colarinho ; colarinho em canudos ; saia lisa sem prégas (M).

MANTILHA — Espécie de manto de pano ou seda usado pelas mulheres com que cobrem a cabeça e parte do corpo ; bioco ; capuz ; veu, cobertura, manto, sendal (M). Espécie de veu, de capa sem cabeção. Mantilha é mais comprida e menor que o manto.

MANTO — V. Cap. ant. V. iconografia. Foi traje característico na Terceira e está perfeitamente descrito em Luís Ribeiro e outros que o antecederam. Teve divulgação extensa naquela ilha ; e noutras, como S. Jorge, era usado, designadamente por luto ou pelas Endoenças. Tal como o capote e capelo, consideraram-no soturno pela cor negra, p. e. quando em aglomeração. Chegou a havê-los vermelhos, como indica pelo menos um documento escrito e está figurado iconograficamente (desenho colorido, adquirido para o Museu de Angra em 1964, supostamente da década de 30 do século XIX e que encontramos em Lisboa).

Era (M) vestidura larga e sem mangas com que as mulheres abrigavam a cabeça e o corpo por cima do vestido até à cintura, usado no tempo frio. Noutra espécie (M) : vestimenta exterior, larga e sem mangas, que cobre a cabeça e vai quase até aos pés e é cingido pela cintura (é no género do «manto terceirense»). A Crónica de D. João III, de Francisco de Andrade, refere-se ao **manto**.

É palavra tomada do francês Manteau (Bl.), sign. capa e vestido de mulher diferente da roupa por ser mais ligeiro, com a cauda mais curta, pregada no mesmo vestido. (Bl). As **manti-lhas** usaram-nas as mulheres do povo em lugar dos mantos da Beira (Bl.). Vestimenta ou casula (Vi). Manto lobeno parece ser (Vi) capa que cobria todo o corpo.

Era «Um monteau qui marche» como vem na legenda de um livro inglês sobre os Açores. («A Visit to the Azores with a Chapter on Madeira», de Mrs. Charles Roundell — Londres, 1889).

MARLOTA — Esp. de capote curto com capuz, usado entre os mouros (M).

MAROTO — Lenço de namorados usado designadamente na Terceira (Vidé desenho do livro «Em nome de Deus começo...», de Maduro Dias e Correia de Melo.

MARTIMENGA — Espécie de carapucinha, usada especialmente por alguns judeus em Portugal (M). É de anotar que do inventário do Beneficiado Venâncio José de Barcelos, falecido em Angra em 1788, consta uma martimenga de castor.

MEIA-LUVA — Esp. de luva que deixa os dedos a descoberto (M). O m. que mitene.

MEIAS — Vid. Cap. ant. — Para (M) : tecido de malha, de algodão, de linho ou de seda, com que se calçam os pés e jun-

tamente com as pernas, ordinariamente até meio (M). Bordadas (no Faial) (ER). Feitas à mão (S. Miguel — In «Insulana», XI, p. 117).

MEIAS E MIUCOS — Carpins, carapins, coturnos e catur-nos, piucas, piugos e peugas, etc. (LC).

MEINHAS — Peuguitas de mulher em S. Miguel.

MEOTE — Peugos («A Ilha de S. Miguel», Ligia Matos, p. 80) ; Meioite (M).

MISCRA — Mescla (GF., IV-II, p. 49) ; miscaro (adj.) em Fru-tuoso,

MONGIL — Vestes de luto para mulher não viúva ; túnica talar, para mulher (M).

MOCA — Qualquer cacete pesado ; clava (M).

MONGY — Espécie de sobretudo e com alguma semelhan-ça de cogula monacal de que as mulheres usavam — Viterbo.

MONTEIRA — T. da gíria para carapuça (B.).

NAGALHO E NEGALHO — Atilho de couro, tira estreita (LC).

NAGUA — Saia de baixo, saiote. Sinon. de anágua (Ml.). Na Terceira diz-se também inagua (Ilha Terceira — Estudo de Linguagem e Etnografia).

NIZA — Esp. de casaco curto ; jaquetão ordinário, geral-mente de saragoça (M).

NIZARO — O m. que niza (prov. minh.) (M).

NIZERA — Esp. de casaca curta, de botões amarelos usa-da no séc. XIX pelos lavradores de Refoios do Lima (M).

OPA — Vest. que tem em lugar das mangas umas abertu-ras por onde se enfiam os braços, usadas por «irmãos» em fun-ções religiosas e actos solenes (M).

PALA — Anteparo de defesa das Ilhas, solto ou em bonés ; no calçado, para defesa do peito do pé (LC).

PALETO — Casaco largo que se veste por cima de outro (M).

PARIGÃO — T. usado em S. Miguel (homem vestido pobremente — Ligia Matos, p. 82).

PARDO — Burel desta meia-cor (M).

PATRONA — Grande algibeira solta usada pelas mulheres (M).

PELICO — Espécie de colete de pele de cabra ou de cão, com o pêlo conservado (LC).

PELICA — Espécie de albornoz de inverno, feito com peles providas de lãs, para boieiros, vaqueiros e pastores (LC).

PELIÇA — Casacão grande, de pele de ovelha, espécie de samarra com mangas, que usa o maioral (M).

PELOTE — Antiga vestidura de grandes abas, que se trazia por baixo da capa (LC).

PÉS-DESCALÇOS — V. cap. ant.

PEUCAS DE CABRESTILHO — Meias de mulher que cobre os pés (M).

PICOTE ou **PICOTO** — Pano grosseiro de lã de ovelha para a vestimenta dos pobres e dos religiosos (M).

PICOTILHO — Pano picoto, menos grosseiro que o picote (M).

PINHÃO — Pano desta cor (?). Sobrecasaca pinhão, reg. em Morais.

POLAINA e **POLAINAS** — Parte protectora da parte inferior da perna e da superior do pé (LC). O m. antiparras, polainico e polaniotes.

PRECINTA — Tira de polimento, preta ou vermelha, na galocha terceirense e micalense, na zona do peito do pé.

PRESA — Prisão de cabelo («A Ilha de S. Miguel», — Ligia Matos).

PRESILHA — Pequena correia, que serve para segurar ou apertar em peças de vestuário, calçado ou objectos variados (LC).

RAMAL — Borla de barrete ou carapuça e carapuço (LC).

ROMEIRA — Espécie de cabeção ou mantelete muito curto

que as damas usam para cobrir os ombros e que lhes não passa abaixo da cintura (Enc.). Peça do boné, apertada à frente por um enorme colchete de prata, também por correntes ou rosáceas de latão ou prata.

ROUPÃO — Ampla blusa com folho por fora (Insulana, XI, p. 117).

ROUPETA — Casaco, véstia comprida. Hábito talar dos sacerdotes, batina (Enc.).

ROUPINHA — Casaco curto e ajustado ao corpo, usado especialmente pelas mulheres do campo (M).

ROUPINHINHA — Roupã modesta (M).

RUÃO — Espécie de tecido de linho fabricado na cidade francesa de R. (M).

SAGONA OU SAFÃO — Tecido ; Agasalho das pernas nos trabalhos do mato e do monte e feito de pele de ovelha e de cabrito (M).

SALPIM (OU CISALPIM) — T. de S. Miguel (Ligia Matos) que significa capa que vai até meio do capote pouco mais ou menos.

SAIA — V. Cap. ant. — Vest. exterior de mulher, apertada na cintura e pendente sobre as pernas (M). Em composto : saia-balão, saia-de-balão, saia de lama (de cor com barra, própria para usar de inverno). Saia-travada (M). Era antigamente (Vi) capa, saio ou roupão.

SAIA DE FORA — Saia levantada da parte de trás, posta sobre a cabeça.

SAIA DE OMBROS — No traje da Ribeirinha (Ilha Terceira) era a saia mais ampla, de cima, que passava à cabeça (LR).

SAIA PUXADA À CINTA — V. Insulana, XI, p. 117.

SAIAL — Antiga e grosseira vestidura para homem ou mulher (M).

SAIÃO — O m. que saio (M).

SAIO — Ant. e larga vestidura curta, quadrada, com abas ou quartos, geralmente feito de pano grosseiro (Mil) — Ant. ca-sacão (mil.) (M). Colete sem mangas senão perdidas.

SAIOTE — Saia curta, em geral de tecido grosso, que as mulheres usam por baixo de outra saia ou saias (M). V. cap. ant.

SAMARRA OU ÇAMARRA — Esp. de casaca; sobretudo curto forrado de pelo; antiga vestimenta rústica feita de pele de ovelha; túnica ou batina de eclesiástico (M).

SAPATA — Tipo esp. de chinela; sapato largo sem tacão ou de tacão raso (M). Bigota pequena; sapatilha (M) Sapato de saloia, esp. de bota sem canhão (Bl.).

SAPATETA — Sapato raso, chinela (M).

SAPATOS — V. Cap. ant.

SAPATOLA — Sapato grande e mal feito; chanca (M).

SAPATORRO — Idem (M).

SARAGOÇA — Tecido grosso de lã escura (M).

SARALHO — Vestido, na term. pop. (gíria) da ilha das Flores, havendo quem creia não se tratar de vestido (PS).

SERGUILHA — Tecido de lã grosseira. O m. que serguio e seriguilha (M).

SERVILHA — Sapato de couro (M).

SEIFÃO — O m. que sagona ou safão.

SINGUIDALHO OU SANGUIDALHO — Esp. de avental, que forma triângulo na frente (M).

SOCO E SOCA — Tairoco e tairoca, tamanco e tamanca, etc. Calçado rústico, feito de cabedal grosso, com o rasto de pau. (LC).

SOLIA — Vestuário feito de um tecido com esse nome (M).

SOMBREIRO — Chapeu, t. já registado nos Portugaliae Monumenta Histórica. Acepção moderna: guarda-sol (M).

SURROBECO OU SURROBEQUE — Pano grosseiro e duradouro semelhante ao burel mas um pouco mais largo e fabricado na Covilhã e no Alentejo (M).

TABARDO — Antigo capote com mangas e capuz. **Tabardilha** é o modelo pequeno (LC).

TAMANCOS — V. Cap. ant. Calçado que tem pau em lugar de solas e por cima umas correias (Bl.).

TIRA-VIRAS — Tiras de pano, lã ou algodão, com as quais se enfaixavam os pés antes de calçar os caturnos (PS).

TOALHA — Touca (de freira) (M). Nas Flores dizia-se toalha de cabeça para distinguir a peça de pôr pela cabeça da toalha propriamente dita. Também: Pano de linho, de altas rendas, pendente da cabeça sobre a qual se usava a carapuça de orelhas (SA).

TOMENTOS — As fibras mais ásperas do linho, estopa grossa (M).

TRAIDORES — Calçado de má forma que incomoda ou magoa (ML). Ref. ao Faial, Pico e Flores.

TRELICAS — Meias (EM).

TRIFE — Esp. de veludo.

TRINCHA — Coleirinho de camisa. Coleira da camisa à qual se liga o colarinho, ou neste, a parte que cinge directamente o pescoço (PS); ou pequena largura de fazenda para acrescentar peça de vestuário insuficientemente ampla.

VELGUTE — (Não se acha registado). Admito que se trata de belgute (de belga), fazenda de origem belga. Vem em documentos seiscentistas (no Arq. Dist. de Angra do Heroísmo).

VELUDO — Tecido de seda ou de algodão, liso ou raso de um lado, e, do outro, coberto de pelos levantados e muito juntos que estão seguros pelos fios da teia (M).

VASQUINHA — Saia com muitas pregas (Bl.).

VESTIMENTA — Não era o que hoje dizemos casula ou planeta (que então se chamava **Manto**) eram todos os paramentos (Vi).

VESTIA — Casaco curto (ML).

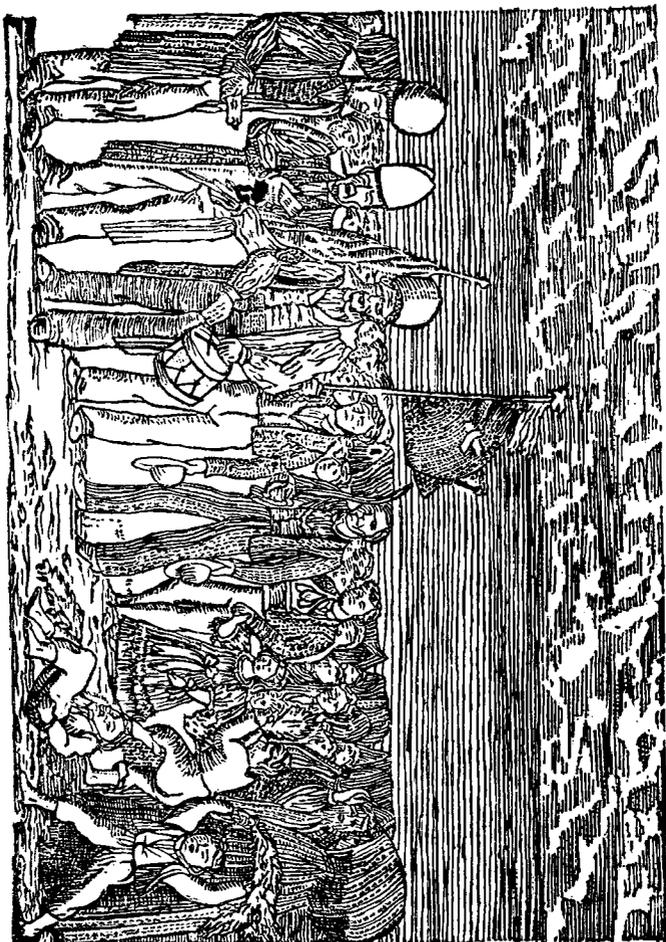
VESTIA — V. Cap. ant. Vestidura de homem com mangas, chega até aos joelhos (Bl.).

VESTIDO — V. Cap. ant. (Bl.) fala de v. de dó, de homem, de mulher, curto, comprido, de vilão, leve, de respeito, de cada dia, virado, de criado, de inverno, de verão, para fóra de casa, de caminho.

XAILE — V. Cap. ant.

XAMARRA — O m. que samarra

XERGA — Tecido grosseiro, espécie de burel (M).



Folhões na Ilha de S. Miguel, em xilogravura do Almanaque Popular dos Açores,
publicado em Ponta Delgada no terceiro quartel do
século XIX. Vários traços de artuar

8. GUIA PARA O RECOLHIMENTO ICONOGRÁFICO DAS PRINCIPAIS PEÇAS

Não se pretende com esta guia mais do que remeter o interessado para elementos seguros ou, pelo menos, escolhidos sob critério determinado.

Haveria que seguir a prevenção de Rocha Peixoto na sua nota de pé de página em «O Trajo Serrano» (p. 387 do vol. II de Portugália) quando diz : «Convém anotar que certas ilustrações do Album de Costumes Portugueses (David Corazzi, ed. Lisboa, s. d. 1888, copias de aguarelas originais de vários artistas acompanhados de artigos descritivos de vários escritores, são verdadeiramente do domínio da opereta ou novela ! Exemplos : traje antigo de Trás-os-Montes, pastor serrano e, nomeadamente, a pastora de Barroso !... Prossegue, infelizmente, o mesmo ludíbrio e deplorável ensinamento de algumas publicações recentes (escreve em 1906).

Sem menosprezo pela curiosidade, graça e manifesto valor decorativo de gravuras (Palhares e outras) relativas aos Açores, haveremos de pôr de sobreaviso o interessado rigorista contra os descuidados pormenores. É evidente isso mesmo na gravura do homem do Pico constante do Album Palhares, presente na Exposição Bibliográfica Açoriana (Palácio Bettencourt,

Angra do Heroísmo) por ocasião do Congresso de Comunidades Açorianas (1978).

Optando, para aqui, pela reprodução de fontes iconográficas de base fotográfica, as mais antigas, e por algumas gravuras (de há cem anos) em que a ingenuidade nada tem a ver com notória intenção de fidelidade, defendemos o nível da presente monografia.

Prevenidos embora — e deixando bem nítida a prevenção — não deve, no entanto, ser omitida mesmo tendo em conta a «vara larga» que perpassa no que escreveu Rocha Madahil, a seguinte passagem deste estudioso da iconografia do traje português (estrangeira e nacional) na obra «Trajos e costumes populares portugueses do século XIX, em Litografias de Joubert, Macphail e Palhares», Lisboa, 1968 :

«Hoje, pois, que os chamados **trajos regionais** pretendem constituir elemento de atracção para apresentações locais de índole tradicional, se quisermos expurgá-los das muitas fantasias e incingruências que os desvirtuam, é justamente para as colecções litográficas do século XIX que devemos fazer convergir a atenção de quem, a qualquer título — histórico, artístico ou etnográfico — pretenda reconstituir aspectos do trajar de outrora do povo português, em ligação com o respectivo folclore».

De certo a conjugação deste ponto de vista, que não é apenas o de um iconografista, com o de Rocha Peixoto (cujo trabalho «O Trajo Serrano» foi exclusivamente acompanhado de documentação fotográfica, o que deve ser realçado na medida em que indica rigorosa atitude contra outra espécie de iconografia) não se pode articular coerentemente, pelo menos quanto aos títulos histórico e etnográfico.

Aliás, em opinião ocasional, ficou a verificação de que muitos desenhos de trajos fixaram o pitoresco não se preocupando com os valores etnográficos propriamente ditos. Raros têm sido os artistas empenhados, com efeito, no rigor etnográfico das espécies, designadamente no pormenor. Daí a apontada dificuldade do estudo da evolução pelos documentos gráficos das diversas épocas e situações.

Não há dúvida até que diversas gravuras, realmente de formoso aspecto e brilhante colorido, dos Joubert, Macphail e Palhares estão trespassadas de deficiências, não tendo embora resultado negativas senão por má informação.

Salvo raras excepções, a iconografia do traço popular açoriano sofre de limitações idênticas.

De qualquer modo — e com a documentação fotográfica por que se optou — segue-se o resultado, ainda que parco, do reconhecimento iconográfico do traço açoriano.

ICONOGRAFIA

SANTA MARIA

Colete de mulher — Almanaque Popular dos Açores para 1872, p. 83.

Capote — «Ilha de Gonçalo Velho», p. 72/73 (des.) Carapuça (mulher de) — «Ilha de Gonçalo Velho, idem; Carapucinha (de mulher) — Alm. Popular dos Açores p. 1872, p. 83.

— Chapeu de palha (fem.) — grav. «Island of Fayal from Pico». — Bullar del. — Extra texto em alg. ex. de «A Winter in the Azores». Colorida.

— Lenço na cabeça — Idem.

— Jaleco — homem, front. de «A Winter, etc.»

— Capotes — Idem, I, 45 (ed. de P. Delgada).

— Carapuças (5 em várias exposições) — Idem, I, 42.

— Capotes (de capelo baixo) — bioco? — Idem, I, 188.

— Capas de hom. p/ cabeça — Idem, I, 178.

— Toalha p/ cabeça — Idem, I, 209.

— Mantilhas, manteus — Idem, I, 211.

— Capelo — Idem, I, 111.

— Chapeus de palha — Idem, I, 336.

— Toalha cabeça, Idem, II, 70.

— Carapuça, Idem, II, 251.

— Carapuça, Idem, II, 160.

«Homem de Santa Maria» — Grav. da Colecção Palhares, n.º 45 da III série.

Serrano, de sacco e bordão — «Ilha de Gonçalo Velho», p. 72/73 (des.).

S. MIGUEL

Camponês — Quadro de Duarte Maia, no Mus. de P. Delgada.

Camponeses — Grav. da Colecção Palhares, n.º32 da I série.

Camponeses — idem, idem, n.º 31 da III série.

Capote, improvisado com saia — Revista Micaelense, II, n.º 1.

Capote de capuz — Album Açoriano, p. 31.

Capote e capelo — Insulana, V, p. 47.

Capote e capelo — Album Açoriano, p. 60.

Capote e capelo — Idem, 98.

Capote e capelo — Idem, 198.

Capote e capelo — The Azores or Western Islands, p. 115 e 285.

Capote e capelo — Ilhas de S. Miguel e Terceira, p. 42.

Capote e capelo — Almanaque Popular dos Açores de 1872, p. 45.

Capote e capelo («Mulher da Ilha de...»), «Branco e Negro», n.º 93.

Capote e capelo — Revista Micaelense, II, n.º 1.

Carapuça — Insulana, V, p. 54.

Carapuça — Almanaque Popular dos Açores para 1870, p. 37.

Carapuça — The Azores or Western Islands, p. 115 e 284.

Carapuça de rabuço. Em Bullar (várias), Webster, Insulana, Album Açoriano, Almanaque Popular dos Açores.

Carapuça de rabuço — peq. tela no Mus. de Angra.

Carapuça e xaile por dentro — As Ilhas de S. Miguel e Terceira, pg. 43.

Cigarreiras — Album Açoriano, p. 74 e 76.

Foliões — Album Açoriano, p. 88.

Foliões — As Ilhas de S. Miguel e Terceira, p. 49.

Foliões — Indumentária rural (homem), *Insulana*, V, p. 50.

Jozésinho — *Revista Micaelense*, II, n.º 1.

Lavrador da Ilha de S. Miguel — Grav. da Colecção Palhares, n.º 31 de I série.

M. de xaile, avental, saia e galochas que vai à água — «Açores e Madeira», Ferreira de Serpa, p. 77 — Lisboa, 1929.

Patrona — Na grav. c/ a filha do banheiro, *Insulana*, V, p. 50.

Trajos actualizados (reconstituídos), *Insulana*, XI, pgs. 120 a 130.

Trajos regionais micaelenses (originaes suecos) no artigo «A Corveta Heligoland», de João Anglin, in «*Insulana*, VIII, p. 393. P. Delgada, 1952.

Vendilhão ambulante — grav. da Colecção Palhares, n.º 50 da II série.

Xaile — Des. de Teixeira Lopes (rapariga das Furnas) in «Mês de Sonho».

TERCEIRA

Barrete de lã — Aç, II, p. 104.

Barretinha de bolota — Aç, II, p. 104.

Botões de oiro — Aç, II, p. 103.

Camponeses — Quadro na agência de Angra de «A Mundial».

Capote — Ilhas de S. Miguel e Terceira, p. 157.

Capote — Açoriana, II, 100 e 101.

Capote e capa — Serões, IV, p. 175.

Capote e capelo — Branco e Negro, n.º 93.

Capote e Capelo — Serões, VIII, p. 449.

Capote — «A União», n.º 458.

Carapuça de velhas — Açoriana, II, p. 104.

Carro das romarias ou carro de toldo — Seis figuras envergando (actualidade) trajos regionais junto a um «império» de freguesia rural — Revista «Geographica», n.º 20 (artigo «O Espírito Santo nas Ilhas Adjacentes», de Frederico Lopes.

Carro de toldo — Serões, VIII, p. 447.

Foliões — Cantadores, na capa, cromogravura — na obra «Festas do Espírito Santo», de Gervásio Lima.

Foliões — «Festas do Espírito Santo», p. 49.

Foliões — «Raças do Império», p. 292.

Foliões — Postal fotográfico, n. 23 na Colecção «Festas do Espírito Santo», ed. da Loja do Buraco, Angra do Heroísmo (190?).

Galocha — Açoriana, II, p. 105.

Leiteiro — Branco e Negro, p. 93.

Manto — Açoriana, II, p. 98.

Manto — Serões, IV, p. 175.

Manto — Serões, VIII, p. 448.

Manto — Branco e Negro, n.º 93.

Manto — A União, n.º 448.

Manto — Desenho (de 1830?) no Mus. de Angra.

Manto — Raças de Império—grav. extra texto, de José Luis, p. 286-287. Os mantos da Terceira tem sido muito reproduzidos em Bonecas como as de Maduro Dias (Instituto Histórico da Ilha Terceira) e a do manto (Mulher da Ilha Terceira) da Colecção «Sara Marques» exposta no Museu Nacional do Trajo, em Lisboa.

Pastor com camisola — Açoriana, II, p. 103.

Pastor — Almanaque Açores de 1928, p. 113.

Sapata — Açoriana, II, p. 105.

Tecedeiras — Serões, VIII, p. 448.

Trajo da Ribeirinha — Açoriana, II, p. 102.

Trajo rico — Tela na Secretaria Regional da Administração Pública.

Vendedor de leite — Serões, IV, p. 174.

Vendedor de Peixe — Idem, p. 179.

Vendedor de ovos — Almanaque Açores de 1904, p. 52.

Xaile e lenço — Açoriana, II, p. 101.

S. JORGE

Abeiros (em h. e. m.) — A Ilha de S. Jorge, de Elza Mendonça — fots. nos. 35 a 38, 40 e 41, 43 a 45.

Carapuço de rabuço — Idem, fot. n.º 31.

Foliões — Idem, fot. n.º 74..

Tamancos — Idem, fot. n.º 32.

Xailes — Idem, fot. n.º 30.

PICO

— Homem — grav. da Colecção Palhares n.º 25 da I série.

— Homens, de abeiros no postal «Arriar dos Barcos» na Areia Larga reprod. no Almanaque Açores de 1906, p. 85.

— Mulher — grav. da Colecção Palhares, n.º 26 da I série.

— Mulheres — grav. colorida extratexto em Bullar uma de lenço e outra de chapéu com lenço. Designação «Island of Fayal from Pico. Data 1841?»

— Mulher rural com pote à cabeça — postal impresso numa colecção.

— Chapéu de palha (fem.) — grav. color. em extratexto. «A Winter», I.

— Chapéus de Palha — grav. «A Winter», I, 336.

— Lenço na cabeça — grav. color. «A Winter», extratexto.

FAIAL

Capote e capelo — Branco e Negro, n.º 92, artigo «O Farol dos Capelinhos» (de Florencio Terra).

Capote e capelo — The Voyage of the Challenger, p. 36.

Capote e capelo — Album Açoriano, p. 462.

Leiteiro — Branco e Negro, n.º 92, artigo «O Farol dos Capelinhos».

FLORES E CORVO

— Carapuças de lã azul — «José Leite de Vasconcelos nas Ilhas de Baixo» — fot. p. 48/49.

— Carapuças de lã — «Açores e Madeira».

— «Corvo Girls at the Fountain» — grav. em Bullar, II vol, p. 70.

— Toalha pela cabeça — «A Winter», II, 70.

9. BIBLIOGRAFIA TEMÁTICA

A) DO TEXTO.

1) «Le Costume c'est l'homme», Lina Mondini Lugaresti. Actes du I^{er} Congrès International d'Histoire du Costume», ref. in «O Trajo civil em Portugal» (catálogo, Lisboa, 1974); e «La Vie Simple», ref. in «Vida e Arte do Povo Português», Lisboa, 1970, p. 7.

2) «Açoriana», II — 2, p. 99 — «O Trajo Popular Terceirense». Angra do Heroísmo, 1939.

3) Almanaque Popular dos Açores, para 1872 — «Costumes dos Açores — O Manto». Ponta Delgada, 1871.

4) É possível, para o quadro da história da baleação geral e de cem anos de história económica e até social dos Açores — sobretudo de algumas ilhas — avançar num estudo que importa promover com indispensáveis apoios. Algumas visitas feitas a centros americanos e europeus de documentação baleeira, designadamente o Whaling Museum, de Nova Bedford, onde estagiámos a título oficial, permitem e autorizam esta opinião.

5) History of the Azores. Londres, 1813.

6) A description of St. Michael, comprising an account of geological structure. Boston, 1821.

7 A Winter in the Azores ; and a Summer at the Baths of the Furnas, by Joseph Bullar (...) and Henry Bullar (...). Londres, 1841. Está traduzido em português, em versão dispersa pela «Insulana», revista do Instituto Cultural de Ponta Delgada. Há uma separata.

8) Uma descrição dos Açores ou Ilhas Ocidentais, a cuja edição inglesa (Londres, 1835) não tivemos acesso. (Publicado na rev. ind. em 7).

9) Não pudemos consultar.

10) Não pudemos consultar.

11) Atlantic Essays. Boston, 1871, cujo cap. (34 p.) «Fayal and the Portuguese» (data 1860), bem precisa ser traduzido por se tratar de páginas muito impressivas. O autor acompanhou um grupo de excursionistas americanos e a presença destes nos Açores (Faial) marca, por certo, o início do turismo estacional no arquipélago.

12) The Atlantic Islands as Resorts of Health and Pleasure. Nova York, 1878. Os Açores avultam com a Madeira, Canárias, Bermuda e outras ilhas nos descritivos.

13) Uma selecção da vastíssima documentação da família Dabney, que tão firmemente se ligou à vida açoriana, especialmente do Faial e Pico (com extensões tentadas, em termos consular e económicos, à Terceira e S. Miguel) foi ordenada no fim do século passado, em Boston, por Roxana Dabney. Trata-se dos três primeiros volumes (I Parte, única publicada) dos «Annals of the Dabney Family in the Azores» (Boston, 1899?) «for private circulation», de que se conhecem, segundo o Prof. Francis Millet Rogers — conforme indicação que nos deu — apenas oito exemplares.

Há neste «fabuloso» acervo um sem número de documentos importantes para a história política, económica, social, folclórica, etnográfica e até literária, etc., dos Açores. Disso mesmo nos pudemos aperceber por leitura durante dias — bem poucos para a extensão de 1 500 páginas de densa compilação — da monumental obra.

Graças à compreensão do Whaling Museum, de Nova Bedford, e seus director, Richard Kugler, e conservador, Philip Purrington, foi aberto caminho no sentido de ser possível fa-

cultar à cultura portuguesa o acesso prático dos materiais impressos nestes «Anais».

Aliás, na livraria do museu, existem muitas dezenas de obras que sendo embora espécies bibliográficas açorianas se encontram por registar nos Açores. É o caso dos «Anais», acerca dos quais deixámos nota em «Artes/Letras» que coordenamos em «Diário Insular», de Angra do Heroísmo (Abril de 1977).

Tendo a família Dabney saído dos Açores há um século e sendo alguns dos seus membros amadores de fotografia, foi possível obter — quer na América (Prof. F. M. Rogers) quer no Faial (Thiers de Lemos) — excelentes «provas» inéditas de iconografia fotográfica de trajos de várias ilhas da segunda metade do século passado.

Entre os Dabneys que escreveram sobre os Açores contam-se Roxana, France e Rose.

14) Moeurs, Usages et Costumes de tous les Peuples du Monde d'après Documents Authentiques.

15) V. nota 7).

16) «Anunciador da Terceira», Angra do Heroísmo, 1842 — n.ºs 5 e segs.

17) Idem.

18) «Almanaque Popular dos Açores», para 1872, Ponta Delgada, 1871.

19) «Materiais para o Estudo Antropológico do Povo Açoriano — Observações sobre o Povo Micaelense», Ponta Delgada, 1884.

20) «A Ilha de S. Jorge», Horta, 1906.

21) A Ilha Graciosa (...), Angra do Heroísmo, 1883.

21) História das Quatro Ilhas que formam o Distrito da Horta, Horta, 1871.

23) As Ilhas de S. Miguel e Terceira, Lisboa, 1898.

24) «Ilha de S. Jorge».

25) Album Açoriano, Lisboa, 1903/9.

26) N.º 93.

27) «Os Serões», VIII — Costumes Populares da Ilha Terceira», Lisboa, 1909 — p. 445-450.

- 28) Os Serões, IV, Lisboa, 1907 — n.º 21 (Março) p. 171-182.
- 29) Anais do Município da Horta, Famalicão, 1943 ; A Ilha do Faial, 1943 ; «Por causa de um Ramalhete», Lisboa, 1933.
- 30) Costumes Açorianos, Horta, 1937.
- 31) A Arte Popular em Portugal — Ilhas Adjacentes e Ultramar, IV vol. Lisboa, 1968.
- 32) Raças do Império, Porto, 1943.
- 33) Artigos dispersos pela Imprensa periódica e alguns avulsos para informação turística. Bibl. extensa em «Açores — do 25 de Abril até aos nossos dias», Lisboa, 1977.
- 34) A Ilha de S. Miguel, Ponta Delgada, 1936..
- 35) Ilha de S. Jorge — Subsídio para estudo da Etnografia, Linguagem e Folclore Regionais. Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira, n.º 19/20. Angra do Heroísmo, 1961-1962.
- 36) «Ilha Terceira — Estudo de Linguagem e Etnografia», dissertação de licenciatura em Filologia Romanica, Lisboa, 1965. Não publicada.
- 37) Webster .
- 38) Em trad. na «Insulana», por João Anglin, Ponta Delgada (convem consultar o original para contexto necessário em alguns termos especializados, ref. em al 5).
- 39) a 41) «A Winter in the Azores».
- 42) Album Micaelense, Ponta Delgada, 1869.
- 43) Notícia do Arquipélago dos Açores, Angra, 1869, com uma 2.ª edição.
- 44) Insetas no Arquivo dos Açores e publicadas também em P. Delgada, em 1885.
- 45) V. nota 13). Deve ter havido uma cópia na cidade da Horta. Mas não a pudemos localizar. Um dos oito ex. conhecidos foi, há meses, oferecido ao Whaling Museum, após diligências conjuntas do Prof. F. M. Rogers e de Richard Kugler.
- Creemos que se trata de um nono ex. o que consta dos «reservados» da secção de «Rare Books» da Biblioteca da Universidade da Califórnia (San Diego) e que compulsámos em Março de 1978.
- 46) Anais do Município da Horta, Famalicão, 1943.

- 47) Chorographia Açorica, Lisboa, 1821.
- 48) Ed. da Junta Geral do Funchal, Funchal, 1958.
- 49) História do Trajo em Portugal.
- 50) The Azores : Or Western Islands. A political commercial and geographical account (...) Walter Frederic Walker, Boston, 1886.
- 51) O Trajo Popular Terceirense, in «Açoriana», revista da Sociedade de Estudos Açorianos «Francisco Afonso Chaves», Angra do Heroísmo, 1939, vol. II-n.º 2.
- 52) Sobre Capas de Mulheres nos Açores, in Açoriana, IV, Angra do Heroísmo, 1949.
- 53) O Trajar do Povo, em «Vida e Arte do Povo Português», Lisboa, 1940.
- 54) Manual de Folclore, Luis de Hoyos Sainz e Nieves de Hoyos Sancho. Madrid, 1947.
- 55) Saudades da Terra, Livro VI, p. 67/68, Ponta Delgada, 1963.
- 56) Id. p. 216.
- 57) Id., p. 220.
- 58) «O Capote», in Boletim do Nucleo Cultural da Horta, vol. II, Horta, 1961, e «Sobre Capas de Mulheres» (Vidé nota 52)
- 59) Histoire de la Découverte des Îles Flamandes, Jule Mees. Gand, 1901.
- 60) «História Insulana» (...), Padre António Cordeiro, Lisboa, 1717 (1.ª edição) e 1856 (2.ª edição) p. 319.
- 61) Lisboa, 1940.
- 62) N.º 93, Lisboa, 1898.
- 63) «Vida e Arte do Povo Português», p. 7-13. Lisboa, 1940.
- 64) O Trajo Popular Terceirense, «Açoriana». (vidé nota 51).
- 65) Vida e Arte do Povo Português, (Luis Chaves). Lisboa, 1940.
- 66) Marcelino Lima — «Anais», Famalicão, 1943.
- 67) (vidé nota 15).
- 68) Sobre as Capas de Mulheres nos Açores (Açoriana,

IV — Angra do Heroísmo 1949) e O Capote (Boletim do Núcleo Cultural da Horta, vol. II, Horta, 1961).

69) Histoire de la Découvert de Îles Açores et de l'Origine de leur denomination d'Îles Flamandes, Jule Mees, Gand, 1901.

70) Um Inverno nos Açores, p. 48/49.

71) Londres, 1971 — Cardinal Edition, 1974.

72) Id.

73) Sobre as Capas de Mulheres dos Açores — In «Açoriana, Boletim da Sociedade de Estudos Açorianos Francisco Afonso Chaves». Angra do Heroísmo, 1949.

74) O Capote (vid. nota 58).

75) Um Inverno nos Açores, p. 35.

76) Almanaque Popular dos Açores, para 1872, Ponta Delgada, 1871, ps. 29/32.

77) Walker.

78) «O Trajo Popular Terceirense», p. 99.

79) Mês de Sonho, José Leite de Vasconcelos, Lisboa, 1926.

80) «The Azores : or Western Islands».

81) «Le Périphe des Îles Atlantides — Madère, Açores, Canaries», Paris, 1966.

82) «Ilhas Desconhecidas», Lisboa, 1926.

83) Diário Insular, n.º 388, de 13.VI.1947.

B) GERAL E ESPECIAL

— A geral e específica dos Açores (incluindo, com a sigla B.A.E.P., a que se comporta na Bibliografia Analítica de Etnografia Portuguesa, de Benjamim Enes Pereira) :

— ABRANCHES, Joaquim Candido — Album Micaelense (AM), Ponta Delgada, 1899, figs.

— Costumes populares micaelenses, in Album Açoriano (AA), Lisboa, 1903/09, pg 87/88, figs.

— AFONSO, João — Defesa do Património Tradicional dos Açores — As Festas do Espírito Santo e Excelência da Tradicionalidade — Atlantida, vol. XIII, pg. 30-59. Angra do Heroísmo, 1969.

— AFONSO, João — Um vocabulário relativo ao Trajo

Açoriano e seu Enriquecimento por Buscas no Vocabulário de Bluteau — In «Artes e Letras» de «Diário Insular», n.º 8985, 30.IV.76).

— AFONSO, João — Etnografia Açoriana — Escassa a iconografia da Antiga Vestuária Popular — In «Artes e Letras» de «Diário Insular», n.º 9221, de 18.II.77).

— ALBERGARIA DE SOUSA, João Soares de — Corografia Açorica, Lisboa, 1822. (Há uma edição em facsimile, de Ponta Delgada, 1977).

— ALBUM AÇORIANO — Lisboa, 1903/1909.

— ALBUM DE COSTUMES PORTUGUESES, Lisboa, 1888, (Ed. David Corazzi).

— ALMANAQUE AÇORES, Angra do Heroísmo, 1904 a 1956 (41 vols).

— ALMANAQUE POPULAR DOS AÇORES (para 1872), Ponta Delgada, 1871.

— ALMEIDA, Gabriel de — Fastos Açorianos, Lisboa, 1889.

— ANGLIN, João H — «Um Verão nos Açores». Vid. BULLAR, Joseph. Trad. c/ Figs. (Trajos, usos e costumes) n.º 197 de BAEP.

— ANTHONY, Pegant ; ARNOLD, Janet — A General Bibliography. Londres, 1968.

— ASHE, Thomas — History of the Azores, Londres, 1813 (para situação histórica).

— ATAIDE, Luis Bernardo L. d' — Etnografia Artística — São Miguel (Açores). Ponta Delgada, 1918, 181 pg. 57 figs. (Capote e capelo — trajos das folias) — N.º 743 de BAEP.

— Trechos da Vida Rustica Regional. Ponta Delgada, 1948.

— As secções de Arte e Etnografia do Museu de Ponta Delgada. P. Delgada, 1944.

— Etnografia, Arte e Vida Antiga dos Açores. Coimbra, 1973 e segs.

— AVELAR, (José Candido da) Silveira — «A Ilha de S. Jorge», Horta, 1906.

— AZEVEDO, Maximiliano de — Histórias das Ilhas, Lisboa, 1899.

— AZEVEDO, Pedro A d' — Sobre o uso do bioco. A Tra-

dição, V, Serpa, 1903, pag. 55-57. (O **bioco** e da génese deste)

— BAKER, C. Alice — Um Verão nos Açores e a Madeira de relance, in Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira, vol. XVII, Angra do Heroísmo, 1959 (excerptos de «A Summer in the Azores with a glimpse of Madeira», Boston) — N.º 89 de BAEP.

— BASTO, Cláudio — Costume regional português. Porto, 1938, 12 pag. (capas, chapéus, capuchos e bioco).

— BASTO, Cláudio — «Traje à Vianesa», Gaia 1931.

— BENJAMIN, S. G. W. — Atlantic Islands as Resorts of Health and Pleasure, New York, 1878.

— BORBA, Maria Alice — «Ilha Terceira. Estudo da Linguagem e Etnografia», Lisboa, 1965. Por publicar (A editar em Angra do Heroísmo, no B. I. H. I. T.).

— BOUCHER, François — Histoire du Costume en Occident de l' Antiquité à nos jours. Paris, 1965.

— BRAGA, Teófilo — O povo Português nos seus costumes e tradições. I, Lisboa, 1885, 416 p. Cap. V (Mandil, barrete, mantilha, etc.). N.º 3 de BAEP.

— BRANDÃO, Raul — As Ilhas Desconhecidas, Lisboa, 1926.

— BUESCO, Maria Leonor Carvalhão — Monsanto — Etnografia e Linguagem, Lisboa, 1961, 388 pgs. 18 figs. (Trajo feminino) n.º 207 de BAEP (Trata-se de Monsanto da Beira, onde há peças de vestuário feminino semelhantes às dos Açores, Ilha Terceira).

— BULLAR, Joseph e Henry — «A Winter in the Azores ; and a Summer at the Baths of the Furnas», Londres, 1841 (Vi-dé : ANGLIN) — In BAEP (gravs).

— CANTO, Ernesto do — Biblioteca Açoriana, Ponta Delgada, 1890 e 1900 (2 vols.).

— CEPA, Manuel Martins — Monografia de S. Bartolomeu do Mar. Braga, 1944. 178 pgs. (Descrição do vest. da região). N.º 211 de BAEP.

— CHAVES, Luis — A aldeia mais portuguesa de Portugal, Revista Ocidente, II, Lisboa, 1938, pgs. 415-437. (Trata-se de Monsanto, onde se usa o manto).

— CHAVES, Luis — A Beira, Lisboa, 1939, 42 pgs., 7 figs. (Trajo) n.º 92 de BAEP.

— CHAVES, Luís — Etnografia estremenha — O lenço da cabeça. Estremaduras, Boletim da Junta de Provincia, 4, Lisboa, 1943, pgs. 407-413, 3 figs. ...

— CHAVES, Luís — Notas Etnográficas — O Trajo Regional. Brotéria, XXI, Lisboa, 1935, pgs. 190-198.

— CHAVES, Luís — Um tipo de resguardo corporal: A «carapuça» serrana, cobertura de cabeça e tronco — Las Ciencias, XVIII, 4, Madrid, 1953, pgs. 799-809.

— CHAVES, Luís — O Trajar do povo. Vida e Arte do Povo Português (VAPP) Porto, 1940, pgs. 7-19.

— CONCEIÇÃO, A. Santos — Soure. Coimbra, 1942, p. 314. (Descrição do T. regional) n.º 213 de BAEP.

— CORDEIRO, Padre António — História Insulana, Lisboa, 1717 (Há uma edição oitocentista, de «Panorama», esta em 2 vols.) (para sit. histórica).

— CORREIA, A. A. Mendes — Raças do Império, Porto, 1943.

— CORREIA, J. Diogo — Apontamentos para a monografia de Malpica do Tejo. Lisboa, 1953, p. 128. (Descrição dos Trajos característicos) — n.º 216 de BAEP.

— COSTA, Felix José — Artigos temáticos do vestuário no Almanaque Popular dos Açores, Ponta Delgada, 1872.

— COSTA, Felix José — «Angra do Heroísmo». Angra do Heroísmo, 1867.

— COSTA, Felix José da — Memória Estatística e Histórica da Ilha Graciosa, Angra do Heroísmo, 1845.

— COSTA, Francisco Carreiro da — As antigas carapuças, Insulana (RI), Ponta Delgada, 1949, pgs. 149-150.

— COSTA, Francisco Carreiro da — Etnografia da Cidade. Insulana (RI), P. Delgada, 1946.

— COSTA, Francisco Carreiro da — O Trajo feminino nos Açores. Viagem. Revista de Turismo, Divulgação e Cultura (VRTDC), 87, 1948, 2 figs. (Capote, de S. Miguel, e Manto, da Terceira).

— (COSTA, Francisco Carreiro da) — Artigos sobre vest. distribuídos em ed. mimeografada pela C. R. de Turismo das Ilhas de S. Miguel e Santa Maria.

— COSTA, Maria de Lurdes de Oliveira Monteiro dos Santos — Porto Santo — Monografia linguística, etnográfica e folclórica, Revista Portuguesa de Filologia. (Descrição do Traje regional) — n.º 218 de BAEP.

— COTTAZ, Maurice — Encyclopédie du Costume, des Peuples de l'Antiquité à nos Jours ainsi que les Costumes Nationaux et Régionaux dans le Monde. Paris, 1855.

— CUNHA, Fernanda de Matos — Notas etnográficas sobre Barcelos. Porto, 1932, 144 pgs. 47 fgs. (Desc. do vest.) — n.º 221 de BAEP.

— (DABNEY, Roxana) — Annals of the Dabney Family in the Azores, Boston, 1899 (?), 3 vols.

— DACIANO, Bertino e Guimarães, R. S. — Cinfães (Subsídios para uma monografia do concelho). Porto, 1954, 268 ps., 38 fgs. (Trajo) — n.º 223 de BAEP.

— DIAS Jaime Lopes — Etnografia da Beira, Lisboa, 1941 e sgts.

— DIAS, Jorge — Rio de Onor — Comunitarismo agro-pastoril. Porto, 1953; 610 pgs. 123 fgs. Especial atenção a : Vestuário ; a lã ; utensílios correlativos ; Teares e aparelhos auxiliares (Para história comparada) n.º 144 de BAEP.

— DIAS, Jorge — Vilarinho da Furna, uma aldeia comunitária. Porto, 1948, 274 pg. 59 fig. Especial atenção a : O vestuário (Para história comparada) — N.º 142 de BAEP.

— DIAS, Urbano Mendonça — «A Vila» (jornal de Vila Franca do Campo).

— DIONISIO, Manuel — Costumes Açorianos, (CA), Horta, 1937.

— DRUMOND, Francisco Ferreira — Anais da Ilha Terceira, Angra do Heroísmo, 1859.

— DRUMOND, Luis Ferreira Machado — O Tear Caseiro. In Almanaque Açores de 1956 e sgts.

— ENES, Mons. Inocêncio — Foliões. In Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira, vol. VI, Angra, 1948.

— EXPOSIÇÃO de Litografias, Postais e Fotografias de Costumes Populares do Século XIX. Museu de Ovar — Julho/Octubre 1978 (Catálogo mimeografado, com reproduções apostas).

Algumas espécies açorianas pouco conhecidas fazem parte desta publicação).

— FIGUEIREDO, Jaime de — A Ilha de Gonçalo Velho, Lisboa, 1954, com figs.

— FONSECA, Faustino da — Costumes da Ilha Terceira — O Manto. Os Serões, VIII, Lisboa, 1909 (figs.).

— FOUQUÉ, F — «Voyages Géologiques aux Açores», in Revue des Deux Mondes, Paris, 1873, com trad. em «O Cultivador», P. Delgada 1873 e segs.

— FREITAS Maria Constança Muria de — Palavras e expressões sobre vestuário no Cancioneiro Geral de Garcia de Resende. Boletim de Filologia, VIII, Lisboa, 1947, pg. 67-120 ; IX, Lisboa, 1948,, pg. 12-149.

— FRUTUOSO, Gaspar — Saudades da Terra. Ed. de Funchal, Ponta Delgada e La Laguna (O Livro VI é de P. Delgada, 1963).

— FURTADO, F. Arruda — Materiais para o Estudo Antropológico do Povo Açoriano — Observações sobre o Povo Micaelense», Ponta Delgada, 1884.

— GARCIA, José Martins — A Fome, Lisboa, 1977.

— GIESE, Wilhelm — Sobre as capas de mulheres nos Açores, Açoreana (RAç), IV. Angra do Heroísmo, 1949, pg. 302-310

— GIESE, Wilhelm — O Capote, in Boletim do Nucleo Cultural da Horta (BNCA), Vol. II, Horta, 1961.

— GIESE, Wilhelm — Os Capotes das Mulheres Açorianas. Actas do Congresso Internacional de Etnografia promovido pela Câmara Municipal de Santo Tirso de 10 a 18 de Julho de 1963. Vol. IV — Colóquio de Etnografia Comparada. Pgs. 335-340. Lisboa s. d. Ed. Junta de Investigações do Ultramar.

— GOMES, Maria Luisa Ataíde Costa e MATOS, Ligia Maria da Câmara de Almeida — Traços regionais e danças populares da ilha de S. Miguel. Ponta Delgada, 1955, 60 pg. (Insero em «Insulana», boletim do Instituto Cultural de Ponta Delgada, sendo atribuida às autoras a reconstituição do traço micaelense de há cem anos).

— GUEDES, Armando Marques — A Ilha de S. Miguel — Notas sobre a geografia, a economia e etnografia micaelenses. Lisboa, 1938, 64 pg. 17 figs. (os socos e andar descalço) N.º 347 de BAEP.

— HIGGINSON, Thomas Wentworth — «Fayal and the Portuguese» (FP), em «Atlantic Essays», Boston, 1871.

— HODGES, G. Lloyd — Narrative of the Expedition to Portugal in 1832, Londres, 1834 (para situação histórica).

— HOYOS SANCHO, Nieves de — Los Trajes de Zamora y Miranda de Duero. In «Actas do 1.º Congresso de Etnografia e Folclore», Lisboa, 1963, 3 vols, II pg. 51-64 (Para história comparada).

— KRUGER, Fritz — Der Beitrag Portugal zur europaisches Volkskunde, Congresso do Mundo Português (CMP), T. II, XVIII, Lisboa, 1940, pg. 296-351. (Trajo). N.º 52 de BAEP.

— LIMA, Henrique Campos Ferreira — Costumes Portugueses (Ensaio Bibliográfico), Lisboa.

— LIMA, Marcelino — Anais do Município da Horta, Vila Nova de Famalicão 1943 (Há uma edição em fotolito, de Fall River ?, 1976 ?).

— LIMA, Marcelino — Por causa de um Ramalhete, Lisboa, 1933.

— LINKLATER, Eric — The Voyage of the Challenger (VC) Londres, 1947 (em Cardinal Ed.) (grav capote faialense, p. 36).

— LUGARESTI, Lina Mondini — «Le Costume c'est l'homme». In Actes du 1er Congrès International d'Histoire du Costume, p. 245 e segs.; Veneza, 1952.

— MACEDO, António Silveira — História das Quatro Ilhas que formam o Distrito da Horta, Horta, 1871.

— (MACHADO, João L. Saavedra) — Catálogo do Museu Etnográfico e Arqueológico do Dr. Joaquim Manso. Nazaré, 1976.

— MADAHIL, António Gomes da Rocha — Alguns aspectos do traço popular na Beira Litoral, Coimbra, 1941.

—MADAHIL, António Gomes da Rocha — Trajos e costumes populares portugueses do século XIX, em Litografias de Joubert, Macphail e Palhares, Lisboa, 1968.

— MARTA, Cardoso, MULLER, Adolfo Simões e VIANA, Salles — Monsanto, Lisboa, 1947, 64 pg. 45 fls. (trajos) — N.º 257 de BAEP.

— MATOS, Armando de — Considerações sobre o Traço regional — in «Douro Litoral», III série, VIII, Porto, 1949.

— MATOS, Lúcia Maria da Câmara de Almeida — Ilha de S. Miguel, Ponta Delgada, s. d. (1936).

— MATOS, Lúcia Maria da Câmara de Almeida (com Maria Luísa Ataíde Costa Gomes) — Traços regionais e danças populares da ilha de S. Miguel. Ponta Delgada, 1955, 60 pg.

— MEIRELES, Cecília — Panorama folclórico dos Açores, especialmente da ilha de S. Miguel. RI, XI. Ponta Delgada, 1955, pg. 1-112 (A poetisa, que conhecemos no Rio de Janeiro, foi interprete do folclore e autora no género) (Traje) n.º 358 de BAEP.

— MENDES, (Manuel) Vieira — Vestiária Açoriana — O Manto e o capelo in Album Açoriano, Lisboa, 1903, pg. 326-327, 3 figs.

— MENDONÇA, Elsa Brunilde Lemos de — Ilha de S. Jorge. Subsídio para o estudo da Etnografia, Linguagem e Folclore Regionais, in Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira, vol. 19/20 ; 5/340 pgs. + grav. Angra do Heroísmo, 1961-62 (vest. e figs.).

— MONIZ, António — Uma Festa do Espírito Santo, in «O Anunciador da Terceira», Angra do Heroísmo, 1842, n.ºs 5 e segs. Reproduzido em «A Semana», Angra do Heroísmo, 1901.

— MONIZ, António Borges Canto — «A Ilha Graciosa», Angra do Heroísmo, 1883.

— MOURINHO, Padre António — Traços populares portugueses, in Mensário das Casas do Povo, IV, 45, Lisboa, 1950.

— NARCISO, Armando — Ensaio sobre geografia humana dos Açores, Coimbra 1939.

— NOGUEIRA, J. V. Paula — As Ilhas de S. Miguel e Terceira, Lisboa, 1894, 192 pg. 20 figs. (Traço Popular) — n.º 1544 de BAEP.

— NEVINSON, J. L. — «L' origine de la gravure de Modes». In Actes du Ier Congrès International d' Histoire du Costume», 202 e segs. Veneza, 1952.

— PEIXOTO, Rocha — O Traje serrano (Norte de Portugal), Portugalia, vol. 2, Porto, 1908, pg. 360-389, 55 figs.

— PEREIRA, Benjamim Enes — *Bibliografia Analítica de Etnografia Portuguesa (BAEP)*, Lisboa, 1965, 672 p. (Cap. XV, pg. 608-620, em 1. Trajo popular). É Esp. Aç.

— PEREIRA, Eduardo C. N. — *Ilhas de Zargo, II* (2.^a ed.), Funchal, 1957, 784 pg. 370 figs. (Trajo regional, origem continental destes) — n.º 277 de BAEP.

— PEREIRA, Con. José Augusto — *Indumentária dos Clérigos*, art. in *Insulana*, V, p. 243/51 — P. Delgada, 1949.

— PIMENTEL, Alberto — «Galeria dos Trajos Nacionais», série de artigos em «Branco e Negro», Lisboa, 1896 (Os Bicos — n.º 93).

— PIRES, António Manuel Bettencourt Machado — *A Pastorícia dos Bovinos na Ilha Terceira (Subsídios para um estudo sociolinguístico e sócio-literário)*, in *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vols. XXIX a XXXIII, pg. 233-398. Angra do Heroísmo, 1977. (Ref. a vest.) figs.

— PIZETZKY, Rosita Levy — «La couleurs dans l'habillement italien». In *Actes du 1er Congrès International d' Histoire du Costume*, p. 150 e segs. Veneza, 1952.

— POST, Paul — *La Naissance du Costume Masculin Moderne au XIVe Siècle*. In *Actes du 1er Congrès International d' Histoire du Costume* ; p. 28 e segs. Veneza, 1952.

— Ramos, Acúrcio Garcia — *Notícia do Arquipélago dos Açores*, Angra do Heroísmo, 1869, c/ uma 2.^a edição.

— REBELO, Ernesto — *Notas Açorianas*, Ponta Delgada, 1885 e in «Arquivo dos Açores» vols. VII a IX.

— REIS, Luis da Câmara — *Ilha Terceira Pitoresca*, in «Serões», vol. IV, n.º 21 Lisboa, 1907.

— REVISTA MICAELENSE, ano 2 n.º 1 — P. Delgada, 1919.

— RIBEIRO, Luis da Silva — «Angra há 50 anos — XVII («Como se vestiam)», in «Diário Insular» Angra do Heroísmo, 1947.

— RIBEIRO, Luis da Silva — *Formação histórica do povo dos Açores — subsidios para o seu estudo. Açoriana, II*, Angra do Heroísmo, 1941, pg. 195-218. (A tese da influência celto-francesa, duvidosa) n.º 179 BAEP.

— RIBEIRO, Luis da Silva — As Galochas, in «Portucale» n.º 69, Porto, 1939.

— RIBEIRO, Luis da Silva — Industrias Terceirenses de carácter artístico e sua valorização (Inquérito), Angra do Heroísmo, 1955 (Sep. do B.I.H.T.).

— RIBEIRO, Luis da Silva — «A pretendida influência nórdica no povo micaelense», in Correio dos Açores, Ponta Delgada, n.º 4278, de 17.II.1935.

— RIBEIRO, Luis da Silva — Subsídios para um Ensaio sobre a Açorianidade. Com informação preambular, Notas e Bibliografia, por João AFONSO — Angra do Heroísmo, 1964.

— RIBEIRO, Luis da Silva — O Traje popular terceirense. In revista «Açores», Ponta Delgada.

— RIBEIRO, Luis da Silva — O traje popular terceirense. Açoriana (RAç), II, Angra do Heroísmo, 1939, pg. 98-106.

— RODRIGUES, Armando Cortes — A Arte Popular em Portugal, Ed. Verbo, vol. IV, «Ilhas Adjacentes e Ultramar» — Lisboa, 1968.

— S/A — Capote e Capelo — Album Açoriano (AA), Lisboa, 1903/09, p. 301, 1 fig.

— SAMPAIO, Alfredo da Silva — Memória sobre a Ilha Terceira, Angra do Heroísmo, 1904.

— SANTOS, Carlos (Maria) — Trajo Regional da Madeira, Funchal, 1952.

— SEQUEIRA, Gustavo de Matos — História de traje de Portugal, Porto, s/d (193?).

— SERPA, António Ferreira de — Açores e Madeira, Lisboa, 1929.

— SILVA, M. Emídio da — S. Miguel em 1893 — Cousas e Pessoas, Lisboa, 1894.

— SILVEIRA, Manuel de Arriaga Brum da — «Memória (...) sobre as Ilhas do Faial e Pico», Lisboa, 1821.

— SILVEIRA, Pedro da — Anotações ao mais antigo glosário de açorianismos, Coimbra, 1963.

— SILVEIRA, Pedro da — José Leite de Vasconcelos nas Ilhas de Baixo, Lisboa, 1959, (Carapuças «dos corvinos»).

— SOUSA, Alberto — O traje popular em Portugal nos séculos XVI e XVII. S. d. 80 pg. N.º 3651 de BAEP.

— SOUSA, Alberto — O traje popular em Portugal nos séculos XVIII e XIX, Lisboa, 1924, 252 pg. N.º3652 de BAEP.

— SOTTO-MAYOR, Felix José da Costa — Almanaque Popular dos Açores (APA), para 1872, pg. 29-30.

— TERMINA e CONCETTO DI COSTUME. II Convegno-laboratório. Brescia, 1957.

— TRAJO (O) CIVIL EM PORTUGAL. Exposição organizada pela Direcção-Geral dos Assuntos Culturais no Museu Nacional de Arte Antiga. Lisboa, 1974.

— V(ASCONCELOS), J. L(eite) de — Bioco, in O Arqueólogo Português (AP), XXIII Lisboa, 1918, pg. 378-379, 2 figs. (comp. c/ biocos marroquinos) N.º 3654 de BAEP.

— VASCONCELOS, J. Leite de — Boletim de Etnografia. Publicação do Museu Etnológico Português, Lisboa, 1920.

— VASCONCELOS, J. Leite — De Terra em Terra, vol. II.

— VASCONCELOS, J. Leite de — Ensaio Etnográfico, II, Esposende, 1903, 389 p. (trajo da Beira Alta). N.º 66 de BAEP.

— VASCONCELOS, J. Leite de — Ensaio Etnográfico, IV, Lisboa, 1910 ; 515 p. (Trajo, Evora) n.º 68 de BAEP.

— VASCONCELOS, J. Leite de — Mês de Sonho — Conspecto de etnografia açórica. Lisboa, 1926, 318 pg. 33 figs. (Trajo : carapuça, tamancos, alparcas, capote e capelo, manto, galochas, etc.) n.º 405 de BAEP.

— VASCONCELOS, J. Leite de — Vocabulário relativo ao Trajo açoriano — Etnografia Portuguesa, vol. VI, Lisboa, 1975.

— VELEDA, Maria — O Bioco, A Tradição, III, Serpa, 1901, N.º 3661 de BAEP.

— WAHLEN, Auguste (Ed) — Moeurs, Usages et Costumes de tous les Peuples du Monde, d'après des Documents Authentiques», Bruxelas, 1844.

— WALKER, Walter Frederic — The Azores : Or Western Islands. A political, commercial and geographical account», Londres, 1886.

— WEBTER, John White — A Description of the island of St. Michael, comprising an account of geological struture, Boston, 1821.

—YEDINA, Leopoldo — «San Miguel». Trad. de João Anglin, in *Insulana*, VIII, p. 389.

CONCLUSÕES

Dos múltiplos elementos que, arrumada e criticamente, aí ficam podem elaborar-se, em alinhamentos que propomos a exame de etnógrafos e etnólogos — algumas conclusões cujos termos, aliás, coincidem com os resultados obtidos pelos observadores do fenómeno do traje noutras regiões.

Assim :

1) — Os trajos em todas as ilhas dos Açores e em cada uma delas descendem do traje português e o que explica e situa este também explica e situa o traje açoriano. A génese portuguesa não sofre, pelo que ficou dito, quaisquer dúvidas e quanto à hipótese flamenga (suposta influência) não se pôde avançar para além do que assinala Wilhelm Giese ;

2) — O isolamento dos Açores em geral e de umas ilhas em relação às outras preservou com prolongada demora os tipos estáveis do traje ; a evolução e, por fim, o desaparecimento de peças características estão correlacionados com o decréscimo precipitado do número de teares e com o crescimento envolvente do comércio importador de fazendas designadamente em resultado das exportações no século passado da fruta de espinho para o estrangeiro (atente-se no número de teares de há século e meio que deixámos apontado);

3) — O «caso» açoriano — que não assume, aliás, qualquer especificidade estrutural — coloca-se adequada e perfeitamente nas linhas demarcadas por Rocha Peixoto em relação a «O Traje Serrano» (Porto, 1906), cujo teor elucida a situação do traje insular açoriano («A substituição dos antigos processos de fição e tecelagem, agora mais expeditos e incomparavelmente produtivos, as facilidades de viação e de transportes, a superprodução e a concorrência, o derivado embaraçamento do artefacto e, de algum modo, as alterações do velho regime social, destruíram o individualismo das modas regionais, mesmo nos povos, como os serranos (aqui se poderá falar em insulanos), onde o prestígio do vestuário tradicional mais resistia ao influxo alheio»);

4) — O contacto, cada vez mais intenso, das populações açorianas residentes no arquipélago com os núcleos seus fami-

lires trasladados para as Américas precipitou a **modificação** no uso da indumentária local que foi sendo preenchida por peças americanas eminentemente práticas, cujas designações se aportuguesaram por via sónica (alvarozes, alvacotes, injarobas, etc.);

5) — Se assim sucedeu, como sucedeu com efeito, em relação às populações rurais, já quanto à moda, penetrou ela por via culta, e por imitação, através das três cidades e por intermédio dos elementos de sociedade que estavam em contacto com a capital e com cidades europeias principais. No século XVIII e princípios do século XIX a presença «dourada» do Capitão General em Angra, por onde, de resto, havia estacionado o vultoso «acompanhamento» de D. Afonso VI, no séc. XVII, terá influenciado o traje culto angrense. Na Horta, a presença relativamente prolongada das esposas dos capitães de navios baleeiros (algumas delas de reconhecida distinção) terá causado também o seu impacto no século XIX, durante o qual a família Dabney deu o timbre da elegância. Em S. Miguel — assim é sabido — morgados e uma burguesia bem alicerçada vestiam-se por vezes a rigor e quase sempre com peças importadas ou de fatos de boas fazendas encomendadas. O baile de gala em Ponta Delgada quando da passagem de D. Pedro IV foi descrito por Hodges com tais referências que o momento respectivo fixa o ápice de uma situação em crista económica alta.

6) — O traje feminino «esquisito» tornou-se objecto de «perseguição» por ridicularização sistemática. Assim é que o «capote e capelo» sofre, da maior parte dos autores das monografias açorianas, duros ataques desferidos sem piedade, aparentemente por considerações de ordem estética. Dir-se-ia um «movimento» em cadeia que se prolonga desde o último quartel do século passado e vai até há 50 anos quando o magistrado João Leitão da Silva escreve que «o tão curioso como inestético **capote e capelo** (está) rareando de dia para dia (1927), conforme publicou o Almanaque Açores para 1931, p. 119.

7) — A consciência folclórica e etnográfica começou a esboçar-se nos Açores com o estudo do dr. António Moniz Corte-Real em o «Anunciador da Terceira» numa data (1842) coeva da primitiva perspectivação folclórica europeia. Cabe, já no último quartel do século XIX, a outro açoriano, Francisco Arruda Furtado, o primeiro estudo científico de antropologia

em Portugal e já nele aflora um esboço de antropologia cultural.

8) — As fronteiras do vestuário em geral e do traje regional em particular não são definidas rigorosamente, havendo factores individuais e outros de circunstâncias que se tem de ter presentes para a obtenção de resposta quanto à especificidade dos diversos tipos de peças ;

9) — Que futuro par o traje regional ? Ficará confinado as vitrinas de museu ou à exibição de ordem cultural de âmbito mais largo que o museológico ?

O conhecimento aprofundado das razões do passado levará à estima das coisas como expressão da necessidade da variação face à atitude resultante da massificação e da sociedade de consumo.

O valor regional assumirá o lugar do bom gosto e da nobilitação da personalidade. Ver-se-á lucidamente o enriquecimento da pessoa humana que se aproximar com naturalidade da selecção e eleição dos valores efectivos em liberdade e sem constrangimento.

Será o regresso ao colorido natural da vida com o mundo recuperado para os limites do homem desafectado das imposições abusivas das sociedades dominadas pela tecnologia e pela cibernética.

Vestir ou será sempre uma acção de personalidade ou o homem terá perdido carácter se o fizer por um só padrão, por uma só máquina de talhar, por uma «científica» moda em que nada de individual lhe possa garantir um toque de propriedade pessoal.

DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA

(...) E dos calções de estamemha às calças compridas dos homens ; das saias de lã fiada e tecida pelas mulheres, em casa, a rezar a coroa ; do seu capote e capelo de feição reinol e moirisca, das toucas de tradição flamenga às modas importadas do Reino e da América, por último — a vida social dos Açores foi-se traduzindo em luta de paciência, de vontade e de eficaz adaptação. Luta com a terra, com o mar, com o vento, com os vulcões, com os piratas e até de vizinhos uns com outros (...)



1.

«São mulheres activas e despertadas» (Corvo)
«As Ilhas Desconhecidas», p. 40
1926



2.

3.

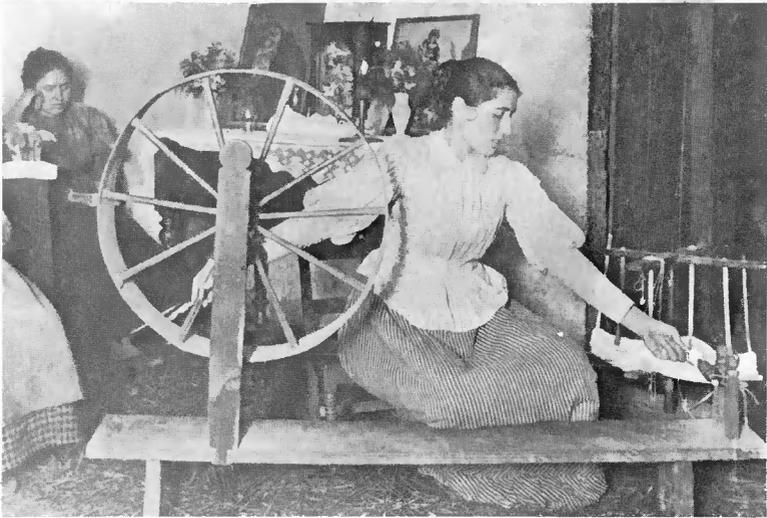


4.

Não é o superficial pitoresco que apreciamos nas terras mais ou menos apartadas, e que se resolve numa ou duas peças do traje e em não sei que mais de ambiente

«Corsário das Ilhas», p. 107

(1956)



- 5.
- 6.



*Festa do Espírito Santo-Procissão dos rosquilhas
Magdalena-Pico Flores.*



*Festa do Espírito Santo-
)*



9.
10.



11.
12.



13.

...incansável trabalho de amanho a terra, plantar árvores,
criar flores e frutos com tanto esmero e amor. (S Miguel)
«Descobrimo Ilhas Descobertas», p. 385

1946

Gente briosa e leal que da sua terra sabe fazer o primeiro
e o último dos seus amores. (Terceira)

«Descobrimo Ilhas Descobertas», p. 368

1946



14.

Há mais de cinquenta anos que faz a escala do Pico, sempre em mangas de camisa e com o peito à mostra, tanto de verão como de inverno. E tem oitenta. (Pico)

«As Ilhas Desconhecidas», p. 190

1926



15.
16.



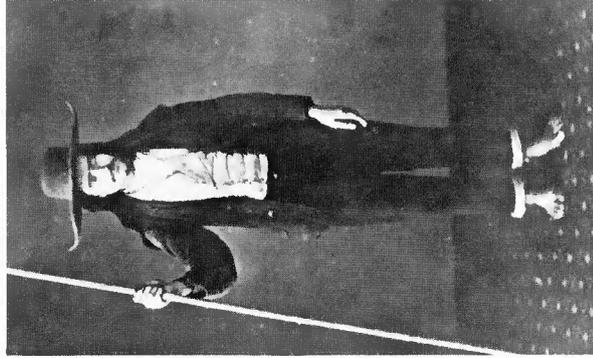


19.

E quem sabe se a alma daquela gente de honra e de nervo
não foi feita do raio que abrasa os preguiçosos e os
estanho. (S. Jorge)
«Corsário da Ilhas», p. 71
1956



20. 21. 22.
23. 24. 25.

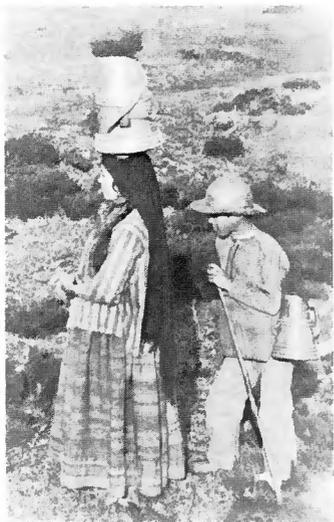


26. 27.
28. 29.





32.
33.



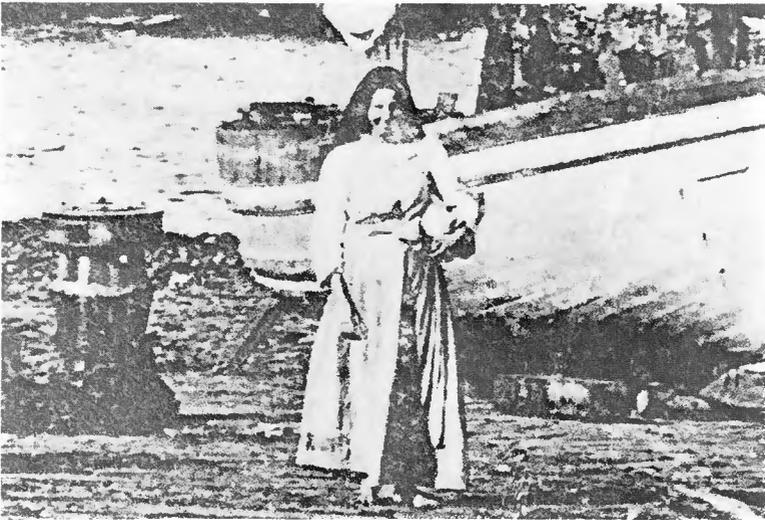
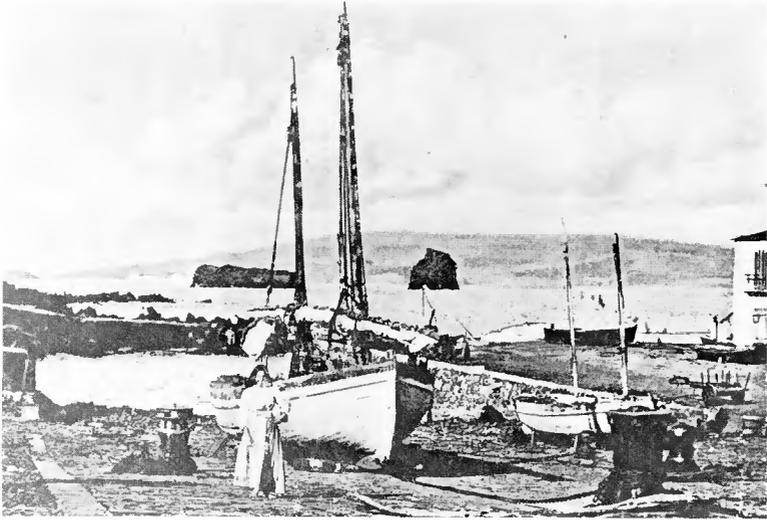
34. 35.
36.



37.
38.



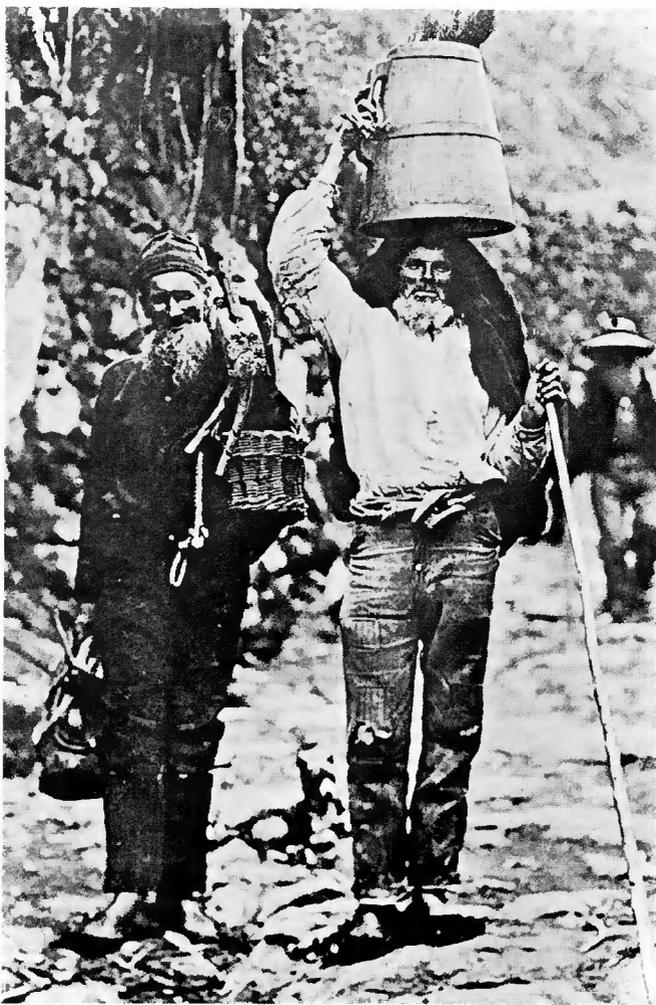
39.
40.



41.
42.



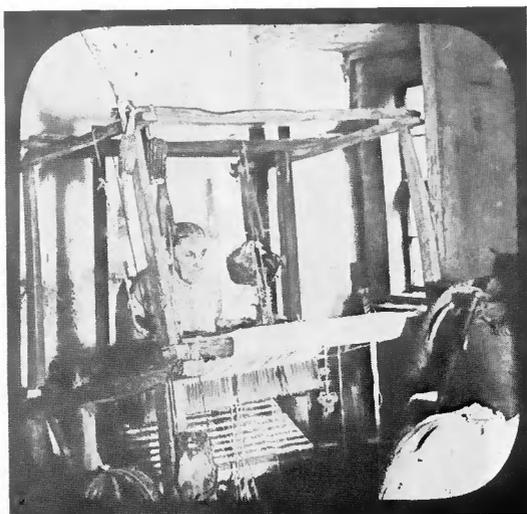
43.
44. 45.



46.

As coisas mais duras di-las com a mesma cara de
estanho. (S. Jorge)

«As Ilhas Desconhecidas», p. 184
1926



47.

48.



49.

50.

AS LEGENDAS DA DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA

A partir de diversas colecções localizadas quer em Portugal (Açores) quer junto de comunidades açorianas na Nova Inglaterra, foi a documentação aqui reproduzida o resultado de uma selecção entre centenas de elementos fotográficos, designadamente «clichés» em chapa de vidro e postais, quase todos de datas que vão de c. 1880 a 1909.

Procura-se com esta documentação «ilustrar» visualmente as especificações constantes das ementas que, em variedade, se estendem pelas partes 4 e 8 do presente ensaio, proporcionando-se assim o ensejo de esclarecimentos que os «figurinos» das fotografias directamente facultam.

A existência de rigorosas peças desenhadas do traje popular feminino e masculino da ilha Terceira compreendidas no estudo do dr. Luis Ribeiro (desenhos de Maduro Dias) não exigiu a reprodução de fotografias da indumentária terceirense (exc. feita à fotografia n.º 17 que se evidencia como elemento precioso até por nele se reunir lado a lado o manto clássico e o capote). Assim, o interessado só vantagem usufrirá consultando o estudo de L. R. (Açoriana, 2 : 2, Angra do Heroísmo, 1939)

Facilitaram os pretendidos objectivos deste caderno (por ordem de cedência) : Prof. Francis Millet Rogers, da Universidade de Harvard ; Thiers de Lemos (Açores) ; D. Maria Goulart (Açores) ; Ermelindo Machado Avila (Açores) ; os fotógrafos técnicos de laboratório Paulo Lobão (Açores), João Soares Avila (Açores), Perestrelas Photographos (Madeira) e Ferranti-Dege (de Cambridge) ; os impressores gráficos Manuel A. Pacheco (Lisboa) ; assim também o Gabinete Técnico da Secre-

taria Regional dos Transportes e Turismo e o Presidente da Comissão Regional de Turismo (Horta). Foram ainda consultadas as colecções de Joel Avila (Nova Inglaterra) e de D. Maria Isabel de Barcelos Coelho Borges (Museu de Angra do Heroísmo).

LEGENDAS

1. Ilha do Pico. Foto actual (fins dos anos 60, de Jacques Guillard, publicada em «Atlas» — A la découverte du monde», n.º 36). Camponesa em roupa de trabalho rústico e «de andar por casa». Saia de estamena. Avental e lenço da mesma fazenda, algodão, importada. Meias de lã branca, fabrico caseiro e sandálias de couro com revira à frente e lados de fóra, para protecção dos dedos. No chão: tapete de tear doméstico.

O tipo humano é especialmente realçado na mencionada revista, aliás do mesmo modo o camponês da f. n.º 14 do citado autor (texto de Michel Guillard).

2. Ilha de S. Jorge. Foto em chapa de vidro, fim do séc. XIX. Col. Goulart. Grupo de quatro figuras: Camponês, calça e casaco de pano da terra, carapuça de rabuço; calçado; leva sachó e foicinho; Mulher e rapariga com pote à cabeça sobre rodilha, tendo aquela, sobre a saia com barra ao viés, um avental; gasalho (abafo). Sobre cotão — talvez um mantelete ou romeira dificilmente caracterizáveis — que se cruza sobre o peito e é atirado para as costas. A mocinha vai descalça e aquela mulher usa taroicas. A mulher à direita, de saia e xaile franjado, leva lenço.

3. Ilha do Faial. Fim do séc. XIX. Col. Goulart. Mulher de saia e cotão, a mover a atafona de mão, que está junto ao talhão da água. Pequeno balaio para recolha da farinha.

4. Ilha do Faial (?). Foto sobre chapa de vidro (como outras deste cad.). Fins do séc. XIX. Col. Goulart. Composição denotando interesse etnográfico global nos vestuários, nos objectos, no enquadramento da casa de morar (cajada) e da casa «de despejo», nos poiais do terreiro. A mulher de pé, com berneo (na acepção de M) bastanto amplo, lenço na cabeça e avental de estamena; descalça. A outra ensarilha (sarilho de cana), usa lenço enramado cingido, e saia, tendo uma manta sobre as pernas; chapéu de palha de trigo com cintilho alto, a um lado, e rasoira no outro lado da f..

5 e 6. Ilha de S. Miguel. Album da família Dabney of. ao Faial, actualmente à guarda de Thiers de Lemos. Viagem dos D. em 1889 ? No «meio da» casa rural. Três figuras femininas; uma delas trabalhando na roda de fiar, usa saia comprida até aos pés, com barra ao viés, da mesma fazenda (um riscado), e cotão (blusa ou chambre de algodão), de manga de balão até ao cotovelo, daí até ao pulso muito cingida; a outra usa avental comprido branco.

O interior do «meio da casa» é bem dotado de valores etnográficos (o chão juncado de agulhas de pinheiro; sobre os móveis, um relógio, e um oratório ladeado de duas estampas encaixiladas de Santo António e N.ª Senhora). A rapariga à esquerda reserva a cara para não ficar na f..

7. Ilha do Faial. Princípio do século. Repr. de um postal. A mulher (f. central), de saia apanhada, blusa e lenço triangular, de chapéu de palha como os cinco segadores, alguns destes com lenço à volta do pescoço.

8. Ilha do Pico. Princípio do século. Uma «coroação» do Espírito Santo. Evidencia a influência da moda no meio urbano (vila). Note-se a bandeira do Espírito Santo com aplicações figurando a coroa e com ornamentos geométricos (Esta repr. — de P. L. — é ampliação de um pormenor da foto n.º 9).

9 e 10. Ilha do Pico. Princípio do século. Repr. de um postal editado para comércio. Col. Ermelindo M. Avila. Procissão «das rosquilhas» na Vila da Madalena. Influência da moda sobre os fatos fem. e mas. Particular interesse para o estudo das manifestações folclórico-religiosas do Espírito Santo. Este cortejo é típico, refere-se a várias localidades e «impérios» da ilha e tem o seu paralelo em Tomar («tabuleiros»), onde o cortejo não compreende a «coroação».

11. Ilha de S. Jorge. Fim do séc. XIX. Col. Goulart. Transporte de leite em barris com asa para corda de amarrar ao dorso do animal. Tipo de barril próprio da ilha, serve também para o vinho «da rocha». Barretes (bonés) de pano, pala pespontada a estreitos intervalos. Casaco com botoadura até ao cimo do peito e fechado apenas na casa superior como era de uso generalizado e se realça no rapaz da arreata do «ponei» (burro anão — EM) e de bordão. Fatos de inxerga (EM). Pés descalços.

12. Ilha do Faial. Col. faialense da família Dabney. Séc. XIX. Vestuário sob nítida influência da moda, no meio rural. V. foto n.º 15, em que contraposta a esta figura está a da m. idosa, cardando. A utilização da roda de fiar não estaria generalizada. Escreve-se em Almanaque Açores de 1919 p. 94: «As mulheres açorianas há cem anos (...) trabalhavam em tear ou com roca e fuso, mas desconheciam completamente o uso da roda de fiar». Em S. Jorge, a roda de fiar é denominada (E M) «engenho de fiar» (vidé fot. 5 e 6).

13. Ilha de S. Miguel. Col. faialense da família Dabney. A mocinha dos morangos (Furnas), de xaile, a um modo muito característico em toda a ilha para uma generalidade de mulheres de todas as idades e crianças tendo assim sido por largas décadas até meados deste século. Muitos ex. de xaile eram de algodão e alguns de lã. (V. desenho de Teixeira Lopes feito expressamente para L. V. em «Mês de Sonho»).

14. Ilha do Pico. Fot. de Jacques Guillard. Recente (anos 60). Vidé fot. n.º 1. Homem com cesto (de figos) junto à casa com roupa de trabalho (espécie de froca, com reforço nos ombros e calças de cotim). Chapéu de palha de aba subida numa forma muito corrente. Bom tipo humano.

15. Ilha do Faial. Fot. da col. faialense da família Dabney, anterior ao fim do séc. XIX. Cardar e fiar (V. quanto aos trajos as especificações das fot. 12 e 37. Tem particular interesse para o estudo etnográfico da casa palheira de duas empenas, sendo que a focada é a da

janela. Comparar a acamação da palha desta com a da cobertura da casa rural de S. Miguel (fot. 16).

16. Ilha de S. Miguel. Repr. de parte de um postal (Casa Travassos) do princípio do século. Trabalhadores, jardineiros e cantoneiros. Vários géneros de cobertura da cabeça, havendo apenas um chapéu de palha.

17. Ilha Terceira. Foto sobre chapa de vidro, fins do século XIX. Col. Goulart. Mantos e um capote, aqueles em três posições, um dos quais acentuando o embiocamento. O capote e capelo corresponde, assim também os mantos, às descrições de Luis Ribeiro («Açoriana» 2 : 2, p. 100), com desenhos de Maduro Dias, e Wilhelm Giese. Moço de fato inteiro incluindo colete, cotim, camisa escura e gorro curto (peça esta pouco comum). Para comparação das capas de mulheres com os trajes belgas equivalentes veja-se «Mês de Sonho», p. 315. Rafael Estrada, em «Una visita a las Islas de la Madera y Azores», Madrid, 1932, fala ainda do «típico manto» que vira (1931) em Angra.

18. Ilha de S. Jorge. Foto da col. Goulart. Fim do século XIX. Mulher transportando o característico barril, neste caso de leite, e cabaças a tiracolo. Indumentária de trabalho: Saia ampla até aos pés e cotão fechado com abotoadura completa de mais de dez botões. Carapuça de rabuço, com ampla romeira. O barril é sustentado pela mão na asa e por uma vara.

19. Ilha de S. Miguel. Fot. de fins do séc. XIX, col. faialense da família Dabney (pormenor da fot. 23). Rapaz num moinho de vento. Particular interesse o gorro de malha de lã, o saco não muito extenso, rematado no bico com uma bolota (borla) e seu ramal abundante.

20 e 22. Fotografias anteriores possivelmente a 1890, procedentes do album Dabney (Boston), propriedade do Prof. Francis Millet Rogers. Com as f. 24 a 29, são do mesmo estúdio e preparadas intencionalmente para documentação, podendo, todas elas, constituir autênticos figurinos de indumentária de trabalho (lavadeira, fot. 20; galinheira, fot. 21; e açacala, aguadeira, fot. 22).

23. Ilha de S. Miguel. Fot. da col. faialense da família Dabney, Fim do séc. XIX. Interior de moinho de vento, de que a fot. 22 é um pormenor. A disposição do interior constitui documento de interesse etnográfico molinológico.

24 e 25. Ilha de S. Miguel. Fot. do album Dabney (Boston) como as numeradas de 20 a 22 e de 26 a 29. Fins do século XIX, anteriores a 1890. Uma terceira pose mostraria o capelo como peça independente, que, retirada do conjunto, fosse apresentada na mão. Com efeito, o capelo micaelense e mariense prende-se ao capote com colchetes à gola deste. Comparar o capelo com o da fot. 30 (capote e capelo do Faial). O capelo de Santa Maria é avantajado em relação aos de S. Miguel e do Faial.

Giese designa os mantos (Terceira e também S. Jorge e Graciosa) bem como os capotes e capelos do Faial, S. Miguel e Santa Maria como capas de mulher, numa generalização. Rafael Estrada (vidé legenda 17, fala em «misteriosa vestimenta de antanho»).

26 e 29. Ilha de S. Miguel. Fots. do album Dabney (Boston) como as indicadas em 20 a 22, 24 e 25. Anteriores provavelmente a 1890. São todas de estúdio e manifestamente feitas para documentação. A excep. de um dos h., estão todos descalços. Ricas de pormenor nos vestuários e valiosas para doc. antropológica (vidé tipos humanos em Arruda Furtado, nos «Materiais»). O barrete (f. 28) é de malha de lã, de várias cores. O h. (f. 27) leva cevadeira e chapéu de palha (de entrançada grosseira) sobre lenço. As típicas carapuças de rabuço estão bem patentes na f. 29 O chapeirão, sobre rabuço, é de aba muito larga (Escreve Mendonça Dias em «História do Vale das Furnas»: «A carapuça de abas largas e recurvadas foi muito peculiar no povo das Furnas, que também a usava de pala e gola, forrada de pano azul»). O colete do mesmo homem (f. 26) tem duas fiadas de botões, sendo de notar as largas abas destes para cobrir o peito.

30. Faial. Foto da col. Goulart. Capote e capelo. Largas referências descritivas ao longo do texto e apontamentos no quadro constituído pelo elenco das peças do traje feminino da ilha (ps. 73/74). Nota típica: o capote e capelo estão cozidos embora sejam peças distintas. Lauton MacKall, em «Portugal for two» (os quatro cap. iniciais sobre os Açores) refere-se, com fotografia, à mulher de capelo como a «sheltered woman».

31. Ilha do Faial. Col. de Thiers de Lemos. F. recente (princípio do segundo quartel do séc. XX, com c. de 50 anos portanto). Meio rural. Chapeus de palha, em que é de notar a copa chata para receber a rodilha onde assenta o pote (de cedro e aduelas, metálicas nos dois exemplares). Os cintilhos dos chapeus são de dois tipos: largo e ocupando quase toda a copa (o da mulher de avental, em pano da terra), e estreito e em zigzague o da menina. Ambas as mulheres usam lenço, de onde se acentuar a funcionalidade do chapéu quanto à copa preparada para facilitar o transporte da vasilha. A mulher de lenço atado é casada, a de lenço de pontas caídas solteira. A m. casada usa mandrião cuja aba está tapada pelo avental. A outra, traz um corpinho sobre blusa. Saias até aos pés e a da menina até meia perna, pondo esta um casaco abotoado até ao pescoço.

32 e 34. Ilha do Pico. Fot. c. 1890 por S. Dabney, col. faialense da família Dabney. Acampamento, a média altitude, após uma caçada. Figuras em dois grupos: dois caçadores em traje popular e outros (dois) citadinos, estes com arma; e da rapariga e rapaz, ambos com pote. Para este (último) grupo, v. f. 34 (p. seg.). Quatro chapeus abeiros de palha, de cintilho estreito, uma barretinha de laia de lã na forma de solideu com borla (bolota), idêntica à do pastor da Terceira. Um dos caç., de barretinha de meia, às fiadas de cores diversas. O homem de abeiro ao centro porta um alforge (dispensal).

33. Ilha do Pico. Fot. c. 1888, col. faialense da família Dabney. Junto a uma quinta na Areia Larga. Cinco picarotas de pote de cedro à cabeça, dois deles sobrepujados de cestinhas e outro de um balde de madeira. Todas de lenço e a maioria de chapéu de palha de copa rasa. Os potes assentes em rodilhas. Algumas de avental de manta da terra. Quatro de cotão. A segunda a contar da d. traz patrona. Todas descalças, à excepção de uma que calça alparcas atadas com nagalho. O rapaz usa froca e leva à cabeça, assente em chapéu de palha, copado, um saco.

34. Pormenor da f. 32. Rapariga de saia de pano da terra (de lã), cotão ?, lenço ao pescoço, manteu comprido escuro. Sobre rodilha, o típico pote de cedro, vedado, de aduelas (de madeira) e com corda. Rapaz com pote (vedado) a tiracolo, de vara; calça e froca; chapéu de palha bem copado, e aba curta revirada.

35. Ilha do Pico. Form. da f. 36. Mulher de saia e blusa brancas com aba curta e folho pelo peito. Chapéu de palha (copa raza) sobre lenço amarrado cingidamente ao pescoço. Pote de cedro, aduelas de ferro e asa de madeira, assente sobre rodilha.

36. Ilha do Pico. Fot. de c. 1880, da col. da família Dabney. Grupo em caminhada. Homens montando, outros de bordão e alparcas. Notar um alforje. Mulher com pote (vidé f. 35). Um homem, de camisa branca, leva às costas um barril.

37. Ilha do Faial. Fot. da col. faialense dos Dabneys (vid. f. 15). Mulher cardando. Saia ampla branca e cotão com aba. Lenço atado e face cingida.

38. Ilha do Faial. Fins do séc. XIX. Fot. sobre vidro. Col. Goulart. Mulher com roca, ambientada junto à porta da casa rural. Avental de estamemha com barra. Blusa. Lenço atado. Junto à ombreira um banco e uma cesta com novelos.

39 e 40. Ilha do Faial. Fot. c. 1880, da col. faialense da família Dabney. Tear com m. trabalhando. No «meio da casa», tendo ao lado lavatório e toalha de linho, branca, um banco alto (à direita) e dependurado na parede (fundo) um amuleto (ferradura). Chão juncado de feno. A mulher usa saia comprida, com barra alta ao viés ligada por tira, também ao viés em sentido oposto. Blusa com aba por fora.

41 e 42. Ilha do Pico. Repr. de um postal da col. Tiers de Lemos. No varadouro da Madalena, o barco de boca aberta (cuja vela latina, triangular se essemelhava à das caravelas). Mulher solteira (notar a colocação do lenço não amarrado). Saia folgada, até aos pés, e cotão. Descalça.

43. Ilha do Pico. Repr. de fot. do album faialense da família Dabney. Grupo de homens e rapazes junto a um poço. Todos de chapéu de palha, abeiros, um deles de copa raza (o rapaz do centro). Vestuário de trabalho. Alparcas.

44. Ilha do Pico — Repr. de um postal (coleção de Ermelindo Machado de Avila). Rapariga com potes, um à cabeça e outro a tiracolo Como coberta da cabeça uma «toalha» e por sobre esta um xalle de lã, com duas barras e franja. Saia até aos pés e corpinho. Note-se o pote, de cedro, com aduelas de madeira armado com corda, e vedado tal como o outro, com uma «bola» de composição vegetal.

45. Ilha do Pico — Repr. de um postal (Col. de E. M. A.), com o anterior com a legenda «Costumes da Silveira», ed. dos primeiros anos de 1900. Homem e rapaz de «pés-descalços», ambos de froca, e os dois com sua barretinha de malha, a do homem com revirão para descer às orelhas. De ancinho e aguilhada o homem. O rapaz com um cesto.

46. Ilha do Pico — Repr. de um postal (Lajes) (Col. E. M. A.). Data c. 1900. Figuras id. por Ermelindo Machado Avila : da e. para a d. José da Silva, Francisco Craveiro (dos Anjos) e José Grilo (ao fundo), este de abeiro. Notar a barretinha de malha de lã grossa, do José da Silva, e o pote de cedro, de três aduelas, de diametro mais largo que os das fot. anteriores. A fig. da e. transporta uma canga.

47. Ilha do Faial. Fot. do fim do séc. XIX, col. Goulart. Dobando o fio de lã. Note-se a ambientação e distribuição de diversos elementos : galochas, de rasto de madeira, de coiro sem precinta, o cestinho para os novelos, o banco tosco. A mulher veste de preto e usa lenço enramado que ata, apertado, ao pescoço.

48. Ilha do Faial. Fot. do fim do séc. XIX, col. Goulart. Tecedeira. Doc. particularmente valioso por evidenciar não só o tear como todos os pertences, a localização do mesmo junto à janela recebendo a luz da esq. Dependuradas, nas travessas, como amuletos, duas massarocas de milho vermelho. No primeiro plano, d., as sacas da lã e um bordão empontetrado.

49. Ilha do Corvo. Repr. de fot. recente (1930?). Col. de Thiers de Lemos. Carapuça (azul) de lã. Coberturas como esta aparecem nos livros de Leite de Vasconcelos («Mês de Sonho») e Pedro da Silveira («José Leite de Vasconcelos e as Ilhas de Baixo»). Raramente se usam na actualidade. (Na f. : Anacleto Inácio, lavrador + c. 1950).

50. Ilha do Faial. Col. Goulart. F. do fim do séc. XIX. Mulheres idosas de capa de córte, mandrião, fazenda pesada e espessa, usando ambas lenço muito cingido atirado sobre a testa a da direita. Saia pesada de uma, a contrastar com a de tecido de seda da outra. São trajos de arruar. As capas (esq.) mostram resguardo sobreposto de ombro a ombro e encapuzado à cabeça, caracterizando-as a envolveria, descendo uma até ao quadril e a outra até meia perna.

ANGRA DO HEROISMO MUSEUM

**THE MILITARY SECTION OF THE
ANGRA DO HEROISMO MUSEUM**

— DIVERSE MILITARY AND ARMORY EQUIPMENT —

BY DR. M. C. BAPTISTA DE LIMA
DIRECTOR OF THE MUSEUM

Problem 11.1.1 (10 points)

Let \mathcal{C} be a linear code over \mathbb{F}_q with parameters (n, k) and let \mathcal{C}^\perp be the dual code. Let \mathcal{C}_1 and \mathcal{C}_2 be two codes over \mathbb{F}_q with parameters (n, k_1) and (n, k_2) respectively. Let \mathcal{C}_1^\perp and \mathcal{C}_2^\perp be the dual codes of \mathcal{C}_1 and \mathcal{C}_2 respectively. Let $\mathcal{C}_1 \cap \mathcal{C}_2$ be the intersection of \mathcal{C}_1 and \mathcal{C}_2 and let $\mathcal{C}_1 + \mathcal{C}_2$ be the sum of \mathcal{C}_1 and \mathcal{C}_2 . Let $\mathcal{C}_1^\perp + \mathcal{C}_2^\perp$ be the sum of \mathcal{C}_1^\perp and \mathcal{C}_2^\perp .

(a) (5 points) Prove that $(\mathcal{C}_1 \cap \mathcal{C}_2)^\perp = \mathcal{C}_1^\perp + \mathcal{C}_2^\perp$.

(b) (5 points) Prove that $(\mathcal{C}_1 + \mathcal{C}_2)^\perp = \mathcal{C}_1^\perp \cap \mathcal{C}_2^\perp$.

(c) (5 points) Prove that $(\mathcal{C}_1 \cap \mathcal{C}_2)^\perp + (\mathcal{C}_1 + \mathcal{C}_2)^\perp = \mathcal{C}_1^\perp + \mathcal{C}_2^\perp + \mathcal{C}_1^\perp \cap \mathcal{C}_2^\perp$.

(d) (5 points) Prove that $(\mathcal{C}_1 \cap \mathcal{C}_2)^\perp + (\mathcal{C}_1 + \mathcal{C}_2)^\perp = \mathcal{C}_1^\perp + \mathcal{C}_2^\perp + \mathcal{C}_1^\perp \cap \mathcal{C}_2^\perp$.

(e) (5 points) Prove that $(\mathcal{C}_1 \cap \mathcal{C}_2)^\perp + (\mathcal{C}_1 + \mathcal{C}_2)^\perp = \mathcal{C}_1^\perp + \mathcal{C}_2^\perp + \mathcal{C}_1^\perp \cap \mathcal{C}_2^\perp$.

(f) (5 points) Prove that $(\mathcal{C}_1 \cap \mathcal{C}_2)^\perp + (\mathcal{C}_1 + \mathcal{C}_2)^\perp = \mathcal{C}_1^\perp + \mathcal{C}_2^\perp + \mathcal{C}_1^\perp \cap \mathcal{C}_2^\perp$.

(g) (5 points) Prove that $(\mathcal{C}_1 \cap \mathcal{C}_2)^\perp + (\mathcal{C}_1 + \mathcal{C}_2)^\perp = \mathcal{C}_1^\perp + \mathcal{C}_2^\perp + \mathcal{C}_1^\perp \cap \mathcal{C}_2^\perp$.

(h) (5 points) Prove that $(\mathcal{C}_1 \cap \mathcal{C}_2)^\perp + (\mathcal{C}_1 + \mathcal{C}_2)^\perp = \mathcal{C}_1^\perp + \mathcal{C}_2^\perp + \mathcal{C}_1^\perp \cap \mathcal{C}_2^\perp$.

(i) (5 points) Prove that $(\mathcal{C}_1 \cap \mathcal{C}_2)^\perp + (\mathcal{C}_1 + \mathcal{C}_2)^\perp = \mathcal{C}_1^\perp + \mathcal{C}_2^\perp + \mathcal{C}_1^\perp \cap \mathcal{C}_2^\perp$.

(j) (5 points) Prove that $(\mathcal{C}_1 \cap \mathcal{C}_2)^\perp + (\mathcal{C}_1 + \mathcal{C}_2)^\perp = \mathcal{C}_1^\perp + \mathcal{C}_2^\perp + \mathcal{C}_1^\perp \cap \mathcal{C}_2^\perp$.

The section of the Museum designated «Diverse Military and Armory Equipment» is considered the second finest public collection of its kind in Portugal, after the Military Museum in Lisbon.

It fills many rooms, galleries and other annexes and much of the grounds surrounding the ancient Convent of Saint Francis where the Military Section is located.

The military section of the museum is seen every year by more than fifty thousand Portuguese and foreign visitors and exercises an important mission as a center for interest to the different schools in the Region.

This section is divided into the following sub-sections :

A — Armour and Bladed Weapons

B — Small Firearms

C — Artillery and Armoured Cars

D — Vehicles and Support Materials

E — Uniforms, Equipment and Horsetappings

- F — Fortifications, Communications, Health, Subsistence and Transportation
- G — Flags, Banners, Emblems, and Pennants
- H — Warlike and Music Instruments
- I — Hunting Arms : Archery Edged and Harted Weapons and Firearms
- J — Civilian Arms : Bladed Weapons, Firearms and Other Arms

A. **Armour and Bladed Weapons**

This important sub-section of the Museum is composed of approximately twenty suits of armour and half-armour of different patterns, origins and manufacture dating from the 16th and 17th centuries.

Among the oldest of the Museum's collection is highlighted by a Milanese suit of armour composed of a finely worked breastplate and tuelles ; a suit of armour from the middle of the 16th century, with breastplate and the respective peaked morion artistically engraved and decorated with brass rosettes, and from the Cavalry arm there is another composed of a close helmet, breastplate, brackplate, a pair of pauldrons and the respective vambraces.

From the end of the century the Museum's collection is highlighted by a Portuguese suit of armour designed to be used by horsemen and foot soldiers, composed of an open vizard helmet, breastplate, backplate pauldrons, vambraces an gauntlets, cuisses and greaves.

Other composite suits of armour are composed of breastplates, lobster sallets, kettle hats, morions, pouldrons, cuisses. etc. Others are composed of breastplates and peaked cabassets from the 16th and 17th centuries.

The Museum also has a Spanish-Portuguese peaked morion from the middle of the 16th century which probably was manufactured in Italy and is decorated in the style of the period.

Older than any of these specimens is an Iberian cabasset made in copper and dating from the pre-Roman period.

In the area of bladed weapons reference is made to a Portuguese bow sword with seven spans ; there is another long

sword with a rapier blade and the hilt ornamented with filigree work dating from the beginning of the 17th century.

There is also another bow sword with normal dimensions dating from the 16th century.

The Museum also has a very good collection of military swords with scoopful guards dating from the 17th century.

From the 18th century there are many examples of Dragoon swords whose form of hilt and guard represents the transition to the form of 19th century swords.

From the 18th century the Museum has a sword with a very good Solingen blade which, unfortunately, is corroded. It was made by the great Rundell Bridge and Rundell sword maker in London who, as we know, at the end of the 18th century and beginning of the 19th century was the sword cutler for the British Royal Crown. They provided arms for the British Navy since the time of Lord Nelson.

From the Portuguese Navy and dating from the 18th century the Museum has a valuable Mameluke type Admiral's sword with an ivory grip and golden bronze and peacock blade on blue and gold.

This wonderful sword is well preserved and still has the cypher of its ancient owner and the coat of arms of the Kingdom of Portugal of the period of Mary I. This sword was manufactured in England.

From the 18th century the Museum has an artistically worked Turkish sword which is considered to be one of the most valuable of its type and origin.

From the 19th century the Museum houses a great quantity of Portuguese and foreign swords and sabres used by different armies as well as a broad collection of bayonets used by those same armies.

In regards to a basted weapons the Museum houses some halberds and pikes of the 16th/17th centuries and halberds of 18th century. These were used by the halberdiers of the Royal House of Portugal and are duly signed and provided with the respective heraldic arms.

There are also some halberds of the same period used by officers and sergeants.

However, the most outstanding of all these hasted weapons is a hammer of arms called «Bec de corbin» which has a copper mark incrusted on the blade and extending to both sides. It is an extremely rare arm which begin to be used as an insignia of infantry commanders of the 14th century.

B. Small Firearms

Among the collection of small firearms this section is highlighted by a hand culverin dating to the end of the 15th century or the first half of the 16th century. It is followed by some matchlock muskets and wheel lock pistols, small arms of which the Museum has some specimens from the 17th century.

The collection of flintlock rifles begins in the 17th century, but it is in the 18th century that it represents the greatest number of pattern, nationality, manufacture and variations. Most are Portuguese Army guns of English origin.

From the 19th century and of different origins the Museum has a very good collection of flintlocks rifles (guns, carbines and pistols).

The evolution of 19th century firearms is largely documented in the Museum through availability of many museum pieces. It is important to note that military guns are usually complete with their respective bayonets, sabres and sword bayonets.

The same evolution can be seen through many specimens, especially pertaining to hand guns from the 17th century. Particular numerous is this Museum's collection of pistols and revolvers.

From the end of the 18th century this collection even includes an extremely rare specimen of a seven barrel English made (Knock) gun of a type used in warships, which is in very good state of conservation. It belonged to the Leningrad Museum which at the end of the first quarter of the 20th century sold it to an English merchant. In turn the merchant sold it to a Portuguese who then sold it to this Museum.

From the 19th and the 20th centuries the Museum has samples representing practically all types of firearms used by the Portuguese Army and many others which were used by other armies, such as the German, French and English.

This collection includes a great number of heavy and light machine guns. The oldest of these specimens date from the 19th century.

C. Artillery and Armoured Cars

The Museum's collection of artillery is extremely diverse. Specimens date from the 16th to the 20th centuries and are made of bronze, iron and steel.

Among the bronze cannons is a Portuguese culverin with fine Renaissance decoration, dated in 1545 and containing a «cartouche» cypher of the founder IODIZ (João Dias) from the period of John III of Portugal; a British cannon dating to the first quarter of the 16th century (period of Henry VIII) and a Portuguese culverin from the first quarter of the 16th century (King Manuel I of Portugal).

There is also a Portuguese demi-culverin of the third quarter of the 16th century (King Sebastian) and a French cannon decorated with HH and lisses, dating from 1575 (Henry III of France).

An important piece is a Portuguese-Spanish cannon dating from 1596 and containing a fine Renaissance decoration and the Coat of Arms of the Kingdom of Spain. It also contains a reference to Philip II and an inscription concerning the construction of the cannon, by order of D. IVAN DE ACUNA.

Among the numerous iron made guns from different origins, calibers, manufacture and sizes are some important pieces from the 16th, 17th and 18th centuries. Many of them were obtained from ancient castles and old fortifications in the Archipelago.

A British Naval artillery piece which reflects the British Royal Crown, is mounted on its carriage, in good state of repair and represents iron cannons from the end of the 18th to the beginning of the 19th centuries.

From this last century there are other pieces which merit mention. Among others are the 9 cm caliber mountain artillery guns, model 1865, made by the Portuguese «FUNDAÇÃO DE CANHÕES». These guns have rifled bronze barrels and are finely engraved with the monogram of Luis of Portugal. There also are 7.5 cm caliber breech loading mountain artillery guns,

model 1882, made by the same Portuguese foundry but showing the monogram of King Charles I.

On display are also four pieces of 8 cm caliber field artillery including the breech loading model 1878, with rifled bronze barrel and a finely engraved monogram of Charles I of Portugal. These guns were also made in the Portuguese «FUNDIÇÃO DE CANHÕES».

The Museum also houses the following specimens :

— Four pieces of 8 cm breech loading field guns model «Krupp» 1870, with rifled steel barrels with German Imperial Eagle engraved near the breech, as well as the legend PRO GLORIA ET PATRIA. Also, near the breech there is the monogram WR and the legend ULTIMA RATIO REGIS. These German artillery pieces were bought by the Portuguese Government in 1875.

— Four 7.5 cm field artillery pieces, with carriages, model 1904, made by Schneider-Cannet. They are complete conjunction with their ammunition cars, repair cars and horse-trappings and make up the only complete artillery battery of this model on display in Portuguese public collections.

Other field artillery guns of this collection can also be seen. They are a 1917 Schneider - Cannet model 7.5 cm field gun and a 11.4 cm caliber howitzer of the same date.

In the courtyard next to the Museum building are two 7.5 cm caliber artillery pieces, model 1902/31, made by «Krupp». These guns were built with armoured shields and during World War II were used for coastal defense of the Island of Terceira

Displayed in the same courtyard are two model 1940, 9.4 cm caliber anti-aircraft fixed guns, with their armoured shields. There are four other guns of the same model which belong to the Museum but are now installed in an old castle in the City of Angra do Heroísmo.

The aforementioned guns also were used in the defense of the Island of Terceira during World War II.

Two complete model 1940, 7.5 cm/18 caliber Italian made howitzers can also be seen in the collection of the Museum. One of them is disassembled and is placed with its respective harness. It represents the only assemblage of this model in Portuguese military collections.

The most modern specimen of this collection of artillery is an English made 5.7 cm caliber anti-car cannon, model 1941.

D. Vehicles and Support Materials

Highlighted among the military vehicles and support materials available in the collection of this Museum is an artillery low truck dating from the 16th to the 17th centuries.

The Museum is extraordinarily rich in collection of firearms, however, it has just a small quantity of vehicles and support materials.

It is only in the 20th century that the collection of artillery and military wheeled vehicles grows in quantity due mainly to the numerous 1904 model Schneider-Cannet artillery vehicles. These make up a complete battery of this model, including a forge car and other workshop vehicles.

Concerning support vehicles for infantry troops, this Museum has a good collection of ammunition cars and the respective limbers. Also included is a 1907 model infantry troop car and the corresponding 1939 model horse drawn limber for mortars, heavy machine guns and respective ammunition.

The Museum also houses very interesting specimens of 1915 model water cars and 1914 model kitchen cars. These are similar to the French military kitchen cars from the same period and each were drawn by dual teams of horses.

The corresponding horsetrappings are displayed with the cars.

This Museum has some good samples of other artillery from the middle of the 20th century, including the 1940 model 9.4 cm caliber anti aircraft gun. This collection consists of a group of six guns (two of which are displayed in the Museum and the other four are situated in ornamental positions in an old fortress), the respective search-light projectors (two in the Museum and the other four in the same fortress), and two 24 KW «Thornycraft» auto power plants. This anti aircraft material contains direct generators and an enormous collection of extra supply articles.

It must be remembered that integrated in this collection are

artillery and infantry field equipment dating from the 19th and 20th centuries.

E. Uniforms, Equipment and Horsetrappings

The Museum has an important collection of Portuguese military uniforms. The oldest of them date from the end of the 18th century and the newest are patterns that have become obsolete in the last century.

There are also many uniforms from the French, English and German armies, from the time of both world wars. These foreign uniforms naturally show close similarities with Portuguese uniforms.

The Museum has more than one hundred Portuguese uniforms, including infantry, artillery, cavalry, staff corps engineers and medical corps of different patterns and different periods. It also has many uniforms from the Portuguese Navy, Air Force, National Guards and Police.

However, only a small portion of the uniforms from this large collection are currently displayed. But, it is our wish to exhibit, in the near future, more complete uniforms and examples of kepies, caps, shakos, busbies, bearskins, helmets, cocked hats, and other types of headdress used by the armed forces. We will also exhibit other items such as badges, patches, epaulets, cords, buttons, etc.

In addition to military uniforms, the Museum also has a small collection of court dress and civil uniforms.

The oldest equipment held at this time is dated from the 17th century and consists mainly of belts, powder and ball flasks, etc.

Except for some items, the equipment from the 18th century gives rise to a great quantity of specimens representing the 19th century. This includes practically the entire representation through that century and the following hundred years and covers the most important models of belts, sword belts, cartridge belts, provision bags, pack sacks, canteens, gun covers and tool boxes.

This collection also contains special equipment for ammunition of the different arms, especially infantry and artillery,

transportation of scientific instruments and health service materials.

One of the most important collections of our «Diverse Military and Armory Equipment» is the horse furniture collection whose items are dated from the 17th century.

One of the richest saddles of this collection was designed for general officers and has a traditional Portuguese design. It is padded with red Italian velvet and dates to the middle of the 18th century.

There are many military saddles from the 19th century and for the period after 1870 the Museum has at least one sample of every pattern of saddle used by the Portuguese Army until World War II.

In addition to the riding trappings there is also the furniture used by the artillery and infantry limbers and other military vehicles.

The horse furniture is displayed in an appropriate section and includes the associated equipment.

The horse furniture for the artillery horse drawn cars can be viewed alongside the respective vehicles.

As previously stated there are some mountain artillery guns displayed with the appropriate patterns of horse furniture.

In addition to all this horse furniture the Museum has show windows with a numerous collection of stirrups, bridles, spurs and other accessories.

Many of the bridles date back to the 16th century and there are stirrups from the end of the 18th century and the beginning of the 19th century which are finely worked and adorned with brass.

F. Fortification, Communications, Health, Subsistence and Transportation

This sub-section of the Museum contains many drawings of fortress and other fortification works, including some models and relief plans.

Some of these drawings were made between 1811 and 1830 by pupils of the Military Academy of Angra do Heroísmo.

Exhibited among the Communications materials are some heliographic and semaphoric instruments dating from the end of the 19th century to the beginning of the 20th century.

There are also some Morse code communication lanterns.

The Museum also displays an assemblage of army telephones of types used during World War I and World War II.

Also on display are some examples of radiotelephone transmitters and wireless sets.

Representing Medical Services in addition to the individual equipment used by practitioners and orderlies, the Museum also houses some surgical instruments dating from the 19th and 20th centuries.

The water cart and kitchen cars already were described in the Vehicles and Support Materials section.

G. Flags, Banners, Emblems and Pennants

The military collection of this Museum contains many flags, banners, emblems and pennants from the 19th and 20th centuries. This also includes the collection of Navy signal flags, the reproductions and copies of old flags from 17th to the 20th centuries. Some of these are used in decorating different rooms.

Presently being mounted in the Medals and Decorations section of the Museum are the gadgets used for the presentation of the insignia of all Portuguese Military Orders, other decorations and military medals of the Portuguese Armed Forces relative to the 19th and 20th centuries.

H. Warlike and Music Instruments

Beyond the very good amount of warlike instruments such as fifes, drums, trumpets, bugles and clarions, the Museum has a complete collection of metal music instruments for all components of a military fanfare, plus another important collection corresponding to the active contingent of a military band.

Many of these instruments are from the 19th century and some of the are well preserved, while others require some restoration work.

The origin of these music instruments is different ; however, the majority are French, English and Italian.

Some of them are most remarkable due to their rarity and restauration work.

I. Hunting Arms : Archery, Edged and Hasted Weapons

The Museum's collection of hunting arms is distinguished and includes not only lances, spears, swords, and hunting knives, but also archery equipment and firearms.

The most important edged weapons and firearms are from the 18th and 19th centuries, but there are also some important firearms from the 20th century.

The edged weapons in this collection are in keeping with the the firearms there are also many examples made by some of the most famous Portuguese gunsmiths.

Some of the most beautiful hunting rifles were made in the second half of the 18th century and bear the stamp of Bartolomeu Gomes. Their barrels are finely worked with gold and have Portuguese or Spanish-Portuguese style locks.

J. Civilian Arms : Edged and Hasted Weapons, Firearms and other Arms

Among the very different models of civilian firearms on Museum are swords, gala and court swords, daggers, tucks, knives and different types of firearms.

The edged weapons arms are all of Portuguese made. Among 17th to 20th centuries and some of them show a certain beauty not only by their respective design but also by virtue of their perfect finishing.

Many of these arms are still contained in their original cases and covers and in some cases their blades are signed by well known sword makers.

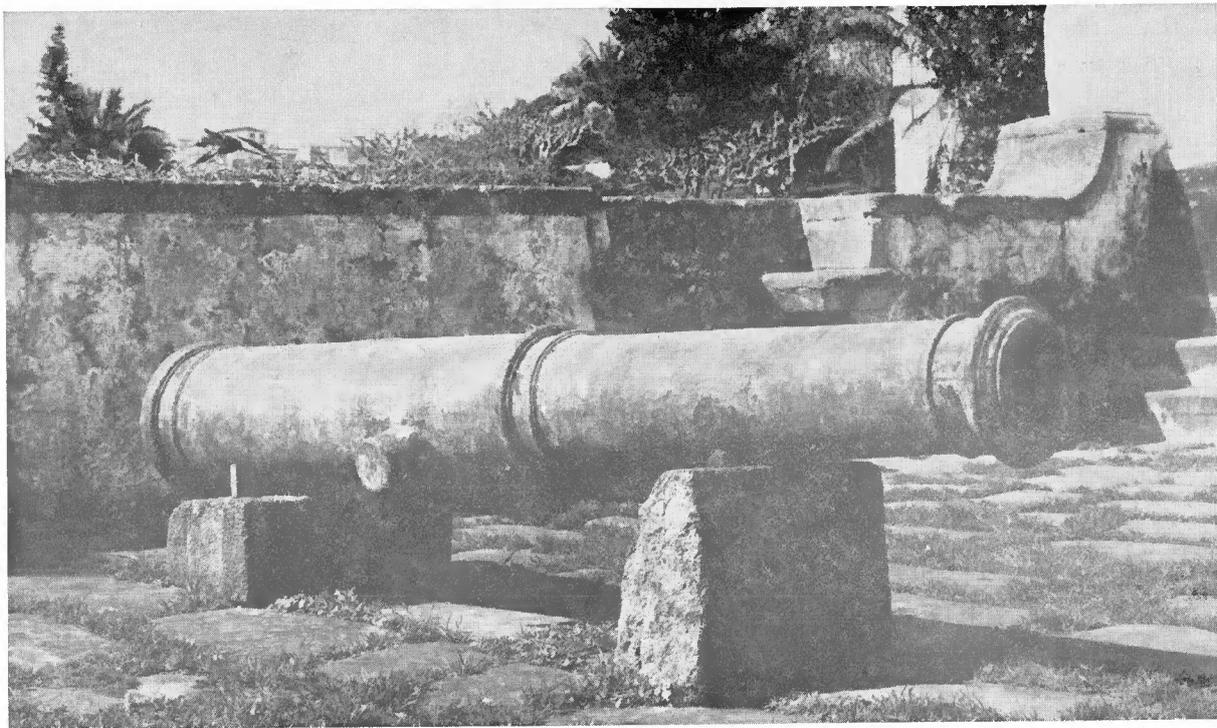
Among the civilian arms in the collection on display in this display are various pistols with different degrees of decoration and revolvers made by numerous and well know gunsmiths.

These last items show over and over again the excellence of chisel decoration workmanship and the original covers.

The origin of all these arms is varied and represents Portuguese, Spanish, English, German and American makers.

Considerable reference has been made to many curious firearms in this collection, as well as other objects, such as swords, tucks and walking sticks.

Some of the arms displayed in this collection belong to a valuable deposit made by the eminent Portuguese collector and friend of this Museum Mr. Eduardo Pisani Burnay.

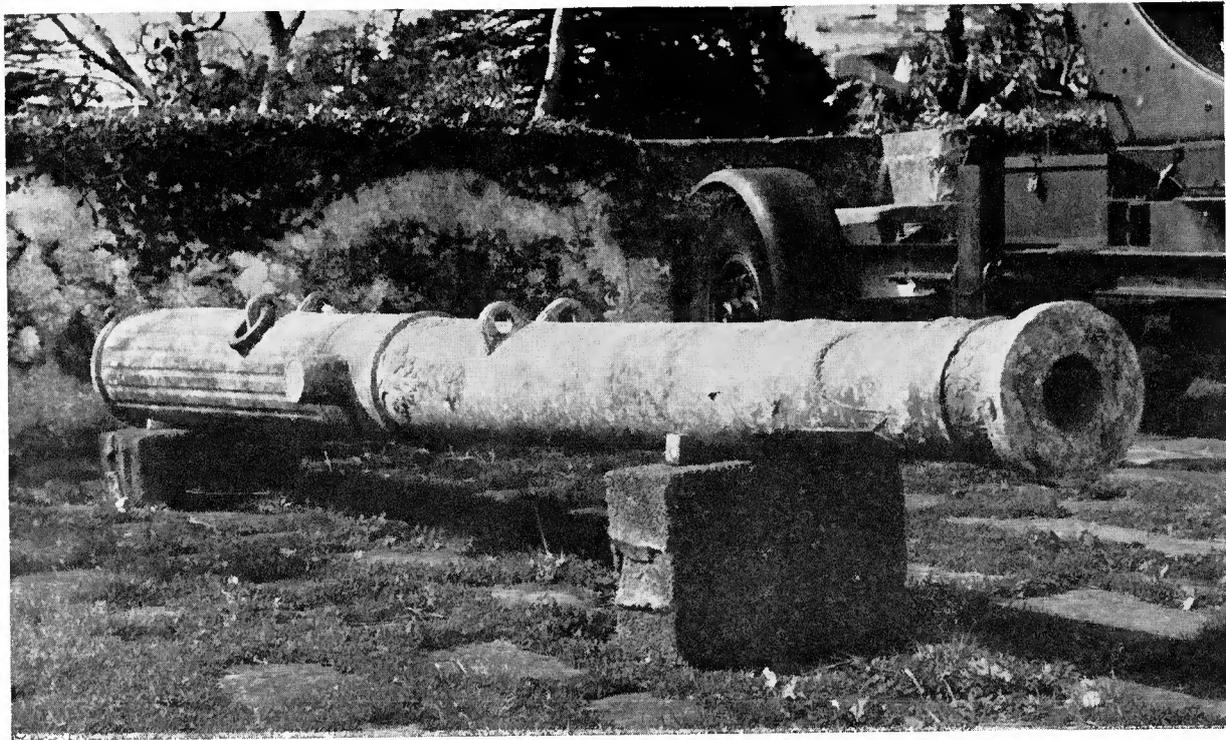


1 — BRITISH BRONZE CANNON. Length 2,78 m. 0 11,5 cm. with the double rose and the crown device between the breech and the trunnions.
Henry VIII. England. XVI Century (first quarter).



2 — PORTUGUESE BRONZE CULVERIN. Length 3,62 m. \varnothing 11,5 cm. The Arms of the kingdom of Portugal and a sphere, in relief, between the muzzle and the trunnions. Four rings on the barrel and a ring on the breech.

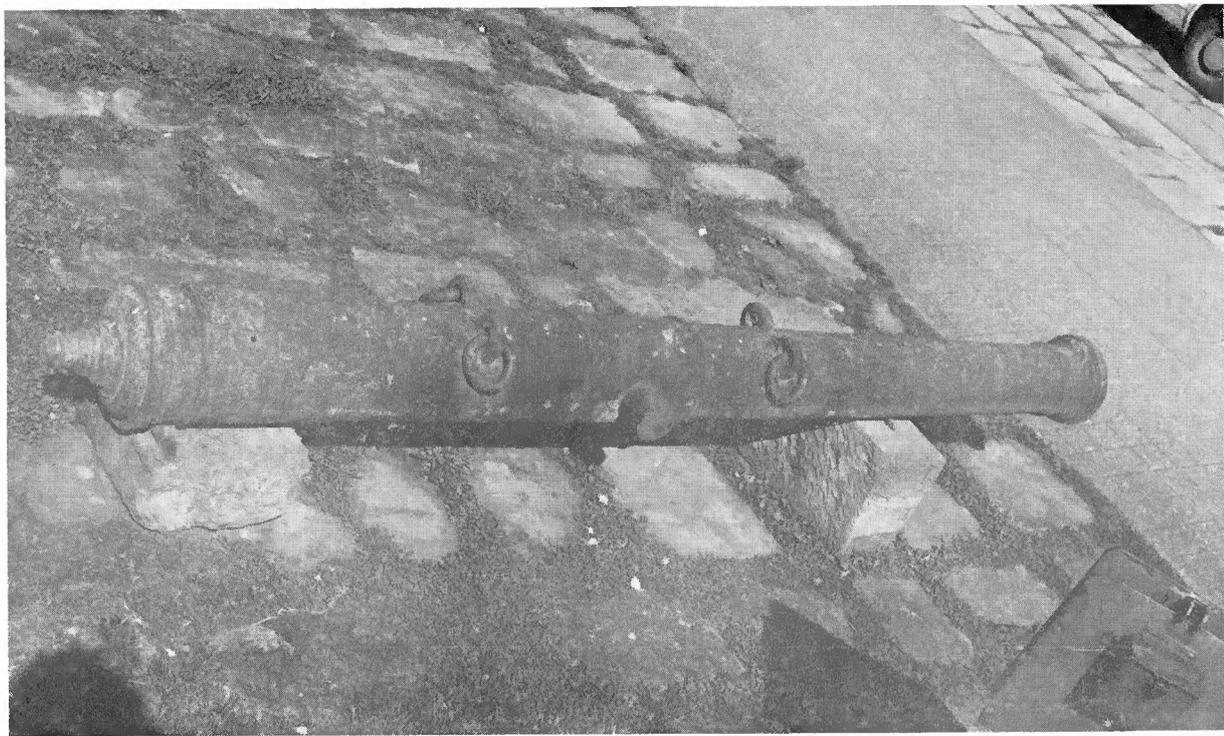
Manuel I of Portugal. XVI century (first quarter).



3 — PORTUGUESE BRONZE CULVERIN. Length 4,40 m. Ø 13 cm. Fine Renaissance decoration near the muzzle, the trunnions and the button of the breech. The coat of Arms of Portugal, the sphere and a «cartouche» with the date 1545, between the muzzle and the trunnions. The head of a warrior in the back of the breech. The barrel presents, between the trunnions and the breech, the form of a doric column. Four rings on the barrel and, upon the trunnions, another «cartouche», with the initials IODIZ (João Dias) the cypher of the founder.
John III of Portugal. Lisbon 1545.



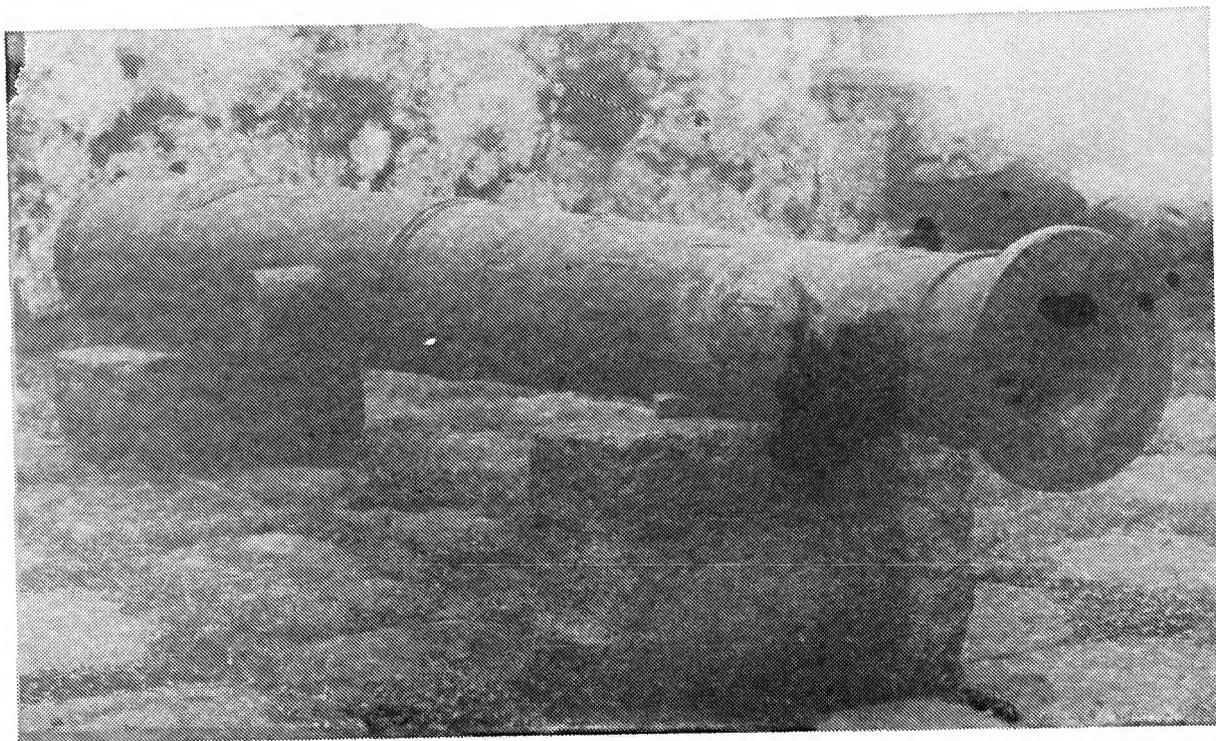
3 — A — PORTUGUESE BRONZE CULVERIN, presented in the precedent plate. Detail of the part between the trunnions and the muzzle.



4 — PORTUGUESE BRONZE DEMI-CULVERIN. Length 3,23 m 0 11,5 cm.. The Arms of the kingdom of Portugal on the barrel.
King Sebastian of Portugal. XVI century (third quarter).



5 — PORTUGUESE/SPANISH BRONZE CANNON. Length 2,80 m. Ø 15 cm. Dated from 1596. Renaissance decoration. Dolphin rings upon the trunnions. Three relieves with the coat of Arms of Portugal/Spain, a reference to Philip II and an inscription concerning the construction of the cannon, under the order of D. IVAN DE ACUÑA, in the year 1596.



6 — FRENCH BRONZE NAVAL CANNON. Length 3,41 m. 0 14 cm.. Decorated with HH and lisses, between the muzzle and the trunnions. A crowned H, the royal coat of Arms of France, in an oval, and the cypher AB, in relief, on the barrel, between the trunnions and the breech. The date 1575 engraved in the breech.

Henry III of France.



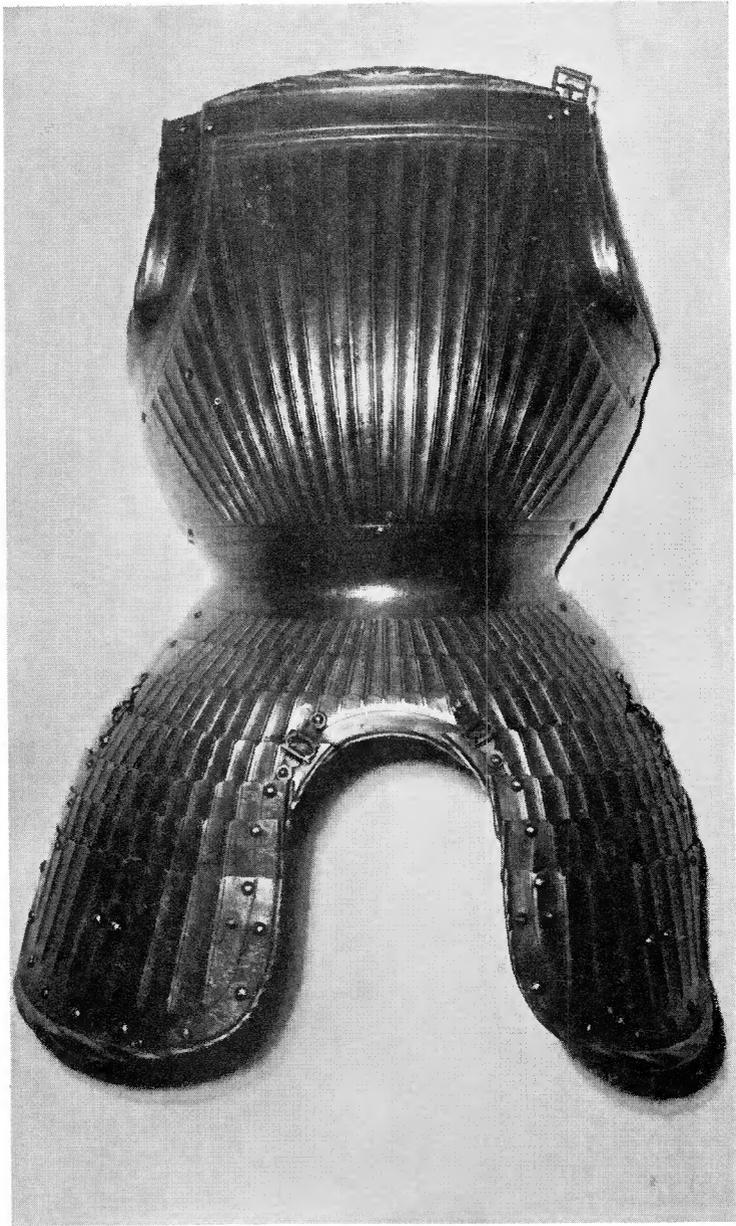
7 — IBERIAN COOPER HELMET. Pre-roman period.



8 — PEAKED MORION. Nort Italian (?). XVI century (last quarter).



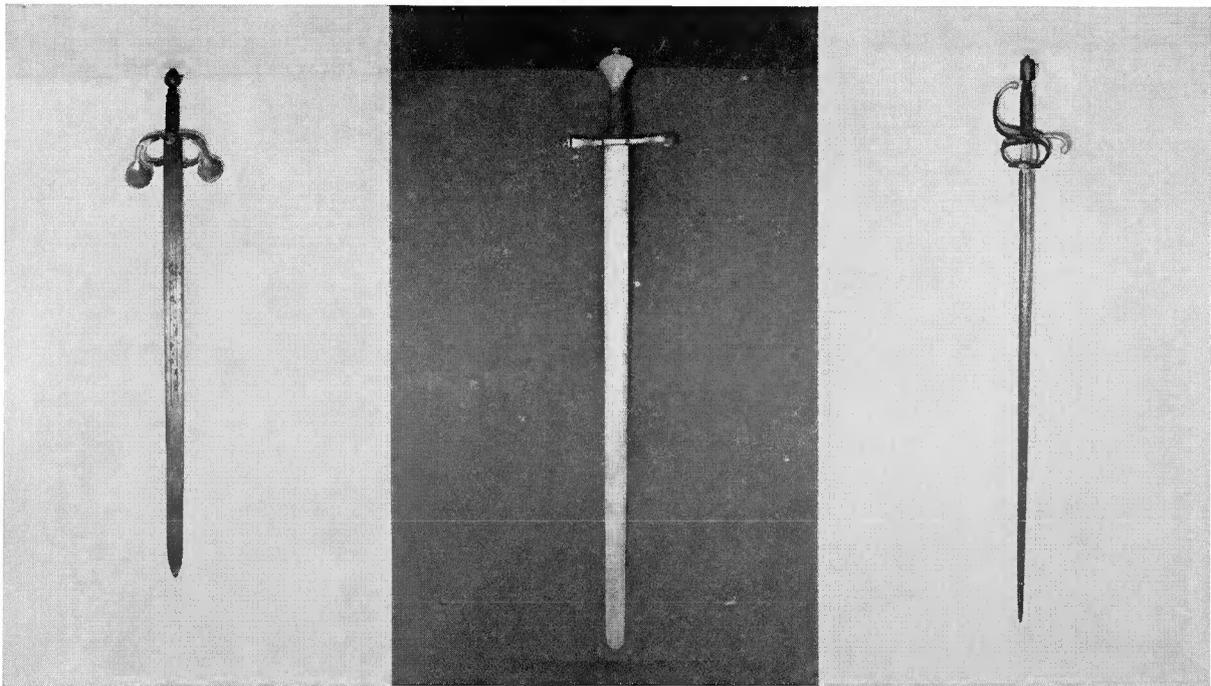
9 — "SPANISH" MORION. XVI century (last quarter).



* 10 — BREASTPLATE AND TASSETS from a FLUTED ARMOUR, habitually named «Maximilianna». Fine german work About 1515-1525.



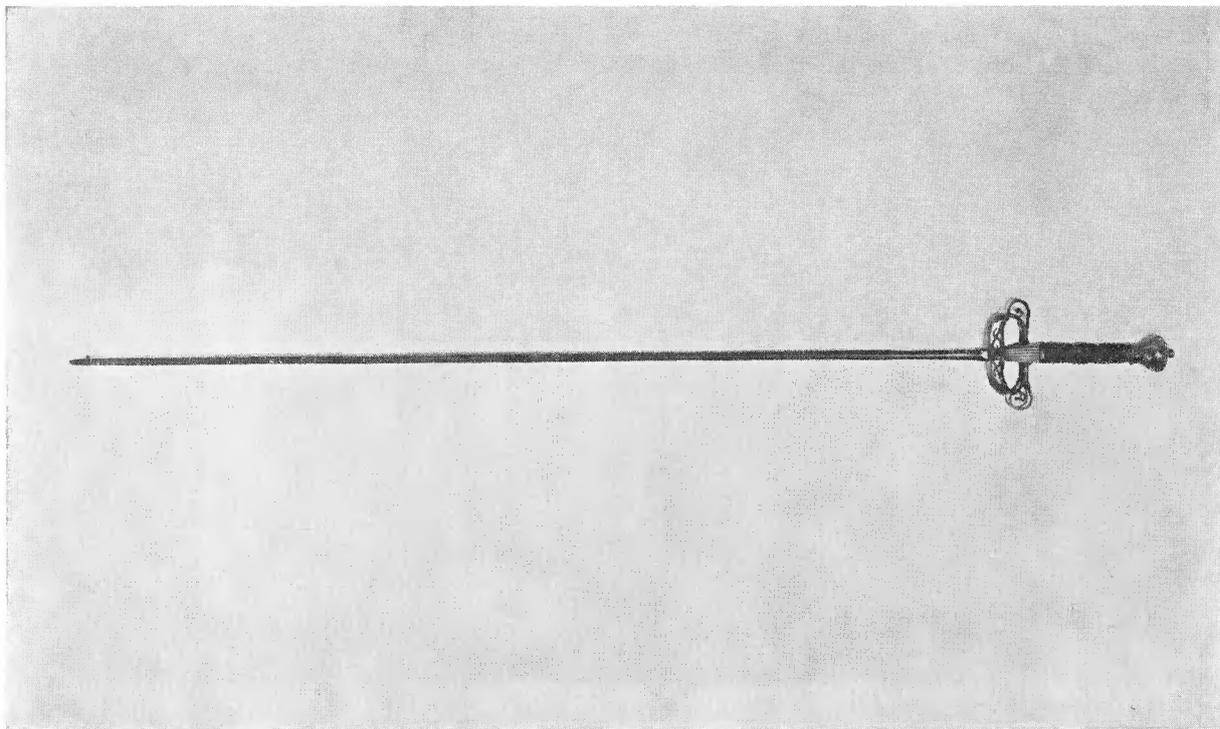
11 — HALF-ARMOUR, with close helmet, gorget, breastplate, pauldrons and vambraces. North-Italian (?). About 1580-1590.



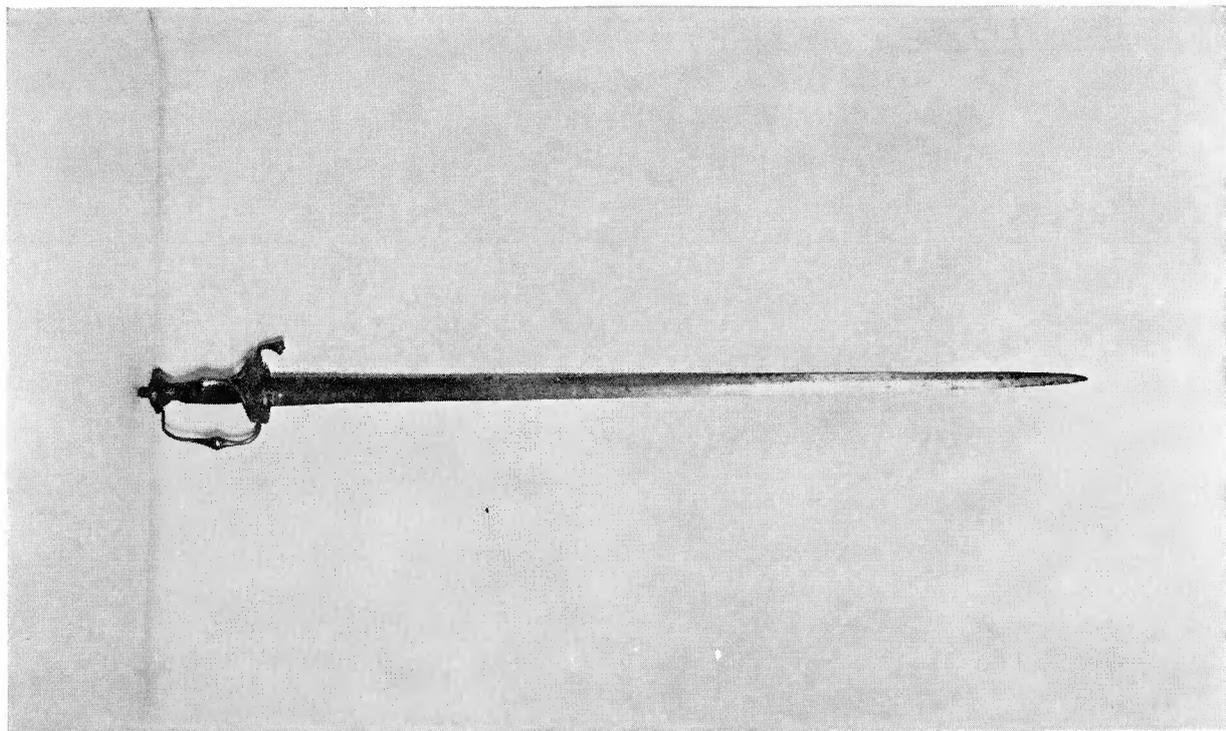
12—“MEDIEVAL” SWORD. Overall length : 0,99 m. ; blade. 0,86 m. Portuguese (?) About 1480.

13 — SWORD. Overall length: 0,93 m. ; blade : 0,79 m. S shaped quillons. A mark in both sides of the blade. Portuguese (?) End of XV century.

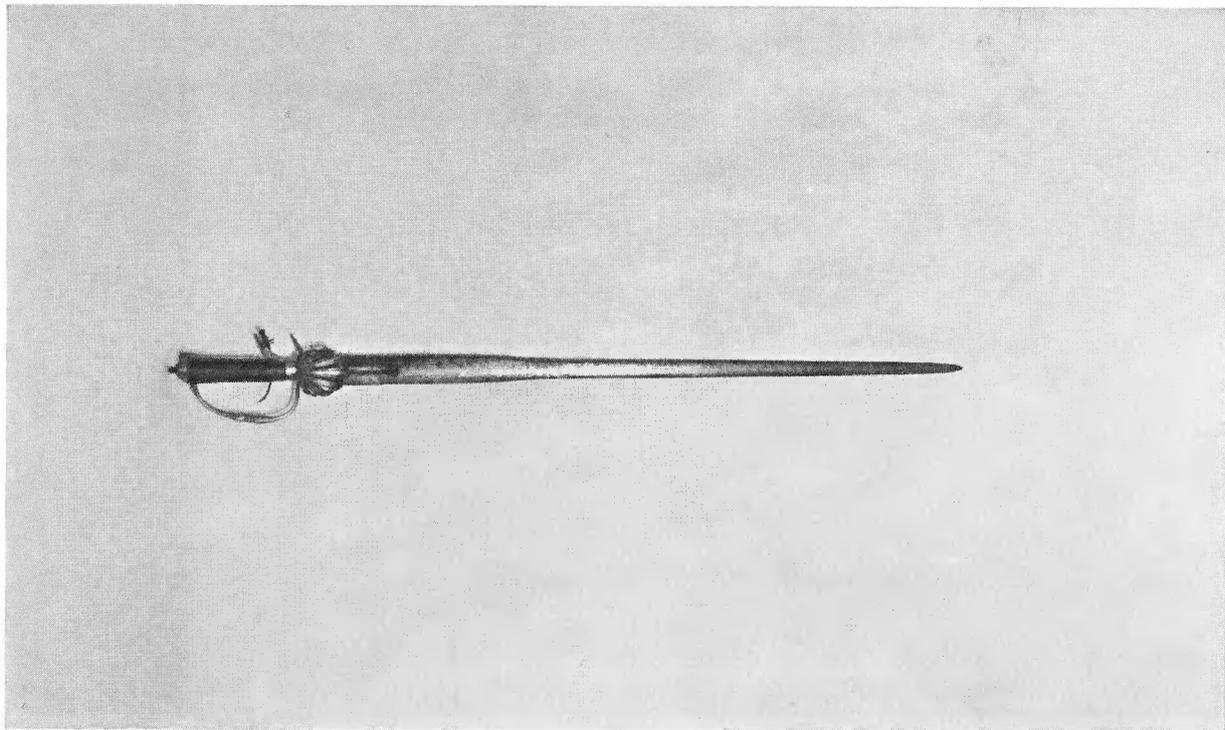
14 — SWEPT—HILT SWORD RAPIER. Overall length : 1,20 m. ; blade : 0,98 m. XVI century.



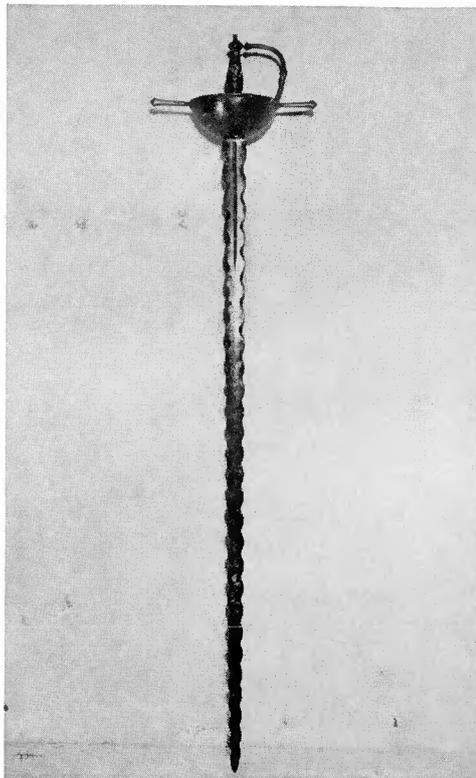
15 — ESTOC. Overall length : 1,27 m. ; blade 1,06 m.. Four short curling quillons and a pierced shell form guard mounted in the little arms of the hilt. XVI/XVII centuries.



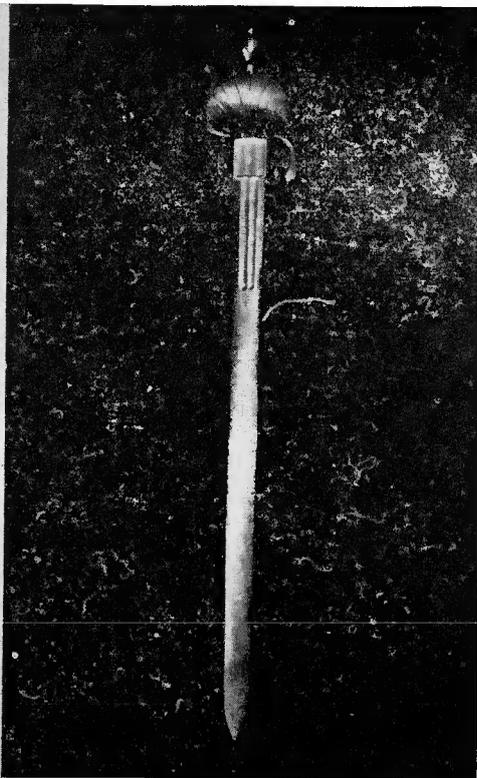
* 16 — CAVALARY SWORD. Overall length : 1,07 m. ; blade : 0,92 m. Usually referred too as a WALLON SWORD. A latin inscription in the blade "SOLIDEO GLORIA". The profile of a man engraved in the other side of the blade and a german legend. Spanish (?). XVII century.



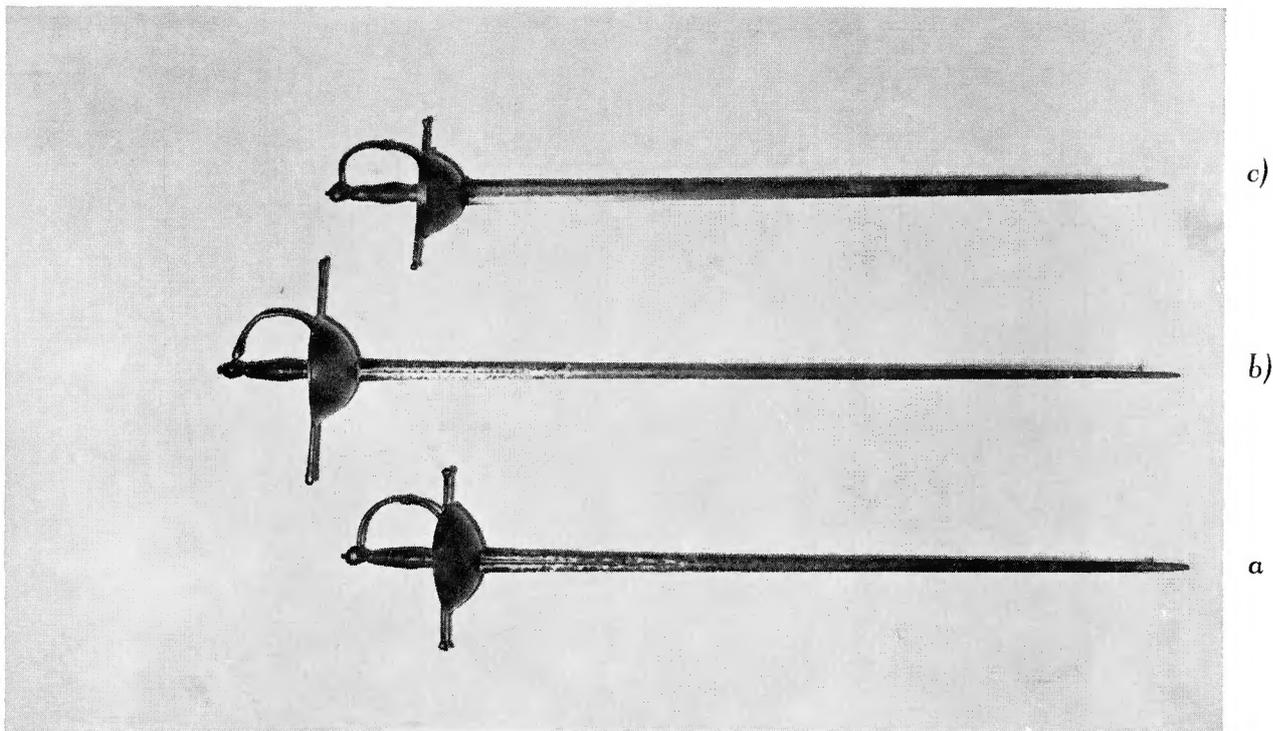
* 17 — HUNTING PISTOL SWORD. Overall length : 0,81 m. ; blade : 0,68 m. Silver Knucle bow and shell pierced, instead of the hilt. English (?). Mid — XVIII century.



19 — CUP-HILT RAPIER.
Overall length : 1,20 m. ; blade :
1,03 m. Flame shaped blade. Portu-
guese. First half of XVII century.



* 18 — BROAD SWORD.
Overall length : 0,89 m. ; blade :
0,74 m.. Large shell guard, curved
knuckle bow and oval pommel. A
mark on the ricasso. On the wide
blade is the inscription : "ME
FECIT SOLINGEN". German. C.
1600.



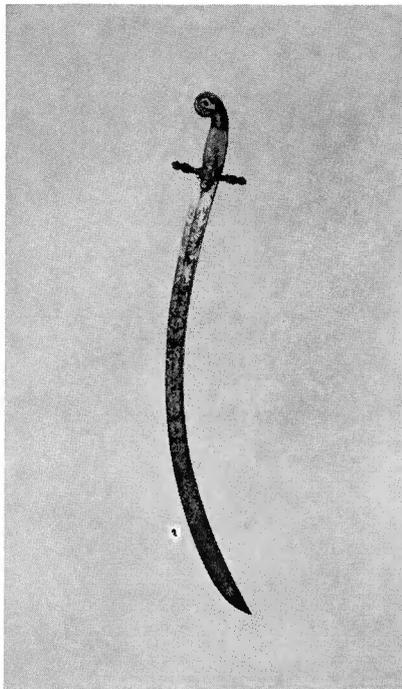
20 — THREE MILITARY CUP-HILT RAPIERS.

a) Overall length : 1,07 m. ; blade : 0,88 m. ;

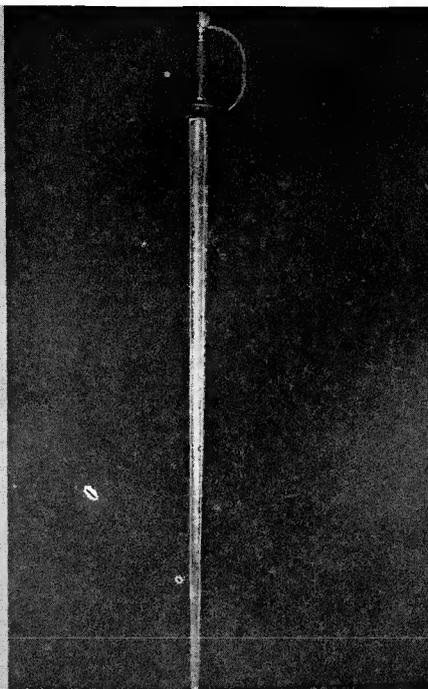
b) Overall length : 1,20 m. ; blade : 1,03 m. ;

c) Overall length : 1,06 m. ; blade : 0,88 m. ;

Blades with visible inscriptions. Portuguese. Second half of XVII century.



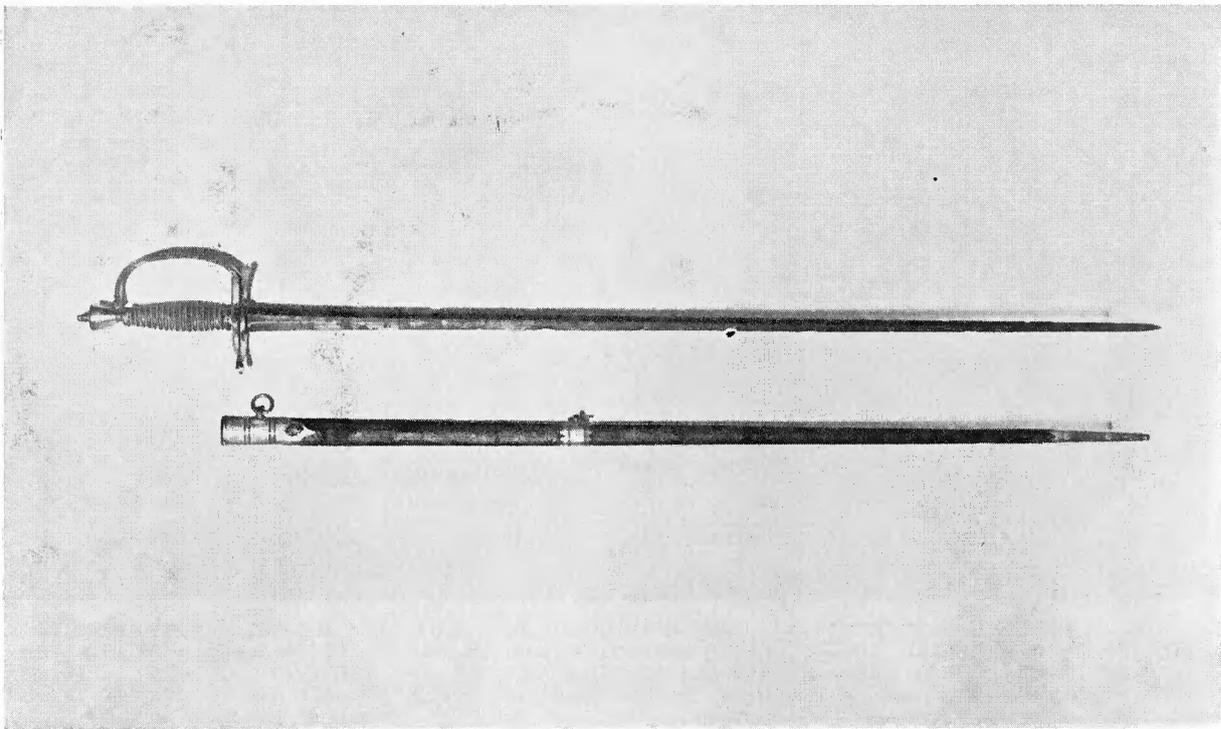
21 — GENERAL OFFICER'S PRESENTATION SWORD. Overall length : 0,93 m. ; blade : 0,73m With ivory grip, gilt brass quillons and eagle head pommel. A cypher on the langet. Gold and blue demascening, with a crown and a royal cypher of Mary I, Queen of Portugal, Belonged to a Portuguese Admiral. English (?). Last quarter of the XVIII century.



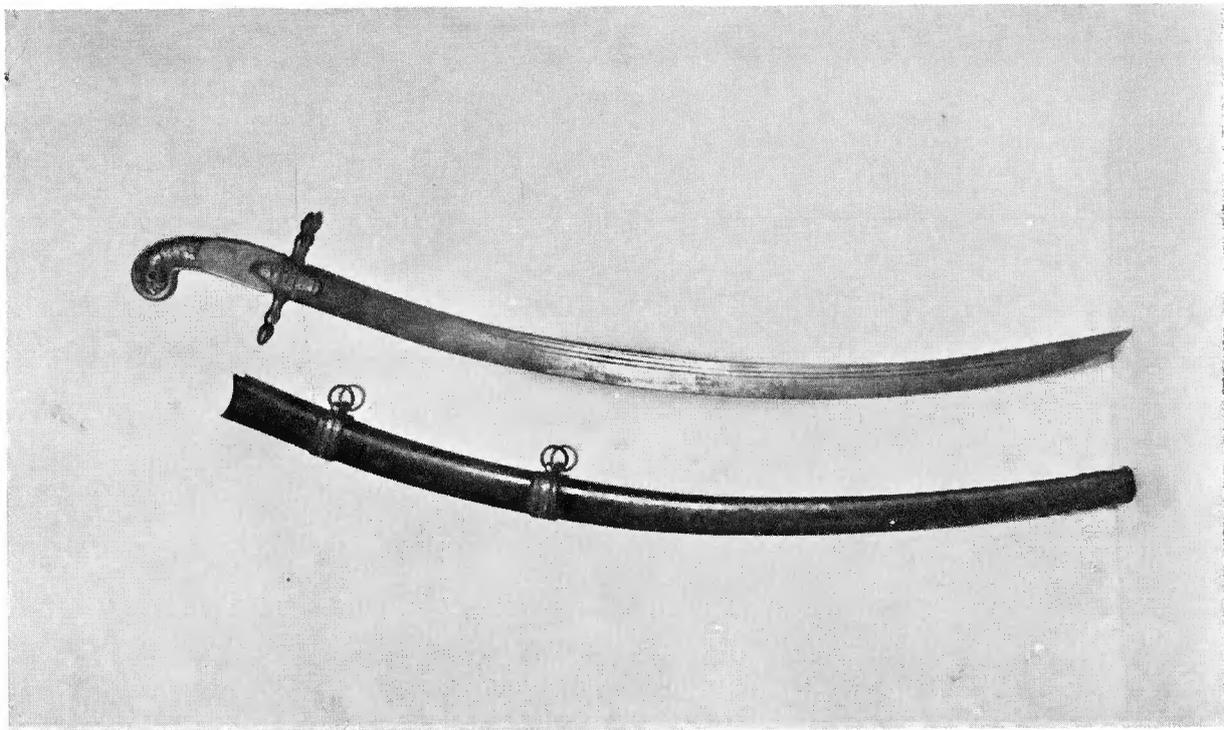
22 — INFANTARY OFFICER'S SWORD. Overall length : 0,97 m. ; blade 0,81 m. 1796 pattern. English. End of XVIII century.



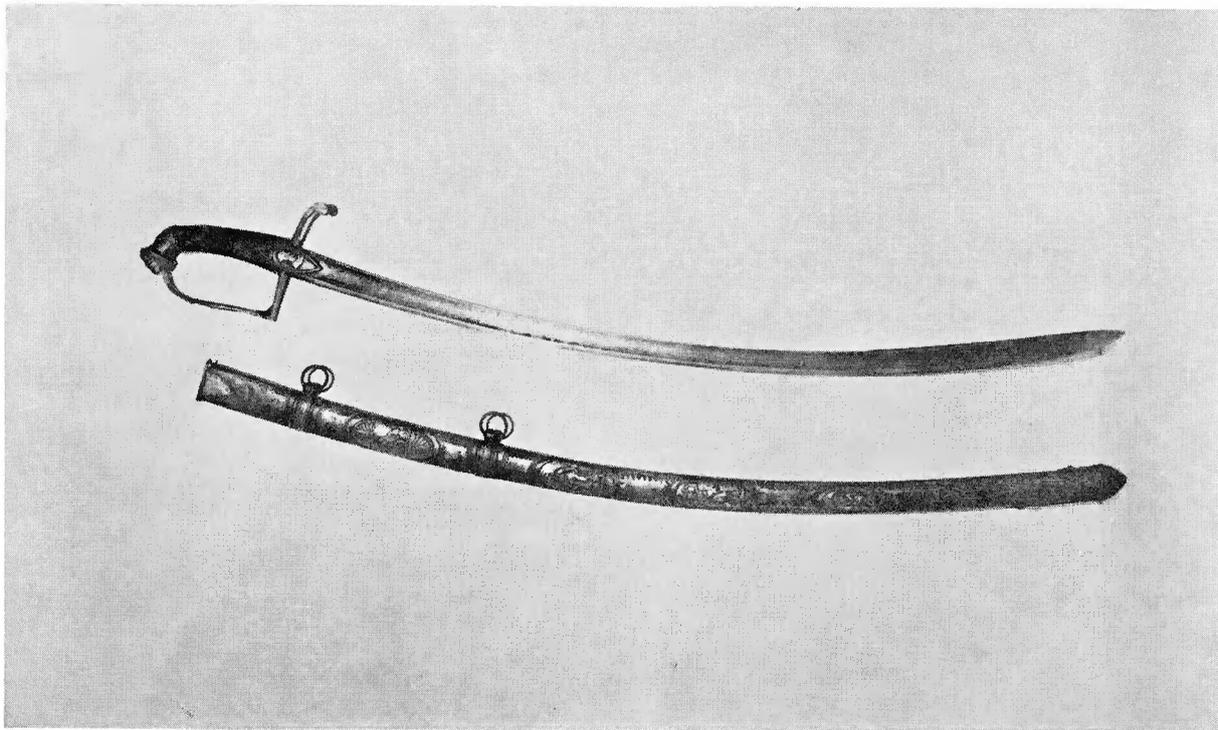
23 — DRAGOONS OFFICER'S AND TROOPER SWORD (SABRE). Overall length : 1,70 m. ; blade : 0,89 m. English. Second half of the XVIII century.



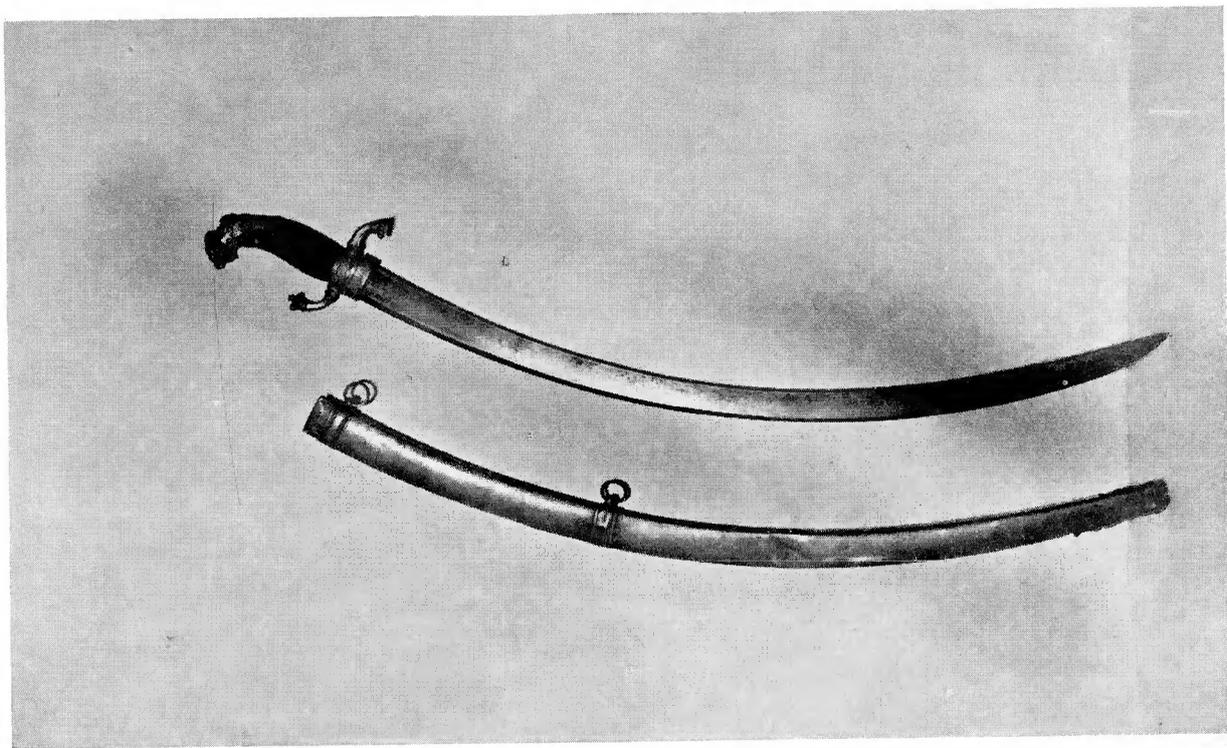
24 — BRITISH NAVY REPRESENTATION OFFICER'S SWORD. Overall length ; 1m. ; blade : 0,84 m. SOLINGEN blade. Silver roled grip. Leather scabbard with brass locket, chape rings. A legend in the locket : "Rundell Bridge & Rundell, London". End of XVIII century.



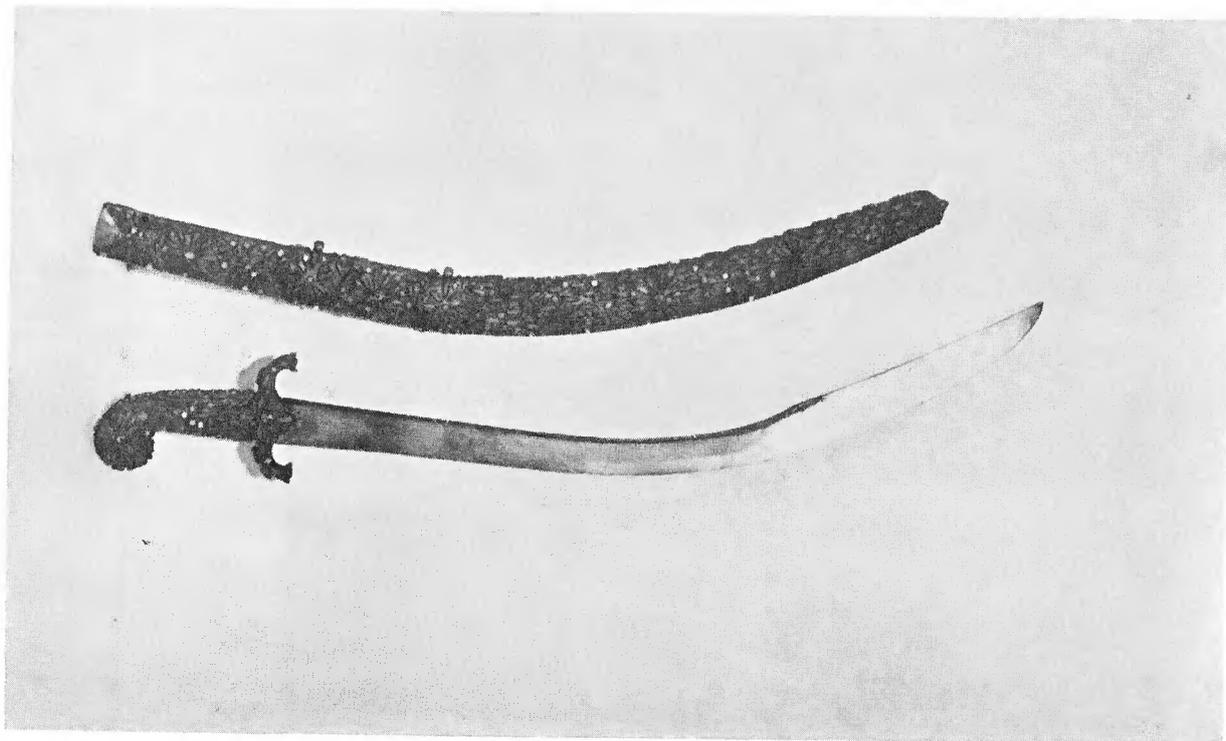
25 — GENERAL OFFICER'S SWORD. Overall length : 0,90 m. ; blade : 0,75 m.. With ivory grip, gilt brass quillons and lion head pommel. Steel scabbard, with two gilt brass rings. A cypher on the langet. English. End of XVIII or beginning of XIX century.



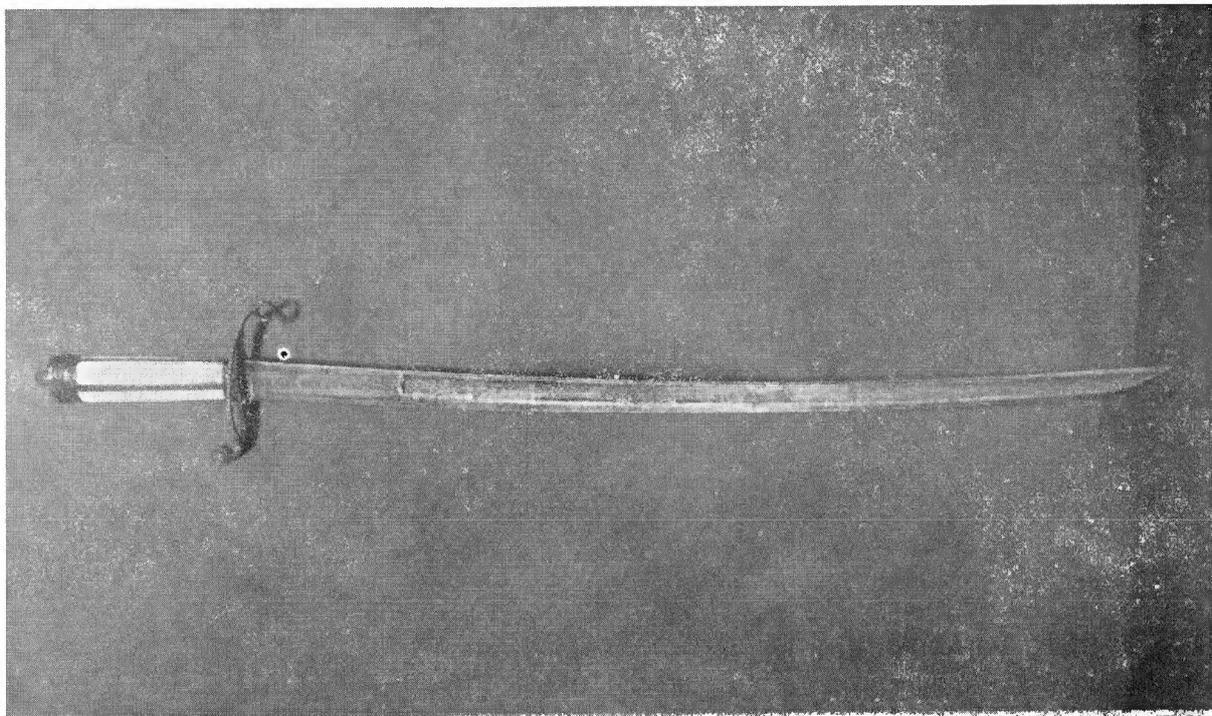
26 — FRENCH GENERAL OFFICER'S SWORD. Overall length : 0,95 m. : blade : 0,80 m.. Gilt brass knuckle guard quillon, and lion head pommel. An effigy on the langet. Relief decorated and gilt brass scabbard, with two rings. French, Napoleonic period.



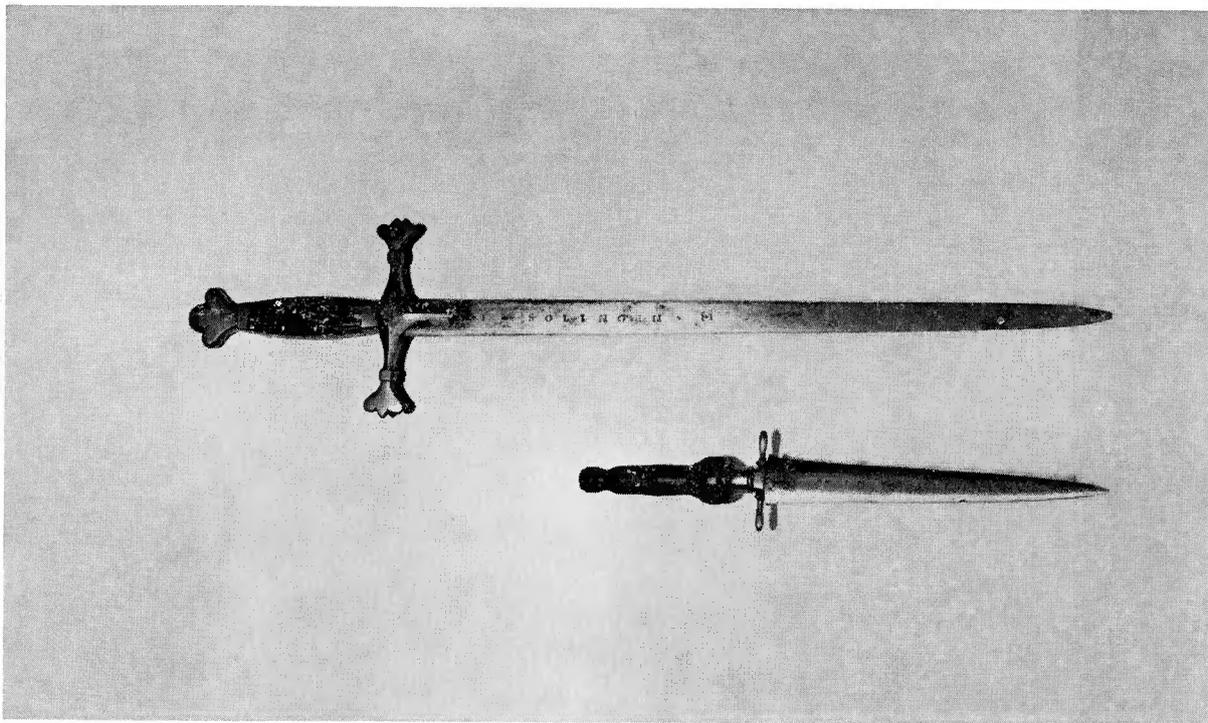
27 — FRENCH OFFICER'S SWORD. Overall length : 0,90 m. ; blade : 0,75 m.. (Turkish sabre model). Brass scabbard, with two rings. French. Beginning of XIX century.



28 — TURKISH SWORD (SABRE). Overall length : 0,86 m. ; blade : 0,70 m.. Grip, pommel, quillons and scabbard foiled with brass and demi-precious stones and enamels. The blade, decorated with gold, presents turkish inscriptions. Beginning of XIX century.

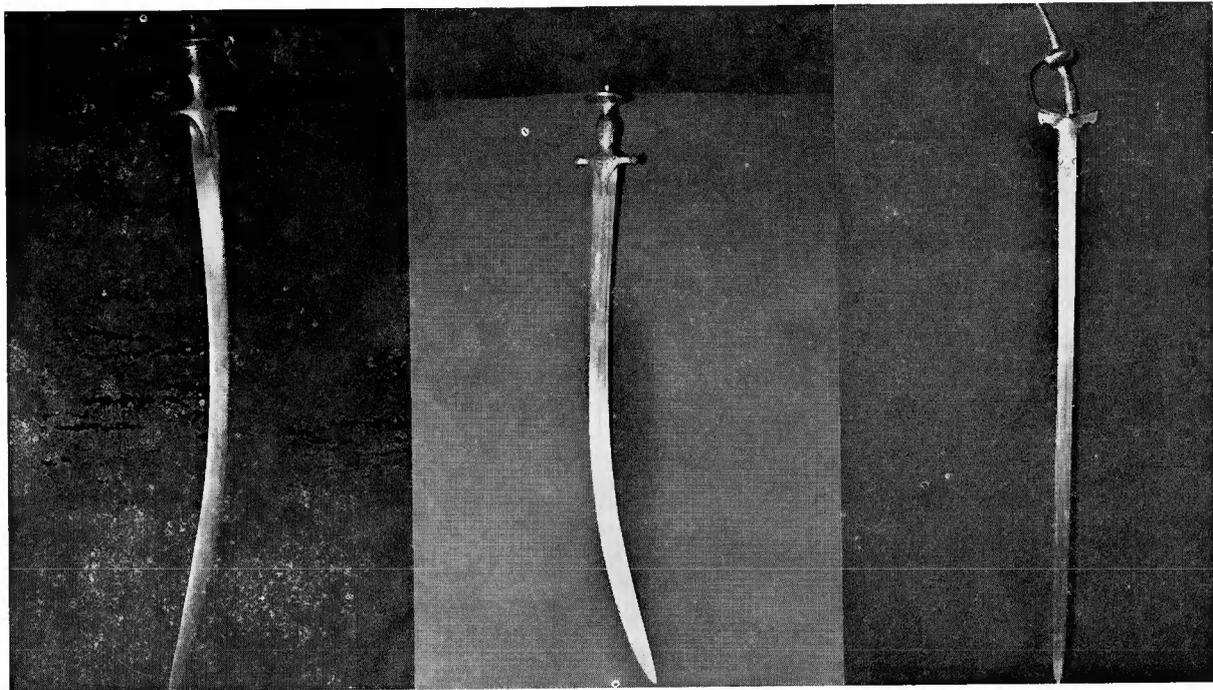


29 — HUNTING HANGER. Overall length : 0,68 m. ; blade : 0,54 m. With silver mounted hilt and ivory grip. Blade with the inscription «VIVA EL-REI DE PORTUGAL», in both sides of the ricasso. Portuguese. Second half of XVIII century.



39 — **A** — PLUG BAYONET. Overall length : 0,32 m. ; blade : 0,20 m.. With steel quillons and usual shaped hilt. The blade can be a reduced sword blade, with the inscription «IN SOLINGEN». German. Beginning of XVIII century.

— **B** — CRUCIFORM HILT DIRK. Overall length : 0,57 m. ; blade : 0,43 m.. With brass pommel quillons and langet. Blade with the inscription «IN SOLINGEN». German. Beginning of XVIII century. The brass mounted of the hilt may be later.



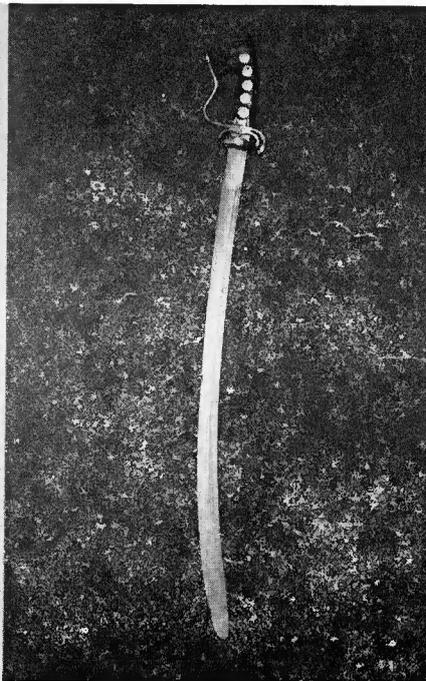
31 — INDIAN TULWAR. Overall length : 0,96 m. ; blade . 0,82 m.. Curved blade. The hilt has a wheel pommel and knuckle bow, covered over all with good gold damascened decoration. Probably XVIII century.

32 — INDIAN TULWAR. Overall length : 0,92 m. ; 0,79 m. Curved blade. Iron hilt with wheel pommel entirely silver damascened. Probably XVIII century.

33 — INDIAN KIRACH. Overall length : 1,18 m. ; blade : 0,98 m. With hindu basket hilt Projecting spike in the grip. Probably XVIII century.



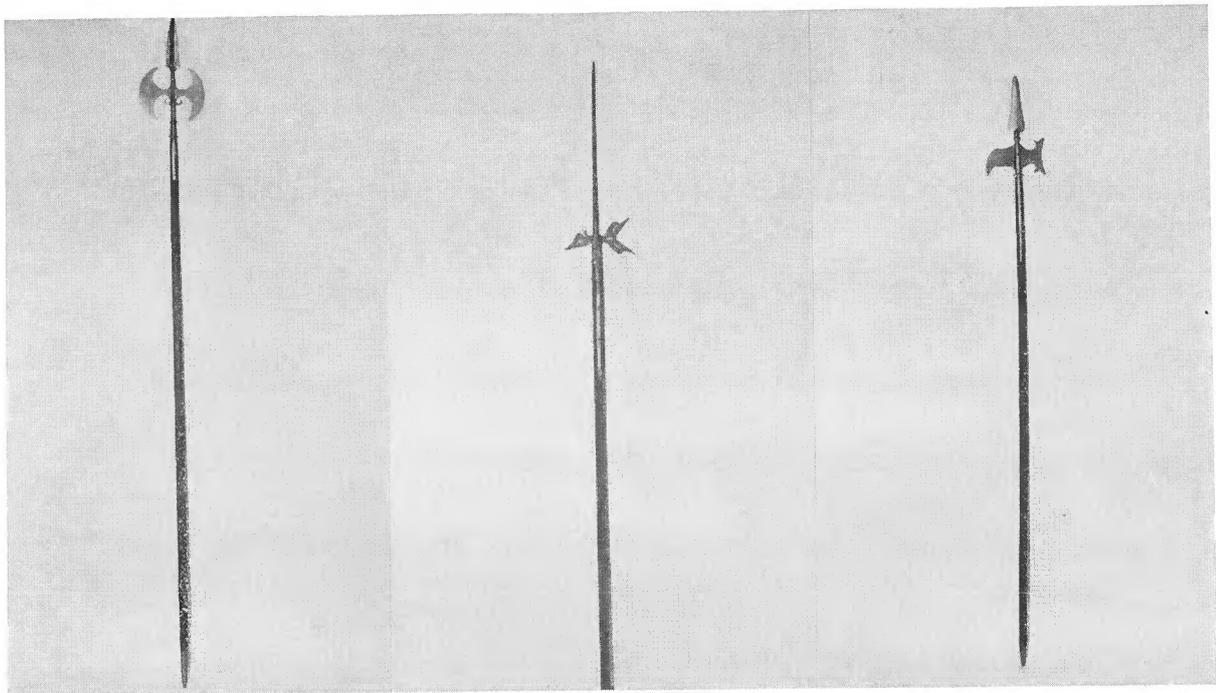
* 36 — POLEAXE Overall length: 1,46 m.; blade: 0,30 m Portuguese. (Perhaps English style). XV century.



35 — MARROCO SWORD (SABRE) «NIMCHA». Overall length: 0,90 m.; blade: 0,74 m. Typical hilt with decorated grip. Stirrup knuckle and three quillons over a ring. Beginning of XIX century.



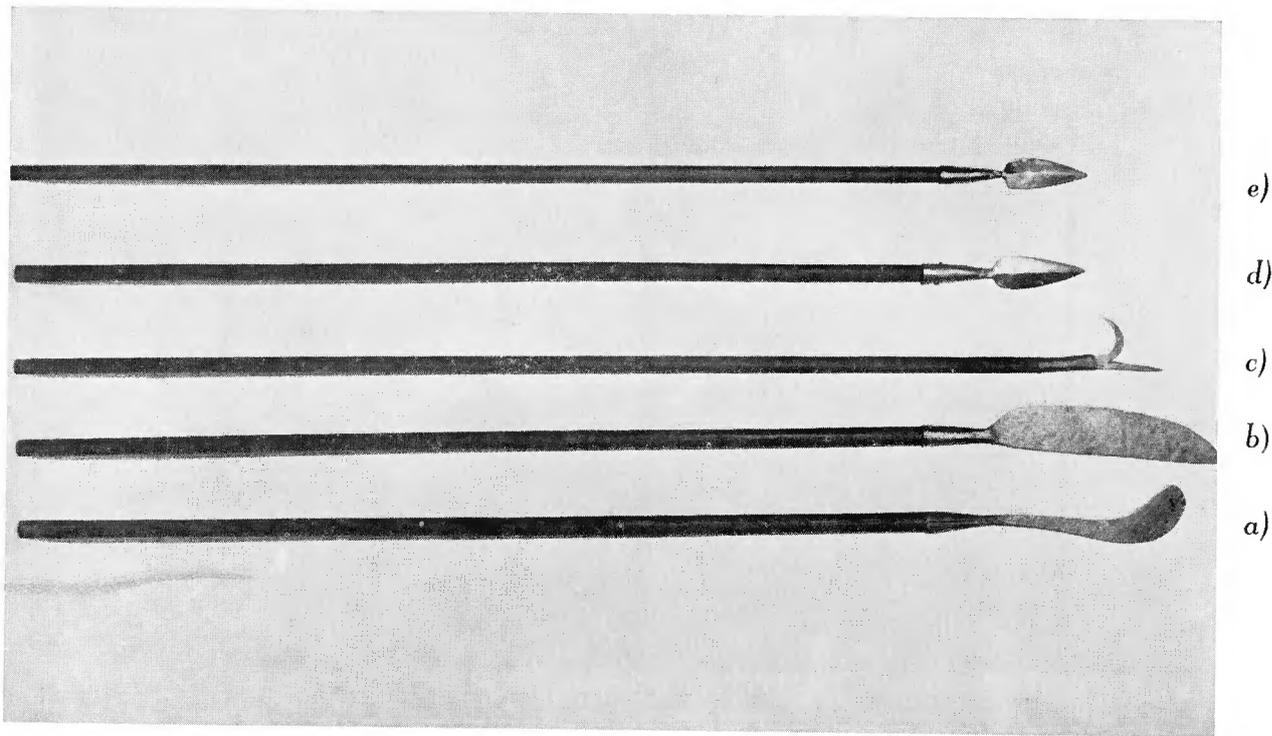
34 — INDIAN TULWAR. Overall length: 0,92 m.; blade: 0,79 m. Curved blade. The hilt with wheel pommel and knuckle bow, is over all covered with good silver damascened decoration. Probably XVIII century.



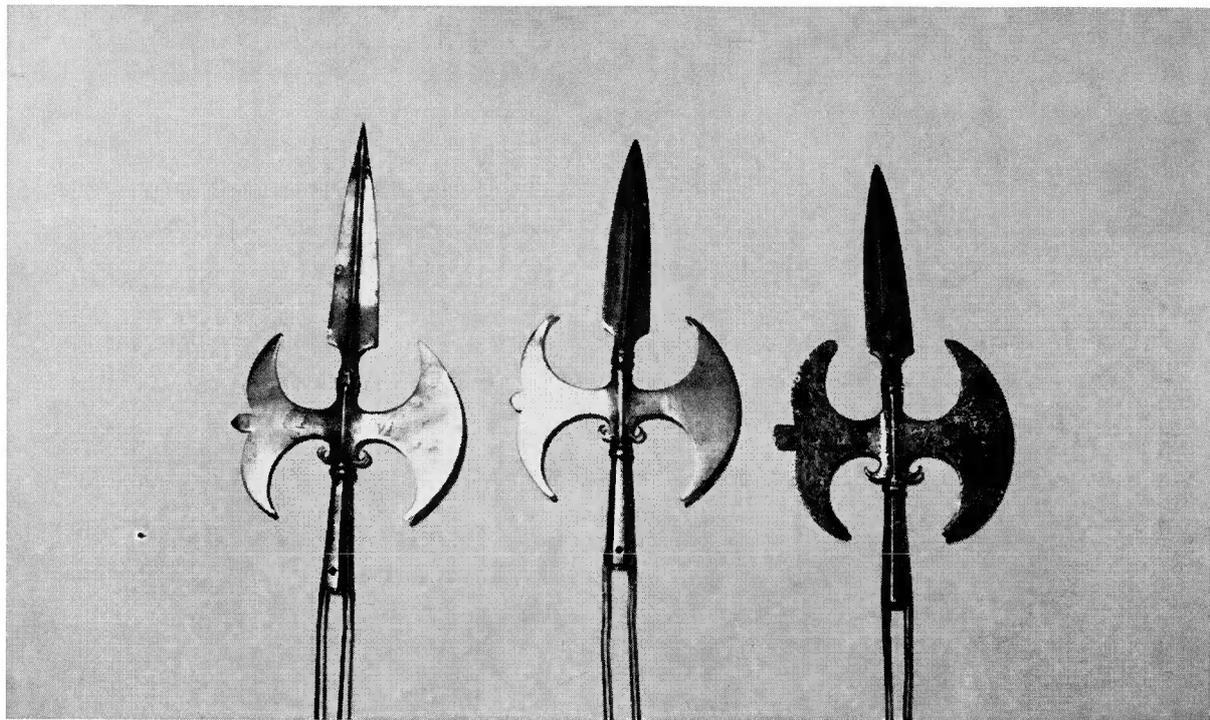
39 — HALBERD (DOUBLE)
Overall length : 2,49 m. ; blade :
0,62 m. Bears in one of the axes,
the coat of Arms of the Kingdom
of Portugal and, in the other, the
royal cypher of the Queen Mary
II, Portuguese. First half of XIX
century. (This halberd belonged
to the Life Guards Corp of the
King of Portugal).

38 — HALBERD. Overall
length : 2,45 m. ; blade : 0,71 m.
The axe bears a stamped mark
German. XVI century.

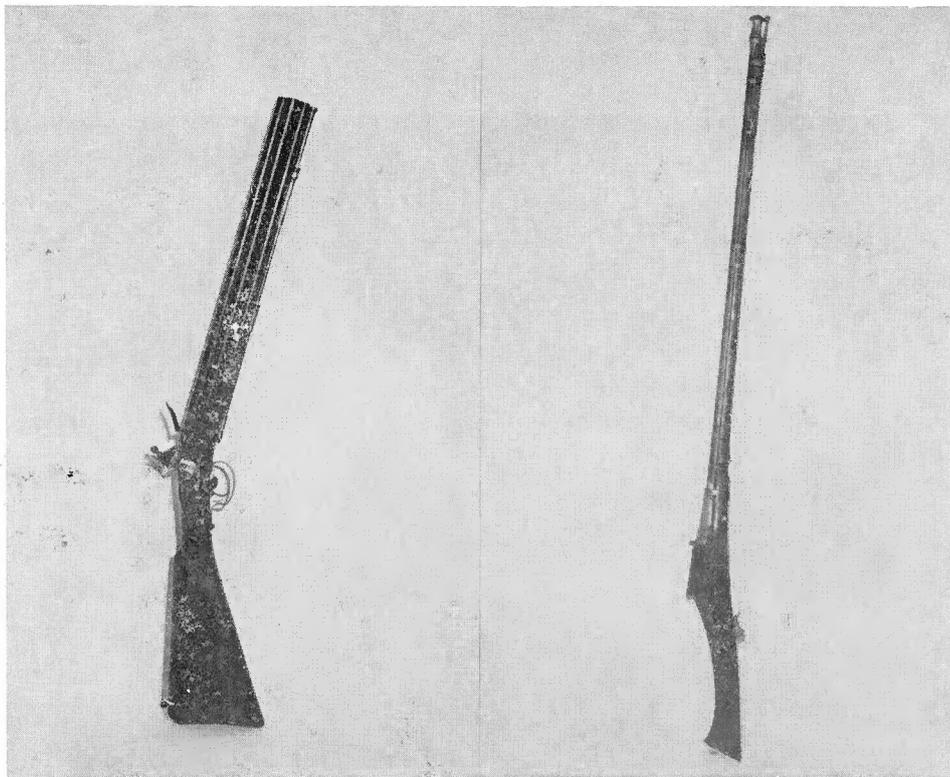
37 — HALBERD. Overall
length : 2,02 m. ; blade : 0,35 m.
Portuguese. End of XVII or be-
ginning of VIII century.



- 40 — POLE ARMS. FROM XVI CENTURY. Used by pionner and police squadrons :
- a) Partizan. Overall lenght : 2,26 m. ; blade : 0,50 m.
 - b) Partizan. Overall lenght : 2,32 m. ; blade : 0,58 m. ;
 - c) Bill. Overall lenght : 2,21 m. ; blade : 0,24 m. ;
 - d) Boar spear. Overall lenght : 2,05 m. ; blade : 0,31 ;
 - e) Boar spear. Overall lenght : 2,05 m. ; blade : 0,28 m.

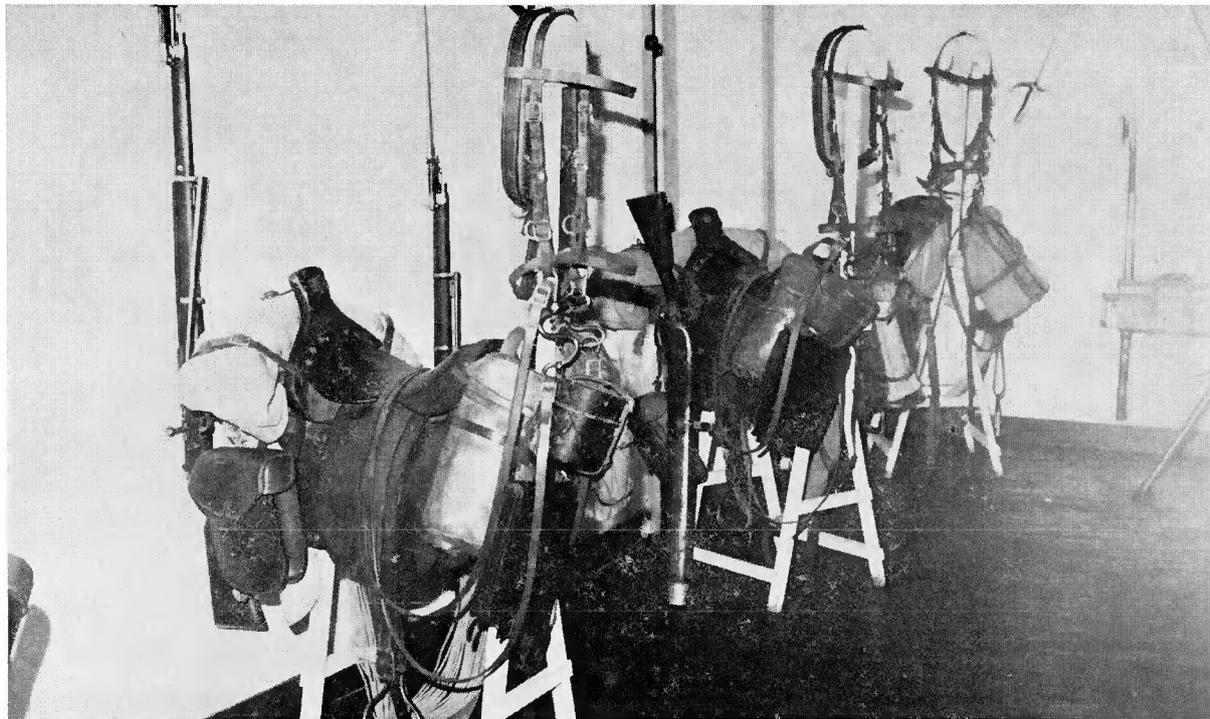


41 — HALBERDS (DOUBLE). Blades : a) 0,1 m. ; b) 0,21 m. ; c) 0,26. Visible in one of the axes, the cyphers of :
a) The King John V,
b) The King Joseph I,
c) The Queen Mary I,
Portuguese. XVIII the century. (These halberds were used by the Life Guards Corp of the Kings of Portugal).

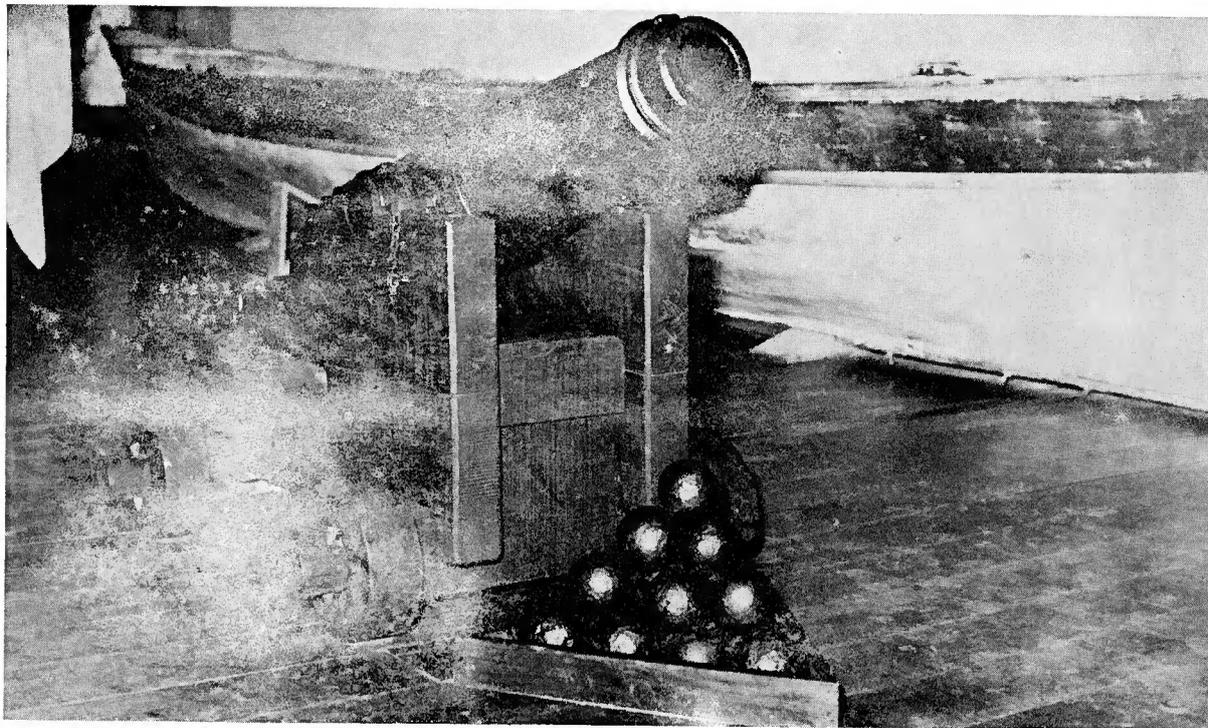


42 --- FLINTLOCK SEVEN-BARRELED VOLLEY GUN. Overall length: 0,91 m.; barrel: 0,51 m. English. Signed by Henry Nock, End of XVIII century. (This pattern was used, during a period, by the Portuguese Royal Navy. The present sample belonged to the Hermitage Museum, before the Revolution).

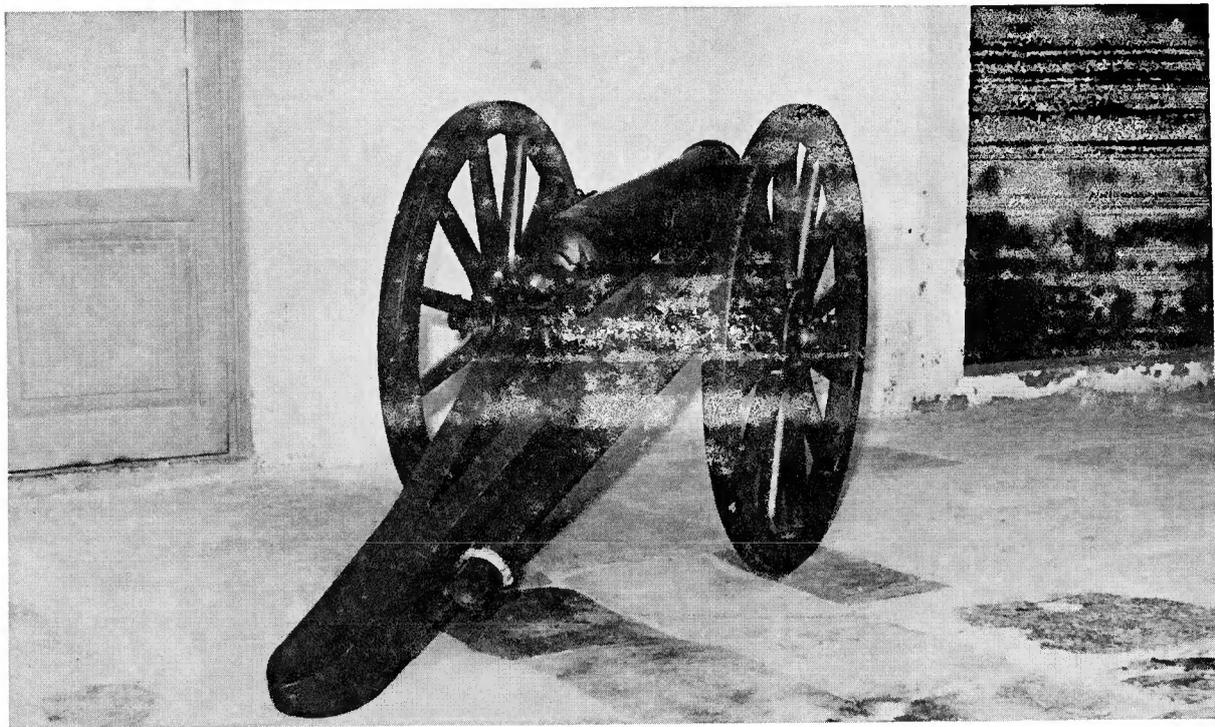
43 — INDIAN MATCHLOCK RIFLE. Overall length: 1,64 m.; barrel: 1,17 m. Afeghan jezail stock. The barrel presents a very fine brass decoration and the wood parts are chaped with indian brass filigrane. Indian XVIII century.



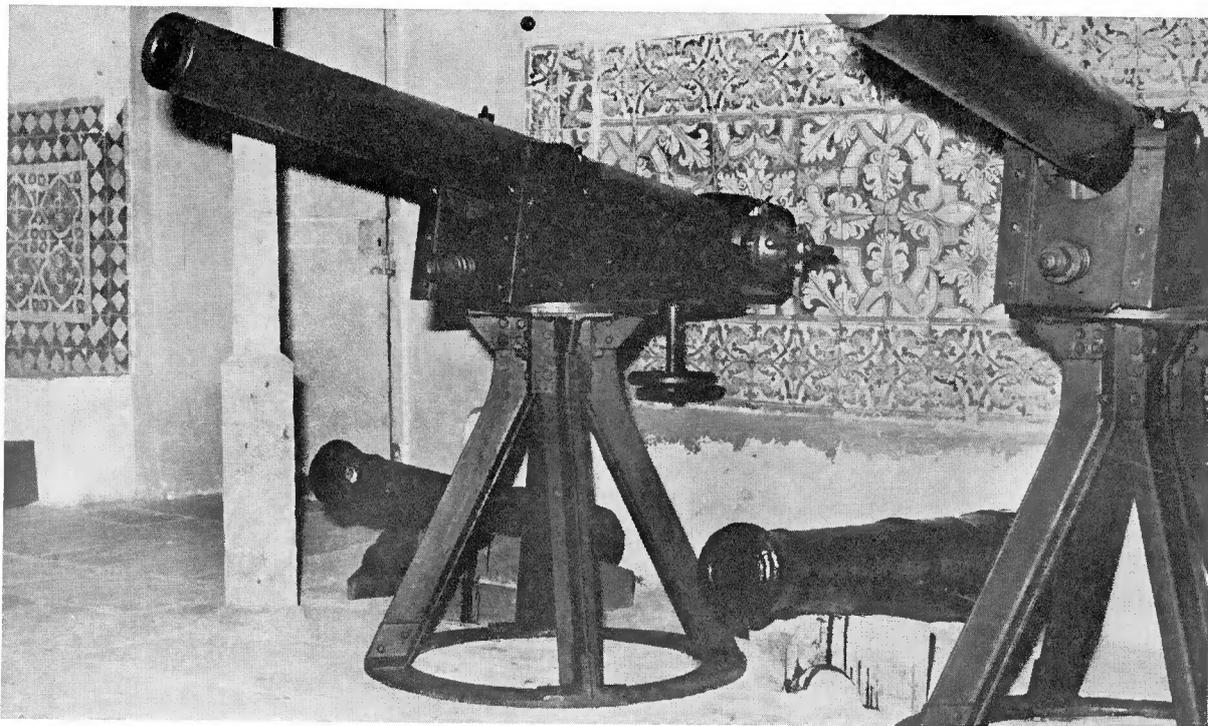
44 — PORTUGUESE MILITARY HARNESS AND EQUIPMENTS. From left to right :
a) Officer/troop 1914/15 pattern, with saddle 1914 ; bridle 1915 and horse equipment 1914 ;
b) The same pattern, with the deep rifle bucket, presenting inside the carbine.
c) Officer/troop 1938 pattern, with the equipment 1914/30.



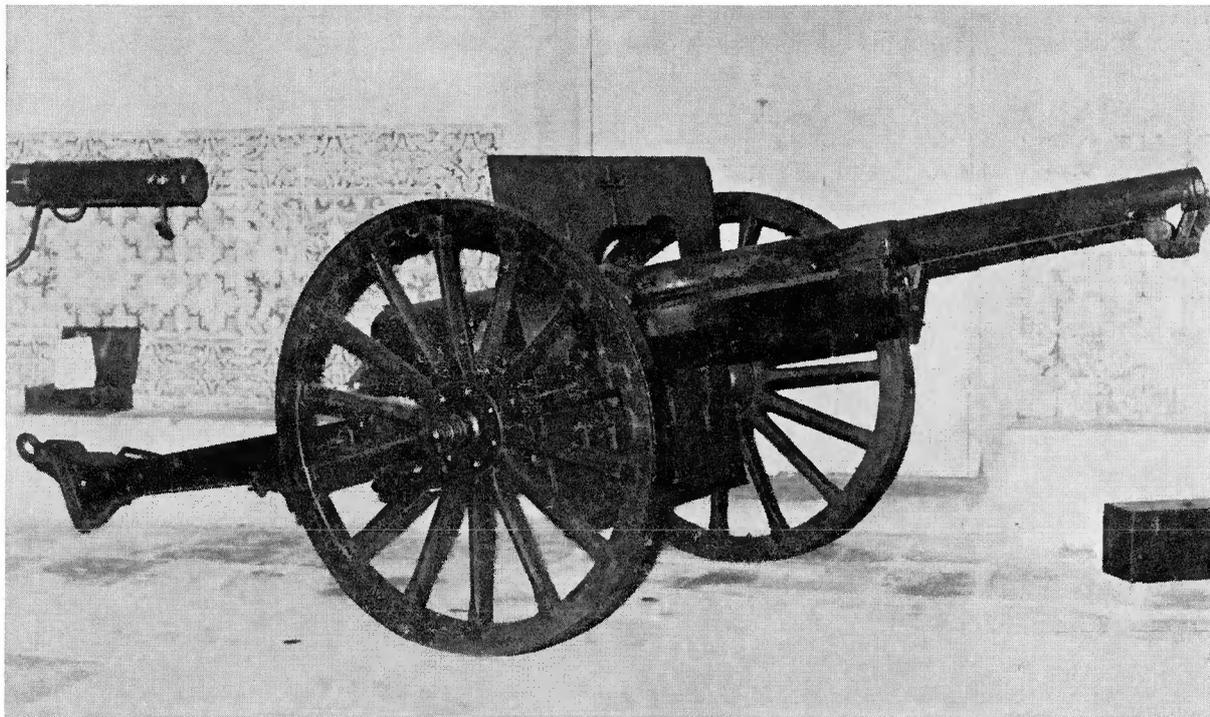
45 — NAVAL IRON 6 PD CARONADE. 0 10 $\frac{3}{4}$ in. Turn re-inforces and integral cascabel loop. The English crown near the breech. Stepped wood carriage whit four wood wheels. Shell triangle piramid. English. Beginning of XIX century.



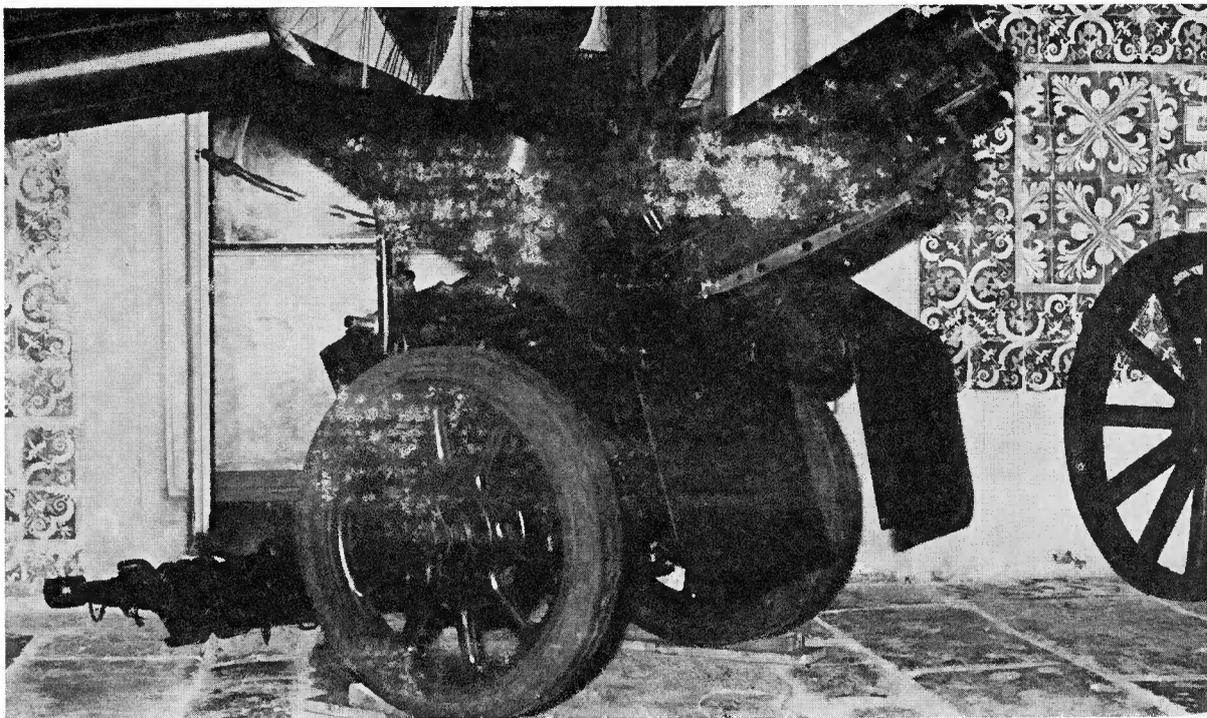
46 — PORTUGUESE MOUNTAIN BRONZE CANNON. 0 9 m.. 1865 pattern. Muzzle loading, whit carriage. The roval cypher of King Luis I of Portugal, on the barrel, near the breech. Portuguese Lisbon, 1871.



47 — TWO PORTUGUESE IRON CANNONS from the end of XVIII century and TWO GERMAN CAMPAIN STEEL CANNONS, 0 8 cm., breech loading, 1870 pattern, with naval supports.



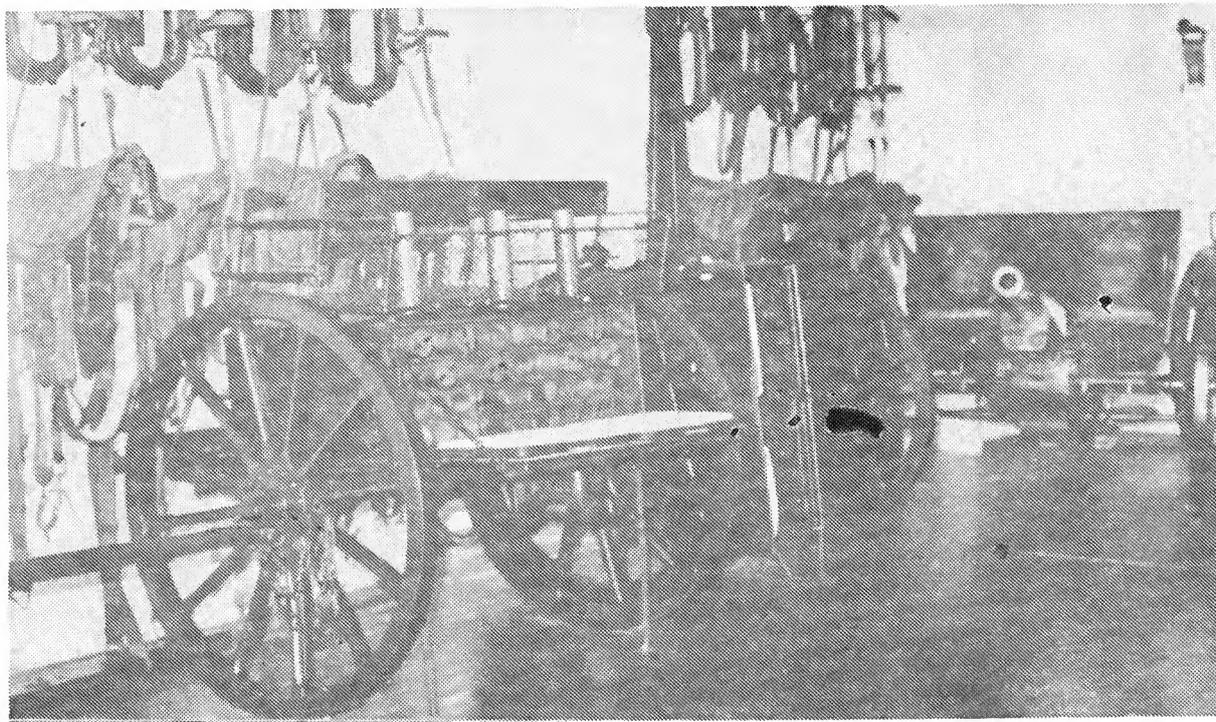
48 — FRENCH «SCHNEIDER-CANNET» STEEL CANNON, 1916 PATTERN. 0 7,5 cm. (This gun was used in the World War I, by the Portuguese Army, in France).



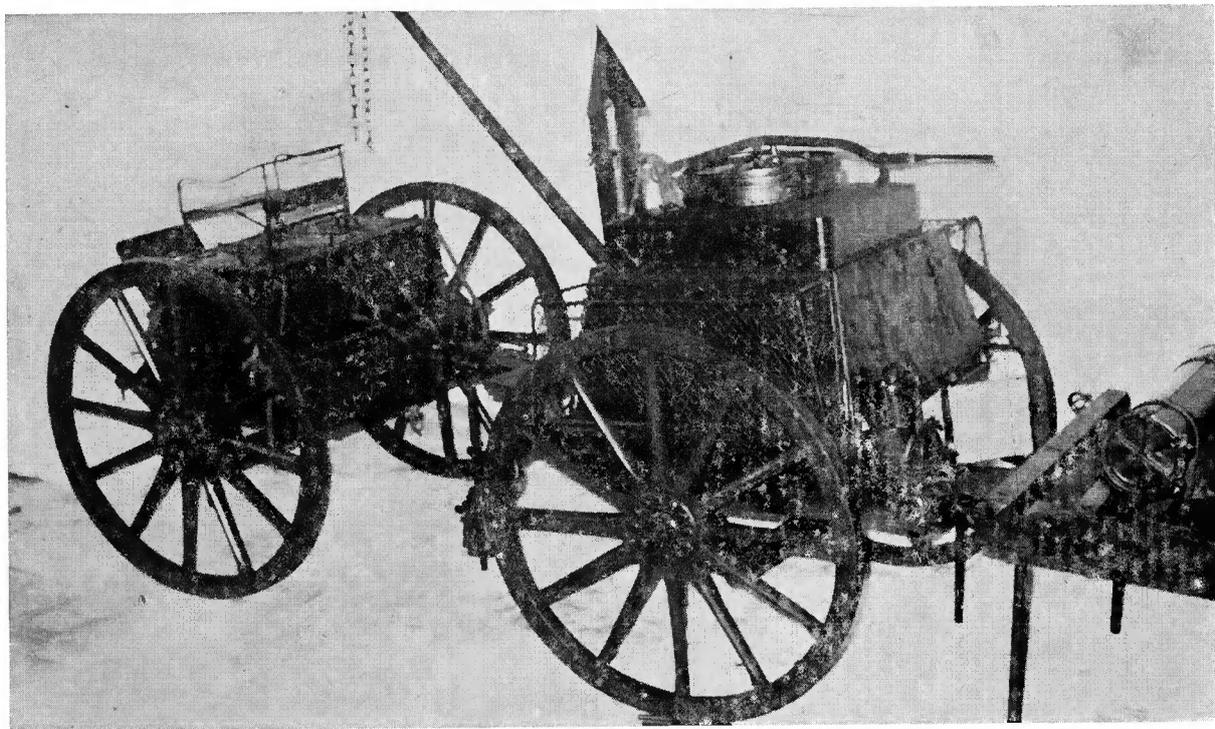
49 — MOUNTAIN 0 7,5/18 cm. STEEL CANNON. 1940 pattern. Italian. (Used by the Portuguese Army, during the World War II).



50 — ENGLISH AA 9.4 cm. GUN. 1940 pattern. (This gun and other of the same pattern, that belong to the Museum, were used in the World War II, in the defense of the town of Angra).



51 — PARTIAL VIEW OF THE ROOM WHERE IS DISPLAYED A COMPLETE FRENCH «SCHNEIDER-CANNET» BATTERY OF ARTILLERY 7,5 cm. 1904 pattern, with limbers, amunition cars, workshop-cars and all harness.



52 — WHEEL CAMPAIN KITCHEN WITH LIMBER. 1914 pattern. Portuguese. (It was used by Portuguese Army in the World War I).

EDUARDO MAYONE DIAS

BALEEIROS PORTUGUESES NA AMÉRICA

Ó terra de Betefete,
Donde se vai prà baleia,
De lá vim, lá tornarei
Como o mar bate na areia.

(Canção popular da Ilha das Flores)

Introdução

O presente artigo tem como intenção descrever a participação dos portugueses, sobretudo açorianos e caboverdianos, nas actividades baleeiras americanas durante a segunda metade do século passado e o primeiro quartel deste. Esta participação efectuou-se, como se sabe, a dois níveis : o da pesca por navios de alto mar e o da pesca costeira na Califórnia, utilizando canoas de limitado raio de acção.

A impossibilidade de pesquisar os mais importantes arquivos referentes à indústria baleeira, em New Bedford (a Betefete dos imigrantes portugueses), levou-nos à necessidade de nos basearmos essencialmente em fontes secundárias. O artigo consiste portanto, mais do que em qualquer outra coisa, numa resenha de elementos referentes à participação portuguesa na pesca da baleia por barcos americanos, elementos esses respigados de obras da especialidade.

Para quem estuda a fase inicial do processo migratório português para a América do Norte um facto que se torna ime-

diatamente evidente é a sua nítida correlação com a pesca da baleia. É sem dúvida curioso observar muitos dos primeiros focos de concentração portuguesa no continente norte-americano e até mesmo no Hawai — New Bedford, Fall River, Providence, San Francisco, Monterey, San Diego, Honolulu e Lahaina — foram portos baleeiros. (1)

(1) Os primeiros portugueses que se estabeleceram no Hawai parecem ter sido desertores de barcos baleeiros, cerca de 300 ou 400 entre 1830 e 1878. Possivelmente metade deles eram caboverdianos. (Informação amavelmente proporcionada pelo Prof. Dr. Edgar C. Knowlton, Jr., da Universidade do Hawai, com base no Capítulo X, «The Marriage of the Portuguese», por Romanzo Adams, da obra **International Marriage in Hawai**, New York, 1937, pp. 134-141.)

A PESCA NO ALTO MAR

A pesca da baleia praticava-se já havia milhares de anos (2) — e não só por europeus como também por esquimós e ameríndios — quando os primeiros colonos se estabeleceram na Nova Inglaterra. Em breve se começou a usar nas colónias americanas o óleo de baleia, geralmente extraído dos cetáceos que davam à costa. Em 1644 tem início a pesca organizada, em geral empregando o método de empurrar os animais para a praia. Em 1712 mata-se o primeiro cachalote ao largo. Esta espécie era preferida por produzir espermacete e uma melhor qualidade de óleo. Por essa época as baleias mortas eram rebocadas para terra. Em 1761, contudo, faz-se ao mar um navio capaz já de derreter a gordura a bordo.

New Bedford afirma-se como porto baleeiro mesmo antes da Revolução Americana. Em Newport, Rhode Island, parece

(2) É curioso notar que na costa portuguesa foram encontrados enormes arpões de pedra, basicamente com a mesma configuração dos actuais, que só poderiam ter sido utilizados para a captura de baleias. Estes arpões datam de cerca de 10 000 A. C.

que o mesmo fenómeno se regista pouco depois de 1750, aqui devido à iniciativa de um judeu português chamado Aaron Lopez. (3) Em breve os navios americanos actuavam por todo o atlântico. Em 1765 regista-se a sua presença nos Açores e em Cabo Verde e em 1774 no Brasil. Em 1769 pescavam cerca de duzentos em águas açorianas.

A Guerra da Independência deve ter prejudicado o desenvolvimento desta actividade, pois os ingleses destruíram quase toda a frota baleeira de Nantucket. Contudo, em 1791 seis navios desta cidade e de New Bedford penetram pela primeira vez no Pacífico, actuando na costa do Chile. (4) O período de 1812 a 1815 representa uma interrupção das operações de pesca, devido ao bloqueio inglês aos portos americanos, mas depois dele recomeçam as viagens ao Pacífico. Por volta de 1829 pesca-se já nos mares do Japão.

É por esses anos que os navios da Nova Inglaterra começam a visitar o Hawai. Por três décadas Lahaina, porto de verão, e Honolulu, porto de inverno, adquirem excepcional relevância como bases de frota. (5) A última cidade torna-se então o mais importante dos portos baleeiros estrangeiros, com o seu auge cerca de 1850, e os tripulantes recrutados nas ilhas, conhecidos como **kanakas**, (6) passam a constituir uma alta percentagem a bordo dos barcos americanos. Ainda em 1866, nas suas reportagens para o **Sacramento União** (7), Mark Twain

(3) Um grupo de judeus portugueses, vindos de Surinam e Curaçao, tinha estabelecido uma colónia em Newport, possivelmente em 1658. Sobre Aaron Lopez veja-se Stanley, F. Chyet, **Lopez of Newport — Colonial American Merchant Prince**, Detroit, 1970, uma excelente biografia.

(4) Herman Melville atribui inclusivamente consequências políticas à actuação dos baleeiros americanos: «Until the whale fishery rounded Cape Horn, no commerce but colonial, scarcely any intercourse but colonial, was carried on between Europe and the long line of the opulent Spanish provinces on the Pacific coast. It was the whalemens who broke through the jealous policy of the Spanish crown, touching those colonies, and, if space permitted, it might be distinctly shown how from these whalemens at least eventuated the liberation of Peru, Chili and Bolivia from the yoke of Old Spain, and the establishment of the eternal democracy in those parts.» Herman Melville, **Moby Dick**, New York, 1951, p. 118.

(5) Cerca de 1840 a maior parte da frota baleeira da Nova Inglaterra actuava já no Pacífico.

(6) Ainda muito recentemente, em Maui, ouvi um português idoso referir-se aos havaianos nativos como «canecas».

(7) Mark Twain, **Letters from Honolulu**, Honolulu, 1939. Veja-se a reportagem intitulada «The Whaling Trade».

acentua a importância de Honolulu neste aspecto. Em 1865, todavia o governo havaiano, alarmado com o desvio de mão-de-obra necessária à agricultura, impõe uma fiança de 600 dólares para assegurar o regresso de cada um dos seus súbditos contratados como marinheiros, medida essa que começou a desviar para San Francisco o fulcro da actividade baleeira do Pacífico.

Os barcos americanos tinham já aparecido pela primeira vez na costa da Califórnia cerca de 1820, reunindo-se geralmente em Sausalito, e mesmo durante o período de domínio do Hawai saíam com relativa frequência do porto de San Francisco. (8) Esta cidade, contudo, só passa a representar uma base permanente em 1869. Por estes anos os baleeiros pescavam durante o verão nos mares árticos (Estreito de Behring) e durante o inverno ao longo da costa da Alta Califórnia e nas lagoas e esteiros do litoral da Baixa Califórnia. (9) No entanto o seu número não era elevado pois nunca subiu a mais de oito entre 1850 e 1880. Com a introdução, nesse último ano, do baleeiro a vapor, o porto de San Francisco aumentou um pouco de importância, já que estes navios podiam navegar mais facilmente nos mares árticos. Em 1883, dos 125 baleeiros americanos então existentes, 19 estavam matriculados em San Francisco.

A tripulação média de um baleeiro orçava por 35 ou 40 homens. Geralmente seguiam a bordo o capitão (por vezes também armador), quatro oficiais, quatro timoneiros (que quando chegava a ocasião propícia actuavam também como trancadores), um comissário, um tanoeiro, um carpinteiro, um ferreiro, um cozinheiro, um moço, uns dezasseis marinheiros e quatro grumetes. Muitos elementos marginais faziam parte das tripulações e os capitães e oficiais tinham que exercer uma autoridade férrea para manter a disciplina. O trabalho era extremamente duro, as acomodações dos tripulantes estreitas e lóbregas, a alimentação muito deficiente.

Normalmente um marinheiro recebia 70 ou 75 dólares ao

(8) Quando começou a corrida ao ouro, em 1849, uma maneira prática e económica de chegar a San Francisco desde a Costa Leste era o alistamento como tripulante de um baleeiro. A chegada, as deserções eram frequentes. Registaram-se até casos em que mesmo o capitão e os oficiais partiam em busca de ouro, depois de terem lançado fogo ao barco.

(9) Vários empregavam-se também na caça de focas na Baixa Califórnia e em viagens comerciais que chegavam até à América do Sul e ao Extremo Oriente.

engajar-se, mas dessa quantia eram deduzidos os artigos de vestuário e equipamento que lhe eram fornecidos, quase sempre a preços exagerados. Essas deduções andavam por via de regra pelos 25 dólares. Um marinheiro experiente recebia ao fim da viagem 1/150 do produto da pesca e um principiante 1/175. Com um pouco de sorte poderiam trazer para terra 100 dólares, depois de uma viagem de dois anos. Por consequência, raras vezes podiam os capitães contratar marinheiros profissionais. Além de marginais, que a bordo dos baleeiros esperavam distanciar-se da acção da justiça, as tripulações eram substancialmente constituídas por membros de minorias étnicas, mais dispostos a submeter-se a condições adversas de trabalho e a remunerações inferiores.

Os baleeiros maiores transportavam geralmente cinco canoas, comandadas respectivamente pelo capitão e os seus quatro oficiais. Era destas canoas que a baleia era arpoada e lançada. A popa terminava também em bico, de modo que a embarcação pudesse recuar rapidamente quando a presa fosse ferida e começasse a debater-se. Uma vez trancada, a baleia com frequência arrastava a canoa a alta velocidade, o que era então conhecido como o «Nantucket sleiah ride». Em muitas ocasiões as canoas, cada uma delas com cinco homens, eram destruídas e afundadas por um animal ferido. Registaram-se mesmo casos de navios baleeiros afundados por cachalotes, um deles em 1902. Uma vez morta, a baleia era presa ao casco do navio e a cordura retirada e derretida a bordo. De uma maneira geral, um navio baleeiro não regressava ao porto de matrícula senão quando tivesse os porões cheios de barris de óleo.

Os anos de 1846 a 1851 marcam o auge da actividade baleeira americana. O declínio inicia-se em 1859, ano em que é descoberto petróleo na Pensilvânia. (10) Além deste factor, a decadência foi causada pela crescente escassez de baleias, pelas perdas de navios no Ártico (11) e pela Guerra Civil. Durante esta, 34 baleeiros foram destruídos ou apresados e 40 carregados com pedra e afundados à entrada de portos sulistas, para impedir a navegação. A redução dos lucros levou muitos

(10) Nos princípios da década de 1860 muitos navios baleeiros eram ainda utilizados no transporte de escravos da costa africana para as Antilhas, uma prática que tivera já o seu início no século XVIII.

(11) Em 1871 uma flotilha de 32 unidades foi imobilizada e finalmente esmagada por massas de gelo.

capitalistas de New Bedford a canalizarem os seus investimentos para as fiações de algodão. (12) Cerca de 1873 foram vendidos muitos baleeiros, dados os riscos económicos que a pesca implicava. No entanto a cidade continuou derivando boa parte da sua fonte de receita desta actividade. Em 1880 restavam ainda 123 navios baleeiros em New Bedford. Nos fins do século XIX e princípios do século XX a maior parte da frota americana foi comprada por capitães de origem portuguesa, entre os quais muitos caboverdianos, com maiores possibilidades de levar a cabo uma exploração mais económica, que se prolongou por todo o primeiro quartel deste século. Neste período, aliás, a supremacia da pesca da baleia tinha já sido arrancada aos americanos pelos noruegueses, seguidos mais tarde pelos japoneses.

12 A indústria da fiação de algodão, que empregou tantos imigrantes portugueses, foi introduzida em New Bedford em 1846, portanto no período mais próspero da pesca da baleia. As fábricas depressa atingiram um considerável êxito económico. Foi essa também uma das razões pelas quais foram transferidos para esta indústria, muito mais segura, capitais antes investidos na pesca da baleia.

A PESCA COSTEIRA NA CALIFÓRNIA

A frequente passagem da baleia cinzenta à vista da costa da Alta Califórnia, durante a migração anual para as águas baixas das lagoas abertas e esteiros da Baixa Califórnia, onde dá à luz, sugeriu a um antigo baleeiro residente em Monterey, o Cap. Davenport, a criação de estações costeiras de onde a captura se pudesse levar a efeito em condições mais rentáveis do que a partir dos navios que então pairavam ao largo. A primeira destas estações foi fundada em Monterey em 1851. (13) Vinte anos mais tarde estava já estabelecida uma cadeia de catorze outras ao longo da costa californiana e penetrando até na Baixa Califórnia, entre elas as de Crescent City, Half Moon Bay, Carmel, San Simeon, San Luis Obispo, Point Conception, Goleta (perto de Santa Bárbara), Portuguese Bend (na Península de Palos Verdes, Los Angeles), (14), San Diego e Punta

(13) Alguns autores apontam 1854 como a data do início da pesca costeira na Califórnia. Veja-se mais adiante a secção deste estudo intitulada «Os Portugueses na Pesca Costeira».

(14) Esta estação era comandada por Joseph Clark, um açoriano cujo sobrenome original fora Machado.

Banda (Baixa Califórnia). Em 1874 o número tinha descido já para onze : Halfmoon Bay, Pigeon Point, duas na Baía de Monterey, Carmel, San Simeon, San Luis Obispo, Goleta, Portuguese Bend, San Diego e Punta Banda. Algumas produziram lucro razoável durante quinze anos mas a existência de outras foi mais precária. Em 1882 só restavam três, San Luis Obispo, Point Conception e San Simeon. O progressivo extermínio das baleias, a descoberta do petróleo, já antes mencionada, e, no caso de Portuguese Bend, também a falta de água potável (15) levaram ao abandono de todas as estações. A última, San Simeon, deixou de funcionar em 1887. (16)

A estação de San Diego foi provavelmente uma das mais importantes. Por volta de 1820 já este porto era frequentado por baleeiros de alto mar para meter provisões e recrutar tripulantes, alguns deles índios. Parece também que por estes anos duas companhias de baleeiros tinham a sua base em Point Loma. Em 1842 o Cap. W. W. Clark matou duas baleias dentro da baía, ao que se sabe as únicas arpoadas nesse local. A pesca costeira começou em 1857, com canoas de La Playa e Ballast Point, assim como outras pertencentes ao navio **Ocean**, ancorado na baía. Alguns animais eram caçados a pequena distância da costa e os habitantes da cidade costumavam subir ao farol de Point Loma para assistir a esse espectáculo. Nos últimos anos da década de 1860 os baleeiros de San Diego actuavam habitualmente em Punta Banda e em Santo Tomás, na Baixa Califórnia. (17)

A pesca costeira foi sem dúvida uma actividade secundária, surgida devido ao declínio dos navios de alto mar, cuja margem de lucro se ia reduzindo consideravelmente. Muito mais modesta e económica, permitia um aproveitamento quase residual dos recursos ainda existentes e foi pouco a pouco desbancando a pesca do alto nas águas californianas. A partir da década de 1860, quando baixou muito a captura da baleia cinzenta por navios de alto mar, a maior parte do óleo

(15) Esta estação foi encerrada em 1875.

(16) Já no século XX funcionou outra estação, em Moss Landing, mas esta especializada na pesca com navios do alto.

(17) Os baleeiros americanos começaram a estabelecer acampamentos na costa da Baixa Califórnia logo uns sete anos depois da fundação das primeiras estações. Nesses acampamentos também se derretia a gordura dos animais capturados. Além da pesca da baleia praticava-se também a caça à foca.

produzido na faixa litoral do Pacífico provinha das estações baleeiras, de onde era enviado para San Francisco. Mesmo este reduzido sucesso não durou muito. Depois de o Cap. Charles M. Scammon (18) ter iniciado a prática da pesca no interior das lagoas da Baixa Califórnia, as migrações da baleia cinzenta praticamente terminaram. Em 1853 o Cap. Scammon tinha calculado em 30 000 o número destes animais que anualmente vinham à Califórnia. Em 1923 consideravam-se quase extintas comercialmente. (19)

Dada a extrema escassez de dados documentais sobre as estações baleeiras é de presumir que se tratasse de instalações mais ou menos improvisadas e de exígua importância. (20) Sabe-se também que a sua existência era por via de regra bastante curta. Uma referência de 1873 indica que a estação de Goleta era apenas constituída por duas casas, onde viviam seis pescadores, mais um cozinheiro chinês. A alimentação deste grupo era constituída em grande parte por bifes e almôndegas de baleia e fígado de foca. Outras estações constavam de um barracão para armazenagem do óleo, com tecto de ramos de cipreste e de um casebre que servia de depósito de material, oficina de tanoeiro e quarto de banho para os homens se lavarem depois de esquarterarem a baleia. Alguns baleeiros viviam nas proximidades, com as suas famílias. Parece que na década de 1880, quando já rareavam muito as baleias, se dedicavam à agricultura desde Abril a Setembro.

Existia igualmente um pequeno cais de pedra que permitia

(18) Autor também de uma obra extremamente valiosa e bem documentada, *The Marine Mammals of the North-Western Coast of North America, described and illustrated: together with an Account of the American Whale-Fishery*, San Francisco, 1874, Charles M. Scammon foi o primeiro baleeiro a penetrar na lagoa aberta Ojo de Liebre (Scammon's Lagoon), a bordo do brigue *Boston* no inverno de 1857/158. A pesca dentro das lagoas tornava-se particularmente perigosa posto que as marés muito fortes e a falta de espaço para manobrar não permitiam uma fuga rápida das canoas depois de a baleia ter sido trancada. Muitas embarcações perderam-se assim, com alto número de mortos e feridos entre os tripulantes. Esta pesca era contudo de tal maneira rendosa que por volta de 1862 a baleia cinzenta tinha sido já praticamente exterminada em Scammon's Lagoon.

(19) «Many Whales Commercially Extinct», *California Fish and Game*, Vol. 9, n.º 1, January 1923, p. 31.

(20) Hoje em dia quase não restam já vestígios destas estações. Em Santa Bárbara preservam-se ainda contudo alguns dos caldeirões utilizados para derreter a gordura.

que o animal morto fosse rolado sobre si mesmo, à medida que as tiras de gordura iam sendo retiradas, o mesmo método utilizado no alto mar, quando a baleia era presa ao casco do navio. As canoas eram ancoradas perto da praia ou içadas para o cais, onde ficavam suspensas de turcos. Um cheiro pestilento e toda a espécie de desperdícios assinalavam a vizinhança das estações. Toneladas de carne de baleia apodreciam na orla até que as marés, as aves marinhas e os tubarões se encarregassem de limpar a zona.

Cada companhia era geralmente constituída por um capitão, um imediato, um tanceiro, dois timoneiros-trancadores e onze marinheiros. Usualmente ficavam quatro homens em terra, como vigias ou ocupados em derreter a gordura, e iam para o mar duas canoas com os restantes. Tal como a bordo dos baleeiros, os homens eram pagos à base de **lays**, ou quinhões. O contrato era por um ano, de Abril a Abril. A pesca realizava-se com mais intensidade na primavera e no princípio do verão, época em que a baleia cinzenta, a espécie mais abundante no Pacífico, deixava as lagoas da Baixa Califórnia a caminho do Mar de Behring. Estes cardumes eram muitas vezes acompanhados por baleias de outras espécies.

As canoas, geralmente com seis homens cada uma, saíam de madrugada e ficavam ao largo, por vezes a uma distância de dez milhas, até avistar a presa. Também desde terra, em pontos altos, os vigias avisavam da presença da baleia por meio de mastros de sinais. A baleia cinzenta, igualmente conhecida por **devil fish** devido à sua agressividade, constituía uma pesca extremamente perigosa, o que levou ao uso de canhões montados na proa das canoas, assim como de arpões explosivos (**bomb lances**), métodos antes utilizados pelos navios que actuavam ao longo da costa da Califórnia. O canhão (Greener's Harpoon Gun) permitia o ataque a uma distância de cerca de 85 metros (21), uma decidida margem de segurança em relação aos arpoamentos à mão, em que as canoas tinham de aproximar-se a seis ou sete metros. Depois de trancada a baleia, usavam-se dois ou três arpões explosivos para a acabar de matar. Na estação de Goleta, onde trabalharam jamaicanos, usou-se o método de fazer rebentar uma carga de dinamite no meio de um cardume, o que geralmente matava seis a oi-

(21) Embora às vezes se aproximassem a cerca de 30 metros.

to baleias. Uma semana mais tarde os cadáveres davam à costa.

Nos primeiros vinte anos, cerca de três quartos da pesca eram constituídos por baleias cinzentas. Depois a sua escassez — e talvez também a sua perigosidade — incrementaram a procura de animais da família **humpback**, frequentes na baía de Monterey sobretudo nos meses de Outubro e Novembro. Na década de 1880 os canhões eram geralmente utilizados só para a baleia cinzenta, enquanto outras espécies eram arpoadas à mão. Muitas das baleias trancadas perdiam-se. Scammon calcula em um quinto o número de animais não recuperados. A dificuldade em encontrar baleias levou muitos pescadores a recorrer à cabeça da morsa, com armas de fogo. Aqui, também, o índice de perdas era elevadíssimo, pois as morsas se afundavam rapidamente quando atingidas e 75% delas não podiam ser encontradas.

Nos princípios da pesca costeira a média de capturas por estação orçava pelas 20 ou 25 durante uma época, sensivelmente a mesma produção que a de um navio. No entanto, por meados da década de 1880, 12 baleias por época era já considerado uma pesca bastante satisfatória.

OS PRIMEIROS PORTUGUESES NOS BALEEIROS AMERICANOS

A participação portuguesa nesta actividade teve a sua causa remota cerca de 1765, quando os navios baleeiros americanos começaram a tocar nos Açores, sobretudo no Faial, (22) e em Cabo Verde para reabastecimento. No auge da pesca encontravam-se com frequência fundeados no porto da Horta quinze ou vinte baleeiros de bandeira americana. No século XIX, dadas as duríssimas condições de vida a bordo destes navios, as deserções nas ilhas eram frequentes e em breve as tripulações passaram a ser complementadas com pescadores recrutados localmente.

Nos Açores os desertores americanos eram escondidos pelos ilhéus, a troco de roupa que lhes ofereciam. Os açorianos que tomavam o seu lugar embarcavam quase sempre clandestinamente posto que muitos deles procuravam trabalho nos ba-

(22) A preferência por este porto levou a que mais tarde uma zona de New Bedford, na extremidade sul de Water Street, fosse conhecida como Fayal, dado o elevado número de faialenses e outros açorianos que aí residiam.

leeiros para se esquivarem ao serviço militar. Por vezes os navios americanos, durante a noite, lançavam ao mar um barril com uma luz para despistar as autoridades portuguesas. Enquanto a lancha da fiscalização se dirigia ao encontro da luz os homens eram recolhidos a bordo e o baleeiro fazia-se ao largo. (23) Dada a acessibilidade aos tripulantes açorianos e caboverdianos, os barcos chegavam a partir da Nova Inglaterra só com o mínimo de homens indispensáveis para a manobra, aliás muitos deles vagabundos ou marinheiros raptados nas pensões dos portos e levados para bordo sob a influência de drogas.

As primeiras referências a portugueses em baleeiros americanos datam de 1842 (24), embora o recrutamento deva ter começado cerca de 1820. Os factores que normalmente levavam os açorianos a partir nestas viagens eram um sistema fiscal proibido, a iminência de ter de cumprir um serviço militar de oito anos e uma densidade populacional mais de três vezes superior à média europeia. (25) Seria também lógico supor que a fascinação da América e o espírito de aventura não fossem alheios à sua decisão. Para muitos o alistamento num baleeiro representava mais que tudo uma passagem para o Novo Mundo, já que embarcavam com a ideia preconcebida de desertar ao fim da primeira viagem. Esta atitude acentuou-se ainda mais quando a fama do ouro da Califórnia se começou a disseminar pelo arquipélago. (26)

Em relação a este período é extremamente difícil fazer apreciações quantitativas quanto ao número de tripulantes portugueses, já que muitos se achavam registados com nomes ingleses. A dificuldade de pronúncia dos nomes estrangeiros le-

(23) Também existiam paquetes que desde os Açores ou Cabo Verde asseguravam a ligação com a América. Veja-se o passo seguinte: «Some of the older of the inhabitants found their way here [à cidade de New Bedford] on whaleships but many of them have come here from the Western Islands by the packet lines, the barkentine **Moses B. Tower** making four regular trips yearly between this city and the islands.» **New Bedford**: New Bedford, 1889, p. 65.

(24) É deste ano a notícia da presença de um marinheiro chamado Manuel José dos Rios a bordo do **Sharon**.

(25) A filoxera que em 1853 devastou os vinhedos do Pico foi também talvez responsável pelo alistamento de muitos habitantes da ilha em navios baleeiros.

(26) Entre 1850 e 1860 a população portuguesa da Califórnia ascendeu de 109 a 1 459.

vava os capitães a procurar uma semelhança fonética (por exemplo Frates por Freitas) ou pura e simplesmente a atribuir qualquer nome americano aos marinheiros portugueses. Sobre-tudo nos casos de moços de bordo, por vezes era o próprio sobrenome do capitão o escolhido. Será também de presumir que um nome falso, de ressonância anglo-saxónica, ajudaria os que desertavam a diluir-se mais facilmente na comunidade. (27)

A utilização de portugueses de maneira predominante nos serviços de tipo braçal durante a primeira fase da pesca da baleia é assinalada por Herman Melville quando comenta que nesta actividade, assim como na marinha mercante, exército e marinha de guerra e na construção de canais e de caminhos de ferro

«... the native American liberally provides the brains, the rest of the world generously supplying the muscles. No small number of these whaling seamen belong to the Azores, where the outward bound Nantucket whalers frequently touch to augment their crews from the hardy peasants of these rocky shores.» (28)

É contudo curioso assinalar por estes anos a presença de um português numa situação de comando. Em 1844 sai de Boston o baleeiro **Faure**. Depois de dois anos de viagem o capitão faleceu e foi substituído pelo imediato, Anthony Marks, um açoriano residente em New London. Marks levou então o barco para África, onde carregou 530 escravos que vendeu no Brasil, realizando em cinco meses um lucro de 40 000 dólares. (29) Parece que depois disto Marks se apropriou do **Faure**, fazendo-lhe alterações para não ser facilmente reconhecido pelos antigos donos.

(27) A anglicização parcial dos nomes portugueses (nomes de baptismo) ainda hoje é fenómeno corrente entre os nossos emigrantes. A anglicização total (nome de baptismo e apelido) era bastante comum antes da segunda guerra mundial.

(28) Herman Melville, *Moby Dick*, op. cit., p. 127. A primeira edição desta obra data de 1851.

(29) Nesta época o lucro médio anual de um navio baleeiro era de 16 000 dólares. Se no entanto se dedicava também ao tráfico de escravos poderia chegar a fazer 200 000 dólares anuais.

INTENSIFICAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO PORTUGUESA

Na segunda metade do século XIX o contingente português a bordo dos baleeiros americanos foi progressivamente aumentando a ponto de se calcular que chegou a um terço do total por volta de 1880. (30) Já em 1856, do registo de uma viagem realizada pelo **Addison** com uma tripulação inicial de 33 homens se podem extrair os seguintes nomes :

Narciso [sic] Manuel ou Manuel Francis, timoneiro-trancador, possivelmente natural dos Açores

Antone Jacinto, timoneiro-trancador, da ilha de S. Jorge

* Antone Lewis, criado de bordo

(30) Outro terço era constituído por americanos brancos e ainda outro por negros havaianos, asiáticos e europeus.

* John White, carpinteiro (31)

* John Martin, ferreiro (32).

William Harding ou Paul Joseph da Sylveira [sic], também conhecido por «Joe Portuguese», marinheiro, da ilha do Pico

James Wilson ou John Joseph, também conhecido por «Cisco», «greenhand» (marinheiro sem experiência), provavelmente natural dos Açores.

Francis Finley ou António Jacinto, também conhecido como «Boy Antone», moço de bordo, provavelmente natural dos Açores

James Haight ou Francis Lavarez [sic] ou Vara, «greenhand», da ilha de S. Jorge

Richard Greene ou Manuel Joachim [sic], «greenhand», da ilha de Santa Maria

William S. Weeks ou John Cardoso de Leamas [sic], «greenhand», da ilha das Flores

* Joseph C. Avery, talvez conhecido também por John Sylvia, «greenhand»

* Thomas C. Weeks, cozinheiro

Mais tarde embarcaram os seguintes :

Joseph Enos, timoneiro-trancador (33)

(31) White representa frequentemente a anglicização do apelido Alves. A adopção de nomes ingleses pelos baleeiros portugueses não era de modo algum uma raridade. Veja-se o seguinte : «Just before the ship o Addison, na viagem iniciada em 1856 sailed from New Bedford several young men with Anglo-Saxon names and foreign accents (if, indeed, they spoke English 'at all' signed on for the voyage. An audit of available crew lists shows that they were actually Portuguese «Western Islanders» who had used pseudonyms to conceal their alien status, a common practice in the whaling industry.» Stanton Garner (ed.) *The Captain's Best Mate — The Journal of Mary Chipman Lawrence on the Whaler 'Addison', 1856-1860*, Providence, R. I., 1966, p. 289, Note 4. Outra causa da anglicização residia na dificuldade de trasladar os nomes portugueses, sobretudo quando os baleeiros eram analfabetos : «... no Yankee whaling officer ever spells a Portuguese name twice in the same way», Robert Cushman Murphy, *Logbook for Grace*, New York, 1947, p. 42.

(32) Talvez Martins ou Martinho.

(33) Enos é a versão anglicizada de Inácio.

* Manuel Tiscara, marinheiro

* Joe Sylvia, marinheiro (34)

Charles Granger, talvez conhecido por John H. Noya [sic], marinheiro, possivelmente da ilha das Flores

John de Freitas, marinheiro, da ilha do Pico

Em referência à tripulação inicial a percentagem de portugueses cuja origem está documentada oscilaria portanto pelos 15%. Se incluirmos os prováveis, o número subirá para cerca de 39%. Não seria aliás irrealista admitir que a camuflagem onomástica aumentasse ainda mais esta percentagem.

Por outro lado a lista de tripulantes do baleeiro **Florida**, numa viagem que durou de 1858 a 1861, mostra oito presumivelmente portugueses entre os 38 que o navio levava à partida: George Silva, Antone Christie, Vincent Manuel, Charles Baptiste, Charles Fontaine, Andrew Fratus [Freitas ?], Edward Alfred Teixeira e Antone C. Silva. Silvia e Christie eram respectivamente o segundo e quarto oficiais. Vincent Manuel desempenhava o lugar de timoneiro-trancador. Baptiste, Fontaine e Fratus eram marinheiros. Teixeira foi registado como «grenhand» e Antone Silva embarcou como moço de bordo. Quando o **Florida** tocou na ilha Brava embarcaram mais seis homens, cujos nomes não figuram na lista. (35) Além destes caboverdianos (36) foram admitidos durante a viagem quatro naturais de Guam e um número não especificado de havaianos, o que não permite calcular com precisão o total de tripulantes. Isto sem falar já dos desertores, um deles Andrew Fratus. Considerando por consequência apenas a tripulação inicial verifica-se que a percentagem provável de portugueses ascende a cerca de 21%.

A remuneração dos tripulantes portugueses nestes dois baleeiros (determinada aliás à base da sua categoria e experiência

(34) Os asteriscos indicam tripulantes cuja naturalidade não é dada mas cujos nomes indicam certa probabilidade de origem portuguesa. Thomas C. Weeks foi incluído nesta lista pela identidade de apelido com William S. Weeks, inequivocamente registado como natural das Flores.

(35) Dados extraídos de **One Whaling Family**, Boston, 1964, pp. 205-206, cuja edição foi organizada por Harold Williams.

(36) A Brava era geralmente o ponto de embarque para todas as ilhas. Daí o facto de nos baleeiros, assim como em terra, o termo, «brava» designar qualquer caboverdiano.

anterior e não da sua origem étnica) oscilou entre um quinhão de 1/35 do produto total da pesca para o segundo oficial até 1/250 para um marinheiro sem experiência ou um moço de bordo. O quarto oficial fez 1/55, os timoneiros-trancadores 1/90 ou 1/95, o criado 1/160, o ferreiro e o carpinteiro 1/175, os marinheiros experientes de 1/135 a 1/190 e os não experientes de 1/225 a 1/250. (37)

Em termos absolutos só estão registadas as quantias pagas aos tripulantes do **Addison** e mesmo assim, nem a todos. Os presumivelmente portugueses sobre quem se têm informações receberam o seguinte depois de uma viagem que para alguns durou cerca de quatro anos :

Narciso [sic]Manuel, timoneiro-trancador	\$376.56
Antone Jacinto, timoneiro-trancador	\$376.56
John Martin, ferreiro	\$31.85
William Harding, marinheiro	\$288.75
James Wilson, «greenhand»	\$224.55
Francis Finley, moço de bordo	\$82.08
James Haight, «greenhand»	\$175.00
Richard Greene, «greenhand»	\$234.99
William S. Weeks, «greenhand»	\$202.09
Thomas C. Weeks, cozinheiro	\$252.61
Joseph Enos, timoneiro-trancador	\$124.85
Charles Granger, marinheiro	\$34.33
John de Freitas, marinheiro	\$34.33

As discrepâncias dentro de cada categoria justificam-se pelas diferenças de tempo de serviço. Por exemplo Enos, Granger e Freitas só embarcaram em 1858, enquanto que Finley morreu afogado em Dezembro de 1857 e Haight em Setembro de 1859.

A alguns dos tripulantes que completaram a viagem foi averbada uma anotação referente ao mérito dos seus serviços. Assim aos nomes de James Wilson, Charles Granger e John de Freitas foi aposta a indicação de «good man», ao passo que Thomas C. Weeks não mereceu mais que a de «good for nothing».

Ainda no que diz respeito a este período encontramos em livros da especialidade, sobretudo relatos de viagem, numero-

(37) Um capitão podia fazer 1/14, mais 1/8 se fosse também proprietário do navio e um imediato 1/18.

sas referências a episódios que envolveram tripulantes portugueses, especialmente acidentes a bordo e afogamentos. Um dos mais dramáticos registou-se durante uma viagem, parece que de 1875, do **Cachalot**, matriculado em New Bedford. Um trancador português — talvez caboverdiano — de nome Vera [Vieira ?] acabara de lançar o arpão quando a baleia emergiu sob a canoa e a quebrou em duas partes. O animal tomou então o trancador entre os dentes e arrastou-o para o fundo. (38)

Ao considerarem a experiência dos tripulantes açorianos e caboverdianos, muitos autores partem automaticamente do princípio de que tinham já trabalhado na pesca da baleia nas suas ilhas natais. (39) Embora qualquer generalização deste tipo seja obviamente perigosa, existe uma base histórica para justificar, pelo menos em parte e em relação aos Açores, este conceito. A pesca costeira neste arquipélago parece ter começado no Faial por volta de 1832, pelo menos na sua forma actual, pois se suspeita que já em tempos remotos os açorianos caçavam a baleia por outros métodos, talvez por influência de marinheiros bascos estabelecidos nas ilhas. Os processos e material utilizados são, até hoje, claramente os dos baleeiros americanos que ancoravam na Horta, com a excepção das maiores dimensões das canoas, justificáveis pelo facto de não terem que ser içadas para bordo. (40) Não seria portanto difícil de admitir que quase desde os primeiros tempos se encontram nos baleeiros americanos pelo menos alguns portugueses com experiência prévia deste tipo de pesca.

Nas referências a tripulantes portugueses encontradas em obras em línguas inglesa é muitas vezes difícil distinguir entre açorianos e caboverdianos. A designação «Western Islands» applicava-se primordialmente aos Açores mas em alguns casos

(38) Relatado em James Temple Brown, «Stray Leaves from a Whaleman's Log», *The Century Magazine*, XLV, n.º 4, February 1893, pp. 507-517.

(39) «The sailed short-handed and touched at the Azores or the Cape de Verdes [sic] for Portuguese sailors, all of whom were whalers accustomed to an alongshore fishery.» John R. Spears, *The Story of the New England Whalers*, New York, 1922, p. 245.

(40) A linguagem dos baleeiros açorianos acusa também a influência americana dos inícios desta actividade: lanceope (lance rope), lagaete (loghead), bloz (blows, como em *Thar' she blows*), blequesquine (blackskin), bume (boom), ampo (hump), queize (case), espeira ou chi-peira (spade), Oeste Negrão (Western Grounds) tempo rofe (rough), froca (frock), pulaete ! (pull ahead !), Arioche (Arctic Ocean) e vários outros.

parece incluir também Cabo Verde. Os portugueses são muitas vezes descritos como «escuros» (*swarthy, dusky*) o que não explica com muita precisão se se trata simplesmente de gente mais morena que os anglo-americanos ou de facto de características negróides. Em alguns casos é mesmo atribuída aos caboverdianos uma origem geográfica incorrecta. Num ponto fala-se de que «The black portion of the crew — Portuguese natives from the Western and Canary Islands — were doing their work all right in a clumsy...» (41) Noutra obra afirma-se: «A fashion...» large proportion of the best harpooners, steersmen, and allround whaleman had for long been Portuguese-speaking Africans from the Bissagos Islands off what is now called Portuguese Guinea in West Africa.» (42) Paradoxalmente, mais adiante acrescenta-se: «...many of them settled along the new England coast, where they became know, and are still known, as «Bravas», which, for once, is more a term of endearment than of opprobium.» (43)

(41) Frank T. Bullen, F. R. G., S. *The Cruise of the 'Cachalot'*, Londres, 1903, p. 5.

(42) Ivan T. Sanderson, *Follow the Whale*, Londres, 1958, p. 261.

(43) idem, p. 262.

A IMAGEM CRIADA PELO MARINHEIRO PORTUGUÊS

O consenso geral dos autores americanos a respeito dos tripulantes açorianos e caboverdianos parece acentuar a sua natureza ordeira, diligente e frugal. A impressão que deixam numerosas observações sobre os pescadores portugueses é inequivocamente que os capitães os preferiam pela sua passividade, assim como pelo facto de aceitarem quase de bom grado as baixas remunerações e as péssimas condições de vida que prevaleciam a bordo dos navios baleeiros. Estes aspectos são de facto enfatizados em quase todas as referências aos marinheiros ilhéus.

A descrição dada em **Nine Years a Sailor**, uma obra de carácter autobiografado, é extremamente ilustrativa :

A great many Western Island Portuguese find employment in American whalemens ; almost every vessel sailing from New Bedford carrying more or less of them. They are a quiet, peaceful, inoffensive people, sober and industrious, penurious almost to a

fault, and I believe, invariably excellent whalemén. They are held in great esteem by ship owners and captains, but are often despised by their shipmates in the fore-castle, who seeing them of different habits of their own, choose to decry them as sneaks, and tale-bearers.

I found them quite the reverse ; and with one or two exceptions, those with us were the only individuals of the crew with whom I could associate with any degree of pleasure. Brought up in the most abject poverty, it is natural that they should be saving — and refuse to waste their earned money for trifles or in dissipation, as is the fashion with sailors in general.

They have moreover an object in life, which is never lost sight of in all their wanderings and toils. It is their hope some day to be able to settle down on their native islands, among their friends and kindred, and with the savings of years of hard labor, to spend their latter years in peaceful retirement. Very many, I have been informed, have lived to realize this day-dream, and taking the few hundreds of dollars, which is the sum of their savings, have returned to live at ease in the home of their youth. It is not possible that men who cherish such recollections, and enter on life with such hopes and determinations, should fall to the depths of depravity and vice in which whalemén generally lose themselves. (44)

A «modernidade» desta apreciação é impressionante. De facto, a preocupação pelo aforro, o acatamento da autoridade, a diligência no trabalho, a seriedade profissional e na nostalgia pelas ilhas são características claramente predominantes entre o emigrante açoriano contemporâneo.

Alguns destes factores são tratados sob variadas perspectivas por outros autores. O carácter frugal, por exemplo, é revelado na seguinte passagem pela exiguidade das compras de vestuário e objectos de uso pessoal feitas pelos tripulantes portugueses antes de embarcar e durante a viagem :

(44) Charles Nordhoff, *Nine Years a Sailor : Being Sketches of Personal Experience in the United States Naval Service, the American and British Merchant Marine the Whaling Service*, Cincinnati, 1866, Part III, pp. 60-61.

...the officers tended to favor them because of their long suffering docility under poor food and abuse and their willingness to ship for «long lays» [ou seja, quinhões muito baixos] under loose agreements whose terms could be readily reinterpreted. Certainly many of them were veritable marvels of thrift and of parsimony. Their slop-chest accounts, showing the supplies drawn during the course of a voyage, were often negligible in amount, and far below the average of the other hands. (45)

Sabemos também que muitos portugueses aumentavam os seus ganhos lavando a roupa de mais pródigos companheiros de bordo. William M. Davis, autor de **Nimrod of the Sea**, alude a um caboverdiano que lhe prestava esse serviço a troco de tabaco. (46)

Noutra obra acentua-se igualmente — com uma pitoresca observação ao facto de Portugal ser um país vinícola — a temperança destes marinheiros :

Portuguese do not make as thorough seamen as Americans, but they are more frugal, and, though nourished in a wine-growing country, their habits do not tend to intemperance. (47)

A primeira parte da frase anterior reflete uma atitude bastante consistente entre os autores americanos, que com frequência consideram os portugueses bons baleeiros mas mediocres marinheiros. Esta reserva baseia-se sem dúvida na falta de preparação técnica, nem sempre superada pela experiência e qualidades de trabalho.

Outro aspecto por vezes destacado é a aptidão dos portugueses para a detecção das baleias. A bordo, o primeiro marinheiro que avistasse um animal que viesse a ser capturado recebia um prémio. No entanto, «Most of us whites regarded this as quite out of question for us, whose untrained vision was

(45) Elmo Paul Hohman, **The American Whaleman**, New York, 1928, p. 53.

(46) William M. Davis, **Nimrod of the Sea : or The American Whaleman**, New York. 1874, pp. 286-287.

(47) Nathaniel W. Taylor, M. D., **Life on a Whaler or Antarctic Adventures in the Isle of Desolation**, New London, 1929, p. 22.

as the naked eye to the telescope when pitted against the eagle-like sight of the Portuguese.» (48)

É lógico que as facetas negativas também são apontadas. Algumas são-no justificadamente, enquanto que noutros casos se nota uma nítida atitude de incompreensão. A inevitável relutância — ou incapacidade — de qualquer povo em aceitar os valores culturais das suas minorias étnicas atinge também neste campo os portugueses nos baleeiros americanos. As mais frequentes acusações que lhes são dirigidas referem-se à sua ignorância, primitivismo e falta de higiene :

In this loathsome den [o castelo da proa dos baleeiros] the Portuguese were in their element, revelling in filth, beating harsh discord in an old viola, jabbering in their native tongue, smoking, cursing and blackguarding. Their chief recreation, however, was quarrelling, at wich they were incessantly engaged. (49)

O comportamento dos tripulantes portugueses não parece contudo, da maneira que aqui se encontra descrito, significativamente diferenciável do dos marinheiros anglos, tal como é narrado nestas obras. Quanto à aversão pela água e sabão, o próprio autor se refere antes às deficientíssimas condições sanitárias dos alojamentos da marinhagem a bordo dos baleeiros. Por outro lado é de notar a referência às incessantes alterações. Neste aspecto as opiniões expressadas nos livros sobre a pesca da baleia divergem : embora na maioria dos casos os portugueses sejam apresentados como ordeiros e pacíficos, em algumas obras encontram-se referências a conflitos e mesmo brigas.

O marinheiro português, e muito em especial o caboverdiano, é ocasionalmente destacado como elemento exótico, algo risível até : «What a bear-garden the deck was, to be sure !» (50), escreve-se em **The Cruise of the 'Cachalot'** a propósito dos tripulantes portugueses. Mais adiante o autor destaca a excita-

(48) Frank T. Bullen, **The Cruise of the 'Cachalot'**, op. cit., p. 68. O autor refere-se obviamente aos caboverdianos.

(49) Elmo Paul Hohman, **The American Whaleman**, op. cit., pp. 126-127. Este passo é uma citação de J. R. Browne, **Etchings of a Whaling Cruise** sic, p. 43.

(50) Frank T. Bullen, **The Cruise of the 'Cachalot'**, op. cit., p. 5.

ção dos marinheiros naturais de Cabo Verde quando o **Cachalot** se aproxima do arquipélago.

Hitherto they had been very moody and exclusive, never associating with us on the white side, or attempting to be at all familiar. A mutual atmosphere of suspicion, in fact, seemed to pervade our quarters, making things already uncomfortable enough, still more so. Now, however, they fraternized with us, and in a variety of uncouth ways made havoc of the English tongue, as they tried to impress us with the beauty, fertility and general incomparability of their beloved Cape Verds. (51)

Dada ou não com conotações irónicas, a impressão de exotismo deixada pelos caboverdianos não exclui de modo algum admiração pelas suas qualidades profissionais :

The Brava, as the Cape Verde Islander was called, was black as an African, but had straight or nearly straight hair. Presumably he was a mixture of Moorish and African blood with a dash of Portuguese. He was more energetic than the African and proved an excellent whalerman. (52)

Atitude idêntica se pode deduzir do passo seguinte :

In almost all crews the Negro African figured very prominently, and those from Portuguese West Africa [o autor refere-se evidentemente aos caboverdianos] proved particularly outstanding as whalermen. They usually far surpassed all others of whatever racial or national origin in this art (...) (53)

Fossem quais fossem as reacções que os caboverdianos despertavam entre os marinheiros brancos, das narrações de viagem deduz-se sem qualquer sombra de dúvida que eram respeitados e obedecidos por eles quando desempenhavam lugares de oficial ou timoneiro-trancador, posto este considerado ao nível de suboficial :

Gabriel, the second mate, was a negro from the

(51) *idem.* p. 31.

(52) Clifford W. Ashley, *The Yankee Whaler*, Boston, 1926, p. 108.

(53) Frank T. Bullen, *The Cruise of the 'Cachalot'*, *op. cit.*, p. 261.

Cape Verde islands. His native language was Portuguese and he talked funny, broken English. He was about forty-five years old, and although he was almost as darkskinned as any Ethiopian, he had hair and a full beard as finely spun and free from kinkiness as a Caucasian's. The sailors used to say that Gabriel was a white man born black by accident. He was a kindly, cheerful soul with shrewd wit. He was a whalerman of life-long experience. (54)

(54) Walter Noble Burns, *A Year with a Whaler*, New York, 1913. Nesta obra faz-se igualmente referência a dois outros caboverdianos, Long John, um dos melhores trancadores do Artico, e «Mr. Mendez» [sic], o terceiro oficial, analfabeto mas hábil e corajoso e sempre prontamente obedecido pelos marinheiros brancos. O livro descreve uma viagem do brigue *Alexander*, de New Bedford.

OS CAPITÃES PORTUGUESES

No que se tem escrito sobre a actividade baleeira americana de alto mar aceita-se geralmente que até aos fins do século XIX os portugueses raras vezes ultrapassavam a categoria de timoneiro-trancador mas que nos últimos anos da pesca era constituída por eles — sobretudo por caboverdianos — a grande maioria dos capitães. Os registos de viagem dos baleeiros americanos desmentem contudo esta generalização. Não levando já em linha de conta os capitães de nome anglicizado, impossíveis de identificar como portugueses, verifica-se através destes registos que desde os meados do século XIX se assinala claramente uma presença portuguesa em lugares de comando. É possível que um destes capitães fosse Edward Ayres, que em 1837 comandou o **Ceres**, saído de Wilmington, Delaware. O seu apelido não é no entanto inconfundivelmente português e seria sem dúvida mais prudente deixá-lo de lado e apontar 1846 como o ano em que pela primeira vez se regista o aparecimento de um capitão cuja origem portuguesa não oferece qualquer dúvida.

A seguinte lista, certamente incompleta por razões da camuflagem onomástica já antes referida, permite contudo uma visão bastante nítida da participação portuguesa no comando dos baleeiros americanos até à desactivação do último, em 1925 :

- ? 1844 — Cap. Anthony Marks (55), **Garland**, New London, Connecticut. O ponto de interrogação justifica-se pela dificuldade de conciliar esta data com o comando de 1846, numa viagem iniciada em 1844.
- * 1845 — Cap. Sylva (56), **Governor Troup**, Honolulu, Hawai (assumiu o comando durante a viagem)
- 1846 — Cap. Anthony Marks, **Faure**, Boston, Massachusetts (assumiu o comando durante a viagem) (57)
- 1850 — Cap. Joseph Dias, Jr., **Pocahontas**, Tirbury, Massachusetts (58)
- * 1852 — Cap. Anthony, **Topaz**, New London (59)
- 1853 — Cap. Joseph Dias, Jr., **St. George**, New Bedford, Massachusetts
- 1854 — Cap. Costa, **Antarctic**, Princeton, Massachusetts
Cap. Joseph D. Silva, **George** (60), New Bedford

(55) Nascido nos Açores, como anteriormente se referiu.

(56) Continuamos a prática de grafar os nomes portugueses tal como se encontram nas fontes de onde foram extraídos.

(57) Como se viu anteriormente, a viagem do **Faure** iniciou-se em 1844.

(58) Em Alexander Starbuck, **History of the American Whale Fishery from its Earliest Inception to the Year 1876**, 2 vols., New York, 1964, p. 472, dá-se Holmes' Holl, Mass., como o porto de matrícula do **Pocahontas**. A primeira edição desta obra data de 1878.

(59) O asterisco indica de novo uma origem portuguesa muito provável mas não absolutamente confirmável. Em todos os casos só será prudente considerar estes capitães como de origem portuguesa, posto que muitos deles poderão ter sido americanos, embora filhos ou netos de portugueses.

(60) Talvez o **St. George**, já antes mencionado.

- Cap. Joseph D. Silvea (61), **Milwood**, New Bedford
- 1856 — Cap. Costa, **Antarctic**, Princeton, Massachusetts (62)
- 1857 — Cap. Joseph D. Silva, **George**, New Bedford
- * 1858 — Cap. Severino D. Pierce, **Magnolia**, New Bedford
- * Cap. Valentine Lewis, **Corinthian**, New Bedford
- 1859 — Cap. Joseph D. Silva, **Atlantic**, New Bedford
Cap. Francis J. Silvea, **Atlantic**, New Bedford (63)
- * 1861 — Cap. Albert Lewis, **Hope**, Boston (64)
- 1862 — Cap. Joseph D. Silva, **George**, Fairhaven, Massachusetts (65)
- * Cap. Valentine Lewis, **Corinthian**, New Bedford
- * 1863 — Cap. Albert Lewis, **Hortense**, Açores
- * 1864 — Cap. James O. Aveline, **Milwood**, New Bedford
Cap. Manuel Enos, **Java**, New Bedford
- * 1865 — Cap. James O. Aveline, **Aurora**, New Bedford
- * 1866 — Cap. Valentine Lewis, **Corinthian**, New Bedford
- 1867 — Cap. Joseph D. Silva, **Edward Everett**, New Bedford
- * 1869 — Cap. Valentine Lewis, **Thomas Dickson**, New Bedford

(61) Trata-se certamente do capitão antes mencionado como Joseph D. Silva.

(62) Starbuck dá Provincetown como porto de matrícula deste navio.

(63) Seria talvez de considerar aqui uma possível confusão entre Joseph D. Silva e Francis J. Silvea, os dois capitães que comandam o **Atlantic** em 1859.

(64) Embora Lewis não represente necessariamente a anglicização de Luís, o que nos faz atribuir possível origem portuguesa a este capitão é o facto de em 1863 ter comandado o **Hortense**, matriculado nos Açores.

(65) Starbuck dá New Bedford como o porto de matrícula do **George**.

- * 1870 — Cap. Severino D. Pierce, **Thraver**, Boston
- 1872 — Cap. Joseph D. Silva, **Geo J. Jones**, New Bedford (66)
- 1873 — Cap. Joseph D. Silva, **Edward Everett**, New Bedford
- * 1875 — Cap. George S. Anthony, **Union**, New Bedford (67)
- 1876 — Cap. Henry Mandly, **Quickstep**, Providence, Rhode Island
Cap. Joseph D. Silva, **Sarah**, New Bedford
- 1877 — Cap. Henry Mandly, **Quickstep**, Providence
- 1878 — Cap. John D. Silva, **C. W. Morse**, New Bedford
Cap. Joseph D. Silva, **Varnum H. Hill**, New Bedford
- 1879 — Cap. Manuel E. Costa, **E. B. Conwell**, New Bedford
Cap. Henry Mandly, **Mary E. Simmons**, New Bedford
- * Cap. Antone Rose, **Surprise**, New Bedford
Cap. António Silva, **Fannie Byrnes**, New Bedford
Cap. John D. Silva, **Matapoissett**, New Bedford
- 1880 — Cap. Manuel E. Costa, **E. B. Conwell**, New Bedford
Cap. Henry Mandly, **Mary E. Simmons**, New Bedford
- * Cap. Antone Rose, **Golden City**, New Bedford (68)
Cap. Joseph D. Silva, **Varnum H. Hill**, New Bedford
Cap. Antone Terra, **Lottie E. Cook**, New Bedford

(66) Starbuck dá Fairhaven, Mass. como o porto de matrícula do **Geo J. Jones**.

(67) Starbuck dá o **Catalpa** como o barco comandado por George S. Anthony neste ano.

(68) Presumivelmente assumiu o comando do **Golden City** no mar alto, numa viagem anterior, também em 1880.

- 1881 — Cap. Anthony G. Frates, **Golden City**, New Bedford (69)
Cap. Henry Mandly, **Mary E. Simmons**, New Bedford
- * 1882 — Cap. Albert Lewis, **Lancer**, New Bedford
Cap. António Silva, **Fannie Byrnes**, New Bedford
Cap. Jos. Antone Vera, **Lottie E. Cook**, New Bedford (70)
- 1883 — Cap. Manuel E. Costa, **E. B. Conwell**, New Bedford
Cap. Henry Mandly, **Mary E. Simmons**, New Bedford
- * Cap. Antone Rose, **Charles W. Morse**, New Bedford
Cap. Joseph D. Silva, **Varnum H. Hill**, New Bedford
Cap. Jos. Antone Vera, **Lottie E. Cook**, New Bedford
- 1884 — Cap. Manuel E. Costa, **E. B. Conwell**, New Bedford
Cap. Michael E. Ferreira, **Adelia Chase**, New Bedford
Cap. Jos. Antone Vera, **Lottie E. Cook**, New Bedford
- 1885 — Cap. Manuel E. Costa, **Eunice H. Adam**
Edgartown, Massachusetts
Cap. Cruze, **John & Winthrope**, Talcahuano,
Chile (assumiu o comando durante a via-
gem)
Cap. Joseph S. Enos, **Greyhound**, New
Bedford
Cap. Antone J. Mandly, **Franklin**, New
Bedford
Cap. Henry Mandly, **Mary E. Simmons**, New
Bedford
Cap. Santos, **Thomaz Hunt**, Stonington,
Connecticut

(69 Frates deriva quase seguramente de Freitas.

(70) Vera é um equivalente bastante comum de Vieira.

- 1886 — Cap. Michael E. Ferreira, **Adélia Chase** New Bedford
- 1887 — Cap. Joseph S. Enos, **Greyhound**, New Bedford
 Cap. Jacintho S. Leal, **Pedro Varela**, New Bedford
 Cap. Henry Mandly, **Mary E. Simmons**, New Bedford
- 1888 — Cap. Manuel E. Costa, **George & Mary**, New Bedford
 Cap. Antone J. Mandly, **Golden City**, New Bedford
 Cap. Mello, **Alcyone**, Provincetown, Massachusetts
 * Cap. Antone Rose, **Franklin**, New Bedford
- 1889 — Cap. Antone J. Mandly, **Golden City**, New Bedford
 Cap. Henry Mandly, **Mary E. Simmons**, New Bedford
 Cap. Mello, **Alcyone**, Provincetown
 * Cap. Antone Rose, **Franklin**, New Bedford
- 1890 — Cap. Michael E. Ferreira, **Adélia Chase**, New Bedford
 Cap. Gonsalves, **Rising Sun**, Provincetown
- 1891 — Cap. Antone J. Mandly, **Golden City**, New Bedford
- 1892 — Cap. Manuel E. Costa, **George & Mary**, New Bedford
 Cap. Joseph S. Enos, **Greyhound**, New Bedford
- 1893 — Cap. Henry Mandly, **Mary E. Simmons**, New Bedford
 * Cap. Silvia, **Eunice H. Adams**, Edgartown (71)
- 1894 — Cap. Gonsalves, **Baltic**, Provincetown
 Cap. Antone J. Mandly **C. H. Hogdon**, New Bedford
 Cap. Manuel, **Rising Sun**, Provincetown

(71) Silvia representa com frequência o apelido Silva.

- * 1895 — Cap. Antone Rose, **J. R. Manta**, Provincetown
- 1896 — Cap. Antone J. Mandly, **Pearl Nelson**, New Bedford
Cap. Henry Mandly, **Mary E. Simmons**, New Bedford
- * Cap. Antone Rose, **Adelia Chase**, New Bedford
- 1897 — Cap. Gonsalves, **Baltic**, Provincetown
Cap. Antone J. Mandly, **C. H. Hogdon**, New Bedford
Cap. Henry Mandly, **Mary E. Simmons**, New Bedford
Cap. Martins, **Adelia Chase**, New Bedford
Cap. A. J. Senna, **Golden City**, New Bedford
- 1898 — Cap. Lebanio [sic] D. Borges, **Adelia Chase**, New Bedford
Cap. Manuel E. Costa, **C. H. Hogdon**, New Bedford
Cap. Joseph T. Enos, **President**, New Bedford
Cap. Anthony J. Frates, **John R. Manta**, Provincetown
Cap. Manuel F. Gomes, **E. B. Conwell**, San Francisco, Califórnia
- 1899 — Cap. Bento, **A. R. Trucker**, New Bedford (morto por uma baleia durante esta viagem)
Cap. M. F. Gomes, **E. B. Conwell**, New Bedford (72)
Cap. Henry Mandly, **Mary E. Simmons**, New Bedford
- 1900 — Cap. Anthony J. Frates, **John R. Manta**, Provincetown
Cap. Antone J. Mandly **Pearl Nelson**, New Bedford
Cap. Henry Mandly, **Mary E. Simmons**, New Bedford
Cap. Manuel F. Santos, **C. H. Hogdon**, New Bedford

(72) Seguramente o mesmo capitão que comandou este barco na viagem de 1898.

- 1901 — Cap. Manuel E. Costa, **C. H. Hogdon**, New Bedford
 Cap. M. F. Gomes, **Bertha**, New Bedford
 Cap. John T. Gonsalves, **Golden City**, New Bedford
 Cap. Antone J. Mandly, **Golden City**, San Francisco (73)
 Cap. Manuel F. Santos, **Francis Allyn**, Stonington
 Cap. A. J. Senna, **Adelia Chase**, New Bedford
 Cap. Nicholas R. Vieira, **Canton**, New Bedford
- 1903 — Cap. Gaspar, **Pilgrim**, New Bedford
 Cap. Gomes, **Bertha**, San Francisco
 Cap. John T. Gonsalves, **Golden City**, New Bedford
 Cap. Antone J. Mandly, **Golden City**, New Bedford
 Cap. Henry Mandly, **Mary E. Simmons**, New Bedford
 Cap. A. J. Senna, **Adelia Chase**, New Bedford
 Cap. Nicholas R. Vieira, **Canton**, New Bedford
- 1904 — Cap. John T. Gonsalves, **E. B. Conwell**, New Bedford
 Cap. Manuel F. Santos, **Golden City**, Stonington
 Cap. A. J. Senna, **Adelia Chase**, New Bedford
- 1905 — Cap. M. F. Gomes, **Bertha**, New Bedford
 Cap. John T. Gonsalves, **E. B. Conwell**, New Bedford
 Cap. Antone J. Mandly, **Ellen A. Swift**, Provincetown
 Cap. Nicholas R. Vieira, **Canton**, New Bedford

(73) O facto de o **Golden City** aparecer registado no mesmo ano em dois portos diferentes, sob o comando de dois capitães distintos, não é explicado nas obras de que estes dados foram extraídos.

- 1906 — Cap. Manuel E. Costa, **B. D. Nickerson**, New Bedford
 Cap. Frank J. Garcia, **John R. Manta**, Provincetown
 Cap. John T. Gonsalves, **E. B. Conwell** New Bedford
 Cap. Henry Mandly, **John R. Manta**, Provincetown
 Cap. Manuel F. Santos, **B. D. Dickerson**, Stonington (74)
 Cap. A. J. Senna, **Adelia Chase**, New Bedford
 Cap. Joseph H. Senna, **Carleton Bell**, New Bedford
- 1907 — Cap. John T. Gonsalves, **E. B. Conwell**, New Bedford
 Cap. John T. Gonsalves, **Bertha**, New Bedford
 Cap. Joseph Luís, **John R. Manta**, Provincetown
 Cap. Antone J. Mandly, **Ellen A. Swift**, Provincetown
 Cap. Henry Mandly, **Pedro Varela**, New Bedford
 Cap. Valentine Roza, **Canton**, New Bedford
- 1908 — Cap. Manuel E. Costa, **T. Towner**, New Bedford
 Cap. Joseph Luís, **John R. Manta**, Provincetown
 Cap. Antone J. Mandly, **Ellen A. Swift**, Provincetown
 Cap. Manuel F. Santos, **B. D. Dickerson**, Stonington
- 1909 — Cap. Manuel F. Gomes, **Cameo**, New Bedford
 Cap. Antone J. Mandly, **Ellen A. Swift**, Provincetown
 Cap. Valentine Roza, **Canton**, New Bedford

(74) A discrepância entre **B. D. Dickerson** e **B. D. Nickerson** (barco antes mencionado) pode explicar-se talvez pela falta de rigor com que se elaboravam estes registos.

- Cap. Manuel F. Santos, **B. D. Dickerson**, Stonington
 Cap. Joseph H. Senna, **Carleton Bell**, New Bedford
 Cap. John E. Silva, **Sunbeam**, New Bedford
- * 1910 — Cap. George S. Anthony, **Maria Luiza**, New Bedford
 Cap. António C. Corvelho [Carvalho ?], **Pedro Varela**, New Bedford
 Cap. Louis M. Lopes, **Bertha**, New Bedford
 Cap. Antone J. Mandly, **Ellen A. Swift**, Provincetown
 Cap. Valentine Roza, **Morning Star**, New Bedford
 Cap. Nicholas R. Vieira, **Bertha**, New Bedford
- 1911 — Cap. Freitas, **Sullivan**, Ascension, [Ilha da Ascensão ?] (assumiu o comando durante a viagem)
 Cap. Antone J. Mandly, **Ellen A. Swift**, Provincetown
 Cap. Antone J. Mandly, **B. D. Nickerson**, New Bedford
 Cap. Henry Mandly, Jr. **Margaret**, New Bedford
 Cap. Manuel F. Santos, **B. D. Dickerson**, Stonington
 Cap. Sylvia (Silva), **Greyhound**, New Bedford (assumiu o comando durante a viagem)
- 1912 — Cap. Louis M. Lopes, **A. E. Whyland**, New Bedford
 Cap. Valentine Roza, **Morning Star**, New Bedford
 Cap. Manuel F. Santos, **John R. Manta**, Provincetown
 Cap. Joseph H. Senna, **Carleton Bell**, New Bedford
- 1913 — Cap. António C. Corvelho [Carvalho ?], **Greyhound**, New Bedford

- Cap. Antone J. Mandly, **B. D. Nickerson**,
New Bedford
Cap. Henry Mandly, Jr., **Margaret**, New
Bedford
- 1914 — Cap. John T. Gonsalves, **Wm. A. Graber**,
New Bedford
Cap. Manuel F. Santos, **John R. Manta**, Pro-
vincetown
- 1915 — Cap. John T. Gonsalves, **Wm. A. Graber**,
New Bedford
Cap. Louis M. Lopes, **A. E. Whyland**, New
Bedford
Cap. Antone J. Mandly, **John R. Manta**,
New Bedford
Cap. Henry Mandly, Jr., **Margaret**, New
Bedford
Cap. Joseph H. Senna, **Carleton Bell**, New
Bedford
- 1916 — Cap. Jehn T. Gonsalves, **Wm. A. Graber**,
New Bedford
Cap. Antone J. Mandly, **John R. Manta**,
New Bedford
- 1917 — Cap. António C. Corvelho, **Greyhound**,
New Bedford
Cap. Joseph M. Domingos [Domingos ? Do-
mingues ?], **Cameo**, New Bedford
Cap. Theo M. Frates, **Pedro Varela**, New
Bedford
Cap. John T. Gonsalves, **A. M. Nickerson**,
New Bedford
Cap. Frank Lopes, **Pedro Varela**, New
Bedford
Cap. Louis M. Lopes, **Margaret**, New
Bedford
Cap. Antone J. Mandly, **John R. Manta**,
New Bedford
Cap. Henry Mandly Jr., **Wm. A. Graber**,
New Bedford
Cap. Luiz D. Oliveira, **Bertha**, New Bedford
- 1918 — Cap. Antonio C. Corvelho, **Greyhound**, New
Bedford

- Cap. Frank Lopes, **Pedro Varela**, New Bedford
 Cap. Louis M. Lopes, **Margaret**, New Bedford
 Cap. Antone J. Mandly, **John R. Manta**, New Bedford
 Cap. Henry Mandly Jr., **Wm. A. Graber**, New Bedford
 Cap. Joseph A. Vieira, **Valkyria**, New Bedford
 Cap. Joseph A. Vieira, **Claudia**, New Bedford
- 1919 — Cap. Joseph M. Domingoes, **Cameo**, New Bedford
 Cap. August P. Gomes, **A. V. S. Woodruff**, New Bedford
 Cap. Frank Lopes, **Pedro Varela**, New Bedford
 Cap. Louis M. Lopes, **Claudia**, New Bedford
 Cap. Antone J. Mandly, **John R. Manta**, New Bedford
 Cap. Henry Mandly, Jr., **Wm. A. Graber**, New Bedford
- 1920 — Cap. August P. Gomes, **A. M. Nickerson**, New Bedford
 Cap. John T. Gonsalves, **C. W. Morjan**, New Bedford
 Cap. John D. Lomba, **Wm. A. Graber**, New Bedford (75)
 Cap. Louis M. Lopes, **Cameo**, New Bedford
 Cap. Antone J. Mandly, **John R. Manta**, New Bedford
 Cap. Henry Mandly, Jr., **Valkyria**, New Bedford
 Cap. John Rosario, **Greyhound**, New Bedford
- 1921 — Cap. Benjamin Costa, **Greyhound**, New Bedford
 Cap. Antone J. Mandly, **John R. Manta**, New Bedford

(75) Possivelmente caboverdiano.

- 1922 — Cap. August P. Gomes, **A. M. Nickerson**,
New Bedford
Cap. John T. Gonsalves, **Wm. A. Graber**,
New Bedford
Cap. Antone J. Mandly, **John R. Manta**, New
Bedford
- 1923 — Cap. Antone J. Mandly, **John R. Manta**,
New Bedford
- 1925 — Cap. Antone J. Mandly, **John R. Manta**,
New Bedford

Embora a precária possibilidade de uma completa identificação dos capitães de origem portuguesa impossibilite estatísticas rigorosamente válidas, será no entanto curioso analisar, ainda que a título algo estimativo, a lista anterior. Em termos absolutos, o ano de maior participação portuguesa foi 1917, com nove viagens. Por décadas (e um pouco arbitrariamente consideremos a primeira década como indo de 1844 a 1855), o número total de viagens comandadas por capitães de presumível origem portuguesa foi o seguinte :

1844-1845	— 9
1856-1865	— 13
1866-1875	— 7
1876-1885	— 34
1886-1895	— 23
1896-1905	— 41
1906-1915	— 50
1916-1925	— 38

Nota-se por conseguinte uma certa tendência crescente até o ano de 1915, em que se inicia um declínio.

Em termos relativos, contudo, as conclusões apresentam-se muitíssimo mais significativas. Uma amostragem centrada em três decénios-chave, 1844-1856, 1876-1885 e 1916-25, revela como ao longo dos anos a participação portuguesa aumentou espectacularmente. Um extracto das listas de viagem incluídas nas obras da **History of American Whale Fishery** e **Whaling Masters** (76) permite-nos chegar às seguintes conclusões :

(76) Obras anteriormente citadas.

Decênio	Número total de Viagens	Número de Viagens comandadas por Portugueses	
1844-1856	1 694	10	0,06
1876-1885	718	34	4,74
1916-1925	61	40	65,57(77)

Outra conclusão que imediatamente ressalta da análise acima é a intensa concentração de capitães portugueses em New Bedford. Das 215 viagens referenciadas comandadas por capitães de origem portuguesa, em 167 (77,67%) o comando foi assumido nessa cidade. A partir de 1915 isto acontece com todas estas viagens. É certo que New Bedford foi quase desde os primeiros tempos o porto baleeiro por excelência (78), mas apesar disso a tradicional preferência portuguesa por esta cidade reflecte-se claramente nestes números, sobretudo a partir do começo do século XX. Depois de New Bedford os portos de maior concentração são Provincetown (21 viagens) e Stonington (7 viagens) .

(77) Se no entanto a este último período acrescentarmos onze viagens por capitães de nome presumivelmente anglicizado que não figuram na lista anterior (Antone T. Edwards, William F. Joseph e Joseph Lewis) a percentagem subirá para 83,6.

(78) De um total de 79 viagens mencionadas por Starbuck em 1976, último ano que analisa, 43 (54,43%) tiveram o seu início em New Bedford.

OS PORTUGUESES NA ÚLTIMA FASE DA PESCA DO ALTO

À medida que, depois da descoberta do petróleo, a pesca da baleia se tornava cada vez menos rentável, os portugueses foram não só ascendendo na hierarquia do comando como também afirmando a sua posição como armadores, até ao ponto de, no século XX, dominarem já praticamente a indústria. Deles escreve A. Hyatt Verrill em 1916: «They are good whalemens, hard workers, quiet, law-abiding and obedient, and generally their numbers have increased and the whaling business has become theirs.» (79) Segundo o mesmo autor, foi só devido ao seu espírito de economia e sacrifício que os portugueses puderam subsistir numa actividade que os americanos não consideravam já rentável:

Only by the utmost economy, the strictest attention to details, and the best of good luck, can the Portu-

(79) A. Hyatt Verrill, **The Real Story of the Whaler**, New York, 1916, p. 241.

guese make a living from whaling; and though whales are more abundant than ever, though marvelous catches are made, and though the Portuguese can live and keep up their vessels very cheaply, yet even they are gradually abandoning the industry. (80)

Para poder sobreviver economicamente os capitães de ascendência ficaram no mar durante várias épocas consecutivas, transferindo o óleo para outros barcos, usavam escunas de reduzidas dimensões — por vezes de tal modo imprestáveis que não conseguiam obter seguros para elas — e de uma maneira geral reduziam ao mínimo os custos. Apesar de todas estas limitações, alguns capitães portugueses puderam conseguir razoáveis lucros. As qualidades que possibilitam esta situação são também analisadas por A. Hyatt Verrill :

...the natives of the Western Islands are satisfied with smaller profits, can live more cheaply and are more thrifty than their American predecessors. While they are often sadly lacking in a knowledge of seamanship and some of them cannot even 'throw a half-hitch around a spile', as an old sailor expressed it, yet the Portuguese skippers are skillful, whalers, good business man, strict disciplinarians and secure catches that would make the old-time Yankee whalers turn green with envy. (81)

Nesta época as tripulações incluíam também uma alta percentagem de portugueses, muito em especial caboverdianos. Não era aliás difícil recrutar marinheiros nos Açores. Acontecia contudo que depois da primeira viagem e dos primeiros contactos com os portos americanos e as oportunidades de trabalho em terra, muitos açorianos se recusavam a continuar na pesca da baleia. Dadas as condições predominantes por estes anos, era bem possível que os caboverdianos se tivessem de enfrentar com muito maiores dificuldades para obter uma outra colocação bem remunerada.

O relato da viagem do **Daisy** em 1912-13, por Robert Cushman Murphy (82) confirma o desinteresse dos «anglos» por esta actividade e o predomínio das minorias étnicas, sobretudo os caboverdianos, durante este período: «But Yankee

(80) idem, p. 242.

(81) idem, p. 92.

(82) Robert Cushman Murphy, **A Dead Whale or a Stove Boat**, Boston, 1967.

crews had vanished. Our men were mostly Cape Verdes and West Indians.» (83) Só havia três brancos a bordo : o capitão, o autor e um taneiro açoriano (84). O imediato, o terceiro e o quarto oficiais (este desempenhando também funções de trancador), outros dois trancadores, um timoneiro- trancador e o cozinheiro eram caboverdianos. Este facto é confirmado noutra obra do mesmo autor, **Logbook for Grace**. (85) A presença caboverdiana é ainda mais acentuada numa frase de Jeremiah Digges : «In their last years, the sperm whalers of New Bedford were manned and skippered almost entirely by these half Portuguese, half African Cape Verde Islanders. The few exceptions were Azorians». (86)

Por esta altura a indústria baleeira americana estava já contudo irremediavelmente condenada e os esforços dos portugueses representavam pouco mais que balões de oxigénio. Desde 1910 que os noruegueses se tinham estabelecido como inegáveis dominadores deste campo, devido aos seus modernos barcos a vapor, dotados de canhões para arpão e capazes de esquarterar a presa a bordo e de a aproveitar integralmente. É grato notar que as tradições marítimas dos portugueses não foram completamente esquecidas por eles : uma das unidades baleeiras norueguesas, que em 1911 actuava na costa ocidental da África, chama-se **Vasco da Gama**. (87) Dadas estas con-

(83) idem, p. I.

(84) Este taneiro era José Gonçalves Correia, nascido em 1881 no Faial. Começou a navegar em navios baleeiros em 1900, já com a ocupação de taneiro. Numa das viagens ia também um naturalista, que o ensinou a desenhar e embalsamar aves. Depois disso fez numerosas viagens a vários continentes, caçando e embalsamando aves para museus. Sua esposa, terceirense, acompanhava-o com frequência, colaborando na preparação dos exemplares recolhidos. Estes dados foram extraídos de J. Agostinho, «Um Emigrante Açoriano — José Gonçalves Correia», **Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira**, n.º 10, 1952, pp. 204-238.

(85) Obra anteriormente mencionada.

(86) Jeremiah Digges, **In Great Waters — The Story of the Portuguese Fishermen**, New York, 1941, p. 266.

(87) Muitos baleeiros noruegueses empregavam tripulantes caboverdianos : «The whaling spirit of the Cape Verde islanders still exists, and until the last few years many were to be found in the modern whaling ships working in the Antarctic, not so much as workers on the whale as coal trimmers — a particularly unpopular class of work among the Norwegians. At home the Cape Verde islanders live in a perpetual summer, yet, although scantily clad, they stand the extreme cold of the Antarctic remarkably well. Needless to add, perhaps, they do not like it.», A. G. Bennett, **Whaling in the Antarctic**, New York, 1932, pp. 9-10.

dições, muitos baleeiros portugueses viram-se forçados a procurar ocupação em terra. A última viagem de um baleeiro americano foi a da escuna **John R. Manta**, em 1925, sob o comando de um capitão de origem açoriana, Antone J. Mandley (António J. Mendes). (88)

(88) Este barco foi depois comprado pelo cap. Albertino J. Sena, da Ilha Brava, para a carreira de New Bedford a Cabo Verde e perdeu-se com 32 pessoas a bordo.

OS PORTUGUESES NA PESCA COSTEIRA

A contribuição portuguesa para a indústria baleeira americana assinala-se sem dúvida muito mais intensamente na pesca costeira do que na de alto mar. Embora iniciada por um antigo marinheiro originário da Nova Inglaterra, o Cap. Davenport, já atrás referido, os seus continuadores foram quase exclusivamente portugueses, não só ao nível de comando como ao de infra-estrutura. Entre estes portugueses os açorianos predominavam em absoluto (89). O facto é corroborado pelo historiador John S. Hittel, em 1882: «The business is in the hands of the Portuguese almost exclusively» (90)

(89) Os caboverdianos só parece terem começado a chegar à Califórnia com alguma regularidade em 1906. Os registos da municipalidade de Los Angeles indicam contudo o falecimento de um, Manuel Lopes, em 1849.

(90) John S. Hittel, *The Commerce and Industries of the Pacific Coast of North Coast of North America*, San Francisco, 1882, p. 349. Já em 1873 se escrevia, a propósito da estação baleeira de Pigeon Point: «The men are all 'Gee' — Portuguese from the Azores or the Western Islands [...] a stout, hard working race, grossly ignorant, dirty and superstitious. They work hard and are doing well in business.», Col. Albert S. Evans, «A la California, Sketch of the Golden State», citado em Frederick G. Bohme, «The Portuguese in California», *California Historical Society Quarterly*, XXV, n.º 3, September 1956, pp. 233-252. O Cor. Evans escreveu em 1873.

É de presumir que vários, se não muitos, destes pescadores tenham sido desertores de barcos baleeiros, alguns talvez atraídos pela corrida ao ouro. É um facto sobejamente conhecido que a deserção de marinheiros na costa californiana constitui uma ocorrência bastante frequente (91).

Fácil se torna concluir como o carácter sazonal e até esporádico da pesca da baleia se acomodava à prática simultânea da agricultura, um fenómeno sem dúvida facilitado pela experiência anterior dos homens nas ilhas. Este aspecto ressalta com toda a vividez de uma descrição da estação de Carmel :

Scattered around the foothills, which come to the water's edge, are the neatly whitewashed cabins of the whalers, nearly all of whom are Portuguese, from the Azores or Western Islands of the Atlantic. They have their families with them, and keep a pig, sheep, goat, or cow, prowling around the premises ; these, with a small garden-patch, yielding principally corn and pumpkins, make up the general picture of the hamlet, which is a paradise to the thrifty clan in comparison with the homes of their childhood. It is a pleasant retreat from the rough voyages experienced on board the whale-ship. The surrounding natural scenery is broken into majestic spurs and peaks, like their own native isles, with the valley of the Rio Carmel a little beyond, expanded into landscape loveliness. (92)

Esta actividade anfíbia é confirmada pelo **California Register** de 1859 que menciona que em 1857 os portugueses de Monterey venderam não só 16 000 galões de óleo de baleia, com um valor total de 12 000 dólares (produtos de 23 baleias capturadas), como também 2 000 «cords» (93) de lenha, 10 000 libras de lã, 800 couros, 1 200 sacas de cevada e 3 000 sacas de batatas. (94)

(91) Entre outras fontes, o facto é frequentemente documentado em **The Larkin Papers** (George P. Hammond, editor), Berkeley and Los Angeles, 1951. Thomas O. Larkin foi o único cônsul americano a desempenhar as suas funções em Monterey.

(92) Charles M. Scammon, **The Marine Mammals** op. cit., p. 250.

(93) Cada «cord» equivale a 128 pés cúbicos.

(94) Dados extraídos de Edwin C. Starks, **A History of California Shore Whaling**, Sacramento, 1922 (State of California Fish and Game Commission, **Fish Bulletin**, n.º 6).

As datas da fundação e dissolução das companhias baleeiras, assim, como a sua localização, revelam-se por vezes extremamente nebulosas, dada a inconstância da sua existência. De facto estas companhias eram organizações altamente flexíveis, que com facilidade eram transferidas, dissolvidas e reactivadas, com frequência sem alteração sensível dos seus componentes.

A cronologia das primeiras destas companhias, fundadas na península de Monterey, é um exemplo frisante do que se acaba de dizer. Segundo Scammon, a primeira companhia foi fundada em 1851 pelo Cap. J. P. Davenport. Esta companhia constituída por 12 homens, dos quais só três ou quatro pareciam ter experiência anterior na pesca da baleia, e sobre cuja nacionalidade faltam informações, tinha as suas instalações em Point Pinos. Segundo todas as aparências, só durou uma estação.

Edwin C. Starks (95) considera errónea a data de 1851. A sua argumentação baseia-se numa notícia aparecida no **Sacramento Daily Union** de 14 de Março de 1855, que reza em parte : «During the year a number of Portuguese whalers have established themselves at Monterey for the purpose of capturing such whales as are indigenous to the coast.» (96) Nesta altura, segundo a mesma notícia, estes baleeiros portugueses tinham já capturado 18 cetáceos, além de outros seis mortos mas não recuperados, com um lucro de 438 dólares para cada homem. Segundo o jornal isto acontecera entre Abril e Setembro, o que leva a presumir que a data da fundação da companhia se possa fixar em 1854. Desse ano existe de facto um alvará de fundação. Da formulação da notícia não se deduz contudo claramente se estes baleeiros portugueses não foram precedidos por outros de diferente nacionalidade, embora Starks cite outros jornais, como o **Pacific Sentinel** e o **San Francisco Daily Bulletin** que confirmam a data de 1854 como a do estabelecimento desta companhia.

No ano seguinte ao do início da pesca costeira, portanto em 1852 ou 1855, formou-se a chamada Old Company, constituída por 23 portugueses, todos açorianos com a excepção de um. Outras fontes indicam o número de homens como de 17.

(95) idem

(96) idem, p. 17.

Esta companhia está associada ao edifício de adobe conhecido como Old Whaling House, construído na cidade de Monterey, no número 391 de Decatur Street. Não está perfeitamente determinado se esta casa era a residência do Cap. Davenport, se funcionava como pensão para os pescadores portugueses ou se sucessivamente se destinou a estes dois fins. Algumas fontes indicam que a companhia guardava aí os seus aprestos, outras que o fazia no edifício de Jenny Linden Theater. A companhia dispunha de duas canoas e durante três anos, utilizando arpões arremessados à mão, conseguiu uma produção média anual de 800 barris. Possivelmente em 1858, esta companhia foi reorganizada pelo Cap. Davenport e dotada de canhões que disparavam bombas e arpões. Mais tarde é de crer que a companhia não fosse propriamente comandada por um capitão, mas sim dirigida pelo pescador mais experiente, de nome Veríssimo, chegado à Califórnia em 1867. Possuindo já então três canoas, fabricadas em New Bedford, a companhia adoptava o sistema de quinhões. Os três timoneiros recebiam 1/23 do produto da pesca. Depois de pago o salário do cozinheiro, o saldo era dividido em partes iguais entre os restantes membros da companhia.

Em 1861 criou-se a Carmel Company, constituída essencialmente por açorianos e madeirenses. Esta companhia, ou outra estabelecida na extremidade sul da Baía de Carmel, foi comandada por um Cap. Mariani e era propriedade de quatro sócios, um deles o capitão e outros do exterior.

Em 1873 uniram-se a Old Company e a New Company of Portuguese Whalers, entretanto formada, em 1860. (97) As duas companhias reunidas contavam com um total de 23 homens. A actividade baleeira sistemática terminou na zona de Monterey por volta de 1880, embora mais tarde se tivessem registado alguns surtos esporádicos, como a criação em Carmel, cerca de 1895, da companhia do Cap. H. Schaufele, que actuou durante dois ou três anos.

Ao norte de Monterey existiram também estações baleeiras. A de Crescent City deve ter sido fundada pouco depois do início de pesca em Monterey. Em Half Moon Bay existiu outra,

(97) Aliás é possível que tivesse havido duas fusões, a primeira já em 1865, sob o comando do Cap. Lambert, de Martha's Vineyard.

cerca de 1860-61, comandada pelo Cap. Anderson. (98) Cerca de 1862 a companhia de Half Moon Bay mudou-se para Pigeon Point, passando a ser comandada pelo Cap. J. F. Bennett (99), que por muitos anos se manteve nesse posto. Em 1877 o Cap. Frank Anderson (100), vindo de Portuguese Bend, assumiu o comando desta estação. Desconhece-se contudo se se fez acompanhar da sua própria companhia ou se simplesmente ocupou o lugar do Cap. Bennett. Depois de dois anos, abandonou esta zona com os seus homens. A estação de Pigeon Point passou então a ser dirigida (até cerca de 1895) pelo Cap. Perry. (101)

Ao sul de Monterey localizaram-se também outras estações. Em 1865 o Cap. Joseph Clark (102) funda a de San Simeon, de que era único proprietário. (103) Os seus vinte homens eram todos portugueses, à excepção de um, e na sua maioria açorianos. A companhia dispunha de quatro canoas, construídas em New Bedford, cujo custo oscilava entre 150 e 200 dólares, dotadas de dois canhões giratórios e de arpões explosivos. Duas das canoas eram usadas na pesca, uma para rebocar as baleias trancadas e outra encontrava-se sempre de reserva. Alguns chineses que viviam nas vizinhanças auxiliavam os portugueses no esquarteramento das baleias, recebendo em paga

(98) Depois dos primeiros capitães, de origem yankee, o comando das estações foi exercido sobretudo por açorianos, por vezes de apelido adoptivo inglês. Este Cap. Anderson não deve ser confundido com o Cap. Frank Anderson, natural dos Açores.

(99) Recorde-se que Bennett era um apelido frequentemente adoptado por emigrantes portugueses.

100) Frank Anderson tinha a reputação de ser o mais experimentado capitão da pesca costeira. Depois de servir em baleeiros de New Bedford, chegou à Califórnia em 1866 e em 1873 começou a dirigir estações costeiras, primeiro em San Luis Obispo (até 1874) e em seguida em Portuguese Bend (até 1877) e em Pigeon Point (até 1879). Neste ano transfere a sua companhia para Cojo Viejo, perto de Santa Bárbara.

(101) Recorde-se que muitos portugueses apelidados Pereira mudaram o seu nome para Perry.

(102) O Cap. Clark, já anteriormente mencionado, chegou à Califórnia em 1852 e seis anos depois trabalhava a bordo de um baleeiro com base em San Diego. A sua presença é também assinalada em Monterey e Portuguese Bend. Figura numa lista de residentes do Condado de San Luis Obispo, de 1864, como proprietário de onze «acres» e meio de terreno.

(103) Não parece claramente determinado se nesta estação os pescadores recebiam salário ou o quinhão habitual.

os tendões do animal. (104) em 1886 Cap. Clark ainda dirigia esta estação e há indícios de que aí acabou os seus dias. A estação de San Simeon, encerrada em 1892, foi a última Ja costa californiana. (105)

Um pouco mais ao sul, em Port Hartford (Whaler's Point), cerca de San Luis Obispo, o Cap. Marshall (106) funda em 1868 ou 1869 uma estação que dura até 1887. Dos 21 homens desta estação, 20 eram portugueses, com grande predomínio de açorianos. A companhia era licenciada no verão e então alguns dos seus membros dedicavam-se à pesca de espécies miúdas para abastecimento no mercado de San Luis Obispo. No Outono era contratada de novo a companhia, mas já com alguns pescadores novos.

Na zona de Santa Bárbara funcionaram algumas estações baleeiras, entre elas as de Goleta e de Cojo Viejo. Esta foi estabelecida em 1879, com uma companhia trazida de Pigeon Point pelo Cap. Anderson. Os homens eram todos açorianos, com excepção de dois ou três madeirenses. Dos 20 membros da companhia (18 na época mais inactiva dos meses de verão), 15 eram proprietários dos bens da companhia, que dirigiam em sistema de cooperativa, dividindo entre si os lucros em partes iguais. O capitão era realmente empregado da companhia, com um vencimento de cem dólares e 1/17 dos lucros. Os restantes pescadores recebiam um quinhão menor que o dos proprietários. Aqui também os dois chineses que coadjuvavam nos trabalhos da estação eram pagos com os tendões das baleias.

O posto de vigia, com dois homens, encontrava-se num penhasco sobranceiro à praia. Os caldeirões para derretimento da gordura, os barris para o óleo e outro material eram guardados à beira-mar. Duas canoas estavam sempre fundeadas numa pequena lagoa para pintura e reparações, enquanto duas outras andavam no mar. Excluindo as casas (a residên-

(104) Estes tendões eram exportados por bom preço para a China, onde parece que os utilizavam para sopa.

(105) Com a excepção, evidentemente, das estações modernas, criadas no século XX, como a de Moss Landing, já anteriormente mencionada.

(106) O nome deste capitão aparece também sob a forma de Marsiali, o que poderia ser uma corrupção de Marcial ou Marçal. O Cap. Marshall dirigiu a estação de Port Hartford até pelo menos 1880.

cia do Cap. Anderson e sua esposa, uma edificação para alojamento dos pescadores e armazenagem de material de pesca e a casa dos chineses), o valor dos bens da companhia calculava-se em 2 000 dólares. Cada canoa levava oito arpões explosivos, a um cabo de 200 braças e dois canhões, um deles giratório, para lançar os arpões maiores. (107) Os menores, dotados de explosivos, eram arremessados por uma espécie de espingarda. A renda do terreno era apenas a simbólica quantia de um dólar por ano, o que contrastava muito favoravelmente com a renda anual de 100 dólares que outras estações tinham que pagar. Este terreno fornecia também lenha, hortaliça e forragem para as vacas. A estação existia ainda em 1886.

Na península de Palos Verdes, agora a parte de Los Angeles, os portugueses deixaram a sua actividade baleeira assinalada na designação, ainda hoje vigente, de dois pontos da costa: Portuguese Cove e Portuguese Bend. O Cap. Clark, vindo de San Diego, estabeleceu-se em Portuguese Bend cerca de 1864, trabalhando apenas na época do inverno. Mais tarde o comando foi assumido pelo Cap. Anderson.

Hallock F. Raup, num estudo sobre esta região, descreve assim a estação de Portuguese Bend:

The cove or bight at Portuguese Bend, on the southern side of the Palos Verdes ranch, offered adequate protection for such a station, though it had few other advantages. The industry was begun by Captain Clark, who came to the region in 1864 (...). Most of the whalers were Portuguese, coming from the Azores (...). The shore-whaling operations were carried out intermittently, but probably with greatest activity under Cap. Anderson, a Portuguese, from 1874 to 1877, when 2,166 barrels of whale-oil were tried at the station. If any charges were made for the use of the beach by whalers, the records do not so indicate. It is probable that this enterprise operated quite independently of the ranching operations on land. The whaling station was finally abandoned because of lack of firewood for the try-pots, and lack of an adequate fresh water supply, rather than the

(107) Um dos pescadores desta estação faleceu de uma hemorragia interna, ao ter sido atingido no peito pelo recuo de um destes canhões.

exhaustion of the whale supply at this location. The whalers at the beach never established a permanent settlement, and they left the vicinity before 1885 (108)

San Diego representou um papel de alta importância na pesca costeira da baleia mas são extremamente escassas as referências a portugueses nela empenhados, com a notável excepção da notícia da permanência, nessas paragens, de Joseph Clark.

Os portugueses actuaram também na Baixa Califórnia, geralmente como tripulantes dos baleeiros de alto mar que aí invernavam. Alguns deles, contudo, desertaram e fixaram-se permanente na povoação de Comundu.

(108) Hallock F. Raup, **Rancho Palos Verdes**, Los Angeles, 1937, pp. 10-11. Outros autores indicam 1877 e 1884 como datas prováveis do abandono desta estação.

CONCLUSÃO :

A história do marinheiro português na actividade baleeira norte-americana no fundo não diverge muito dos padrões tradicionais de aculturação do nosso emigrante. (109) De uma maneira geral este emigrante chega com uma tal deficiência de bagagem cultural, técnica ou económica que à primeira vista parece condenado a um irremediável fracasso. O português tem contudo sabido demonstrar que é suficientemente sagaz para encontrar o mais apropriado sector do mercado de trabalho para o aproveitamento máximo das suas potencialidades. Com frequência é essa actividade menosprezada pelo grupo étnico predominante, quer pelo trabalho árduo que existe, quer pela sua baixa rentabilidade. Apesar deste condicionamento, o emigrante português consegue geralmente vencer os

(109) Como é sabido, o emigrante português nos Estados Unidos provém predominantemente dos Açores, sobretudo o que se radica em zonas rurais ou piscatórias. Na Califórnia calcula-se que o elemento açoriano represente cerca de 95% do total.

obstáculos que se lhe deparam e obter apreciável êxito económico, sobretudo quando se trata de empresas de exploração ao nível familiar ou, pelo menos, de desenvolvimento médio. Uma vez inserido no processo de produção distingue-se pelo seu incansável afincio, pelo seu espírito de poupança e sacrifício, pela sua espantosa capacidade de se amoldar a uma tecnologia estranha para ele e pela sua honestidade cívica e profissional. Uma vez vencida a barreira da assimilação ao novo ambiente, não é de modo algum raro que supere a categoria de assalariado e se afirme numa situação ocupacional independente e lucrativa.

Foi isto precisamente o que sucedeu com os baleeiros da Nova Inglaterra e da Califórnia. Como mais tarde o fariam os núcleos urbanos, profissionalmente diversificados, da Costa Leste e da zona da Baía de San Francisco, os trabalhadores das «leitarias» da Califórnia Central e os atuneiros de San Diego, estes baleeiros dedicaram-se a uma exploração exaustiva dos recursos existentes ao mesmo tempo que, talvez devido às suas raízes culturais europeias, se revelavam menos permeáveis que os anglo-americanos às amenidades de uma sociedade de consumo. Ao contrário porém das indústrias dos lacticínios e da pesca do atum, que os nossos emigrantes iniciaram ou expandiram, na pesca da baleia o controlo português surgiu numa época em que a indústria se considerava já improdutivo. Foram só as já atrás mencionadas qualidades de dedicação e persistência o que lhes permitiu prolongar tal actividade até ao limite concebível da sua existência.

INDICE

Introdução	234
A pesca no alto mar	237
A pesca costeira na Califórnia	243
Os primeiros portugueses nos baleeiros americanos	249
Intensificação da participação portuguesa	255
A imagem criada pelo marinheiro português	259
Os capitães portugueses	265
Os portugueses na última fase da pesca do alto	279
Os portugueses na pesca costeira	283
Conclusão	291

VIDA DO INSTITUTO

1.ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO DE 1967

No dia três de Agosto de mil novecentos e setenta e sete, nesta cidade de Angra do Heroísmo e na séde do Instituto Histórico da Ilha Terceira, no Edifício de São Francisco, em segunda convocatória por à hora marcada para a primeira não haver comparecido a maioria dos sócios, realizou-se uma reunião ordinária dos Sócios Efectivos desta Colectividade, em cumprimento do estabelecido no artigo segundo e de harmonia com o artigo terceiro do Regulamento deste Instituto.

Estiveram presentes os Exmos. Senhores Dr. Manuel Coelho Baptista de Lima, Presidente desta Colectividade, Dr. José Guilherme Reis Leite, Secretário Regional da Educação e Cultura, que presidiu à sessão e Dr. Jorge Eduardo de Abreu Pamplona Forjaz, que serviu de Secretário.

Aberta a sessão pelas dezasseis e trinta foi lida e aprovada a acta da reunião anterior.

O Presidente Efectivo leu seguidamente o relatório respeitante ao ano de mil novecentos e setenta e seis e o Plano de Actividade para mil novecentos e setenta e sete, que foram igualmente aprovados pelos presentes.

Seguiu-se a apresentação das contas de gerência do ano findo que foram também aprovadas por unanimidade.

Continuando no uso da palavra, apresentou o Presidente Efectivo uma proposta sobre o Castelo de S. João Baptista da cidade de Angra que igualmente foi aprovada por unanimidade e que vai transcrita no fim desta acta.

O Dr. José Guilherme Reis Leite, na qualidade de Secretário Efectivo desta Colectividade, informou a Mesa do ponto da situação em relação à publicação do Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira, afirmando esperar que, no fim do ano, os volumes em curso de impressão na «União Gráfica Angrense» e na «Sociedade Terceirense de Publicidade» estejam prontos para distribuição, ficando assim actualizado o trabalho do Boletim.

Seguidamente o Senhor Dr. Baptista de Lima, Presidente Efectivo, informou os presentes acerca de uma proposta do Ministro da República nos Açores para a realização de uma homenagem pública ao eminente sábio Terceirense Senhor Tenente Coronel José Agostinho, Presidente Honorário deste Instituto Histórico e sobre a parte que a esta Colectividade caberá na referida homenagem.

Através de uma exposição do Presidente Efectivo tomaram os presentes conhecimento de diversos assuntos de carácter corrente, tendo sido presentes uma carta do Senhor Prof. Dr. Rafael Ávila Azevedo, propondo a publicação, no Boletim deste Instituto de um novo, mais longo e melhor documentado trabalho sobre o Conde de Suberra, e outra carta do Senhor Prof. Dr. Mayone Dias.

O Dr. Jorge Eduardo Abreu Forjaz pronunciou-se sobre a venda e distribuição do Boletim, sugerindo que o mesmo passe a ser enviado para a Imprensa Nacional-Casa da Moeda, a fim de ser comercializado.

Foi, finalmente, presente uma carta do sócio Efectivo Senhor Emanuel Félix Borges da Silva, pedindo a demissão do seu lugar.

E nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão quando eram dezoito e trinta.

Transcrição da proposta do Presidente do Instituto Histórico da Ilha Terceira sobre o Castelo de São João Baptista da Cidade de Angra do Heroísmo.

Um — As necessidades logísticas das unidades militares do fim do século XX não se identificam com as necessidades logísticas dos terços e das «pés de Castelo» do século XVI.

Dois — Basta recordar que, além das casernas, refeitórios, armazém, depósitos, residências e secretarias que então também existiam as unidades actuais carecem de vastos armazéns e depósitos para arrumação do numeroso material de guerra e aquartelamento de que dispõem e garagens ocupando vastíssimas áreas, destinadas às viaturas que servem para o transporte auto dessas unidades.

Três — Das tentativas de adaptação de velhas fortalezas e aquartelamentos de unidades do século XX, resultaram as mais trágicas consequências para aqueles monumentos.

Quatro — Por isso, nos últimos quarenta anos, o Ministério do Exército, revelando uma superior compreensão do nosso património histórico e monumental, resolveu iniciar a construção dos novos aquartelamentos para as unidades militares que se encontravam instaladas em antigos edifícios e fortalezas, muitas das quais classificadas como monumentos, como é o caso do Castelo de São João Baptista desta cidade.

Cinco — Acontece, porém, que, ao contrário do que sucedeu em todo o País e não obstante as diligências feitas pelo Ministério do Exército e por várias entidades locais não se logrou então a construção de um novo aquartelamento para o B. I. I. 17 em virtude da falta de compreensão revelada pelos Comandos daquela unidade, que deram prioridade a obras secundárias, meramente particulares designadamente a proximidade do Castelo de São João Baptista das respectivas residências pessoais, situadas na cidade de Angra.

Seis — O que desta falta de compreensão resultou foi a progressiva destruição da histórica e secular fortaleza, cujo interior desapareceu já numa terça parte, para dar lugar a inestéticos edifícios que comprometem e aviltam a dignidade e o prestígio deste notável monumento da nossa arquitectura militar que, quanto à sua época e características, se pode considerar único no nosso País.

Sete — No decurso dos últimos quarenta anos, há que lamentar a destruição e o desaparecimento dos seguintes edifícios de incontestável interesse histórico e arquitectónico, no in-

terior daquela fortaleza, muitos deles de inestimável valor para o património regional.

a) Imóveis do Arsenal Real, destinada ao abastecimento de armas e munições de todas as Ilhas dos Açores e apetrechamento das naus e outras embarcações das armadas da Índia e do Brasil ;

b) Casa da Moeda do Governo Provisório e Regência em nome de D. Maria II.

c) Destruição do Arco do Século XVII, que flanqueava um antigo edifício da mesma época, que poderá ter servido como Casa da Armaria da Fortaleza ;

d) Destruição do Edifício do Parque de Artilharia do Século XVII, o que motivou a dispersão e até a remessa para Lisboa de diversas bocas de fogo, de bronze, dos séculos XVI a XVIII ;

e) Destruição de uma parte do Edifício da residência dos governadores e respectivo Cogradouro, que serviu também de Paço Real durante a reclusão de D. Afonso VI nesta Fortaleza ;

f) Destruição das plataformas de artilharia de todas as casamatas da Fortaleza, em número de nove ;

g) Destruição parcial de um revelim do século XVI, do Forte de Santo António, para instalação de um pretenso «ninho de metralhadoras» ;

h) Destruição do Paiol do Forte de São Benedito (Séc. XVI) para instalação de uma suposta posição de armas pesadas de infantaria ;

i) Destruição do calcetamento e lagedo do terraplano situado a sul do Portão dos Carros ;

j) Destruição das quatro meias portas de madeira, com antiga terragem, que fechavam o Portão dos carros ;

k) Destruição da ponte levadiça da Porta Principal e sua substituição por um arco que profundamente altera as características da Fortaleza e constitui gravíssimo atentado à dignidade e prestígio do monumento ;

l) Demolição dos edifícios, do século XVIII, das casernas e secretarias dos Quarteis da artilharia ;

m) Demolição recente, de um edifício dos séculos XVII/XVIII, voltado à praça de armas e que servia de quartel para oficiais ;

n) Destruição parcial do Forte do Zimbreiro (século XVI) para instalação de um pretenso posto defensivo ;

o) Destruição das torres do «Facho» semaforo do século XVI, instalado no chamado «pico» do mesmo nome, do Monte Brasil, para instalação de projectores ;

p) Alteração das características do caminho de acesso aos baluartes de Santa Luzia e do Espírito Santo, tornando muito difícil o acesso ao antigo paiol situado na área do primeiro ;

q) Construção de dois imensos armazéns à entrada do Monte Brasil, que vieram comprometer gravemente, do ponto de vista estético, este belíssimo arboreto açoriano, mutilando e poluindo a respectiva paisagem e alterando com grande desvantagem e até de forma perigosa o acesso ao referido Monte ;

r) Destruição dos edifícios das antigas casernas, dos séculos XVII e XVIII, da Fortaleza ;

s) Destruição de cerca de vinte edifícios menores, igualmente dos séculos XVII e XVIII que serviram de residências, arrecadações de material de guerra e Oficinas da Fortaleza ;

t) Espoliação e empobrecimento do património histórico da Fortaleza, com a remessa para Lisboa de cerca de duas centenas de canhões de bronze dos séculos XVI a XIX, que a defendiam devendo salientar-se que a última extorsão se verificou em mil novecentos e quarenta e nove, de nada tendo valido o formal protesto do Instituto Histórico da Ilha Terceira ;

u) Utilização constante do Monte Brasil, na parte que constituía propriedade da Junta Geral (hoje Governo Regional) como campo de exercício, com total desrespeito pelos visitantes e turistas nacionais e estrangeiros que se deslocam a este Parque da Cidade ;

w) Utilização da Caldeira do Monte Brasil como carreira de tiro, o que impede o seu aproveitamento para outros fins mais adequados à sua localização e grande interesse paisagístico do seu enquadramento ;

v) Utilização da parte do Monte Brasil que está afecta ao R. I. I. 17 para criação de gado pertencente à exploração Agro-Pecuária da Unidade ;

x) Corte indiscriminado de árvores, na parte da mata do Monte Brasil que está afecta àquela Unidade, para suprimento das suas presumíveis necessidades ;

y) Exploração, de várias zonas do Monte Brasil, desde há muitos anos, e sem embargo das determinações em contrario da SEM, da Direcção da Arma de Engenharia e do proprio Governo Militar dos Açores, como areeiro, não só para as obras que a Unidade continuamente vem fazendo para alheação de edificios existentes e novas construcções, mas também para outros fins, estranhos, ao que parece a própria vida da Unidade;

z) Obras ditas de «restauração» levadas a efeito por recentes comandantes do R. I. L. 17, por administração directa, no edificio do Monte Brasil denominado «Quinta do Regalo» (século XVIII) sem plano nem projecto superiormente aprovado e em total contravenção com a legislação que regula a realização de obras em monumentos e imóveis devidamente classificados, como é o caso do Castelo de São João Baptista.

Há perto de um ano, apresentamos a consideração deste Instituto uma proposta para a imediata desocupação do Castelo de São João Baptista desta cidade, a fim de que a referida Fortaleza — um dos mais notáveis monumentos da nossa arquitectura militar no século XVI — possa ser devidamente restaurada, restituída à sua primitiva dignidade e utilizada para fins culturais e apoio a infraestruturas turísticas garantindo-se, assim, finalmente, o aproveitamento turístico do Monte Brasil, velha aspiração do povo terçeirense, de que poderá resultar uma valiosa contribuição para a economia açoriana.

Quis este Instituto aprovar por aclamação esta nossa proposta e transmiti-la, por intermédio do Exmo. Secretario Regional da Educação e Cultura do Governo da Região Autónoma dos Açores, cujo interesse e superior patrocínio, junto das autoridades militares responsáveis pela logistica das unidades do nosso Exército, foi solicitado para efeitos de ser resolvida a construcção de um novo e condigno quartel para o Regimento de Infantaria N.º 17 ou para a unidade que tiver de ficar instalada na zona da cidade de Angra.

Embora, segundo julgamos saber, as autoridades militares responsáveis já se tenham debruçado sobre o assunto, a verdade é que — passado um ano — nada de concreto se resolveu e os edificios do Castelo de São João Baptista continuam a ser vittima de constantes obras de transformação e adaptação impostas, talvez, por razões atenuáveis, determinadas por necessidades logísticas da Unidade, mas que nem por isso deixam de

alterar mais ou menos profundamente as estruturas existentes.

Com efeito as respectivas obras, que são levadas normalmente a cabo por iniciativa dos comandos da Unidade, sem que o seu plano e projecto hajam sido previamente aprovados nos termos da lei, pela Junta Nacional da Educação, processam-se paralelamente às que estão sendo executadas pelos Monumentos Nacionais, efectuando-se, quase sempre num sentido oposto ao do restauro a reintegração da Fortaleza, que assim se tornará mais difícil e, nalguns casos, até mesmo impossível.

A prática verificada no decurso dos últimos trinta anos, em que numerosas obras de desvalorização e descaracterização do Monumento foram sendo levadas a efeito não obstante as nossas diligências em as evitar, não nos deixa a menor dúvida de que esses trabalhos de adaptação e transformação só poderão ter fim quando a Unidade dali sair.

Nestas condições tenho a honra de propor que se continue a solicitar todo o empenho do Governo Regional na urgente desocupação do Castelo de São João Baptista desta cidade a fim de se assegurar o seu restauro e condigna utilização, bem como o adequado aproveitamento turístico do Monte Brasil.

Angra do Heroísmo, 27 de Julho de 1977

Assinado — Manuel Coelho Baptista de Lima.

Esta proposta foi aprovada por unanimidade na Reunião Ordinária do Instituto Histórico da Ilha Terceira efectuada no dia três de Agosto de mil novecentos e setenta e sete.

ass. Manuel Coelho Baptista de Lima
Jorge Eduardo Abreu Pamplona Forjaz

2.ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO DE 1977

No dia vinte e três de Dezembro de mil novecentos e setenta e sete, nesta cidade de Angra do Heroísmo e na séde do Instituto Histórico da Ilha Terceira no Edifício de São Francisco, em segunda convocatória por à hora marcada para a primeira não haver comparecido a maioria dos Sócios, realizou-se uma reunião ordinária convocada nos termos do parágrafo terceiro

do artigo nono dos Estatutos e para cumprimento do artigo oitavo do Regulamento.

Estiveram presentes os senhores Doutor José Guilherme Reis Leite, Secretário da Direcção e Secretário Regional da Educação e Cultura, que, nesta qualidade, foi convidado pelo Presidente da Mesa a presidir à reunião ; Doutor Manuel Coelho Baptista de Lima, Presidente da Direcção ; Doutor Jorge Eduardo Abreu Pamplona Forjaz que secretariou a sessão, Doutor Teotónio Machado Pires e Doutor Candido Pamplona Forjaz, sócios efectivos.

Aberta a sessão pelas dezassete horas, procedeu o Senhor Presidente à leitura da acta da reunião anterior, que foi aprovada por unanimidade, tendo, seguidamente esclarecido que esta reunião se destinava à eleição da mesa que haveria de funcionar no biénio de mil novecentos setenta e oito-setenta e nove e que funcionava em segunda convocação de harmonia com o preceituado no artigo quinto do Regulamento do Instituto.

Pedi, para usar da palavra o sócio efectivo senhor Doutor Teotónio Machado Pires, que considerando insufficiente o número de sócios presentes para se proceder à eleição de novos corpos gerentes para o novo biénio, propôs que a mesma ficasse adiada para próxima reunião. Depois de discutida, a proposta foi aprovada tendo sido encerrados os trabalhos quando eram dezassete horas e trinta minutos.

ass. Manuel Coelho Baptista de Lima
Jorge Abreu Pamplona Forjaz

Publicações Recebidas

Por oferta e por troca com o «Boletim» do Instituto, receberam-se, no ano de 1977 e muito se agradecem, as seguintes publicações :

- Índice Cultural Español N.º 293 — 1975 — Madrid.
Anais de História Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Assis S. Paulo — Brasil — 1975.
- Leo S. Ilstchke — Firenze — Catalogo Generale — Itália — 1975.
Agronomia Lusitana — vol. 37 — N.º 1 — Oeiras — 1975.
Agronomia Lusitana — vol. 38 — N.º 1 — Oeiras — 1977.
Agronomia Lusitana — vol. 38 — N.º 2 — Oeiras — 1977.
Agronomia Lusitana — vol. 37 — N.º 3 — Oeiras — 1976.
Agronomia Lusitana — vol. 37 — N.º 4 — Oeiras — 1976.
Revista de Guimarães — vol. LXXXVI — Janeiro-Dezembro — 1977.
- Boletim Sociedade de Geografia de Lisboa Série 94.^a — N.ºs 1-4-6 — Janeiro-Março-Abril-Junho — 1976 — Lisboa.
Boletim Sociedade de Geografia de Lisboa Série 93.^a — N.ºs 10-12 — Julho-Setembro-Outubro-Dezembro — 1975.
- Arquivo do Distrito de Aveiro N.º 163 — Abril-Maio e Junho — Coimbra — 1975.
Arquivo do Distrito de Aveiro N.º 162 — Julho-Agosto e Setembro — 1975 — Coimbra — 1975.

- Arquivo do Distrito de Aveiro — N.º 164 — Outubro-Novembro e Dezembro — Coimbra — 1975.
- Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Brasil — N.º 121 — Brasil — 1975.
- Revista El Museo de Pontevedra XXX — 1976.
- Boletim Sociedade de Geografia de Lisboa Série 93.ª N.ºs 10-12 — Julho-Setembro-Outubro-Dezembro — 1975 — Lisboa.
- Idem, Série 94.ª — N.ºs 7-9,10-12 — Julho-Setembro-Outubro-Dezembro — 1976.
- Revista de História Publicação trimestral — Abril-Junho-Novembro — N.º 102 — Ano XXVI — 1975 — São Paulo Brasil.
- Idem, Julho-Setembro — Vol. LIII — N.º 103 — Ano XXVI — Tomo I — São Paulo Brasil — 1975.
- Idem, Idem, Tomo II — São Paulo Brasil — 1976.
- Idem, Outubro-Dezembro — Vol. LII N.º 104 — Ano XXVI — São Paulo — Brasil — 1975.
- Idem, Janeiro-Março — Vol. LIII N.º 105 — Ano XXVII — São Paulo — Brasil — 1976.
- Idem, Abril-Junho Vol. LIII — N.º 106 — Ano XXVII — São Paulo — Brasil — 1976.
- Idem, Julho-Setembro vol. LIV — N.º 107 — Ano XXVII — São Paulo — Brasil — 1976.
- Idem, Outubro-Dezembro — vol. LIV N.º 108 — Ano XXVII — São Paulo — Brasil — 1976.
- Idem, Janeiro-Março — vol. LV — N.º 109 — Ano XXVIII — São Paulo — Brasil — 1977.
- Idem, Abril-Junho — vol. LV — N.º 110 — Ano XXVIII — São Paulo — Brasil — 1977.
- Trabalhos de Antropologia e Etnologia — Vol. XXII — Fasc I — Porto — 1975.
- Gente Poveira — Guilherme — Felgueiras — Póvoa Varzim — 1977.
- Um Manuscrito Náutico Seiscentista Reencontrado XCVSJ — Por A. Teixeira da Mota — Braga — 1975.
- Administração Sociedade e Economia dos Açores — 1976-1977. Lisboa — 1968.

- Art Exhibit — Exposição de Arte. Biblioteca Pública da Cidade de New Bedford «Casa da Saudade» — April — New Bedford — 1977.
- A História do Descobrimento das Ilhas da Madeira por Roberto Machim — Em fins do XIV — por Armando Cortesão — Coimbra. — 1973.
- Lares, Istituto di Storia Delle Tradizion Popolari Dell' Università di Bari — XLI — N.º 1 Gennaio-Marzo-Firenze — 1975.
- Idem — XLII N.º 1 Gennaio-Marzo-Firenze — 1976.
- Idem — XLI N.º 2 Aprile-Juano-Fienze — 1976.
- Idem — XLI N.º 3-4 Luglio-December-Firenze — 1976.
- Idem — XLIF N.º 3-4 Luglio-December-Firenze — 1976.
- Idem — XLIII N.c 1 Gennaio-Marzo-Fienze — 1977.
- Arquivo do Distrito de Aveiro N.º 165 — Janeiro-Fevereiro e Março — Coimbra — 1976.
- Separata, Cartas de Herculano publicadas em Instituto — Coimbra — 1977.
- Boletim Bibliográfico do Real Gabinete Português de Leitura V. 1.ª F. — N.º 1-3 — Rio de Janeiro — 1976.
- Alguns aspectos da Colonização e do Comércio Marítimo dos Portugueses na África Ocidental nos Séculos XV e XVI — Centro de Estudos de Cartografia — Antiga —XCVIII — Secção de Lisboa — por A. Teixeira da Mota — Junta de Investigações Científicas do Ultramar — 1976.
- Novidades Náuticas e Ultramarinas, numa informação dada em Veneza em 1517, Centro de Estudos de Cartografia Antiga — XCIX — Secção de Lisboa — por Francisco Leite de Faria e Avelino Teixeira da Mota — Junta de Investigações Científicas do Ultramar — 1977.
- A História do Descobrimento das Ilhas da Madeira por Roberto Machim em fins do século XIV — Agrupamentos de estudos de Cartografia Antiga — LXXXV — Secção de Coimbra — por Armando Cortesão — Junta de Investigações do Ultramar — Coimbra — 1977.
- América History And Life Part D Annual Index — Vol. 11 — Part D — England — 1974.

- A viagem de António Correia, A Pegu em 1519 — Centro de Estudos de Cartografia Antiga — XCVI — Secção de Lisboa por Luis Filipe Thomaz — Junta de Investigações do Ultramar — Braga — 1976.
- Exposição de Arte — Art Exhibit Casa da Saudade New Bedford Free Public Library Branch — 1977.
- The Quarterly Journal of the Library of Congress — Vol. 33 — N.º 1 — January — Washington — 1976.
- The Quarterly Journal of the Library of Congress — Vol. 33 — N.º 3 — July — Washington — 1976.
- The Quarterly Journal of the Library of Congress — Vol. 34 — N.º 1 — January — Washington — 1977.
- The Quarterly Journal of the Library of Congress — Vol. 34 — N.º 2 — April — Washington — 1977.
- The Quarterly Journal of the Library of Congress — Vol. 34 — N.º 3 — July — Washington — 1977.
- El Museo de Pontevedra XXIX Miscelanea de Estudios dedicada a D. José Fernandez Lopez — Vigo — 1975.
- Olaria e Cerâmica figurativas, O «Galo» e o «Peixe» na decoração dos pratos das contareiras. Separata da revista Ethnos — Vol. VII — Lisboa — 1970.
- Arquivo do Distrito de Aveiro N.º 161 — Janeiro-Fevereiro e Março — Coimbra — 1975.
- Arquivo do Distrito de Aveiro N.º 160 — Outubro-Novembro e Dezembro — Coimbra — 1974.
- Agronomia Lusitana — Vol. 36 — N.º 4 — Oeiras — 1975.
- Agronomia Lusitana — Vol. 37 — N.º 2 — Oeiras — 1976.
- A Construção Naval na Ilha de São Miguel nomeadamente na Ribeira da Povoação nos séculos XVI e XVII — Miguel de Figueiredo Corte-Real — Ponta Delgada — S. Miguel — 1970.
- A Construção Naval na Ilha de São Miguel nomeadamente na Ribeira da Povoação nos séculos XVI e XVII — Miguel de Figueiredo Corte-Real — Ponta Delgada — S. Miguel — 1970.
- letelongs Etnografista Museum Keengsbacka. — 1976.

INDICE

AUTORES

Afonso (João)

- O Trajo nos Açores — Subsídio para Estudos de Vestiária
Antiga — Um Vocabolário 25

Dias (Eduardo Mayone)

- Baleeiros Portugueses na América 233

Lima (M. C. Baptista de)

- The Military Section of the Angra do Heroísmo Museum —
Diverse Equipment 219

Norton (Manuel Artur) e Forjaz (Jorge P.)

- Carta de Brazão de Armas (XXI) 5

A S S U N T O S

ARTIGOS

Carta de Brazão de Armas (XXI), pelos drs. Manuel Artur Norton e Jorge F. Forjaz	5
O Trajo nos Açores — Subsídio para Estudos de Vestiária Antiga — Um Vocabulário, por João Afonso	25
The Military Section of the Angra do Heroísmo Museum — Diverse Military and Armory Equipment —, pelo Dr. M. C. Baptista de Lima	215
Baleeiros Portugueses na América, por Eduardo Mayone Dias ...	233

VIDA DO INSTITUTO

Actas das reuniões havidas no ano de 1977	295
--	-----

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS	303
--------------------------------	-----

COMPOSTO E IMPRESSO
NAS OFICINAS GRÁFICAS
DA TIPOGRAFIA ANGRENSE
SETEMBRO — 1975

Este volume, que é o trigésimo quinto número do «Boletim» do Instituto Histórico da Ilha Terceira, acabou de se imprimir nas oficinas da «Tipografia Angrense» em Setembro de mil novecentos e setenta e nove.

